



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)

MARIA ESTÉLIA DE ARAÚJO

**A TRAJETÓRIA DE LUTA E AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO
ASSENTAMENTO “14 DE AGOSTO” EM ARIQUEMES – RONDÔNIA**

SÃO PAULO
2016

MARIA ESTÉLIA DE ARAÚJO

**A TRAJETÓRIA DE LUTA E AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO
ASSENTAMENTO “14 DE AGOSTO” EM ARIQUEMES – RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração Desenvolvimento Territorial, na linha de pesquisa “Meio Ambiente, sustentabilidade e Território”.
Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes.

SÃO PAULO

2016

MARIA ESTÉLIA DE ARAÚJO

A TRAJETÓRIA DE LUTA E AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO “14 DE AGOSTO” EM ARIQUEMES – RONDÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração Desenvolvimento Territorial, na linha de pesquisa “Meio Ambiente, sustentabilidade e Território”.
Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)

Prof. Dr. Pedro Ivan Christóffoli (Universidade Federal da Fronteira Sul Laranjeiras do Sul)

Prof. Silvio Simione da Silva (Universidade Federal do Acre - UFAC)

São Paulo, 23 de março de 2016.

Araújo, Maria Estélia de.

A663 A trajetória de luta e as experiências agroecológicas do assentamento “14 de Agosto” em Ariquemes – Rondônia / Maria Estélia de Araújo. – São Paulo, 2016.
264 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Comunidades agrícolas – Ariquemes (RO). 4. Assentamentos rurais. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Título.

CDD 301.35098111

À Rosangela Reis — “Gracias por la vida”.
Representando todas as vítimas do câncer.

Ao Silvio Rodrigues.
Representando todas as vítimas de assassinatos no campo.

AGRADECIMENTOS

Em especial aos meus pais Joacir Ferreira de Araújo e Carmen de Oliveira Araújo, por terem criado as condições para que pudéssemos estudar em meio à tantas dificuldades. Aos meus irmãos Márcio, Jonas, Maura, Júlio, Raquel, Reinaldo, sobrinhos e sobrinhas queridas. Aos meus sogros Dona Teresa e Senhor Francisco, aos meus cunhados e cunhadas pelo apoio de sempre.

À minhas filhas, Anne Gabriela e Idania Maria, duas valentes militantes da classe trabalhadora, pelo apoio e compreensão com minha ausência durante a pesquisa e as tarefas da luta diária. Ao meu companheiro Luciomar, por sua paixão pela terra, pelas sementes ao vê-las nascer e florir, pelo comprometimento com a agroecologia. Também pelas primeiras leituras, pelos momentos de debate e pelo compartilhamento da vida. Ao João Emanuel pelos quase três anos de luta pela vida.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por ser a segunda oportunidade de continuar estudando e pela rebeldia em seguir lutando, rompendo as cercas que nos oprimem, agradecimento especial a cada família assentada que cotidianamente produz e reproduz a vida.

Ao meu orientador João Osvaldo pela confiança depositada, pela liberdade e amizade no decorrer do processo de pesquisa e escrita. E por aceitar orientar em condições tão adversas, entre as quais merecem destaque a distância e a minha falta de conhecimentos específicos da Geografia.

Ao CNPq, ao Projeto Residência Agrária, à UNESP de Presidente Prudente por viabilizarem este curso. Aos coordenadores, equipe técnica, professores e professoras do Programa TerritoriAL.

Aos professores e professoras do curso de pedagogia da Terra de Rondônia – Campus de Rolim de Moura.

Aos orientadores da banca de qualificação, Professor Pedro Christófolli e o Professor Paulo Alentejano pelas contribuições e orientações disponibilizadas. Aos professores da banca de defesa, Professor Pedro Christófolli e o Professor Silvio Simione, pela forma respeitosa e compreensiva em que conduziram o processo de arguições durante a defesa e pelas orientações e contribuições finais da dissertação. Agradecimentos também pela sensibilidade com a luta e organização das famílias camponesas.

À companheirada do 14 de agosto, pela caminhada, pela receptividade da

pesquisa e pelo compartilhamento da luta e amizade por todos esses anos.

À turma Carlos Mariátegui, por caminharmos juntos. Agradeço pelos momentos de unidade e companheirismo. ¡Adelante Compañeros!

Aos “bodoques”, Rafa, Chico e Thiago por tornarem as entrevistas em um momento de concentração, euforia, preparação, descontração e por despertar tantas emoções e responsabilidade política dos entrevistados e pela beleza da pesquisa em formato audiovisual. E pelo comprometimento com a causa dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ao Frei Sérgio (MPA) e Chicão (MST) pelas contribuições relevantes por meio das entrevistas virtuais.

Aos meus colaboradores e colaboradoras neste processo de pesquisa e escrita, queridos e queridas Leila, Marcilene, Juliana, Ana Raquel, Zaira, Anne Gabriela, Idania, Leomi, Luan, Pedro Henrique, Silvania, Renata Nóbrega, Chicão/Francisco de Assis, Floylan, Carol. Aos companheiros da casa beira rio em Ji-Paraná: José Aparecido, Chicão, Valdeir e Vanessa por todo apoio.

Pela correção solidária, agradecimentos à professora e companheira Lara, Diana e especialmente à Júlia, por disponibilizar seu profissionalismo e acima de tudo a atitude de companheirismo.

A todos os educandos e educandas adultos e crianças que dividiram a alegria, criatividade e conhecimento ao longo das nossas aulas no assentamento 14 de Agosto.

À Renata Garcia pelos momentos de “leveza” e à Valentina Montealegre pela amizade, pelas trocas de experiências e pelas conspirações latino-americanas.

À Comissão Pastoral da Terra-RO pela contribuição para o documentário.

Ao governo do Estado de Rondônia pela licença remunerada, sem a qual não teria sido possível realizar essa pesquisa.

À Dalva, o que dizer de tanto desprendimento de conhecimento e generosidade? Fica minha eterna gratidão!

À todas as energias positivas do universo que nos inspiraram ao longo desta trajetória.

Em nome dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a todos e todas que contribuíram de todas as formas ao longo destes 23 anos e meio de luta.

Quando a verdade for flama

As colunas da injustiça sei, que só vão desabar quando o meu povo, sabendo que existe, souber achar o caminho que leva à libertação. Vai tardar, mas saberá que esse caminho começa na dor que acende uma estrela no centro da servidão. De quem já sabe o dever. Luz repartida é dizer; quando a verdade for flama, o que em nós hoje é palavra, no povo vai ser ação.

Tiago de Mello

RESUMO

Esta dissertação discute as experiências agroecológicas e a vivência comum do “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, situada no Assentamento 14 de Agosto, localizado no município de Ariquemes, em Rondônia. Parte do esforço da pesquisa direcionou-se para a reconstrução do processo histórico da luta social encampada por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), iniciada em 1992 e que resultou na conquista do Assentamento 14 de Agosto no ano de 2009. A pesquisa também atentou para o processo de construção coletiva da terra e do trabalho, uma vez que o Grupo analisado fez a opção pela coletivização de diferentes esferas de sua vida social. A pesquisa buscou, ainda, conhecer os caminhos da experimentação da produção agroecológica adotados pelo Grupo, discutidos aqui como uma potente estratégia de permanência no campo, pautados pela produção de alimentos saudáveis e diversificados, em oposição aos desertos do agronegócio. Por sua vez, a pesquisa considerou também os limites e os desafios para que as tecnologias agroecológicas sejam acessíveis e viáveis aos camponeses. Tendo em vista o histórico de ocupação recente de Rondônia, pautado em políticas oficiais de colonização direcionadas pelo Estado e pela crescente ênfase política e econômica do agro e hidronegócio nesta localidade, esta pesquisa adquire sentido político ao destacar uma experiência alternativa que vem sendo gestada no interior da Amazônia por outrora migrantes indesejáveis e que hoje afirmam outras possibilidades de territorialização e cuidado com a floresta, diferente da terra arrasada das grandes propriedades. A metodologia consistiu em pesquisa participante, com a realização de observações, entrevistas semiestruturada e também recorreu às fotografias e à produção de um vídeo documentário como estratégias de pesquisa. Para esta pesquisa foram entrevistadas trinta e nove pessoas ligadas ao assentamento, além dos dirigentes do MST, CPT, MPA. Com base nestas reflexões a pesquisa foi realizada a partir do esforço de compreender as contradições existentes ao fazer a luta pela terra e ao buscar saídas que possibilitem uma vida melhor para o campo, apontando os desencontros e as conquistas.

Palavras-chave: Luta pela terra. Agroecologia. Cooperação. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This dissertation discusses the agro ecological experiences and the common experience of "Collective Group August 14," located in the settlement August 14, located in Ariquemes, Rondônia. Part of the research effort is directed to the reconstruction of the historical process of social conflict championed by Movement activists of the Landless Rural Workers (MST), which began in 1992 and resulted in the conquest of the settlement on August 14 in 2009. The research also attempt to the process of collective construction land and labor, since the Group analyzed did the option by the collectivization of different spheres of social life. The research also looked for to know the agro ecological way production taken by the Group, discussed here as a powerful permanence strategy in the field, guided by the production of healthy food and diversified, as opposed to agribusiness deserts. In turn, the survey also considered the limits and challenges to agro ecological technologies are accessible and viable farmers. In view of the recent occupation history of Rondônia, based on official colonization policies directed by the state and increasing emphasis political and economic agro and hydro in this location, this research acquires political sense to highlight an alternative experience that it is growing inside Amazon once by unwanted migrants that today claim other possibilities of territorial and care for the forest, different from the destroyed big lands. The methodology consisted of participatory research, with the completion of observations, semi-structured interviews and also appealed to the photographs and the production of a video documentary as research strategies. For this research were interviewed thirty-nine people linked to the settlement, in addition to the leaders of the MST, CPT, and MPA. Based on these considerations the research was carried out from the effort to understand the contradictions to make the conflict for land and seek outlets that make possible a better life for the country, pointing out the inconsistencies and achievements.

Key-Words: Conflict for Land. Agro ecology. cooperation. Sustainability.

RESUMEN

Esta disertación discute las experiencias agroecológicas y la vivencia común del "Grupo Colectivo 14 de agosto", ubicado en el Asentamiento 14 de Agosto, localizado en el municipio de Ariquemes, Rondônia. Parte de los esfuerzos en la investigación se direccionaron hacia la reconstrucción del proceso histórico de lucha social defendida por militantes del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), que comenzó en 1992 y que dio lugar a la conquista del Asentamiento 14 de agosto en el año de 2009. La investigación también obedeció al proceso de construcción colectiva de la tierra y del trabajo, ya que el Grupo analizado optó por la colectivización de las diferentes esferas de su vida social. La investigación también buscó conocer los caminos de experimentación en torno a la producción agroecológica adoptados por el Grupo, discutidos aquí como una poderosa estrategia de permanencia en el campo, a partir de la producción de alimentos sanos y diversificados, en oposición a los desiertos del agro-negocio. A su vez, la investigación también consideró los límites y desafíos para que las tecnologías agroecológicas sean accesibles y viables a los campesinos. Llevando en consideración el histórico de ocupación reciente de Rondônia, con base en las políticas oficiales de colonización dirigidos por el Estado y por el creciente énfasis político y económico del agro e hidro-negocio en este lugar, esta investigación adquiere sentido político al destacar una experiencia alternativa que viene siendo gestada al interior de la Amazonia por otrora migrantes no deseados y que hoy afirman otras posibilidades de territorialización y cuidado con la selva, a diferencia de la tierra quemada de las grandes propiedades. La metodología consistió en la investigación participativa, con la realización de observaciones, entrevistas semiestructuradas, así como también recurrió a las fotografías y a la producción de un vídeo documental como estrategia de investigación. Para este estudio se entrevistó a treinta y nueve personas vinculadas al asentamiento, además de los líderes del MST, CPT, MPA. Con base en estas reflexiones la investigación fué realizada partiendo del esfuerzo de presentar un esclarecimiento y un mejor entendimiento de las contradicciones que existen por la lucha de la tierra en la búsqueda constante de soluciones que posibiliten una vida mejor para los campesinos, aseñalando las conquistas e incertidumbres que se viven a lo largo del tiempo en el campo.

Palabras clave: Lucha por la tierra. Agroecología. Cooperación. Sustentabilidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 — Localização do município de Ariquemes.....	29
Mapa 02 — Mapa do assentamento 14 de Agosto.....	29
Figura 01 — Estimativa de produção de produtores/ produtoras em base agroecológicas e produção orgânica em Rondônia. Período 2013/ 2014.....	72
Mapa 04 — Mapa do PIB de Rondônia.....	80
Fotografia 01 — Regeneração de floresta.....	98
Fotografia 02 — Regeneração da floresta.....	98
Fotografia 03 — Solos de Rondônia-Perfil de Latossolos.....	100
Fotografia 04 — Solos de Rondônia-Perfil de Latossolos.....	100
Fotografia 05 — Solos de Rondônia-Perfil de Latossolos.....	100
Fotografia 06 — Negociação entre policiais e sem-terra.....	108
Fotografia 07 — Negociação entre policiais e sem-terra.....	108
Fotografia 08 — Acampamento em 1993.....	111
Fotografia 09 — Acampamento em 1993.....	111
Fotografia 10 — Famílias despejadas em frente ao pátio do INCRA em Jaru - RO - 2003.....	113
Fotografia 11 — Acampamento organizado na reocupação da área em 1993.....	114
Fotografia 12 — Romaria da Terra.....	115
Figura 02 — Croqui com a demarcação provisória das terras coletivas - 2008.....	118
Figura 03 — Delimitação na fotografia aérea das terras coletivas 2011.....	119
Fotografia 13 — Moradia construída na agrovila em 2001.....	121
Fotografia 14 — Reunião do MST no assentamento 14 de Agosto.....	127
Fotografia 15 — Audiência pública — conquista definitiva da área.....	128
Fotografia 16 — Audiência pública — conquista definitiva da área.....	128
Fotografia 17 — Moradia construída no Grupo em 2008 e ampliada em 2012.....	130

Fotografia 18 — Vilmar em sua roça.....	131
Mapa 04 — Uso e ocupação do solo do assentamento	132
Fotografia 19 — Mobilização em 2014.....	133
Fotografia 20 — Congresso Infantil realizado pelo MST na capital Porto Velho – 1996.....	134
Fotografia 21 — Escola de pau a pique construída pela comunidade.....	135
Fotografia 22 — Escola Silvio Rodrigues em 2008.....	143
Fotografia 23 — Escola Silvio Rodrigues 2015.....	143
Fotografia 24 — Estudo de caso- 2015.....	143
Fotografia 25 — Estudo de caso- 2015.....	178
Fotografia 26 — Estudo de caso-2015.....	178
Figura 04 — Mapa do agroecossistema do Grupo	180
Quadro 01 — Descrição Geral dos Produtos Gerados e Insumos Usados nos tipos de Subsistemas.....	181
Fotografia 27 — Trabalho na horta.....	189
Fotografia 28 —Trabalho na horta.....	190
Fotografia 29 —Trabalho na horta	190
Fotografia 30 —Trabalho na horta.....	190
Fotografia 31 — Armazenamento de sementes.....	191
Fotografia 32 — Amostragem de cromatografia realizada no assentamento.....	191
Fotografia 33 — Horta.....	193
Fotografia 34 — Horta.....	193
Fotografia 35 — Sistema agroflorestal.....	195
Fotografia 36 — Sistema agroflorestal.....	195
Fotografia 37 — Residências construídas na agrovila.....	196
Fotografia 38 — Residências construídas na agrovila.....	196
Fotografia 39 — Animais silvestres na região.....	198
Fotografia 40 — Proteção de nascentes.....	198

Fotografia 41 — Proteção de nascentes.....	198
Mapa 05 — Reflorestamento do Grupo em comparação ao assentados individuais e vizinhos que não fazem parte do assentamento.....	200
Fotografia 42 — Calendário agrícola.....	202
Fotografia 43 — Feira em Jarú.....	204
Fotografia 44 — Feira em Jarú.....	205
Fotografia 45 — Mística realizada na festa camponesa.....	210
Fotografia 46 — Jovens do Grupo.....	211
Fotografia 47 — Cozinha coletiva.....	220
Fotografia 47 — Cozinha coletiva.....	220
Fotografia 48 — Cozinha coletiva.....	220
Figura 05 — Análise de gênero do valor agregado de autoconsumo e mercantil/ UTF do Grupo.....	232
Figura 06 — Análise de Gênero quanto a repartição do Valor agregado e por esfera de trabalho do Grupo.....	223
Fotografia 49 — Jornada das mulheres da Via Campesina, março de 2014.....	226
Fotografia 50 — Jornada das mulheres da Via Campesina, março de 2014.....	226
Fotografia 51 — Jornada das mulheres da Via Campesina, março de 2014.....	226
Fotografia 52 — Horta de Don Roberto.....	229
Fotografia 53 — Horta de Don Roberto.....	229
Fotografia 54 — Horta de Don Roberto.....	229
Fotografia 55 — Plantação de batatas pertencente ao ministro da Agricultura de Bogotá.....	230
Fotografia 56 — Horta de Don Pedrito.....	232
Fotografia 57 — Horta de Don Pedrito.....	232
Fotografia 58 — Espaço de comercialização — ARAC	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 — A distribuição da produção global sem agrotóxicos	64
Tabela 02 — Culturas produzidas em sistema agroecológico no Estado de Rondônia	74
Tabela 03 — Culturas produzidas e número de produtores/as envolvidas.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
APA	Associação de Produtores Alternativos.
APAARA	Associação de Produtores Alternativo Agroflorestais em Assentamento de Reforma Agrária
AECA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola
ARAC	Associação Agroecológica Campesina
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BM	Banco Mundial
CF	Constituição Federal
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNTBIO	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil
CEPLAC	Centro de Pesquisa a Lavoura Cacaueira
CEPON	Centro de Pesquisas Oncológicas
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPAS	Cooperativas de Produção Agropecuárias
CBEs	Comunidade Eclesiais de Base
CCU	Contrato de Concessão de Uso
DATER	Secretaria Especial de Agricultura Famílias e Desenvolvimento agrário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DP	Declaração de Imóvel Rural
EMPRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EPA	Evitando a Poluição do Ambiente

FEPAC	Feira de Produtos Agroecológicos da Agricultura Camponesa
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia
GAO	Grupo de Agricultura Orgânica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDA	Ingestão Diária Aceitável
IFOAN	Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
INCRA	Instituto de Colonização Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LF	Laudo Fundiário
LMR	Limite Máximo de Resíduo
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MAB	Movimento dos Atingido por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Ministério da Saúde
OCS	Organização de Controle Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAES	Programa de Produção Agroecológica Integrada Sustentável
PCP	Planejamento e Controle da Produção

PIC	Projetos Integrados de Colonização
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAFO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PENAT	Programa de Apoio ao Transporte Escolar
PPSD	Processo Produtivo Socialmente Dividido
PRV	Pastoreio Racional Voisin
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SEDAM	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental
SEAGRI	Secretária Estadual de Agricultura
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SPVEA	Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
UDR	União Democrática Ruralista
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico e Ecológico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
2.1	O caminho percorrido e os fundamentos metodológicos.....	30
2.2	O viés metodológico da agroecologia.....	30
2.3	A pesquisa participante e a vivência no campo.....	31
2.3.1	Pesquisa participante exploratória.....	34
2.3.2	A trajetória.....	36
2.4	A problemática da pesquisa.....	39
2.5	A análise de dados	40
2.6	Entrevistas como procedimento de análise da trajetória.....	40
2.7	O uso das fotografias.....	42
2.8	O uso das filmagens.....	42
3	O CONTROLE DO AGRONEGÓCIO ATRAVÉS DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO DE ALIMENTOS.....	44
3.1	A soberania alimentar como resposta aos problemas agrários enfrentados no mundo.....	50
3.2	Sobre o uso de agrotóxicos no Brasil.....	52
3.3	Fundamentos teóricos da agroecologia.....	55
3.4	As políticas públicas para agroecologia.....	61
3.5	O desenvolvimento da produção orgânica.....	63
3.6	O sistema convencional de certificação e os mecanismos de conformidades do sistema participativo de garantia (SPG).....	66
3.7	O processo de implantação da certificação participativa da rede agroecológica terra sem males e os avanços da agroecologia em Rondônia.....	68
4	A QUESTÃO AGRÁRIA E AS PERSPECTIVAS DO CAMPESINATO NO	

ESTADO DE RONDÔNIA.....	76
4.1 Aspectos geográficos e históricos do estado de Rondônia.....	80
4.2 A formação dos solos na Amazônia.....	98
4.3 Especificidades do solo em Rondônia: problemas e desafios.....	99
4.4 Aspectos pedológicos e produtivos de Ariquemes – RO.....	102
5. TRAJETÓRIA DA LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO.....	104
5.1 Ocupação, resistência e formas de organicidade.....	104
5.2 A demarcação dos lotes.....	116
5.3 a batalha jurídica	122
5.4 Outras formas de organicidade.....	129
5.5 A luta pela escola na voz dos sujeitos envolvidos nos processos políticos pedagógicos.....	134
5.6 A experiência de produção e vivência coletiva em Ariquemes-RO.....	144
5.6.1 Características gerais do Grupo.....	144
5.6.2 A construção do lugar: a partir da demarcação do território a constituição da territorialidade.....	146
5.6.3 A questão da propriedade privada e o uso das terras coletivas.....	150
5.6.4 A conversão para a agroecologia.....	155
5.6.5 A cooperação agrícola no MST.....	157
5.6.5.1 O caminho da cooperação agrícola.....	164
5.6.5.2 Elementos da perspectiva agroecológica no MST.....	173
5.6.6 Os subsistemas de trabalho	178
5.6.6.1 A roça e os desafios da produção camponesa.....	182
5.6.6.2 A implantação do sistema Pastoreio Racional Voisin.....	187
5.6.6.3 A horta.....	189
5.6.6.4 O sistema agroflorestal.....	193
5.6.6.5 O processo de regeneração da mata ciliar	196

5.7 A influência dos conhecimentos tradicionais no desenvolvimento agroecologia.....	201
5.8 Sobre as relações de comércio.....	203
5.8.1 Fatores econômicos	206
5.9 Políticas públicas acessadas pelo Grupo.....	208
5.10 Sobre as relações culturais, educativas e formativas que perpassam pela coletividade.....	209
5.10.1 Sobre as relações de gênero.....	214
5.10.1.1 Alterações nas relações de gênero a partir da organização coletiva.....	216
5.11 Desafios e perspectivas do Grupo 14 de Agosto.....	226
5.12 Experiência agroecológica da ARAC — Associação Red Agroecológica Camponesa de Pradera — Colômbia.....	228
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
REFERÊNCIAS.....	239

1 INTRODUÇÃO

A bandeira vermelha se moveu
É um povo tomando posição
Deixe o medo de tudo pra depois
Puxe a faca desarme sua mão
Fique muito tranquilo pra lutar
Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar
Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois
É o povo tomando posição
É o povo tomando direção.

(ZÉ RAMALHO, 1998)

Nossa pesquisa consiste em reconstruir o processo histórico de luta pela terra e refletir sobre a experiência coletiva com base agroecológica em um dos assentamentos do MST em Rondônia, região da Amazônia brasileira. A ocupação da região ocorre com a abertura das fronteiras agrícolas nos anos 1950 e que se expandiu no período pós-ditadura civil-militar. Em decorrência da implementação do modelo agroexportador que se calcava na concentração da terra e imposição dos pacotes tecnológicos para o campo, eclodiram uma diversidade de conflitos agrários na região.

Os camponeses estavam desterritorializados, face ao pacote modernizante do campo que exigiu grandes quantidades de terra. Os latifundiários, então, passaram a “investir” na tomada das terras, para tentar garantir a reprodução da unidade familiar migraram para regiões onde acreditavam ter terra à sua disposição. Sem lar, sem terra, sem trabalho e com uma família para alimentar, a alternativa era caminhar em direção às cidades e vender a sua força de trabalho para a indústria, ou continuar trabalhando nos campos como meeiros, arrendatários ou agregados trocando a sua força de trabalho por comida e moradia. Essa situação era dura, pois sabiam que a riqueza produzida era fruto do seu trabalho. Face desse processo de exclusão, os camponeses passaram a se organizar para ter acesso à terra.

A luta pela terra sempre existiu, mas a luta pela Reforma Agrária é algo recente na História do Brasil e que ganhou força com as Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. Segundo Fernandes (1999), as Ligas eram organizações políticas que aglutinavam camponeses que resistiram à expropriação e à expulsão da terra. Nos fins da década de 1950 no Rio Grande do Sul foi criado o Movimento dos

Agricultores Sem Terra (MASTER) que organizava os camponeses e ocupava latifúndios (SANTOS, 2011). Neste mesmo período a Região Norte foi “agraciada” com os primeiros projetos de integração nacional, quais sejam: a construção das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá — Porto Velho, além da Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Com a rodovia facilitaria o deslocamento da população para a região em busca de um pedaço de chão nas terras devolutas da União enquanto as pessoas físicas seriam agraciadas com a política de incentivos fiscais.

Durante a Ditadura civil-militar é aprovado o Estatuto da Terra (Lei nº. 4504, de 30 de novembro de 1964) que definiu a função social da propriedade (produtiva, respeitando as relações de trabalho e do ambiente). A partir dessa lei as propriedades que não cumprissem a função social seriam desapropriadas para a Reforma Agrária. Entretanto, o seu cumprimento ficou apenas na promessa, pois o que se assistiu foi uma repressão aos movimentos organizados pelos camponeses. A vinculação orgânica entre o Estado e o Capital neste período funcionou como um meio de controlar as manifestações no campo para deixá-lo “dócil” para a implementação da agricultura capitalista.

A região amazônica brasileira que até então tinha ficado “praticamente esquecida” torna-se prioridade para o Governo Central. As estratégias elaboradas tinham como finalidade controlar política e tecnicamente a região. Para dar uma nova roupagem foi “criado” o termo Amazônia Legal (Lei nº 5.173 de 27 de outubro 1966) que incorporou todos os estados da região norte além do estado do Maranhão e norte do Mato Grosso e o estado Goiás (atualmente, Estado do Tocantins). Para atrair investimentos para a Amazônia Legal, o então Presidente Castelo Branco criou a “Operação Amazônica” objetivando a sua inserção no contexto nacional e internacional. A consequência imediata dessas medidas foi a migração em massa, para ocupar o “vazio” que era a região segundo o discurso oficial, que negava a ocupação desse território pelos indígenas, posseiros, beiradeiros, seringueiros e castanheiros.

Nos anos 1970, o então Território de Rondônia se torna uma válvula de escape utilizada pelo Governo Federal para atrair famílias camponesas das regiões sul e nordeste, onde os conflitos agrários eram latentes. Assim, abria-se uma porteira sem trava para a expansão do agronegócio na Amazônia que se enriquecia sobre a disponibilidade da mão de obra, oriunda de diversas regiões do país. Começa um

processo de colonização, adaptando-se a agricultura local ao estilo da praticada em outras regiões do país, fazendo com que essa região perdesse completamente suas origens, dando uma característica das regiões sul e sudeste brasileiro. Os indígenas, beiradeiros, seringueiros foram expurgados de sua terra após um processo de resistência, mas em função dos aparatos que dispunham o capital, alguns pereceram. Outros partiram em direção às matas em busca de terra para morar e trabalhar.

Na região norte do Brasil, mais precisamente no sul do estado de Rondônia, em meados da década de 1980, surgiram às primeiras organizações de luta pela terra, começando um processo de territorialização pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organizou no estado, mas enfrentou as reações capitaneadas pela aliança do Estado e o capital que enfrentou a luta pela terra do Movimento, com uma dádiva-veneno que foram os projetos de colonização dirigida — oficial ou particular), pois serviram apenas para legitimar a estrutura do poder vigente, tendo em vista que, o que parecia ser uma solução naquele momento viria a se transformar em problemas futuros, estes projetos não surgiram ao acaso, como ressalta Thurchi,

[...] para propiciar condições adequadas de acumulação na fronteira não basta conceder incentivos financeiros à penetração da grande empresa capitalista na região. É preciso criar nestas áreas uma reserva de mão-de-obra (*sic*) pronta a ser utilizada pela empresa. (THURCHI, 1980, p. 304).

A burguesia empresarial sabe que o trabalho humano é que produz toda a riqueza e que o trabalhador é alienado desde o momento que vende a sua força de trabalho até o momento da produção das mercadorias, uma vez que não se objetiva totalmente do resultado final do seu trabalho, ou seja, ele apenas se objetiva de uma parte de seu trabalho que é materializado no salário, não sabe por quantas mãos passou o objeto.

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, tanto menos pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. (MARX, 2009, p. 81).

Contrapondo-se ao processo de proletarização do camponês, conquistar a terra representa independência e, por conseguinte, autonomia, embora seja relativa em relação a como produzir e comercializar os seus produtos.

Por isso, o MST nega-se a estar nas fronteiras agrícolas e organiza suas ocupações em regiões de fácil acesso, com terras férteis e próximas aos mercados consumidores, facilitando, assim, a permanência na terra. No estado de Rondônia esta política vem se cumprindo. O movimento organizou diversas frentes de trabalho, como: produtivas, educativas, artísticas e culturais, que contribuem para o desenvolvimento e permanência no campo. Neste aspecto, destaca-se o setor de cooperação agrícola, onde passa a discutir formas de produção viáveis, contrapondo aos princípios da revolução verde, e propondo recuperar diversidades alimentares, restabelecer práticas agrícolas que mantêm o equilíbrio ambiental e social, possibilitando estabilidade para o campo, através de práticas agroecológicas.

No estado de Rondônia, as famílias que possuíam/possuem pequenas propriedades — 20 a 30 hectares — estão convertendo as terras agricultáveis em áreas de pastagens, logo deixaram de produzir alimentos para criarem gado de leite, pois a agricultura vem sofrendo fortes influências do agronegócio. Todavia, enquanto os grandes produtores criam o gado de corte — Nelore — para exportação, os pequenos produtores ficam reféns das empresas de laticínios que, em função da “lei da oferta e da procura”, pagam preços irrisórios pelo litro do leite.

Com a evolução do desenvolvimento do agronegócio, investindo desta vez na produção de grãos, com destaque para a soja, as famílias camponesas, ao deixarem de produzir para sua subsistência, passam a venderem sua mão de obra, destinando parte dos membros de suas famílias para venderem sua força de trabalho, pois o sistema capitalista,

[...] proletariza muitos camponeses, reduz a família dos outros, como vimos, e atira ao mercado do trabalho o excedente de seus filhos e filhas. Enfim, cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração. A terra deles é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não têm produtos agrícolas para levar ao mercado. A única mercadoria que podem vender é sua **força de trabalho**, que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração. Um dos meios de aproveitá-la reside no trabalho assalariado, efetuado nas empresas maiores. (KAUSTSKY, 2010, p. 58 grifo do autor).

Diante dessa situação muitos vendem suas propriedades e caminham em direção das cidades na busca por empregos. Entretanto, o que sobra para eles é o trabalho nas redes de supermercados, em fábricas de laticínios e em casas de famílias. Como o custo de vida na cidade é mais caro, muitos camponeses retornam ao campo e desta vez, na condição de vendedor da sua mão de obra.

Os que resistem e ficam no campo sofrem dificuldades para produzir, sem

orientação técnica adequada, passam a incorporar na lavoura os insumos químicos, prejudicando o solo, os recursos hídricos e acima de tudo, sua própria saúde, desenvolvendo inclusive doenças, como o câncer. Não podemos esquecer-nos da falta de estrutura — a falta de atendimento médico, de estradas, de lazer, principalmente para a juventude, o endividamento nos bancos e casas de insumos para a agricultura, fechando assim, um ciclo de exploração capitalista e não - capitalista do capital sobre o camponês (PORTO, 2012).

Tal situação os levam a caminhar para as novas regiões de fronteira agrícolas, onde novamente vão servir para “amansar” a terra valorizando-a com o trabalho empregado ao derrubar a floresta e ao organizar estruturas básicas para sobrevivência, e ao mesmo tempo, tornando-a inacessível a eles mesmos, uma vez que o capital caminha juntamente contra estes camponeses, principalmente na contemporaneidade quando a expansão do agronegócio exige mais terras para a produção de *commodities* ou de Agrocombustíveis.

Contrapondo-se ao modelo convencional de produzir alimentos os ambientalistas vinculados aos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs), denunciam e criam alternativas para que haja um desenvolvimento mais sustentável ambientalmente e socialmente.

Um dos marcos para o despertar da consciência ecológica mundial foi a Conferência sobre Biosfera, realizada em Paris em 1968, assim como a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente em Estocolmo, na Suécia, em 1972, como medida para tentar frear a degradação ambiental, surgindo assim, a proposta de sustentabilidade desenvolvida neste debate internacional. Posteriormente, foi consolidado na Rio-92, no Rio de Janeiro, e podemos citar a Agenda 21 de 2013. Todavia, sabemos que são medidas que estão fadadas a não se concretizarem por forças políticas contrárias e que realmente não tem caráter de propostas capazes de resolver os problemas de ordem ambiental, que são acima de tudo, éticos, políticos e econômicos (ENCÍCLICA..., 2015).

Face aos problemas que envolvem o planeta e que atingem um contingencial de marginalizados, torna-se imprescindível rever novas posturas frente às questões ambientais, à estrutura agrária e ao modelo de produção de alimentos, incorporando viabilidades estratégicas, tanto por parte dos produtores, como dos consumidores em relação ao desenvolvimento econômico através das lutas organizadas.

O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo, cerca de um bilhão

de litros (GARCIA, 2010; PELAES, 2011; JÚNIA, 2012, LONDRES, 2011; FACCNINE e SOUZA 2015), o que tem contribuído para a morte de milhares de trabalhadores, além das elevadas taxa de suicídios de trabalhadores do campo, devido ao uso desses produtos (BOMBARDI, 2011; PINHEIRO, 2014) e das doenças que vem atingindo indiscriminadamente a população.

Diante deste panorama, aumentam-se as exigências dos consumidores, por produtos livres de contaminação química e produzidos sem agressão aos direitos sociais e ao ambiente. Nesse sentido se faz necessário repensar as experiências produtivas calcadas em uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia, cuja especificidade do modo de produzir está alicerçada no envolvimento da família no processo de produção, enquanto a agricultura convencional a exclui em detrimento do ciclo de produção que é reduzido em função da variedade dos agroquímicos.

A agroecologia surge, então, como a possibilidade de viabilização da agricultura camponesa, e o MST reconduz sua forma de cooperação agrícola reorganizando as famílias camponesas para uma agricultura capaz de dar sustentabilidade ao projeto do campo, refutando o modelo convencional de produção. Durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA, 2014)¹, A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), organização capaz de abarcar os diversos segmentos sociais do campo e da cidade, expôs o caos em que se encontrava o campo e o cercamento do hidro e agronegócio, tornando a subsistência das famílias camponesas insustentável. Segundo a “carta política” do referido encontro, “[...] É impossível avançar na construção da agroecologia, em experiências e iniciativas de abastecimento de produtos agroecológicos sem que essa situação seja revertida.” (ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2014, p. 7) e anuncia um Brasil agroecológico “[...] fundado em meios de comunicação plural, dialógica, horizontal e em redes”. (ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2014, p. 16).

Neste contexto, surge a necessidade de repensar os processos produtivos no campo, seus impactos sociais, econômicos, culturais e políticos no desenvolvimento dos territórios, nas culturas locais e nas condições de vida das pessoas nas comunidades; de reconstruir o jeito de produzir e se relacionar com a sociedade; de dimensionar as conquistas territoriais no campo histórico, político, cultural e formativo ao longo do processo (FERNANDES, 2008).

¹ Encontro Nacional de Agroecologia realizado em Juazeiro — BA — entre os dias 16 a 19 de maio de 2014.

É preciso compreender os paradigmas da agroecologia e da sustentabilidade, a partir de um estilo de vida sob a ótica do conceito de soberania alimentar, e não apenas como práticas isoladas de produção que beneficiam o agronegócio. Entender as experiências de famílias que buscam sua subsistência, produzindo alimentos livres de agrotóxicos e qualquer tipo de insumos químicos, utilizando e protegendo as sementes crioulas, respeitando as relações de trabalho e comércio, resgatando práticas culturais praticamente extintas, respeitando o ambiente e desenvolvendo novas tecnologias acessíveis à agricultura de subsistência.

Na década de 50 o Estado e o capital já sabiam das especificidades da região amazônica, das riquezas agrominerais e florestais e da baixa fertilidade do solo que se mostrava inadequado para a agricultura convencional e que a devastação da floresta prejudica também as plantações (BOLOGNA, 1990; BRANCO, 1995; 2006; PILON, 2002; PRIMAVESI, 2008 e 2009; SIOLI, 1985).

O desaparecimento da floresta é o primeiro fator das profundas alterações climáticas. As chuvas tornam-se mais espaçadas e mais violentas. Nas áreas desmatadas, os raios perpendiculares do sol equatorial atingem retilínea, a face da terra nua [...] não há vento. Tudo se imobiliza [...] (PILLON, 2002, p. 69).

A presente pesquisa apresenta a experiência de resistência camponesa para conquista da terra e o processo de construção coletiva da terra e do trabalho e a experimentação da produção agroecológica e visa reconstruir o processo histórico do Assentamento 14 de Agosto e a importância desta luta para o MST em Rondônia, analisando as experiências agroecológicas, assim como a vivência coletiva do Grupo “14 de Agosto” e quais influências exercidas para permanência dos sujeitos no campo, observando os aspectos relevantes no fortalecimento da organização do assentamento, da comunidade e dos movimentos sociais a partir da luta e resistência da comunidade e dos movimentos sociais por meio da luta e resistência na terra e dos processos produtivos. Analisando o processo da luta pela terra e a contribuição política, econômica e social para as famílias assentadas e para o conjunto dos militantes do estado de Rondônia, bem como o uso das técnicas de produção convencionais e o uso de agrotóxicos a partir do agronegócio e suas implicações para a região. Compreendendo os fundamentos da agroecologia, relacionando-os com a questão agrária e a agroecologia em Rondônia; e, por fim, compreender a dinâmica agroecológica do Grupo “14 de Agosto” no município de Ariquemes-RO.

A complexidade dos processos agroecológicos, assim como da Reforma

Agrária Popular², levou-nos a tratar de uma variedade de temas que vão desde a luta pela terra, cooperação agrícola, educação, gênero, entre outros, que em nossa compreensão se complementam para dar visibilidade aos processos intrínsecos da agroecologia e aos valores e princípios de reciprocidade, solidariedade e resiliência entre homens, mulheres, jovens e crianças ao conduzirem a produção de alimentos saudáveis.

A escolha do local da pesquisa ocorreu pelo fato de que os entraves para desapropriação da fazenda “Shangrilá” se estenderam por longos dezessete anos de conflitos, lutas, resistência e esperança. Fazer uma incursão nesta história torna-se necessário conhecer o “mistério” que envolve os grupos coletivos para tornar estas experiências em “ferramentas de luta” (CHRISTOFFOLI, 2000). Frei Sérgio Görgem faz parte da Via Campesina/Brasil e fala das suas impressões sobre o assentamento 14 de Agosto.

Em primeiro lugar, há que se destacar que o Grupo 14 de agosto [...] iniciou no ano 1992. Em 1990 inicia com todas as forças a implantação do neoliberalismo no Brasil, com a ascensão de Collor ao poder da república e sua continuidade com Fernando Henrique. No plano econômico o neoliberalismo prima pela competição econômica extrema e pela ausência do estado no cenário econômico e social. Na agricultura, sua face é o agronegócio e o controle das grandes transnacionais sobre a produção, industrialização e comércio agrícola. No plano cultural, o neoliberalismo consagrou o individualismo, o ‘cada um cuida de si’, o ‘salve-se quem puder’, a ‘meritocracia pessoal’, a competição entre os seres humanos. (GÖRGEM, 2015).

A vivência coletiva significa romper com o individualismo e ao mesmo tempo desafiar a lógica da agricultura convencional. Nos últimos 12 anos, aprendemos e ensinamos, produzimos e vivenciamos a agroecologia em condições muito adversas, sempre orientados pelos princípios da cooperação agrícola do MST. Sendo assim, consideramos que é uma experiência relevante no processo de condução da luta camponesa por demonstrar resistência à política agrária brasileira e ao agronegócio, representando uma proposta desafiadora dentro do sistema político vigente.

Ora, é neste período que um grupo de camponeses e camponesas, no interior de Rondônia constitui — e permanece até hoje — um Grupo Coletivo de vida e produção. Só isto é, em si, um símbolo de resistência, de persistência, da supremacia dos valores humanistas sobre os contra valores impostos pelo capital. (GÖRGEM, 2015).

A coletivização iniciou em 2003, com as terras, as roças e as cozinhas. A

² “Nosso programa agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais do campo [...]” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014, p. 205).

primeira atividade rentável foi a produção de farinha de mandioca. Todavia, mantivemos o cuidado com as roças já existentes, frutas da região como cupuaçu, açaí, pupunha e outras, as lavouras de café e as lavouras temporárias, como as de feijão, arroz e milho. Além disto, desenvolvemos experiências com horticultura e criação de animais de uma forma natural, produzindo alimentos saudáveis, protegendo as nascentes dos rios, as florestas, animais silvestres, sem exploração de trabalho, respeitando as relações de gêneros, comercializando os produtos com preços acessíveis, em feiras livres e entregas diretas aos consumidores. Ou seja, práticas contrárias às do agronegócio.

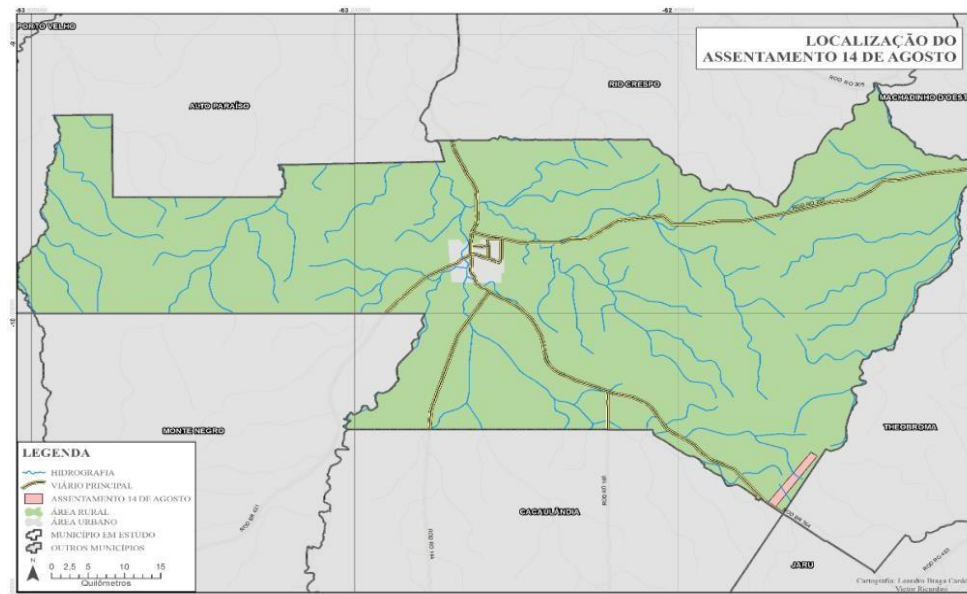
Quando estive em Rondônia e visitei o assentamento 14 de Agosto, fazem já alguns anos, fiquei impressionado com o esforço de convivência estabelecido pelo grupo entre a produção agrícola e pecuária com a floresta e o Bioma amazônico, o cuidado com a preservação das fontes de água, o esforço para buscar a transformação industrial dos produtos da terra sem destruir o ambiente, mas, sobretudo, a preocupação com a boa convivência entre o Grupo e a educação das crianças e dos jovens.[...] A agroecologia, colocada e desafiada na prática — não apenas nos livros e palestras — pode ser um poderoso instrumento nas mãos dos povos amazônicos para garantir sua sobrevivência, progresso social em harmonia com a vigorosa e vibrante natureza aí existente e necessária preservação do bioma amazônico [...] O Grupo 14 de Agosto me pareceu ser um sinal alvissareiro de que isto é possível. (GÖRGEM, 2015).

O Grupo 14 de agosto, diferente das cooperativas convencionais, trilhou um sistema de gestão especial que busca esquivar-se das hierarquias e burocracias existentes nas formas tradicionais de organização de camponeses, que se apresentaram como algumas experiências de cooperação que não obtiveram sucesso, inclusive experiências ligadas ao MST (BORGES, 2007, 2009; CHRISTOFFOLI, 2000, 2002; FABRINI, 2002).

No dia 14 de agosto de 1992, o MST ocupou a fazenda Shangrilá, uma área improdutiva nas margens da BR 364, à altura do km 454, entre os municípios de Jarú e Ariquemes. A data virou referência para o Grupo que resistiu, o acampamento e o assentamento levaram o nome da data de ocupação, e o grupo ficou conhecido também com o mesmo nome. (CARNEIRO et al, 2015, p. 271).

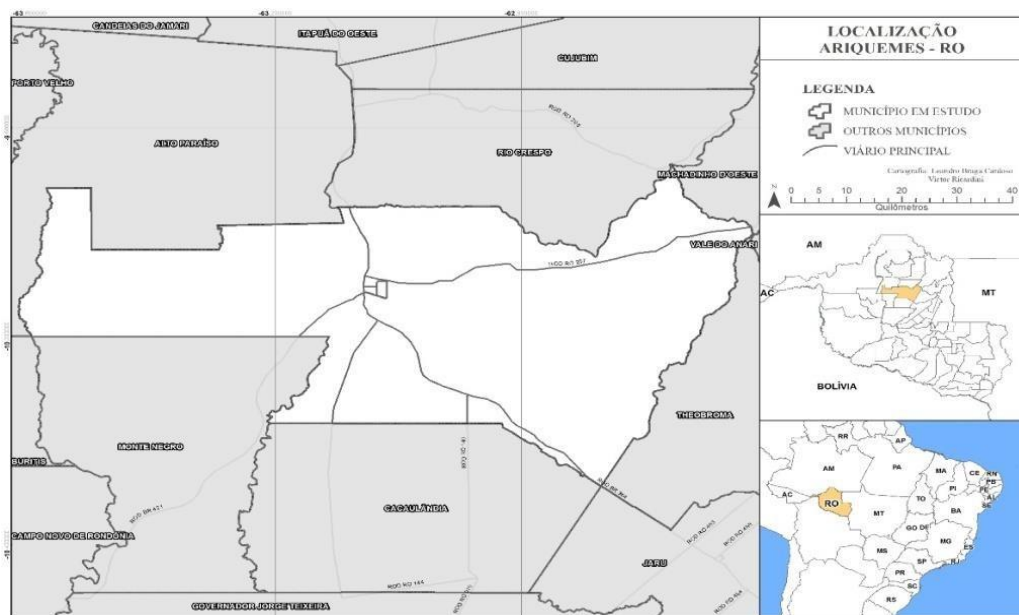
Às margens da BR 364, principal rodovia de Rondônia, está localizada a área de estudo que representa um marco da luta pela terra neste estado, “[...] encravada em uma das regiões mais representativas do latifúndio rondoniense, [...] próximo a fazenda Nova Vida, símbolo de violência contra camponeses do estado” (SOUZA, 2011, p. 276). São estas terras que não são destinadas aos “sem-terra”.

Mapa 1 — mapa com a localização do município de Ariquemes



Cardoso; Ricardini (2015)

Mapa 2 — mapa com a localização do Assentamento “14 de Agosto”



Cardoso; Ricardini (2015)

Desta forma, o assentamento 14 de Agosto vem provando a viabilidade da Reforma Agrária. O Grupo “14 de Agosto”, que ganhou automaticamente o nome do assentamento, vivencia através dos fundamentos e princípios agroecológicos novas relações sociais, éticas, econômicas políticas, culturais e pedagógicas, representando práticas de sobrevivência digna, permanência e soberania na terra, que apontam para um outro estilo de vida.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Todo começo é difícil: isso vale para qualquer ciência. (MARX, 1983, p. 11).

2.1 O caminho percorrido e os fundamentos metodológicos

Muitos autores, entre eles (NUNES, 2014, 2015; SPOSITO, 2004) vêm refletindo sobre a importância do método, e ao mesmo tempo, denunciando o descaso por parte de alguns pesquisadores com a produção do conhecimento. Sposito (2004), fala em uma crise paradigmática, causada por uma fusão simplificadora entre método e disciplina. Souza (2011), por sua vez, refere-se a pouca relevância que se tem dado para os procedimentos metodológicos e técnicas de investigação, comprometendo desta forma o resultado do trabalho científico. Os trabalhos acadêmicos devem ter uma acuidade epistemológica e preocupação com o conhecimento e da captação da realidade (DEMO, 2002).

Buscamos compreender elementos científicos da agroecologia, categoria que será debatida com ênfase neste trabalho. Mais precisamente, os princípios a seguirem: os passos para a transição agroecológica, as políticas públicas, a constituição das redes agroecológica, a relação entre produção orgânica e produção agroecológica. Refletimos, também acerca da geografia agrária e, conforme estudos, as ideias convergentes que vêm direcionando-se, através do método dialético, buscando compreender o campo sob as contradições geradas no interior do modo capitalista de produção (SOUZA, 2011).

2.2 O viés metodológico da agroecologia

O ecologismo surge como o movimento mais importante do final do século XX buscando restituir as condições que impõe a ordem social, a sobrevivência humana e o desenvolvimento sustentável. Um movimento de revalorização das relações econômicas, éticas, promovendo os valores da democracia, da justiça social entre pessoas, e estas com a natureza (LEFF, 2004). Para recuperar esta necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural surge nos anos 1980 a agroecologia em uma perspectiva ecossocial (CAPORAL; COSTABEBER, 2001). Esta ciência não pode ser confundida com uma simples prática ou tecnologia agrícola, um sistema de produção ou ainda, como um estilo de agricultura (ALTIERI, 1995), mas

sim, como ciência integradora que pretende gerar rupturas epistemológicas capazes de destituírem as ações científicas convencionais dando lugar a uma epistemologia participativa de caráter político (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009; SEVILLA GUZMÁN, 2011).

A agroecologia pode definir-se como o manejo ecológico dos recursos naturais a partir de ações sociais coletivas, permitindo desenhar métodos de desenvolvimento sustentável (GLIESSMAN, 1990 *apud* SEVILLA GUZMÁN *et al*, 1998). Este enfoque contrapõe aos princípios do neoliberalismo e à globalização econômica. A crise epistemológica advinda dos cânones da ciência convencional, está dando lugar a uma nova epistemologia, participativa e de caráter político (SEVILLA GUZMÁN, 2011). Acreditamos que a agroecologia poderá ser uma resposta ao que questionam sobre a agricultura convencional que, além de subordinar os camponeses aos seus interesses de classe, direcionam os rumos estratégicos das instituições de pesquisa e experimentações agrícolas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014).

Ao incidir junto à comunidade em uma relação frente à ação social coletiva de sua metodologia de trabalho, o produtor agroecológico estabelece relação dialética com as forças sociais politicamente ativas em busca de uma hegemonia (SEVILLA GUZMÁN *et al*, 1998; SEVILLA GUZMÁN, 2002). Portanto as dimensões ecológica e técnico-agronômica; socioeconômica e cultural e sócio - política influenciam uma à outra interagindo constantemente, de modo que estudá-las e entendê-las, torna-se uma tarefa relevante (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). O estudo da Agronomia e a Ecologia de forma isolada não fornecem os elementos necessários e suficientes para a compreensão destes fenômenos, nos quais o entendimento passa a ser fundamental quando se busca novos patamares de sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

A perspectiva agroecológica pode ampliar as possibilidades dos camponeses em realizar uma agricultura produtiva sem estarem subalternos à concepção de agricultura determinada pelo modelo de produção capitalista. Podemos dizer o mesmo sobre os pesquisadores que se engajarem em pesquisas de base sociais respeitando os saberes populares (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014). Avançar em “territórios de vida” implica ir além de construir novas epistemologias e ontologias, requer a criação de estratégias do saber com base nos saberes populares que envolvem as diferentes culturas e biodiversidades existentes

no planeta (LEFF, 2002, 2004).

Para resgatar tais formas de conhecimento e aplicá-la, e as práticas sociais e as formas de manejo dos recursos naturais, se propõe modificar não só a divisão disciplinar, mas também a epistemológica da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração das distintas disciplinas e 'formas de conhecimento' que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde as perspectivas sociológica e histórica jogam um papel central. (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 20).

A agroecologia vem se reafirmando como território capaz de discutir uma nova matriz tecnológica, todavia, não podemos esperar que ela se resolva como uma panaceia, ao mesmo tempo em que não podemos confundi-la com um tipo de agricultura alternativa ou com tantas outras denominações equivocadas referentes à agroecologia, que por sua vez trata-se de um tema amplo e complexo (CAPORAL, 2009). Através da agroecologia, os povos do campo retratam um aprendizado infinito com base no diálogo, descrito por Paulo Freire, na troca de saberes e na convivência apegada aos valores humanos. Compreender o movimento pedagógico que envolve as comunidades tradicionais torna-se imprescindível para dinamizar as práticas onde podem estar as respostas para os desafios do campo, mesmo havendo resistência por parte de alguns profissionais que insistem em não reconhecer os saberes que resistem ao longo da história (CAPORAL, 2009), talvez por não compreenderem, tendo em vista que foram estimulados para ignorar o saber acumulado pelos camponeses.

Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem, tentar 'enchê-los' com o que aos técnicos, lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante. (FREIRE, 1981, p.26).

O agroecológico, na atual conjuntura agrária ainda busca um nicho de mercado para viver, isso impede seu rompimento definitivo com a lógica do capital e o obriga a abrir brechas de sobrevivência neste sistema, é portanto, o compromisso em dar continuidade para as gerações vindouras das práticas de proteção à vida, da manutenção das sementes como um bem comum, da produção de alimentos diversificados produzidos sem exploração, com ensinamentos populares socializados ao longo da história pelos chamados "guardiões e guardiãs" das sementes e mudas, que constituiria o novo projeto de campo.

2.3 A pesquisa participante e a vivência no campo

A pesquisa participante ganha visibilidade como metodologia capaz de contrapor a visão reducionista das pesquisas positivistas na qual o distanciamento entre sujeito e objeto era condição *sine qua non* para se atingir a objetividade, logo as visões de mundo e os juízos de valores deveriam ser eliminadas. Tal perspectiva na contemporaneidade já não consegue responder às transformações sociais. Para Alentejano e Rocha-Leão (2006), a Geografia é um campo do saber/disciplinar que está cada vez mais atrelado à teoria social crítica, cujo objetivo é empoderar e emancipar os sujeitos sociais. Esta nova postura:

[...] exige um esforço teórico-prático de conhecimento e transformação, coloca-nos ante os processos sociais com uma atitude fundamental: ter disposição criadora, ter a convicção de que o que hoje existe não é a única realidade possível e que não tem sentido se propor a conhecer a realidade só para 'constatar como é'. É necessário chegar a propor como queremos que seja, que realidade poderia existir. Por isso, assumir uma Concepção Metodológica Dialética significa situar-se ante a história a partir de uma posição profundamente crítica, questionadora e criadora, para enfrentar de forma ativa e consciente os problemas como problemas reais [...] (HOLLIDAY, 2006, p. 49).

A pesquisa participante nos possibilita o envolvimento do trabalho popular na produção de conhecimento sobre a condição de vida do povo. Somos chamados a conduzir pesquisas que outrora fomos “objetos de estudos” (BRANDÃO, 1999). Ao tomarmos nossa história nas mãos, nos apropriamos da condição de sujeitos capazes de refletir e dar conta do processo percorrido. No entanto, nossa intenção vai para além de compreender e historicizar o processo de produção e vivência deste assentamento, importa-nos “compartilhar a experiência” (HOLLIDAY, 2006).

Escolhemos a pesquisa participante como guia, por compreendermos a aproximação de nossa vivência engajada no movimento social, acima de tudo por estarmos diretamente imersos à realidade e querermos aproveitar este momento para potencializar esta luta.

Guindani (2008, p. 87) aponta alguns princípios da pesquisa participante que ilustram nossas intenções: “[...] destaca-se aqui que eles ganham vida e visibilidade dentro dos movimentos sociais e populares, os quais, dessa mesma forma, oportunizam essas experiências para a autocrítica, renovação e avanços”. Essas relações são permeadas pelas histórias de vida que foram marcadas desde o momento da ocupação à conquista efetiva da terra que segue em curso, pois a terra em face de expansão do agronegócio na região de Ariquemes tende a pressionar os

assentados a incorporar a sua lógica de produção. Portanto, as histórias precisam ser rememoradas para não caírem no esquecimento e para fortalecerem novas lutas. Nesse sentido, compactuamos com Holliday (2006, p. 21) que afirma que estas são experiências “[...] vitais carregadas de uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada caso representam processos inéditos e irrepetíveis. É por isso que é tão apaixonante a tarefa de compreendê-las, extrair seus ensinamentos e comunicá-las”.

Todavia, enveredar por tal caminho pressupõe um método que seja capaz de apreender a totalidade do fenômeno. A dialética, segundo Holliday (2006), possibilita a aproximação da compreensão dos fenômenos sociais desde o interior de sua dinâmica, como sujeitos participantes na construção da história e implicados de forma ativa, revelando nossas ações, sentimentos, visões, sonhos, vontades e paixões por este processo. “Somos protagonistas ou vítimas de suas mudanças e movimentos; somos, em última instância, responsáveis por seu devir”. “[...] Somos assim — ao mesmo tempo — sujeitos e objetos de conhecimento e transformação” (HOLLIDAY, 2006, p. 49). Brandão (1999, p. 252) afirma que “Quando as pessoas do povo vêm participar dela, há que ser porquê de algum modo ela já faz parte de suas práticas, de seus projetos de classe e é, por isso, participante”. Logo, essa modalidade metodológica assenta-se na certeza de que o processo de envolver sujeitos, homens e mulheres, proporciona novos laços de vida, sonhos e expectativas. Sendo assim, a pesquisa participante proporciona transformação da realidade e das relações de vida das pessoas envolvidas (BRANDÃO, 1999; GUINDANI, 2008), elevando nos à condição de protagonistas da própria história.

2.3.1 Pesquisa participante exploratória

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

As pesquisas exploratórias têm como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo acerca de determinado fato. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla [...] (GIL, 1999, p. 43).

A pesquisa exploratória contribuiu para obtermos uma visão geral de como vivem os povos amazônicos em Rondônia, que constroem seu cotidiano com base na

dinâmica do rio. Os povos ribeirinhos que vivem às margens do Rio Madeira (baixo Madeira) — as comunidades São Carlos, Nazaré, Boa Vitória, Tira Fogo, Tira-Fogo, Pombal, Santa Catarina, Calama e Demarcação — ainda não foram impactados de forma precisa pelos problemas decorrentes da colonização, mas estão ameaçados pela construção das barragens de Santo Antônio e Jirau. A agricultura de várzea com aspectos naturalmente agroecológicos demonstra a sabedoria desses povos ao produzirem de acordo com o ritmo do rio, um respeito sagrado à natureza, retirando desta, apenas o necessário para sobrevivência, constituindo a lógica camponesa que segue em curso neste processo do espaço vivencial.

Uma cultura permanente e persistente em seus costumes alimentares, músicas, danças e lendas, um contraste às imposições do capital agro e principalmente hidronegócio representado pelas Usinas hidrelétricas Girau e Santo Antônio, que veem tentando omitir e destruir esses povos.

Buscando subsídios para o nosso objeto, visitamos os povos Suruís na região de Cacoal-RO, com a intenção de averiguar as maneiras de produzir e se relacionar com a terra, a floresta e os rios. Ainda que o sistema capitalista induza os povos a deixarem por completo suas raízes, encontramos produtores de bananas milho, batata, inhame, cará, entre outras variedades, explicitando os conflitos de uma vida local guiada pela auto sustentação e a lógica de mercado. Enfim, encontramos protetores da cultura indígena, encontramos resistência.

Contatamos também a Rede Agroecológica Terra Sem Males e os grupos agroecológicos coordenados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A Rede foi criada há dois anos, englobando movimentos sociais do campo com a perspectiva de unificar as famílias camponesas que resistem principalmente aos agrotóxicos e vêm constituindo uma caminhada com base nos princípios agroecológicos e a luta contra o agronegócio.

Por fim, realizamos uma visita de intercâmbio na Colômbia, onde foi possível conhecer o país que compõe a segunda maior biodiversidade do mundo e que enfrentam problemas das mais variadas ordens, incluindo os conflitos pela posse da terra. Todavia, encontramos resistência de famílias camponesas que resistem para garantir documentos de terras coletivas através da Asociación das Víctimas reclamantes de Tierra - “Tierra y Paz”. Lutam pela terra, contra os conflitos agrários por via institucional, na esperança de que o governo restitua suas terras, bem como a segurança e a garantia de que irão sobreviver na terra, sem conflitos, uma vez que os

empresários que vivem da exploração do campo, e que contam homens armados, não respeitam esses povos.

Encontramos também as famílias camponesas da Associação Rede Agroecológica Campesina de Pradera (ARAC) que vêm resistindo no seio do agronegócio colombiano, em Subachoque, Cudinamarca, região próxima a Bogotá, onde se encontra o metro quadrado de terra mais caro do país.

2.3.2 A trajetória

É apropriado apresentar a trajetória de vida, formação e engajamento da pesquisadora, pois “[...] a postura de um cientista está permeada pelas memórias e pelo ambiente familiar, social e político onde elas foram produzidas e consolidadas” (SOUZA, 2011, p. 26). Minha família viveu longas buscas por um pedaço de chão. Saindo da região Sudeste para o Sul, e retornando ao sudeste, desta vez para a grande metrópole, onde, já na adolescência, tive as primeiras noções da imposição do Estado sobre a classe trabalhadora.

No fim do período mais acirrado da ditadura militar (1982-1984) tive contato com a Pastoral da Juventude, que na época era muito engajada nas lutas sociais por conta da teologia da libertação. Assim foram minhas primeiras aulas de realidade social, com base na Igreja de Pedro Casaldaliga. Minha família e eu chegamos à região norte do Brasil, mas precisamente no município de Ouro Preto d’ Oeste, ao final do ano de 1984, que será de quando e onde, retrataremos nossa vivência. A migração para o norte do Brasil, não foi uma opção ou um sonho familiar, embora não reuníamos elementos de análise, fazíamos parte da estruturação da política de colonização da fronteira agrícola do norte do país, que neste período (1984) era comandada pelo então Presidente da República, João Batista Figueiredo.

Ao chegarmos à “terra prometida”, o “Eldorado amazônico”, onde deveria “jorrar pão e mel”, praticamente em meados da década de 1980, o processo de exclusão a que éramos submetidos no sul do país parecia haver terminado. No entanto, havia muita violência assolando as terras rondonienses. No ano seguinte ao que chegamos, 1985, ocorreu o assassinato do Padre Ezequiel Ramim, em conflito agrário, na região de Cacoal, RO. Três anos depois, era assassinado no Rio Branco do Acre o líder sindicalista Chico Mendes, também em conflitos agrários, mais especificamente em defesa da floresta. Esses são casos que ganharam visibilidade

nacional e internacional, porém convivíamos com casos frequentes de assassinatos envolvidos em disputas por terras.

Sabe-se que a região Amazônica foi/é palco de injustiças, violências e destruições, passando pelo ciclo do ouro, das drogas do sertão, da borracha (sendo que neste, os nordestinos foram os mais visados). Na sequência, da agropecuária ao biodiesel, o cenário se repete, e com isso ocorre a devastação da floresta e o massacre de povos indígenas. Segundo Picoli (2006) a união entre o Estado e o capital, passa a estabelecer os limites, as formas de atuação e os requintes de crueldade com os povos originários e posseiros. O processo de colonização é banhado de injustiças e “[...] não foram poucas as ocasiões em que esses sujeitos sociais e os colonos se exterminaram na disputa por uma mesma terra” (SOUZA, 2011, p. 26).

Minha família conseguiu a terra através da demarcação provisória que fazia parte do processo de ocupação, por iniciativas próprias. Muito depois, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) chegaria para realizar o processo de demarcação definitiva, diferente da colonização dos anos 1970, em que ao chegar a família recebia do próprio Instituto, a terra documentada (em dobro da quantidade da década seguida) e implementos agrícolas através dos diversos projetos de colonização agrária.

Nossa propriedade estava colada à terra dos indígenas *Uru Eu WAu Waus* e assistimos a várias investidas de ocupações ilegais, algumas em que foi utilizada violentamente a força policial para retirada dos posseiros, que incansavelmente buscavam por terra, já que não havia uma política do Estado para distribuição, porque, na visão concentradora do latifúndio, as terras não eram “suficientes” para todos.

Assim, os índios iam sendo empurrados floresta adentro por conta das queimadas ilegais, realizadas por posseiros, pois não havia nenhum tipo de coibição por parte do Estado, pelo contrário o Estado era conivente, pois, fazia parte da estratégia de “amansar” as terras, desocupá-las, expulsando os índios para terras distantes, ou exterminando-os em confrontos, para que no futuro na chegada dos fazendeiros compradores, já não existissem mais índios, nem doenças, epidemias de insetos e animais ferozes, que seriam extintos pela derrubada das florestas e consequentemente, o fogo, e quando o Estado já teria construído estruturas básicas como estradas, por exemplo, tudo às custas do trabalho e muitas vezes da vida destes posseiros.

Essa prática era usada até muito recentemente, (já no fim da década de 2010), principalmente por fazendeiros, que a cada ano destruíam grande parte das reservas indígenas com a queimada da floresta, e em 2015, depois de quatro anos, há um retorno agressivo da devastação, e novas investidas contra terras indígenas. Em relação a estes e outros conflitos, minha visão foi sempre a de indignação e revolta, ainda que, naquele momento a compreensão fosse muito limitada, não sendo possível realizar uma análise mais profunda ou intervenções cabíveis. Nosso envolvimento era com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e suas pastorais, que, ainda sobre os princípios da Teologia da libertação, nos permitiam refletir sobre os problemas sociais, embora houvessem limitações quando se tratava de conflitos agrários. Foi no envolvimento com o MST, que passei a uma leitura mais sistemática sobre a realidade agrária e à uma intervenção direta na luta organizada.

O contato com o MST se deu a partir de 1992, durante o processo de mobilização das famílias e ocupação da área. Ao longo destes quase 24 anos de permanência no assentamento “14 de Agosto” nos foi possível um acúmulo histórico, de formação intensiva, vivenciando relevantes episódios históricos e políticos. Em nossas experiências, constatamos a imposição do capital sobre a classe trabalhadora, e compreendemos o embate direto entre burguesia e sem-terra, ocupações e despejos, o enfrentamento direto com a polícia e a influência negativa dos meios de comunicação em relação aos movimentos de trabalhadores organizados.

Assistimos ao cenário político em que o Estado camuflou-se de trabalhador e causou inércia nos movimentos sociais e na Reforma Agrária, que era aparentemente expressiva nas décadas de 1980 e 1990 e seu retrocesso no fim da década de 1990, quando o latifúndio adquire o status de agronegócio e o consumo de alimentos saudáveis converte-se em mercadorias, exigindo assim mudanças nas formas de produção. Assistimos, enfim, a decadência de um projeto de transformação social. Mas também acompanhamos o processo de formação social e política do MST, o envolvimento da juventude nos processos de luta, o surgimento do movimento da educação do Campo, o compromisso com a agricultura de base agroecológica, como resistência camponesa e o surgimento da **Via** que poderá unificar os camponeses do mundo, através da organização **Campesina**³, entre outros avanços.

³ A Via Campesina é um Movimento Internacional que coordena organizações camponesas, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América

O fato de estarmos diretamente ligados ao trabalho educativo nos proporcionou conhecer o movimento pedagógico presente no MST e como o sujeito educa e se educa ao fazer a luta pela terra (CALDART, 2004). Nos últimos doze anos, experimentamos uma caminhada particular de coletividade de terras, de trabalho agroecológico, de cozinha comunitária, de sonhos e ideais. Por meio do Grupo 14 de Agosto, buscamos colocar em prática os princípios da cooperação agrícola do MST.

Propomos refletir teoricamente sobre o histórico deste assentamento, o processo coletivo e a produção agroecológica, porque como educadores e educadoras, precisamos compreender as dinâmicas existentes no campo, as tecnologias apropriadas aos camponeses, assim como, os procedimentos de cooperação agrícola, e como pesquisadores e pesquisadoras, compreender o movimento pedagógico presente nestas experiências.

2.4 Problemática da pesquisa

O ponto de partida de uma pesquisa constitui-se da identificação do problema que servirá como eixo condutor para a obtenção dos resultados. Não se deve, no entanto, limitar a compreensão ampla dos problemas enfrentados no campo, neste sentido, a visão sobre os problemas sociais de um pesquisador em consonância com método de interpretação poderá influenciar na análise da realidade (SOUZA, 2011). Pretendemos com esse processo investigativo, mais sistemático e aliado ao conhecimento acumulado ao longo da trajetória de vida acadêmica e pessoal, responder às seguintes questões.

- a. Qual o processo histórico e a luta de territorialização neste latifúndio improdutivo que foi a fazenda Shangrilá, em Ariquemes? Quais estratégias de resistência frente ao poderio agrário da região? Pode-se afirmar que este latifúndio — onde se criava bois e se explorava a madeira através da mão de obra em regime análogo ao trabalho escravo — se transformou em um território que cumpre sua função social? Qual a influência desta luta no contexto agrário da região?
- b. Pode-se reafirmar a viabilidade e atualidade da Reforma Agrária através da resistência do assentamento “14 de Agosto” como uma

solução aos problemas de ordem social, no que diz respeito à geração de empregos, produção de alimentos e viabilidade econômica?

- c. Qual a importância da agroecologia para a garantia da permanência no campo? O que a produção de alimentos saudáveis e diversificados significa no fortalecimento do campo e da cidade e visibilidade para o Movimento Sem Terra? Podemos considerar que as tecnologias agroecológicas são acessíveis e viáveis aos camponeses? Como produzir de forma agroecológica para alimentar o planeta? Qual a contribuição da agroecologia para estabilidade dos impactos ambientais e restabelecimento de um equilíbrio da biodiversidade e vida saudável para a população? A agroecologia se apresenta como contraponto aos desajustes ambientais, sociais, econômicos e culturais causados pelas políticas do agronegócio e do capital internacional?
- d. Quais os entraves e perspectivas de vivência do Grupo “14 de Agosto” dentro de um sistema de base capitalista, onde a terra tem valor monetário e não o valor de uso e sustentação camponesa?

Essas indagações originaram o processo para a construção da dissertação proposta. Esperamos contribuir para chegarmos às respostas necessárias à compreensão para a luta pela terra e às propostas viáveis para produção agrícola.

2.5 A análise de dados

A análise de dados coletados no campo — os relatos de observação, as transcrições das entrevistas, os documentos — se efetivaram por intermédio de categorias preestabelecidas.

Estas fontes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidades e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento [...] sem contar que em muitos casos se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. (GIL, 2008, p. 147).

No processo de investigação e de vivências, nos apropriamos de todo o material possível relacionado ao objeto e à problemática da pesquisa. Posteriormente analisamos minuciosamente esse material, estabelecendo as relações, mediações, aspectos contraditórios e outros (FRIGOTTO, 2014). Todo esse arsenal foi imprescindível para fornecer respostas à problemática na investigação suscitada (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

2.6 Entrevistas como procedimento de análise da trajetória

Os relatos dos depoentes desta pesquisa permitiram compreender as nuances da realidade que às vezes não fica explícita ou latente. No caso, foi utilizada a entrevista semiestruturada, que é uma “mistura” entre as técnicas da entrevista estruturada — aquelas cujas perguntas não sofrem variações ou desvios dos temas propostos — e da entrevista focalizada — em que o pesquisador conduz livremente as questões na direção do tema em foco (GIL, 2006).

Antes de iniciar a entrevista propriamente dita, conversamos informalmente com as famílias, de forma que os deixassem livres para que o diálogo fluísse naturalmente. Explicamos quais eram os objetivos da pesquisa além de captar imagens e relatos para a elaboração de um documentário sobre a trajetória do projeto e da experiência agroecológica dos assentamentos.

As entrevistas foram realizadas nas casas, nos quintais, nas roças, na cozinha coletiva, nas feiras e na escola. As realizadas no assentamento foram gravadas, já que este constitui no meio mais eficaz de manter vivo o diálogo obtido através da entrevista. Para coletar os relatos dos dirigentes do MST, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Rede Agroecológica, utilizamos também em alguns casos, a internet.

Para a confecção do documentário contamos com trabalho excepcional da Equipe Bodoque Cine vídeo, que proporcionou através do profissionalismo e sensibilidade com a luta pela terra, um clima de entusiasmo e comprometimento por parte dos entrevistados. Devido à longa convivência nos foi possível preparar roteiros individuais para as entrevistas de acordo com as possibilidades dos diferentes entrevistados e entrevistadas.

No assentamento foram entrevistadas 21 famílias, totalizando 39 pessoas, sendo 21 homens das seguintes faixas etárias: uma criança (07 anos); dois adolescentes (15 e 16 anos); três jovens (21, 25 e 27 anos); 15 adultos (entre 30 e 65 anos). As mulheres foram 15, sendo uma criança (06 anos); uma adolescente (15 anos); três jovens (18, 21 e 25 anos); 10 adultas (entre 30 e 55 anos). Pessoas ligadas ao assentamento, dirigentes do MST, CPT, MPA, companheiros e companheiras de diversos momentos da história, além dos clientes que recebem cestas ou compram direto na feira no município de Jarú, totalizaram 35. Nossa intenção foi a de contatar a diversidade, em relação à gênero, idade, militância política, origens camponesas,

dirigentes da luta pela terra, além de consumidores e apoiadores da Reforma Agrária e da produção de alimentos saudáveis.

2.7 O uso das fotografias

O uso de fotos foi adotado pela importância da imagem. Segundo Belei *et al.*, (2008), as imagens passaram a fazer parte da vida cotidiana e acadêmica, modificando a maneira de ensinar e de aprender. Para a autora, as imagens oferecem à prática de observação e descrição, um suporte a mais e um novo olhar.

Recorremos aos registros fotográficos pessoais, que incluem os registros da Anne Mark, que vive na Alemanha e passou uma temporada no acampamento, porém, suas fotografias principais foram apreendidas por policiais durante o despejo em que ela estava presente em 1993. Recorremos também ao acervo da CPT, MST e ao de muitas pessoas que disponibilizaram fotografias de seus arquivos pessoais, além do Projeto Padre Ezequiel, que nos cederam gentilmente os registros fotográficos da Romaria da Terra em 1994, que ocorreu no acampamento 14 de Agosto, tornando-se um fato histórico relevante.

2.8 O uso da filmagem

Foi-nos possível fazer uso desta técnica através da Equipe Bodoque Cine Vídeo, trabalham com vídeos populares e se dispuseram a contribuir com a luta pela terra em Rondônia.

A metodologia usada para condução deste processo, proposta pela equipe dos cinegrafistas populares, foi a de constituição de um grupo de pessoas adultas que participaram desde a organização da ocupação, mulheres, jovens, dirigentes do movimento e lideranças do assentamento e do Grupo, o que chamamos de uma “coluna vertebral” que deu sustentação histórica e política ao documentário e à dissertação. De acordo com Thiollent essas atividades são:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2008, p. 14).

Esta é uma técnica que, a princípio, causa estranhamento entre as pessoas

pela falta de costume com as câmeras (HEACOK; SAUDER; CHASTAIN ,1996), mas, com o tempo foi possível comprovar na prática que este comportamento modifica-se em um período curto de tempo. Ao revivermos a luta através da história, uma onda de entusiasmo pairou sobre os sujeitos envolvidos neste processo, despertando um clima de união, emoção e esperança.

Com o resultado deste procedimento apresentaremos o documentário⁴ da trajetória de luta do assentamento “14 de Agosto”, assim como, a organização da produção agroecológica e a vivência do Grupo. Acreditamos que este recurso áudio visual contribuirá com a divulgação desta experiência e acima de tudo será um registro importante da história deste assentamento e da luta pela terra em Rondônia.

Também usaremos as canções do Zé Pinto, que vive em Rondônia, é militante do MST e desde a ocupação do 14 de Agosto, em 1992, esteve sempre presente com sua arte. Lutamos, e ele nos acompanhou transformando essa luta, em cantos e encantos. Ao longo desse processo histórico cantou não só a nossa trajetória, mas a de milhares de Sem Terra espalhados Brasil afora e conseguiu marcar dessa forma a resistência, a beleza, a ideologia, os sonhos, o dia a dia nos acampamentos e assentamentos, a participação das mulheres, das crianças, a produção, a educação e o trato com o ambiente.

⁴ Nós, o 14 de Agosto. In: Vimeo. Vídeo (ca. 21.03 mim). Produção e direção Bodoque Cine Vídeo. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B3G5dDbMr18vRmZHYWxlSkhEQTQ>> Acesso em: 15 mar. 2015.

3 O CONTROLE DO AGRONEGÓCIO ATRAVÉS DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS SOBRE APRODUÇÃO E O COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Ó dono do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente

(CHICO CÉSAR, 2015)

A propaganda do agronegócio gravita em torno da “massificação” da produção de alimentos para saciar a fome. Mas o agronegócio representa mais uma intenção do capital. Pois nos deparamos com populações de todo o mundo que passam fome, ao mesmo tempo em que se produz alimentos como nunca, devido ao conjunto de funções do modelo tecnológico de produção do agronegócio. No entanto, esse modelo é altamente concentrador e excludente, produzindo um contraste entre riqueza e miséria, entre grande produção e desperdício de alimentos como também nunca houve na história. (STÉDILE; CARVALHO, 2010).

Os autores denunciam ainda que, o que se tem feito é implantar programas sociais compensatórios, seguindo as diretrizes traçadas pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e que tais programas, apenas defendem políticas governamentais compensatórias, para que a fome e a desnutrição não se transformem em tragédias sociais ou conflitos políticos internacionais.

Dados da Confederação Nacional de Organização Campesinas, Indígenas e Negras (FENOCIN), sobre o processo de reestruturação em que passavam (já neste período) mostram que os países latino-americanos com ajustes e reformas de Estado vem aumentando a pobreza e a indigência de 70% a 80% da população forçando a migração das populações rurais (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO CAMPESINAS, INDÍGENAS E NEGRAS, 2006). Dos 510 milhões de habitantes da América Latina e Caribe, 170 milhões já viviam em extrema pobreza, com menos de 2\$ por dia e destes, 70 milhões com menos de 1\$ diário. Enquanto se acentua o poder do capitalismo neoliberal a dependência tecnológica, o controle das empresas transnacionais e oligarquias, o uso irracional dos recursos naturais e das rendas

provenientes da sua utilização do petróleo, gás e madeiras.

O que vemos são programas paliativos através da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations — FAO) que não cumprem seu papel de origem, que seria o de resolver os problemas da fome no mundo. Esses programas, segundo Oliveira (2012), são criados também para manter o capital financeiro, chamado por Shiva (2012) de **cassino alimentar**. Com a grande quantia de dinheiro que é injetado neste cassino global, os processos artificiais da especulação aumentam o preço da comida e, por consequência, colocam a comida fora do alcance de milhões de pessoas. Logo, a fome e a desnutrição não são ocorrências naturais, mas resultados das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si (CASTRO, 2003).

A concentração de renda atrelada ao desemprego incide sobre esse processo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de um bilhão de pessoas não possui um trabalho que seja capaz de suprir suas necessidades básicas de alimentação, 826 milhões de pessoas continuam sofrendo de desnutrição crônica e, a cada ano, 36 milhões de pessoas morrem em consequência da fome no mundo. O Relator Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o direito à alimentação, Jean Ziegler, caracteriza essa situação como um **genocídio silencioso**. Ainda que a maioria dos alimentos que chegam à mesa da população seja produzida pela agricultura familiar e camponesa, os maiores investimentos públicos são para o agronegócio fortalecendo as multinacionais e isentando-as da crise estrutural existente.

Em seus estudos, Bernstein (2011) afirma que a base do primeiro Regime Alimentar Internacional (RAI, 1870-1914) foi o açúcar a granel, sendo a primeira mercadoria agrícola transportada regularmente pelas vias oceânicas, oriundas das plantações escravistas do Brasil e das Antilhas. O transporte terrestre fez com que se ampliasse a escala do comércio internacional de mercadorias agrícolas, e os países como a Argentina, Austrália, Canadá e principalmente Estados Unidos foram considerados os maiores produtores de grãos e carne entre 1870 a 1914. Foi neste período que se originou o agronegócio, sendo pioneira a cidade de Chicago. Sob a lógica do capital, a produção de alimentos deixa de ser uma atividade de sustentação humana e se converte em uma atividade mercadológica.

Após este evento, o que distingue a grande plantação industrial das formas anteriores de grande plantação é a ligação entre a estrutura de propriedade e o vínculo

estreito com o capital financeiro. Já no segundo Regime Alimentar Internacional (1940-1960), a característica fundamental do capitalismo implicou na “demanda efetiva” “[...] revelando quem fica com o quê — ‘a renda disponível’ que os consumidores podem gastar (inclusive a crédito) — e não quem precisa do quê” (BERNSTEIN, 2011, p. 86).

A partir da década de 1950 “[...] surgiram alguns dos maiores nomes do setor agroalimentar, com destaque para os que selecionam e abatem animais para processar a carne, e os das grandes cadeias hoje globalizadas de *fast food*” (BERNSTEIN, 2011, p. 88). Na contemporaneidade assistimos ao crescimento da especulação financeira e da Reforma Agrária de mercado que ao impulsionar o agronegócio, geram miséria e fome no mundo (PEREIRA, 2006).

Na segunda metade do século XX surge a revolução verde alegando a necessidade de responder à urgente necessidade de produzir alimentos para o planeta, com o uso intensivo de produtos sintéticos e agrotóxicos, alterando sementes e produzindo máquinas pesadas para impulsionar a produção de monoculturas. No entanto, observa-se meio século depois, o aniquilamento da agricultura camponesa, em que os povos camponeses e indígenas, principalmente, perdem suas posses para o agrohídronegócio e para as mineradoras que expulsam os camponeses para fronteiras agrícolas, mantendo o domínio das terras com as melhores condições para o plantio, se apossando de recursos minerais e hídricos.

O agronegócio mantém, ainda, o domínio sobre as sementes, impedindo o direito de plantar e colher em sua forma natural. A manipulação genética das sementes constitui em um dos parâmetros utilizados pelas multinacionais para ampliar o processo de acumulação de capital. “Os organismos geneticamente modificados”, são utilizados para generalizar os transgênicos. Machado e Machado Filho (2014) consideram esse termo como um eufemismo, ou seja, a expressão inadequada por não existir na natureza organismo que não tenha sido produto de uma evolução com a modificação de sua estrutura genética.

Se o agronegócio utiliza de apologia para enaltecer a eficiência das sementes artificialmente modificadas, buscando convencer as pessoas de que as sementes transgênicas são uma tecnologia benévola, por outro lado as sociedades científicas comprometidas com o bem-estar têm mostrando a ineficiência e o perigo que os transgênicos causam, como assevera Machado e Machado Filho (2014, p. 111): “O material sintético introduzido nos transgênicos se faz com métodos invasivos que são

incontroláveis, pouco confiáveis, imprevisíveis e imprecisos”.

Em 2000, o Grupo de Ciências Independente do Paraná apontou que as empresas de biotecnologia começaram a sofrer rápido declínio e os consultores de investimentos previam que não teriam futuro no setor agrícola. “Enquanto isso, a resistência mundial aos transgênicos alcançou seu clímax em 2002 quando a Zâmbia, apesar da ameaça de fome no país, recusou o milho transgênico enviado como ajuda alimentar” (GRUPO DE CIÊNCIAS INDEPENDENTE DO PARANÁ, 2004, p. 15). Segundo Stédile e Carvalho (2011), os transgênicos são uma ameaça aos camponeses, à soberania alimentar, à saúde e à biodiversidade do planeta e não são capazes de aliviar a fome no mundo, além de que, concentrou as sementes em algumas empresas transnacionais, aumentando a quantidade de agrotóxicos provocando a maior concentração corporativa da história da alimentação e da agricultura. Quem fica com os lucros são as corporações de produção de agroquímicos tais como: Monsanto, Syngenta, DuPont, Dow AgroSciences, Bayer e Basf.

Entretanto, essas corporações não agem sozinhas, estão organicamente atreladas ao Estado que cria mecanismos para assegurar seus interesses à revelia dos trabalhadores. Entre os mecanismos utilizados, merece destaque a isenção de impostos assegurada pela Lei Kandir (Lei nº 87, de 13 de setembro de 1996 — CÂMARA DOS DEPUTADOS), em que o registro e o uso de venenos proibidos em outros países foram facilitados no Brasil pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBIO) (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014), apontam também, o acesso a créditos subsidiados concedidos a empresas estrangeiras pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a aprovação do Novo Código Florestal, que agride o ambiente e facilita as negociações das grandes proprietárias de terras, e as políticas de favorecimento ao agronegócio em geral. A formação dos cartéis transnacionais controladores de toda a cadeia produtiva incluindo o mercado, reduz a diversidade alimentar a oito commodities, sendo que as principais são a soja, o milho, o trigo e o arroz.

O agronegócio dos alimentos gera uma cifra de 3,5 trilhões de dólares por ano e as empresas como a Nestlé, Monsanto, Bunge, Dreyfus, Kraft Foods, Pepsi-Cola, Coca Cola, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Marte, ADM e a Danone, controlam 26% do mercado mundial (STÉDILE; CARVALHO, 2011). Entre 2003 e 2008, a especulação do índice de *commodity* cresceu cerca de 1.900%, valores financeiros

estimados para 260 bilhões (SHIVA, 2012). Deste índice, 30% dos fundos foram investidos em *commodities* de alimentos, sendo que,

[...] as importações volumosas de alimento barato e subsidiado, arruinaram agricultores locais, expulsando-os da terra tornando 'o campo' [...] um espaço vazio, sem relação com a produção, as famílias produtoras, sua cultura e a diversidade agrícola são substituídas por alguns funcionários, máquinas e monoculturas. (ROSSET, 2006 p. 320).

Provoca-se, assim, uma apropriação injusta dos bens da natureza principalmente das terras que, calcadas pelas políticas projetadas e apoiadas pelo Banco Mundial (ROSSET, 2006), aceleram a mercantilização da terra que atende aos interesses do agronegócio, mas deixam à própria sorte as famílias camponesas que dependem e esperam pela terra. Quando a agricultura familiar é foco das políticas do BM, as ações são de “alívio” da pobreza, tornando impossível alcançar a sustentabilidade social ou ecológica, se continua o processo da concentração de terras (PEREIRA, 2006).

Além das mercadorias, os agrocombustíveis, também vêm concorrendo com a produção de alimentos e aumentando a degradação ambiental e social por expulsar pessoas do campo e encarecer os itens que compõem a cesta básica. Além disso, se apropriam da água para os sistemas de irrigação e processamento dos alimentos, colocando em xeque a vida da população. Diante desse quadro, observa-se que sem uma redistribuição dos bens naturais não se pode conquistar soberania alimentar.

O alto consumo de produtos industrializados, à base de sal, açúcar e carnes vermelhas, tem causado problemas de desnutrição e disfunção de peso, provocando uma série de doenças, decorrentes da carência de vitaminas, sais minerais e excesso de açúcar e gorduras (MARC, 2014). Para Bernstein (2011, p. 87, grifo do autor), “O consumo de carne e alimentos industrializados aumentou”, mostrando a ampliação “[...] da importância do setor de agroalimentos a jusante da lavoura no **complexo agroalimentar internacional**”. Ao mesmo tempo em que a população passou a ter acesso aos alimentos de alto teor de proteínas, destacando a carne, pelo barateamento dos preços, aumentou o número de enfermidades causadas por produtos industrializados e contaminados por agrotóxicos. Hoje o México é o país que mais consome Coca-Cola no mundo, sendo que um em cada dez mexicanos sofrem de diabetes (MÉXICO..., 2013).

Os hábitos alimentares estão passando por transformações radicais e os alimentos tradicionais têm sido substituídos por mercadorias de fácil acesso e preparo.

A justificativa utilizada é a de que as pessoas não têm tempo, entretanto, o que está em jogo é uma política de valores e interesses capitalistas.

Segundo Carvalho (2013), a aceitação de alimentos industrializados e homogeneizados, não se restringiu aos grandes centros urbanos, devido à propagação desses alimentos através dos meios de comunicação de massa e às facilidades de transportes de mercadorias, ocorreu uma mudança na composição alimentar, induzindo as populações das pequenas e médias cidades, incluindo o meio rural. A ideia de alimentos comprados em seu estado natural, diretamente dos produtores passa a ser considerados como coisa ultrapassada (VIVAS, 2014).

Os alimentos não são mais produzidos e processados — eles são projetados. As linhas que anteriormente ligavam o campo, os grãos e o macarrão, bem como as hortas, o tomate e o molho do tomate que acompanham o macarrão, estão sendo quebradas. Isso deu origem ao que, chamamos de 'guerra de alimentos'. (LANG; HEASMAN *apud* PLOEG 2008, p. 22).

Nesta guerra, o camponês tornou-se alvo de preconceito, passa a ser considerado como ignorante e o campo a ser visto como lugar do atraso. Ironicamente, a produção de alimentos orgânicos está para uma clientela com maior poder aquisitivo, assim como o mercado de alimentos industrializados está voltado para a população de baixa renda (VIVAS, 2014). Esse conjunto de ações que regem o “Império da cadeia alimentar” (PLOEG, 2008) personifica-se em grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, leis, modelos científicos, tecnologias e outros.

Todavia, Ploeg (2008) afirma que este Império não está no seu auge, tampouco pode ser considerado intocável, e que como em qualquer arena as lutas internas e as contradições se afloram para disputar a hegemonia. Destarte, “[...] determinados representantes do Império podem emergir, tornar-se aparentemente poderosos e depois se desgastar ou atingir o colapso” (PLOEG, 2008, p. 20). O autor cita como exemplo o caso da Parmalat, que no final de 1998, possuía dívidas globais que chegavam aos 2,1 bilhões de euros, sendo que esse valor correspondia a mais do que todo o seu valor líquido. Mesmo com todos os investimentos tecnológicos no seu último recurso, o *latte fresco blu* (o Leite azul fresco), a empresa entrou em colapso em 2003. Embora o Império se mostre empenhado em dominar a produção de alimentos em escala global, 85% dos alimentos produzidos no mundo provêm de processos de circuitos curtos e descentralizados (PLOEG, 2008). Compreendemos então, que esse sistema já mostra sua fragilidade e há estudos mostrando que está

em decadência e não terá futuro (PLOEG, 2008; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Como respostas às grandes corporações agroindustriais e à política de dominação dos alimentos, surgem as possibilidades de resistência no campo através das lutas pela posse da terra e das práticas de produção de alimentos agroecológicos. Neste processo “[...] o campesinato representa uma resistência ao império, por vezes massiva e patente, mas essencialmente através de formas camufladas e tangíveis de escapar ou mesmo ultrapassar as pressões”. (PLOEG, 2008, p. 26).

3.1 A Soberania Alimentar como resposta aos problemas agrários enfrentados no mundo

As organizações camponesas, indígenas e quilombolas têm se manifestado contra o conceito de segurança alimentar, propondo os princípios da soberania alimentar, que diz respeito ao direito à terra, às sementes sem mecanismos genéticos artificiais, aos recursos hídricos e ao direito de plantarem de acordo com a cultura de cada povo. Para isso, propõe-se um retorno à cultura de povos que viveram (e vivem) por tempos milenares e que souberam produzir respeitando os costumes locais, implementando tecnologias viáveis para o campo.

Diante dos riscos relacionados à soberania alimentar, uma grande parte da população mundial continua vivendo sem a segurança de que terão comida para sobreviverem. A Via Campesina, no âmbito mundial, que reúne mais de 100 milhões de camponeses e camponesas dos quatro continentes (Ásia, América, África e Europa), tem como um de seus principais debates a soberania alimentar (DEMARAIS, 2013; VERGÉS, 2011;) e realiza fóruns mundiais para discutir, estudar e encontrar soluções para esta questão, que foi considerada por Josué de Castro (1992) como um tabu, alertando que há um número muito superior de publicações a respeito das guerras em relação ao problema da fome, no entanto, Castro alerta que os estragos produzidos pela fome são maiores que a soma das guerras e epidemias. Ainda hoje se faz necessário realizar campanhas e programas como medidas paliativas e não como políticas para que cada povo tenha o direito de produzir alimentos saudáveis a partir de sua cultura específica, já que a alimentação faz parte da identidade de cada nação.

Além disso, a Via Campesina refuta a definição da Organização das Nações

Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), sobre o acesso à alimentação ser regulamentado pelo mercado, e apresenta o conceito de Soberania Alimentar como o princípio através do qual os povos têm direitos soberanos para definir como produzem, como intercambiam e como consomem seus alimentos. Este conceito surgiu na década de 1990, a partir dos movimentos sociais do campo, que discordavam das políticas agrícolas neoliberais impostas aos governos do mundo inteiro através de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial, que são parceiros da FAO, nos debates e projetos de segurança alimentar.

Durante a articulação internacional dos camponeses, em Roma no ano de 1996, a Via Campesina esclareceu que a “segurança alimentar” diz respeito à obrigação dos Estados em garantir alimentos em quantidade diária suficiente, não levando em conta sua origem, e que os organismos internacionais vinculados ao capital financeiro têm fortalecido o agronegócio, inviabilizando a agricultura camponesa, e ainda que, para a segurança alimentar admite-se inclusive ajuda alimentar de outros países, como ajuda humanitária, enquanto que, com a soberania alimentar, as nações garantem suas reservas alimentares (VIA CAMPESINA BRASIL, 2007).

A fim de viabilizar o equilíbrio entre natureza e produção e contrapor-se ao agronegócio, constitui-se o conceito de alimergia, “[...] um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem, e de maneira sinérgica, a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental.” (GÖRGEN, 2012 p. 53). O autor explica também que o conceito foi criado visando à soberania alimentar e energética das comunidades e dos povos com integração e harmonia com os ecossistemas locais

[...] alimergia não é só um novo conceito, procurando unir, em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um novo paradigma necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos energéticos, alimentares e ambientais, para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro. (INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO, 2008, p. 34).

A implantação da “alimergia” exige repensar o paradigma energético sobre as mesmas vias da agroecologia, sem monocultivos, criando sistemas industriais flexíveis e descentralizados com circuitos comerciais e distributivos readequados, conforme a localização da população, o que também torna imprescindível a efetivação

da Reforma Agrária, energias renováveis e alternativas como a energia eólica, solar, biogás e biomassa (GÖRGEN, 2012).

3.2 Sobre o uso de agrotóxicos no Brasil

O desenvolvimento das tecnologias para agricultura ganharam uma dimensão para além do que a natureza pode suportar, e ainda manter-se equilibrada. O uso de agrotóxicos faz parte da idealização do capitalismo em tornar a agricultura extremamente industrial (VERGÉS, 2011). Outras invenções, como novos pacotes tecnológicos compostos pelos ramos da biotecnologia e nanotecnologia, serão agregados à fase da “agricultura de precisão” (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012).

Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, [...], mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1998, p. 571).

A atual matriz tecnológica imposta ao país provocou ao longo dos anos a perda das tradições camponesas e a política altamente irresponsável gerando desajuste ambiental e social. Essa matriz designada como agronegócio (*agrobusiness*) é uma forma do modelo capitalista de produção e, em um período de aproximadamente um século, reduziu a agricultura a uma técnica excludente e devastadora. O Brasil se tornou maior consumidor de agrotóxicos no mundo, em 2008 ultrapassou os Estados Unidos, que até então liderava o ranking (FACCHINE e SOUZA, 2015). Em 2014 a média consumida por pessoa, foi de 7, 3 litros (TYGEL, 2015).

São 366 ingredientes ativos registrados no Brasil utilizados na agricultura e pertencem a mais de 200 grupos químicos aos quais pertencem 1.458 fórmulas produzidas para o comércio. O Brasil e a Argentina juntos são os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo (LONDRES, 2011).

A pesquisa Efeitos do Glifosato em embriões de anfíbios conduzida pelo chefe do laboratório de Embriologia molecular da Universidade de Buenos Aires, Argentina, Professor Andrés Carrasco, é um exemplo recente de evidências dos perigos dos agrotóxicos, assim como a pesquisa publicada pelo jornal Argentino em 2010, ambas apresentadas por Londres (2011) apontou que os casos de câncer em crianças, triplicaram em uma década e que quaduplicaram os nascimentos de bebês com má formação de feto. Isso ocorreu exatamente no período em que o uso de agroquímicos

aumentou na região. A mesma publicação informou que enquanto a média mundial de câncer em menores de 15 anos é de 12 a 14 casos a cada 100 mil crianças, dados oficiais de Chaco, estado localizado na região norte do país, mostram que em La Leonesa, localidade de dez mil habitantes a 60 km do estado, o registro salta para 20,2 casos para cada 100 mil.

Na Colômbia, a política do Estado está comprometida com as transnacionais, desterritorializando os camponeses e os povos indígenas com pulverizações aéreas de produtos químicos, destruindo florestas e terras agrícolas. Além disso, a criminalização dos camponeses e a militarização da sociedade expressa o clima de repressão no país (CHIGUACHI, [2008?]). A aliança entre o Estado e o Capital desconsidera que ali se encontra um dos maiores centros de biodiversidade do mundo, a sua localização estratégica, a ponte entre as Américas e a geografia heterogênea, faz com que se amplie a diversidade de sementes de milho por conta da alta fertilidade do solo e clima propício.

Segundo Machado e Machado Filho (2014) o alto consumo de agrotóxicos tem causado a morte de milhares de trabalhadores, sendo que na agricultura esse número é 10,6 % maior, em relação às outras 22 duas profissões estudadas no período de 2000 - 2002, pela Secretaria de Saúde de Santa Catarina, através do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) que acompanhou esses casos, sendo que o número de suicídios no campo tem aumentado, em consequência do uso destes produtos, que causam disfunções diversas no organismo, como depressões, doenças cutâneas, renais, hepáticas e principalmente o câncer. “O Rio Grande do Sul tem os índices mais altos de suicídios do Brasil. Por sua vez, nosso país tem os **índices mais altos do planeta** (triste título!)” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 98. Grifos nossos). Já as pesquisas realizadas por Bombardi (2011) apontam que são cerca de 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola, 5.600 intoxicações por ano no país, o que equivale a uma média de 15,5 intoxicações diárias ou uma a cada 90 minutos. Esses dados indicam que a população corre sérios riscos de saúde, pois os agrotóxicos utilizados no Brasil — alguns deles já proibidos em outros países — contaminam o solo, os recursos hídricos e, conseqüentemente, elimina espécies vegetais e animais na natureza.

O Glifosato causa envenenamentos, abortos espontâneos, transtornos de neurocomportamento, lesões intestinais e, quando são aplicadas em doses

frequentemente nas lavouras, provocam mortalidade. Já o Roundup provoca alterações no processo de formação celular, ocasionando o câncer em seres humanos (ALTIERI, 2012; GRUPO DE CIÊNCIAS INDEPENDENTE DO PARANÁ, 2004; LONDRES, 2011). Esses efeitos já seriam suficientes para que fosse realizada a suspensão desses herbicidas, no entanto, continuam circulando no país.

Considerando tais fatos, com o advento dos transgênicos, mais de 1/3 das pequenas propriedades no Brasil utilizam venenos, indicando que o camponês destina parte de sua renda ao capital industrial internacional. Entretanto, os camponeses não conseguem uma produção eficiente, mesmo recorrendo sistematicamente a esses produtos e, como consequência, se endividam. O prejuízo, no entanto, vai mais além, pois ocorre o enfraquecimento do solo e a falta de controle sobre pragas que se tornam resistentes aos herbicidas utilizados. Além disso, observamos a sua relação com os casos dos suicídios no campo, porque os agrotóxicos, como afirma Bombardi (2011) são em primeira instância uma arma utilizada para pôr fim a vida, e elabora, ainda, a hipótese de haver conexão entre os suicídios causados pelos processos de endividamento proveniente da aquisição dos pacotes tecnológicos a que são submetidos os camponeses.

O Brasil possui uma legislação com normas e uso dos agrotóxicos e a própria Constituição Federal (CF) estabelece princípios que garantem direitos à qualidade de vida. O agronegócio se faz com o uso intensivo de agrotóxicos, mesmo existindo uma legislação indicando a dose diária a ser consumida, a mesma é determinada pela Ingestão Diária Aceitável (IDA) e pelo Limite máximo de resíduo (LMR) condicionantes para a liberação de agrotóxico no Brasil. Segundo a ANVISA, ingerir alimentos contaminados por agrotóxicos em quantidades de acordo com o IDA, não traz danos à saúde (DUQUE, 2016), do que discordamos pelo fato de o veneno ser cumulativo no organismo (ARANTES, [2015?]).

Enquanto o uso de agrotóxicos se expande no país, o mesmo ocorre com a produção de medicamentos, que em alguns casos são produzidos pela mesma indústria que produz os agrotóxicos (GRUPO DE CIÊNCIAS INDEPENDENTE, 2004), todos esses mecanismos destroem a vida e são incompatíveis com a sustentabilidade ambiental.

3.3 Fundamentos Teóricos da Agroecologia

Embora a palavra agroecologia tenha sido utilizada pela primeira vez em 1928, com a publicação do termo pelo agrônomo russo Basil Basin, é a partir de 1960 que ela toma força com a necessidade de preservação ambiental. Mas a importância da ecologia nos sistemas agrícolas no campo científico, e como ciência integradora, ganha espaço no campo da agronomia a partir de 1970 (UM “PAPO” ..., 2012). No entanto, muito anterior à criação do termo, as “práticas agroecológicas” já faziam parte do cotidiano dos camponeses, ao que Joan Martinez Alier chamou de “ecologia vivida”.

Hoje são muitos os pesquisadores ALTIERI, 2004, 2010; CAPORAL; COSTABEBER, 2000; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2004, 2005, 2006; LEFF, 2004; MACHADO LUIZ; MACHADO FILHO, 2014; PRIMAVESI, 1990, 2009, 2008; SEVILLA GUZMÁN, 1998, 2011;) que se dedicam sobre o tema, assim como grupos que vêm experimentando o fazer agroecológico na prática. Podemos considerar o Brasil como um dos países que possuem um vasto campo de estudo e pesquisa. As experiências realizadas em Cuba são também significativas. Em pouco mais de uma década constituiu-se o movimento “Camponês a Camponês”, e investiu-se com afinco em pesquisas para o combate natural de pragas e, hoje, o número de famílias envolvidas cresceu expressivamente, desenvolvendo diversas técnicas que facilitam o trabalho e aumentam a produtividade, tornando-se um exemplo a ser seguido pelo mundo, como mostram os autores do livro *Revolução agroecológica — O Movimento Camponês a Camponês da Anap em Cuba*.

O campesinato cubano tem provado ser a principal “[...] reserva de práticas agroecológicas no país e fonte de um novo modelo agroecológico que propicie uma agricultura viável, econômica e ecologicamente [...]” (PAZ, 2014, p. 247). O autor explica que a forma como utilizam o solo, que suporta apenas a pequena exploração camponesa, tem sido favorável para a diversificação agropecuária e a recuperação dos solos. Além disso, Cuba possui a maior reserva biótica da nação e resiste à expansão das sementes transgênicas.

Outros exemplos são os povos andinos, indígenas e quilombolas, comunidades que não perderam suas tradições, e nas quais é possível identificar uma diversidade de produtos, como milho e batata, que são cultivados por processos naturais mantendo a harmonia entre produtores e o ambiente em que habitam.

Percebemos que há necessidade de retornar às raízes, obter maior contato com o natural e, acima de tudo, legitimar os saberes ancestrais (ALTIERI, 2012), sem, contudo, perder o horizonte para construção de tecnologias viáveis e capazes de dar respostas à atualidade (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014), utilizando os conhecimentos acumulados e reinventando novas técnicas

Cada vez mais pessoas, grupos de pesquisas, movimentos organizados e entidades buscam discutir formas de produção que sejam economicamente viáveis, socialmente justas, culturalmente própria, e ambientalmente corretas (ALTIERI, 1999). Dilui-se a ideia, de algumas décadas atrás, de que “[...] quando se falava em alimento do futuro, imaginavam-se aqueles alimentos processados, industrializados e até em forma de cápsulas, conforme se alimentam os astronautas ou se divulga nos filmes de ficção científica”. (SOUZA; RESENDE, 2003, p. 31).

A chamada agricultura orgânica existe há quatro mil anos e, apenas há cem anos o modelo europeu de agricultura se alastrou, uma agricultura capitalista moderna alicerçada no binômio agrotóxico para combater pragas e adubos químicos para produzir, desta forma, o bom senso, enquanto sinônimo de sobrevivência, indicou durante milênios que simplificações extremas como a monocultura deveriam ser evitadas (SANTIAGO, 2012).

Com o advento das descobertas da química agrícola no século XIX, considerou-se possível desrespeitar esta lógica, e passou-se, a partir da extrapolação das descobertas científicas de Liebig, a difundir amplamente sistemas agrícolas em que o mote principal era a adubação mineral a partir de compostos solúveis como base da produção vegetal, passando-se a considerar o solo apenas como substrato para sustentação das plantas e meio para veiculação desses compostos. (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 70).

Chamboussou e Pottenger (*apud* MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p.168 - 150) apontam que em solos férteis e ricos as plantas estão protegidas, sua nutrição se compõe basicamente de substâncias complexas de alto peso molecular. Sendo assim, as descobertas de Liebig já não se sustentam, haja vista que “[...] a nutrição das plantas por sais solúveis é **também** um caminho em filosofia vegetal, mas não o único, nem o natural. Cai, assim, o mito que a Agronomia convencional vem defendendo, **erradamente**, há 165 anos” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 180, grifos dos autores).

No Brasil, é Ana Primavesi (1980) quem quebra o paradigma de que não há vida no solo. A partir daí tem início um processo de redescoberta das formas naturais de defesa do solo com a adubação natural, rotação de culturas e Sistemas de

Agroflorestas (SAFs). A manutenção da fertilidade do solo é a primeira condição de qualquer sistema permanente de agricultura. Nas florestas, o solo está sempre protegido da ação do sol, da chuva e do vento. Animais e plantas convivem na floresta e produzem a matéria essencial para a vida do solo, o húmus que fornece adubação orgânica, além de suprimentos e minerais HOWARD, 2007; PINHEIRO, 2015; PRIMAVESI, 2009).

Howard (2007, p.48, grifos nossos) nos alerta sobre as ideias apressadas da agricultura, sobre as quais não tinha dúvidas de que fracassariam: “[...] **a mãe terra privada de sua fertilização natural está em revolta; a terra está entrando em pane; a fertilidade do solo está em declínio [...]**.” Insiste que a base de fertilização fundamental para a produção encontra-se no húmus, material essencial para o solo, condição básica para o funcionamento da primeira parte do ciclo da vida, essencial para o funcionamento adequado do segundo contato entre o solo e a planta. Ao estudar as agriculturas de civilizações desaparecidas, Howard, há quase um século, concluiu que o Império Romano durou apenas 11 anos por substituir o processo natural de produção por “operações dos capitalistas” e questionou por quanto tempo duraria a supremacia ocidental. Em sua própria análise concluiu:

A resposta depende da sabedoria e coragem da população em lidar com essas questões. Pode a humanidade regular seus negócios e romances de modo que sua principal posse — a fertilidade do solo — seja preservada? Da resposta para esta pergunta depende o futuro da civilização. (HOWARD, 2007, p. 49).

Questionou, ainda, sobre o desperdício da urina dos animais, dos resíduos urbanos, animais e dos esgotos das cidades e o desequilíbrio causado pela não utilização destes elementos que vinham sendo substituídos por adubos químicos. Os princípios baseados na tradição de Liebig consistem em que, toda a deficiência encontrada na solução do solo pode ser corrigida mediante o emprego de substâncias químicas adequadas, ao que Howard considerou um completo equívoco por não levar em consideração a vida do solo, incluindo as associações micorrízicas, consideradas a “ponte viva de fungos que une o solo à seiva”. Os adubos artificiais são pobres em nutrientes, portanto, produz uma alimentação artificial e consequentemente, homens e mulheres, também artificiais (HOWARD, 2007; MACHADO e MACHADO FILHO, 2014; PINHEIRO, 2015; PRIMAVESI, 2009).

Estes estudiosos desaprovam a prática de remoção do solo com maquinários pesados a fim de afrouxar o solo, este procedimento ao contrário, provoca seu

adensamento, tornando o solo duro. Ao invés de protegê-lo, expõe-no aos impactos do sol e da chuva, pois sem a cobertura vegetal, as nascentes dos rios secam e a vegetação perde toda sua força vital. Todos estes problemas decorrentes da má utilização do solo são sanados com as práticas agroecológicas.

Primavesi (2009) questiona o aumento, nos últimos 15 anos, de 193 para 624 parasitas que atualmente invadem as lavouras, e chama a atenção de que na agroecologia os insetos e os microrganismos não são considerados, obrigatoriamente como parasitas, mas como “polícia sanitária” do planeta que elimina tudo que é morto, fraco, doente ou velho. Ou seja, a natureza indica que as culturas realizadas em sistemas de produção modernos, são inadequadas para o prosseguimento da vida.

As práticas convencionais de cultivos, ou mesmo os casos onde as plantas doentes continuam sendo tratadas somente com menor quantidade ou com agroquímicos menos agressivos, transparecem uma falsa sensação de bem estar aos consumidores, mas não garantem melhor nutrição, nem a manutenção da saúde, apenas consome-se menos resíduos tóxicos do que se consumiria nos produtos convencionais (GLIESSMAN *et al.*, 2007; MARASAS, 2014; PRIMAVESI, 1990). Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos”, não será necessariamente uma “agricultura ecológica” em sentido amplo (CAPORAL; COSTABEBER, 2001). E, quando sustentada por compostos, a agricultura torna-se reduzida e mais trabalhosa por se deparar com a falta de material orgânico confiável (PRIMAVESI, 1990).

Na agroecologia o relevante é alimentar a vida do solo, analisando as práticas mais viáveis. Não basta trocar componentes químicos como o NPK por compostos, acreditando que sejam minerais orgânicos de pronta disponibilidade, porque a planta não absorve composto. O pior erro da agricultura orgânica é o uso regular de defensivos, porque quando pragas e doenças atacam o solo, é necessário recuperá-lo. O uso de todos os defensivos incluindo feromônios e joaninhas deve ser ocasional e nunca rotineiro (PRIMAVESI, 1990). A agricultura ecológica sustenta-se por prevenir os parasitas, recuperar o solo, ao passo que os orgânicos são simplesmente orgânicos, por exemplo, uma lavoura de alface cultivada sem agroquímicos, e por uma grande empresa rural, pode ser considerada orgânica pelo fato de não utilizar agrotóxicos, mas nunca será agroecológica, por não existir na monocultura a biodiversidade de plantas, animais, pássaros e insetos que contribuem com o

processo agroecológico, além de que, nestas empresas pode haver a exploração humana através do trabalho mal remunerado, a exploração mercadológica — pois, em geral visam grandes lucros, a exploração do solo, pelo fato de que nestes procedimentos é comum o uso de maquinários não condizentes com a prática agroecológica, e ainda é necessário considerar o fator social, observando que a concentração de terras também é um elemento comum no modo de produção capitalista ao se tratar de produção em larga escala visando a acumulação financeira (MACHADO, 2013; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; PRIMAVESI, 1990). A agroecologia, por sua vez, envolve uma complexidade do conhecimento tradicional dos camponeses e povos indígenas na busca de uma relação harmônica entre a produção de alimentos e a natureza, condicionando assim, a sustentabilidade humana e ambiental e as relações de equidade social.

O que buscamos solucionar é a reversão do sistema implantado através dos pacotes da “revolução verde”, que se instalou no Brasil no últimos 50 anos, e realizar a transição deste modelo produtivista convencional a estilos de produção mais complexos sob o ponto de vista da conservação e manejo dos recursos naturais que perpassam processos sociais na busca do equilíbrio sustentável e produtivo (ALTIERI, 2014; CAPORAL; COSTABEBER, 2001).

Gliessman *et al.* (2007) sintetiza como se realiza esta “transição” agroecológica, descrevendo-a em níveis que vão desde a incrementação de práticas convencionais eficientes para reduzir o consumo e uso de insumos caros e escassos ou que sejam ambientalmente nocivos, até a substituição de insumos sintéticos por alternativos e orgânicos, redesenhando o agroecossistema para que o mesmo funcione sobre as bases de um novo conjunto de processos ecológicos. Desta forma, visa-se encontrar formas mais sadias para resolver problemas como pragas e doenças. Marasas (2014) conclui que este processo é flexível e desenvolve-se a partir da localidade, a sequência dos passos será determinada conforme as necessidades do processo de transição, sendo necessário considerar vários critérios simultâneos, atentando para a complexidade do processo.

Os elementos chave em um processo de transição agroecológica se consubstanciam na transformação criativa dos diferentes elementos estruturais dos agroecossistemas, principalmente o solo, o respeito à agrobiodiversidade e os serviços ecológicos a partir das práticas de manejo realizadas. Entretanto, a transição é um processo complexo e dinâmico também por se articular entre distintas esferas

como a propriedade, a comunidade local e o território, que se veem afetadas por fatores ecológicos, sócio culturais, econômicos, tecnológicos e políticos (CAPORAL; COSTABEBER, 2001; MARASAS, 2014).

Para Machado (2015) o termo “transição agroecológica” deve ser substituído por “ruptura” no sistema agrícola, pois a transição deixaria pegadas no sistema de produção convencional. O autor insiste em uma ruptura radical, que consiste na eliminação do uso do veneno, das monoculturas e na desconstrução completa da ideia do agronegócio. Carvalho, vai mais além, no cerne do modo de produção.

A passagem de um para o outro, do capitalista para o supostamente socialista tendo em vista que a agroecologia como concepção da relação homem-natureza e, mesmo, da coevolução homem-natureza necessariamente não contém o germe da socialização dos meios de produção, exigiria mais do que a ruptura com o padrão ou matriz tecnológica dominante. Teria como necessidade objetiva a superação do modo de produção capitalista. (CARVALHO, 2007, p. 5).

Ainda que não discordemos que a ruptura com o modo de produção seja o caminho a trilhar, acreditamos que a transição representa um processo importante, um momento aberto ao convencimento e à desconstrução do modelo imposto. Nos últimos anos a experiência tem nos mostrado que a família camponesa em transição agroecológica tende a não retornar ao velho sistema e sempre avançar. Os erros cometidos ocorrem por falta de compreensão sobre determinada prática, como por exemplo, para pessoas que vieram do sul do Brasil, o uso do arado parece ser inofensivo ao solo, assim como a prática do fogo, que alguns justificam dizendo ser uma prática milenar dos povos camponeses e indígenas. Há, no entanto, uma dificuldade em compreender as diferença de modelo, tempo, cultura e possibilidades. Está comprovado cientificamente que o fogo destrói a vida do solo, mas encontramos alguns camponeses que, embora tenham práticas agroecológicas, consideram as queimadas como um ato necessário, inofensivo, cultural.

O primeiro passo para a construção de um novo paradigma é a **desconstrução** dos conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio. É preciso abandonar os conceitos convencionais e, em seu lugar, estudar e incorporar saberes e tecnologias limpas, que respeitem os bens comuns naturais, ao mesmo tempo em que ofereçam aos produtores um caminho produtivo e positivo, econômica, financeira, social, ambiental e eticamente.

O passo inicial é a **desconstrução** do saber da agricultura convencional. Romper com o dogma das receitas, dos pacotes, substituir o aparentemente simples por princípios; estudar os clássicos, não só da produção agrícola animal e vegetal — como da filosofia. É indispensável desenvolver a — capacidade de pensar [...] (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 38-65, grifos dos autores).

Para um processo de transformação do sistema convencional para a agroecologia é necessário se ter uma visão ecológica, criar mecanismos para favorecer o metabolismo⁵ entre as pessoas e a natureza (FOSTER, 2000, MARX, 1996) rompido pelo modo de produção capitalista; reduzir insumos; produzir material orgânico; fazer uso das energias naturais; utilizar cadeias curtas de produção; acreditar na capacidade do outro; trocar práticas convencionais por alternativas; redesenhar os agrossistemas, redefinir a matriz agrária (ALTIERI, 1999; 2012; BOFF, 2005. CAPORAL, 2008; PRIMAVESI, 1980; VENTURINE; UGON, 2007, MACHADO, 2014).

Compreender os conceitos e as práticas que envolvem a agricultura agroecológica torna-se uma necessidade, pois o agronegócio, ou seja, o capital, apropria-se das categorias dos trabalhadores ou tentam ocultá-las mediante outras, provocando uma impressão de que são práticas idênticas, desmobilizando organizações sociais dos trabalhadores e trabalhadoras.

Enfim, são muitos desafios que envolvem a agroecologia e consideramos que o maior está em conscientizar a sociedade sobre os riscos que enfrentamos todos os dias em relação ao caos que está se tornando nosso planeta, passando a exigir das autoridades governamentais medidas que ponham freios na desalmada “ordem” capitalista, a fim de evitarmos um colapso.

Compreendemos e concordamos que é urgente produzir alimentos limpos e diversificados em escala mundial, o que para nós será realidade com a distribuição das terras na mesma escala. Consideramos, ainda, que o debate que defendemos na academia sobre agroecologia torna-se um instrumento político de luta contra o devastador modelo produtivo e as vias mercadológicas.

3.4 As políticas públicas para a agroecologia

A luta da articulação de agroecologia avançou para a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que deveria constituir-se em um mecanismo importante para viabilizar a agroecologia no país. No entanto, os

⁵ Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida [...] (MARX, 1996, p. 297).

recursos que se destinam à produção são irrisórios, (apenas 5% do PRONAF) e boa parte dos recursos disponibilizados são para execução do plano, pesquisa científica, formação e capacitação de técnicos, e levantamento de dados, não chegam diretamente aos trabalhadores do campo. Seus recursos, conforme descreve o plano, ficam sob a responsabilidade dos próprios órgãos públicos como MAPA, MDA, INCRA, MMA, MEC, EMBRAPA, MS, CNBIO e outros, inclusive com ações baseadas em fontes de informação do agronegócio que incorporam a produção de orgânicos. A forma cruel do capitalismo, de exploração humana e ambiental, então, continua.

Percebe-se, portanto, que a auto placada modernização da agricultura não moderniza as condições de vida da agricultura familiar. Limita-se na verdade, à introdução de tecnologias industriais e à substituição da racionalidade camponesa de gestão econômica por uma lógica empresarial que subordina as famílias agricultoras aos interesses de grupos do agronegócio. (CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR, 2014, p. 135).

As famílias camponesas ficam vulneráveis às normas sanitárias, elaboradas dentro do paradigma do agronegócio, que considera que os produtos vivos e naturais, são problemas à saúde humana, colocando empecilhos para estas famílias comercializarem pequenos animais, por exemplo, galinhas, porcos, cabras e ovelhas, e alimentos produzidos na propriedades como o queijo, doces e compostas entre outros, como alimentos nocivos à saúde, enquanto asseguram que os alimentos industrializados, mesmo contendo componentes químicos e artificiais, são seguros ao consumo. Nestes caso a segurança sanitária é vista como uma questão exclusivamente técnica, quando na realidade representa um embate entre campos políticos antagônicos (III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2014).

Com base em políticas prioritárias, onde as agências estatais financiadoras disponibilizam créditos individualizados para jovens, mulheres, este empoderamento individual fragmenta a família ao invés de unificar o trabalho familiar, e assim, fortalecer as relações de gênero. Além disso, o plano Nacional de Agroecologia, não se adequa a todas as regiões, não existem planilhas específicas para a realização dos financiamentos e as agências financiadoras impossibilitam o acesso. O crédito agrícola não tem sido usado para desenvolver a agroecologia, pelo fato de que as ações voltadas para a agricultura de subsistência não fazem parte da cultura institucional das agências estatais financiadoras que deveriam promover experiências agroecológicas, e mesmo que reúnam capacidades técnicas, poucas assessoram e elaboram projetos para as famílias atendidas. A necessidade está em reformular os

procedimentos de elaboração, aprovação e assessoria técnicas dos projetos (CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR, 2014). Além disso, as políticas públicas de apoio às dinâmicas econômicas locais e regionais foram consideradas tímidas, no entanto falta às famílias camponesas as condições para viabilizarem suas estratégias de mercado (III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2014).

Por outro lado, partes dos camponeses receiam realizar projetos alternativos, porque desconhecem as tecnologias viáveis para implementação da agroecologia. Pouco se debate sobre a construção de usinas de compostagens, colheitadoras agroecológicas, máquinas agroecológicas para aproveitamento de frutas e sementes, e máquinas para plantios, roçadeira costais, sistema dosadores de sementes nativas, pulverizadores agroecológicos, sistemas de Pastoreio Racional Voisin (PRV) para criação de animais (bovinos, ovinos e caprinos), produção de biofertilizantes, entre outros. Observa-se, também, a aversão que têm ao risco de endividamento e às limitações que o sistema oficial de crédito impõe às propostas inovadoras (CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR, 2014).

As organizações do campo, portanto, têm mais este desafio: lutar para que se cumpra o plano nacional de agroecologia, participar das câmaras estaduais de agroecologia para garantir políticas efetivas para a agroecologia e, acima de tudo, lutar para manter políticas já conquistadas e, ainda que não sejam completas, são relevantes para o desenvolvimento e a resistência camponesa.

3.5 O desenvolvimento da produção orgânica

Há seis décadas surgiram os novos pesticidas e o mundo festejava por acreditar ter encontrado a solução para a fome, a preocupação com agricultura ecológica era apenas devaneio. Entretanto, o mercado de produtos orgânicos certificados tem apresentado, hoje, uma das maiores taxas de crescimento, em torno dos 25% ao ano (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012). É necessário considerar que o agronegócio dos produtos orgânicos, mesmo rompendo com as técnicas agrícolas convencionais da “revolução verde”, utiliza a produção em larga escala (COSTA NETO, 2008), o que desfavorece a agricultura sustentável.

Com o crescimento da demanda dos produtos orgânicos iniciou-se debates sobre a sua regulamentação, institucionalizando-se em 1972 quando foi criado a

Federação Alternativa dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), ficando estabelecido em marcos legais e determinando a obrigatoriedade de certificação para os produtos orgânicos. Em 2003 foi constituída a Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e organizado o Programa de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas unidades Familiares de Produção, conhecido como Programa Agroecologia. Dentro desse programa a Secretária Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (DATER) vem coordenando a Sistematização de Experiências em Agroecologia em nível nacional (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012). Em 2006 foi dado o primeiro passo para institucionalização da agroecologia na Embrapa, com o Marco Referencial. Segundo dados da IFOAN (Apud Zamberlam e Froncheti, 2012) a distribuição da produção global sem agrotóxicos se apresenta da seguinte forma: (Tabela 1)

Tabela 1 — Área de cultivos orgânicos

CONTINGENTE	ÁREA PLANTADA DE ORGÂNICOS (HECTARES)	NÚMERO DE PRODUTOR
África	10 milhões	280
América do Norte	2,7 milhões	80 mil
América Latina	8,4 milhões	270 mil
Ásia	2,8 milhões	500 mil
Europa	10 milhões	280 mil
Oceania	12,1 milhões	8,5 mil

Fonte: Zamberlam e Froncheti (2012).

O senso agropecuário de 2006 apontava 90 mil estabelecimentos agrícolas voltados para a produção de orgânicos, totalizando 1,55 milhões de hectares (correspondente a 3% da área cultivada no Brasil) que dispensam o uso de substâncias sintéticas que agredam o meio ambiente (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012).

Atualmente, o agronegócio obtém proveito dos alimentos orgânicos, uma maneira de atender aos apelos de grupos interessados, considerado um novo “filão”, sem a preocupação com o bem-estar e sim com os lucros obtidos, uma vez que os

alimentos orgânicos são considerados “produtos de elite” pela burocracia encontrada pelos agricultores que enfrentam os complexos mecanismos de comercialização da cadeia alimentar envolta aos ditames de visão mercadológica do modo de produção capitalista.

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são profundas. Há uma busca de uniforme, ao serviço de atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2008, p. 19).

Em alguns casos, envolver-se com a produção orgânica significa visar a conquista de mercados cativos ou nichos de mercado, tendo em vista o grau de informação sobre os perigos dos agrotóxicos que alguns segmentos de consumidores possam ter. A consequência é a de que supervaloriza-se economicamente os produtos que consideram ecológicos, orgânicos ou limpos, o que todavia, não assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Frente a esta situação surgem as iniciativas de sistemas participativos de garantia. Há 27 organismos que atingem 10.652 agricultores, um número reduzido se considerarmos o alcance da certificação convencional. A Índia lidera com o maior número de agricultores participantes. Em segundo lugar o Brasil com 3.624 agricultores e, em terceiro lugar, estão os Estados Unidos da América, seguidos da França e da Bolívia (CALDAS, 2011).

Já está consolidada no Brasil a Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia; a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica de Goiás; o Sistema ABIO de Certificação Participativa em Rede (Rio de Janeiro), Rede Ecovida de Agroecologia, sendo esta última distribuída nos três estados meridionais, podendo ser considerada uma pioneira no desenvolvimento da produção orgânica em consonância com a organização dos camponeses; a Rede Xique do Rio Grande do Norte; a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (CALDAS, 2011); e a Rede de Certificação Participativa Terra Sem Males de Rondônia. Estas Redes podem contribuir para garantir as mudanças necessárias para que a agroecologia não venha a se institucionalizar de tal forma que em determinado momento, os camponeses tenham dificuldades em utilizar as experiências próprias e os saberes tradicionais que não estejam devidamente “certificados” de acordo com o plano nacional, se tornando mais um obstáculo para a consolidação da soberania.

No entanto, perante a certificação, o padrão mercadológico e as técnicas produtivas, são um desafio para fazermos da ciência uma aliada e não uma sofisticação acadêmica inatingível. Observando a apropriação gananciosa do capital, Leff (2004) afirma ser necessário desligar-se do mercado globalizado, além de desconstruir a racionalidade econômica e construir novos territórios de vida, pois o discurso cientificista tem tornado a agroecologia algo artificial ao mundo do conhecimento tradicional.

3.6 O sistema convencional de certificação e os mecanismos de conformidades do Sistema Participativo de Garantia (SPG)

O sistema convencional de certificação é considerado impróprio para os camponeses tanto pelos preços altos como pelos entraves contidos na metodologia utilizada, de caráter neutro, imparcial e individualista que não estimula a organização das famílias camponesas para facilitarem os mecanismos da certificação. (OLIVEIRA, M. 2012), pelo contrário cria-se uma cultura de isolamento e esvaziamento do campo. O Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) (BRASIL, 2014), também desaprova os preços altos pelo serviço, pois provoca a diminuição do consumo de produtos orgânicos e embora, questões inerentes à sustentabilidade estejam normatizadas, não há por parte deste sistema a garantia do processo de transição agroecológica no que diz respeito à ética nas relações sociais.

A burocracia do sistema convencional não acompanha a dinâmica da agroecologia que se desenvolve muito mais rápido do que a certificação. Os aspectos técnicos se sobrevalorizam em detrimento do valor social e ético, sendo que não há completa transparência do processo, uma vez que apenas a presença de um inspetor não é suficiente para garantir o processo, e há também uma busca por um mercado privilegiado, como no Brasil, majoritariamente para exportação. (BRASIL, 2014). Aumentam cada vez mais as pressões exercidas pelas esferas de consumo em relação à procedência dos alimentos consumidos frescos, ao mesmo tempo que ocorre a exclusão de determinados artigos de produtores com menor poder aquisitivo considerados frágeis, privilegiando a produção orgânica incorporada ao “discurso verde” em detrimento da agroecologia, valendo-se dos intrincados mecanismos de leis, normatizações, credenciamentos, inspeções, contratos, certificados, selos e, acima de tudo, interesses comerciais do capitalismo neoliberal (CALDAS, 2011).

Organismo de terceira parte independente, chamada de certificação por auditoria, são também entraves, porque o organismo certificador não possui vínculo com o empreendimento a ser certificado e seguem os princípios dos mecanismos convencionais de certificação (BRASIL, 2014). Os mecanismos oficiais de certificação fazem parte da cadeia de exploração do agronegócio, onde todo o processo desde a produção até a comercialização é mediado por valor monetário.

A agroecologia segue parâmetros voltados para a confiança em processos comunitários de certificação participativa. A partir do Decreto Lei nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 passa a ser reconhecido o processo de certificação participativa voltado para a agricultura familiar, denominado Sistema Participativo de Garantia (SPG).

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é constituído por uma comissão de avaliação e um conselho de recursos. Para sua formação é necessário a união de produtores com outros sujeitos ou grupos organizados formando uma estrutura básica composta pelos seguintes atores: Produtores, colaboradores, consumidores e técnicos e os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) a Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos (BRASIL, 2009; OLIVEIRA, 2012).

Sobre outros sistemas de certificação participativa, podemos citar a Organização de Controle Social (OCS), em que, uma vez cadastrados os produtores estão aptos a receber os benefícios das vantagens pelos canais de comercialização institucionais o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com 30% de acréscimo sobre o valor dos produtos. Nesse processo de Certificação Participativa (Venda Direta), ficam estabelecidas relações comerciais entre produtores, consumidores e as instituições PAA e PNAE.

Através do sistema de certificação participativa os produtores têm a chance de contribuir com o processo, garantindo a qualidade e origem de seus produtos localmente, partindo do princípio de confiança. Organizando-se em redes sociais e trocando experiências e conhecimentos, “[...] transcendem a dimensão estrita de mercado, tratando-se de um processo de organização muito mais amplo que se busca conectar a esfera de produção e de consumo”. (CALDAS, 2011, p. 42).

3.7 O processo de implantação da certificação Participativa da Rede Agroecológica Terra Sem Males e os avanços da agroecologia em Rondônia

O Surgimento das Redes Agroecológicas tem se tornado instrumento fundamental na constituição da unidade camponesa e com isso tem surgido um importante movimento de agricultura urbana, alguns projetos avançados como no Rio de Janeiro, “A agricultura mora em mim”, despertou nas populações a necessidade de produzir seus alimentos, Mesmo em São Paulo temos notícias de hortas agroecológicas em praças públicas, universidades, quintais, vasos, o que mostra uma rebeldia ao sistema de produção, ao preços exorbitantes e a política agrária que força as famílias camponesas a estarem nas cidades, enquanto o campo é tomado por bois e grãos.

Desta forma, intercambiar as formas de conhecimento tecnológico é empoderador para as famílias camponesas. Estas propostas participativas constituem-se, em um elo nos âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam no enfrentamento da deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual, condizendo com estratégias agroecológicas das políticas agrárias. As ações coletivas podem adquirir características de movimentos sociais (SEVILLA GUZMÁN, 2011) ao romper com os marcos da legalidade e constituírem-se em redes produtivas.

A importância em manter e fortalecer estas iniciativas está ainda, na capacidade que as mesmas tem de unificar os sujeitos do campo, indiferentes do movimento social A ou B a que pertencem, ou os “sem movimento” que se juntam pela necessidade pontual das lutas, por exemplo, pelo direito à alimentação saudável, mas que se constituem em um instrumento fundamental para a conquista dos direitos, de mudanças nos sistemas produtivos e de garantia dos recursos naturais e reapropriação da terra, uma vez que a sociedade comprometida com uma produção limpa e diversificada, poderá se alertar para a importância da Reforma Agrária.

Com base na urgência da unidade camponesa em Rondônia, formou-se a Rede de Agroecologia Terra Sem Males em 2011, por famílias camponesas, cooperativas e grupos informais, Movimentos e entidades Sociais do campo, universidades e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia. As experiências de organização da agroecologia neste estado iniciaram principalmente a

partir da Associação de Produtores Alternativos (APA⁶) de Ouro Preto d' Oeste, foi uma experiência fundamental de organização da produção ecológica, com base na experiência do projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA)⁷. Seguida pelas experiências da CPT e do Projeto Padre Ezequiel que entre 2001 e 2009 desenvolveu o Projeto Terra Sem Males, o mesmo exerceu o papel de divulgar e organizar a produção de base agroecológica, e impulsionou a construção da Rede Agroecológica, que ganharia o mesmo nome. Em 2006 houve a criação da Articulação Rondoniense de Agroecologia (AROA), porém, em 2008 encerraria seu ciclo de atuação, pois, a articulação se transformou em uma organização ligada a órgãos estatais, sem a presença dos camponeses.

Em 2012 Rondônia recebe através do Programa de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS) 70 lotes para desenvolvimento da agroecologia, contendo quites com caixas para reservatório de água, tela para construção de galinheiros, materiais para sistema de irrigação por gotejamento, ferramentas e sementes para plantios de hortaliças, a Rede Terra Sem Males coordena junto à sua base de trabalho a execução de parte deste projeto.

Atualmente são muitas as iniciativas de organização, o MPA atua nesse campo da produção camponesa de base agroecológica através da constituição de grupos de base em diversos municípios do Estado, tem um trabalho avançado na organização, formação e práticas agroecológicas das famílias, como a produção de açúcar mascavo, tratamento de animais (bovinos, suínos e aves) minerais orgânicos, homeopatas, recuperação de solo, entre outras, da mesma forma o MST, vem trabalhando nos assentamentos, incluindo plano de manejo florestais e projetos de sustentabilidade ecológica. A Comissão Pastoral da Terra coordena um projeto de agroecologia no estado, e nos últimos dois anos tem avançado na divulgação da agroecologia, fazendo o debate com novas famílias sobre os problemas causados pelos agrotóxicos e a importância da agroecologia, estima-se que mais 700 pessoas entre camponeses e estudantes, já passaram ao menos por uma formação inicial e

⁶ APA, iniciou em 1992, teve seu declínio em 2007, no município de Ouro Preto d' Oeste. Se constituiu uma organização relevante nos aspectos da sustentabilidade econômica, ecológica e social para esta região, pautando seus objetivos em sistemas agroflorestais como política de utilização do solo. (SARMENTO, 2008).

⁷ RECA, iniciou em 1989, no município de Nova Califórnia, RO, atualmente conta com aproximadamente 300 sócios, divididos em 12 grupos de trabalho. O projeto tem como objetivo a proposta de utilizar a floresta como fonte de renda, consorciando cultivos agrossilviculturais em sistemas agroflorestais, com base em um sistema de gestão participativo, visando a melhoria na qualidade de vida dos integrantes. (SILVA; SUÁREZ, [2012?]).

segundo a coordenadora da CPT, Maria Petronila (2015), já se constituíram 6 grupos em municípios diferentes, envolvendo uma média de 90 famílias, passando por formação teórica e práticas agroecológicas através de oficinas para produção de biofertilizantes, compostagem, uso da homeopatia humana, vegetal e animal, produção de açúcar mascavo entre outros, vale ressaltar que o uso homeopatia tem se tornado um diferencial nas práticas agroecológicas em Rondônia.

Desde 2008, as organizações ligadas à Via Campesina realizam a cada dois anos a festa camponesa, com momentos de formação, trocas de sementes, feira agroecológica, momentos culturais, e um tradicional café camponês aberto à sociedade que vem compartilhar esse momento, acompanhado por boa música de viola, onde é preparado pelas famílias uma diversidade de pães, bolos, biscoitos, queijos, doces, frutas, sucos e variedade de batatas, mandiocas, inhames, carás, entre outros produtos da agricultura camponesa de base agroecológica que são oferecidos em 3 fileiras de mesas, somando 90 metros, sendo servidos de um lado e outro das mesas. A festa camponesa é uma ação política, formativa e cultural relevante para a organização agroecológica em Rondônia.

A Rede Agroecológica tem como objetivos gerais promover um espaço de articulação entre as entidades, movimentos e organismos populares e sociais, cujo eixo é a prática e a expansão da agroecologia no estado de Rondônia, visando a consolidação de uma política pública agroecológica ao bioma amazônico. A Rede promove capacitações através de seminários, congressos, encontros e trocas de experiências, além das estratégias de comercialização de produtos agroecológicos (entrega de cestas, vendas diretas, feiras). Propôs, ainda, a criação do Conselho Estadual de Agroecologia⁸ e leis municipais de agroecologia, além de promover interação das atividades das instituições parceiras, resgatando a cultura camponesa e promovendo o protagonismo dos jovens do campo. A Rede Agroecológica Terra Sem Males está diretamente ligada aos movimentos sociais do campo, ao Projeto Padre Ezequiel e à OPAC, gerenciada oficialmente pela Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AECA), sendo que as decisões políticas são responsabilidade das representações dos 22 (vinte e dois) municípios que a compõem.

O Processo de Certificação Participativa (PCP) está em andamento com

⁸ Existe um programa Estadual de Agroecologia e incentivo à agricultura orgânica. Criado em Lei Nº 2588, de 28 de outubro de 2011.

parecer favorável do órgão federal competente. No entanto, é possível perceber que mais do que a comercialização, os integrantes estão preocupados com os problemas causados pelo uso de agrotóxicos nas plantações e sabem que isso implica em graves doenças para quem manuseia e consome estes produtos, o que fica transparente no depoimento a seguir de um dos produtores agroecológicos.

Desde 2003 venho trabalhando com orgânico, isso agrega muito à nossa produção, até porque os benefícios são voltados à saúde. Tudo obedece a um criterioso padrão de segurança, é a certeza de uma alimentação saudável. (PEDRO PAULO apud NEVES, 2013).

Outro processo relevante se refere às práticas de comercialização dos produtos em feiras e vendas diretas, o banco estadual de sementes crioulas e o processo de formação e troca de saberes, como relata o integrante do Projeto Padre Ezequiel e coordenador da Rede

Essa ação aqui no curso de certificação Participativa é exatamente para discutirmos um processo organizado de comercialização desses produtos, nas quais temos aqui 17 (dezessete) grupos, que atuam em feiras livres e que abastecem supermercados e Programas de aquisição de alimentos, nesse sentido trabalhar a certificação, ela nos traz uma segurança a mais na organização e comercialização desses produtos. (FRANCISCO DE ASSIS apud NEVES, 2013).

Uma experiência que merece destaque é a Feira de Produtos Agroecológicos da Agricultura Camponesa (FEPAC) de Mirante da Serra, que vêm conquistando a população através da produção agroecológica e diversificada. O diferencial deste grupo é a criação de um caixa comum, Costa (2013) explica o procedimento da organização e unidade das famílias camponesas que fazem parte do MST e MPA.

Nas entradas, ficam os jovens, filhos dos agricultores, entregando a cada potencial consumidor que chega o “cardápio” no qual consta o nome de cada família. Cada expositor fica com uma canetinha e marca o valor do produto vendido na frente do seu nome para o consumidor. O consumidor passa pelas bancas de seu interesse e ao final da compra, entrega seu “cardápio” a um caixa, que fica nas duas saídas, uma de cada lado. No “cardápio” estão relacionados os valores dos produtos comprados e faz-se o acerto final. (COSTA, 2013).

Para Costa (2013), a FEPAC é uma ação de comércio justo e solidário que envolve as famílias e há uma valorização das práticas de preservação e de recuperação do ambiente, fortalecendo a produção de base agroecológica e as atividades de extrativismo sustentável, e ainda que, a feira tem um papel fundamental para a visibilidade da proposta de produção destas famílias. Ao trazerem à tona a discussão sobre o uso de agrotóxicos, saúde e produtos orgânicos com a população, promovem a agricultura familiar camponesa como fonte de alimentos saudáveis,

gerando renda de forma sustentável. O autor afirma que, mesmo com as dificuldades enfrentadas, a experiência da feira de Mirante da Serra apresenta-se como um contraponto ao agronegócio.

Outra experiência que merece destaque é a feira camponesa ligada ao MPA e MST do município de Ouro Preto d' Oeste, há quatro anos vêm oferecendo produtos diversificados e sem veneno à população deste município, provando a viabilidade da agroecologia. A feira acontece uma vez por semana no barracão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto, os produtos oferecidos variam desde legumes, verduras, mandioca, batata, inhame, frutas, polpas de frutas, queijo, requeijão, manteiga, bolos de milho, mandioca, pães, biscoitos, carnes, banha de porco, linguiça, ovos, rapadura, melado e doces entre outros produtos da agricultura camponesa.

A feira vem conquistando os clientes que buscam uma alimentação saudável. Além da oferta dos produtos os feirantes mantem uma organização e uma vez por mês fazem uma noite de músicas de viola proporcionando um espaço cultural relevante.

Figura 1 — Estimativa de produção de produtores/ produtoras em base agroecológicas e produção orgânica em Rondônia. Período 2013/ 2014



Fonte: Marcos Machado (2014).

O fato de levarem à feira os produtos diversificados da agricultura camponesa, livres de contaminação e a um preço acessível, faz com que ganhem a admiração e o respeito da população urbana. É um espaço que levam os consumidores a refletirem sobre os hábitos de uma sociedade moderna globalizada, calcada na cultura da industrialização, pois, esta inviabiliza o contato com o processo produtivo, ao receberem os alimentos cada vez mais processados pela indústria, que altera o formato e sabor dos alimentos causando a desvalorização da agricultura, tornando assim, invisível o processo produtivo e a presença dos camponeses (TASSI, 2011).

A Rede Agroecológica vem desempenhando um papel essencial na formação destas famílias, por contribuir com a formação, a divulgação e a organização do comércio através das feiras-livres. O assessor Laercio Meirelles, agrônomo integrante da Rede Ecovida, vem acompanhando e desde o capacitando os camponeses desde o princípio de formação da Rede.

Temos aqui lideranças de produtores, que já produzem de forma orgânica, uma produção muito contemporânea em vários países. O Brasil tem caminhado nessa direção e claro que Ji-Paraná não poderia estar de fora, até porque aqui já existe um trabalho de anos em andamento. (MEIRELLES, apud NEVES, 2013).

Nos cursos e seminários realizados pela Rede Terra Sem Males para certificação de uma agricultura para outra, firmam-se compromissos como a desintoxicação do solo, a não utilização de adubos químicos e agrotóxicos, a recomposição das matas ciliares, a preservação de espécies naturais e mananciais, o respeito às normas baseadas nos acordos internacionais do trabalho e o envolvimento dos produtores com projetos sociais e com a preservação do ambiente.

Em 2012 realizou-se em Ji Paraná- RO, o Congresso de homeopatia e o I Seminário de agroecologia da região Amazônica, isso fortaleceu a organização que vem conquistando por meio da articulação e das lutas sociais o programa de agroecologia para o estado de Rondônia, dispondo de uma câmara setorial de agroecologia na Secretária Estadual de Agricultura (SEAGRI), na qual fazem parte representantes dos movimentos sociais do campo. Reconhecemos que sejam instrumentos interessantes, mas estes, só farão valer realmente um projeto agroecológico com lutas e participação social.

A Rede Terra Sem Males faz parte da ANA Amazônica e a ANA Nacional. Participou do III ENA, com 40 delegados representantes de organizações de

praticamente todo o estado. Nos dias 15 a 18 de março de 2016 foi realizada a I Caravana agroecológica e Cultural⁹ envolvendo diversos municípios. A caravana representou um marco histórico e político para a Rede.

A seguir veremos alguns dados do estado sobre o número de famílias envolvidas na produção agroecológica e para onde são destinadas a produção atualmente. (Tabela 2 e 3). As organizações e movimentos sociais do campo ainda não realizaram a sistematização dos dados agroecológicos em suas áreas de trabalho. Essa produção, ainda que simbólica frente ao agronegócio, representa uma resistência necessária nesta região e acreditamos que vale a pena ser contabilizada e divulgada.

Tabela 2 — Culturas produzidas em sistema agroecológico no Estado de Rondônia

>de 100 produtores	Entre 100 e 50	Entre 50 e 10	Entre 10 e 05	< de 5
Alface	Almeirão	Abobrinha	Cenoura	Acelga
Cebolinha	Rúcula	Inhame	Pimenta de cheiro	Beterraba
Coentro	Salsa	Jiló	Pimentão	Cará
Couve		Maxixe	Vagem	Cebola
		Pepino		Chuchu
		Quiabo		Espinafre
		Tomate		Hortelã
				Melancia
				Rabanete
				Repolho
				Serralha
				Taioba

Fonte: Arquivos: Marcos Machado (2014)

⁹ <www.agroecologia.org.br/.../caravana-agroecologica-e-cultural-de-rondo...>

Tabela 03 — Culturas produzidas e número de produtores/as envolvidos

DESTINO DA PRODUÇÃO	NÚMERO DE PRODUTORES/AS ENVOLVIDAS
Atravessador	05
Agroindústria	02
Comunidade\direto consumidor	40
Consumo de alunos	02
Feira livre	126 mil
Mercado ou comércio local	60
Mercado ou Comércio externo\Cuiabá	01
PAA	170
PNAE	47
Supermercados	03
Consumo de alunos	01

Fonte: Arquivos: Marcos Machado (2014)

A produção de base agroecológica em Rondônia se mostra incipiente nos dados oficiais, porém há uma diversidade e uma quantidade considerável dessa produção que precisa ser apresentada a partir da oficialização dos dados de produção e o número de famílias camponesas envolvidas no processo, isso poderá dar visibilidade à produção agroecológica existente em Rondônia.

4 A QUESTÃO AGRÁRIA E AS PERSPECTIVAS DO CAMPESinATO NO ESTADO DE RONDÔNIA

No lugar que havia mata, hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão
Afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé da Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
Gente enterrada no chão:

Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro
Disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro
Roubou seu lugar.
(FARIAS, 1984).

O Estado brasileiro estimulou a concentração de terras, a exploração e consequentemente, a desigualdade social, que aumenta gradativamente a concentração da riqueza, por meio da limitação de terras aos escravizados africanos, indígenas e ao grande número de imigrantes que compuseram a formação deste país (GORENDER, 2010).

O latifúndio apresenta uma afronta aos povos brasileiros desde a chegada dos europeus. A partir de 1930, com desenvolvimento do capital industrial, o campo passa por modernizações, aumentando os investimentos capitalistas, causando exclusão e consequentemente a migração para as fronteiras em buscas de novas terras. O século XVIII se caracterizou pelo momento de conquista do espaço amazônico e anexação das terras espanholas pelos portugueses através das estradas, bandeiras e missões, que deram suporte para o aprisionamento dos indígenas e sua escravização, para servir como mão de obra para a coleta de espécies vegetais exóticas e garimpagem de pedras preciosas (FERREIRA, 2012).

Com o golpe militar inicia-se um novo capítulo da luta pelas terras no país, interrompendo um processo de organização em construção durante os anos 50 e início dos anos 60, que representava um momento de transformação radical na estrutura agrária (SOUZA, 2011).

Os atos institucionais (AI e AI 5) foram os instrumentos de controle por parte do governo que literalmente calava as vozes, porém não conseguiu impedir que os camponeses lutassem em busca da liberdade de viver na terra. Mesmo no contexto da ditadura, continuavam surgindo conflitos pela terra em muitos lugares do Brasil e foram crescentes as tensões sociais, especialmente na Amazônia, relacionadas diretamente à natureza das migrações produzidas pela estrutura fundiária. A nova república surgiu influenciada pelo latifúndio através da criação da União Democrática Ruralista (UDR). Para contrapor ao MST, sendo a maioria na constituinte de 1988. (FERREIRA, 2012, p. 46)

No entanto, a grande preocupação estava em motivar e deslocar agricultores para a região da Amazônia, através da seleção rigorosa de trabalhadores rurais minifundiários como forma de reduzir as pressões pela Reforma Agrária (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012). Segundo Zamberlam e Froncheti (2012, p.18), “Nesse período do regime militar, mais de 77 mil famílias participaram de projetos na região Amazônica.” A intenção era a exploração da Amazônia e o complexo estudo sobre esta imensidão verde. No livro “Amazônia; nova dimensão do Brasil”, escrito por Amália Martelli, em 1969, a autora já sinalizava que os projetos eram ambiciosos e devastadores tanto para as florestas, como para os povos tradicionais.

A Amazônia constitui um dos recantos do globo mais virgens e de maior potencialidade de riquezas naturais. Será o celeiro do mundo [...] Não foi possível até hoje calcular, cientificamente, as imensas possibilidades latentes deste indescritível ‘inferno verde’ de rios e florestas. De qualquer forma a Amazônia é hoje uma das regiões mais cobiçadas da terra. Para nós brasileiros, isso representa um imenso desafio: conjugar todas as forças (sic) nacionais para integrar definitivamente este território à vida brasileira. E isso depende de um gigantesco esforço de pesquisa, de planejamento e desenvolvimento. (MARTELLI, 1969, [contra capa]).

A autora deixa claro o que era o retrato da Amazônia nos projetos da época: “A Amazônia representa o maior desafio econômico, social e político que o Governo brasileiro tem a enfrentar no presente. A região é cobiçada por nações superpovoadas e por nações superdesenvolvidas”. (MARTELLI, 1969, p. 132). Além disso, o descaso aos povos tradicionais, assim como a execução dos projetos visionários do agro e hidronegócio são transparentes.

Energia abundante, de preço acessível, propiciará a climatização da empresa e dos ambientes residenciais. Somadas as condições de habitabilidade aos recursos econômicos que a Região oferece, em pouco tempo surgirão centros populacionais progressistas, em lugar dos **pequenos núcleos interioranos marginalizados** de hoje que apenas subsistem. (MARTELLI, 1969, p. 133, grifos nossos).

Durante as fases de ocupação, a Amazônia dispõe dos seus produtos naturais satisfazendo as necessidades do mercado mundial. O Rio Amazonas possui 50.000 km de extensão e é formado por 1.100 rios afluentes até a foz. Encontra-se na região 80% das variedades de vida do planeta, o que a constitui como maior floresta tropical do mundo.

[...] como se desconfiava, os militares sabiam onde estavam as melhores terras da Amazônia quando começaram uma política de dupla distribuição entre cooperações e latifundiários, de um lado, e sem – terra. Do outro. Não é preciso perder tempo explicando para quem foram os melhores nacos de

áreas públicas. Considerada uma estratégia agressiva de ocupação. (PERES, 2015, p.24).

No caso do estado de Rondônia, o movimento “espontâneo” de pessoas acentuou-se principalmente a partir do golpe militar de 1964. Ocorreram inúmeros confrontos que envolveram soldados, jagunços, pistoleiros, grileiros, colonos, indígenas, latifundiários e posseiros, evidenciando a concentração da propriedade (PICOLI, 2006).

O projeto econômico militar implantado no Brasil em 1964 foi a concretização do plano capitalista mundial de expansão e acumulação. A região Amazônica foi usada pelas esferas econômica, militar e política, transformando-se, assim, em área de livre movimento dos projetos econômicos [...]. (PICOLI, 2005b, p. 53).

O Estado facilitou a grilagem de terras, protegendo e favorecendo grupos econômicos e políticos, assim como a formação de latifúndios e das grandes empresas agropecuárias e de extrativismo agroindustrial ou industrial (PICOLI, 2005 b). As terras devolutas do então Território Nacional de Rondônia, foram usadas para assentamento de agricultores migrantes vindos especialmente do Paraná e Mato Grosso do Sul e para latifúndios regularizados de seringueiros. O lema de colonização durante a ditadura militar difundido pela propaganda estatal era “terra sem gente para gente sem terra”.

O inchaço das cidades, em especial São Paulo e Rio de Janeiro, e a perspectiva de que a seca do Nordeste o aumentasse ainda mais, eram informações aterradoras para os militares. O lema “Uma terra sem homens para homens sem-terra”, foi decretada pelo ditador Emilio Garrastazu Médici. Dizendo-se inconformado com o flagelo da seca, especialmente no Ceará, impôs a ideia de que a Amazônia era o destino perfeito para aqueles milhares de pessoas (PERES, 2015, p. 36).

Com a proteção do Estado, grupos econômicos e políticos, faziam uso da grilagem de terras, constituindo latifúndios e formando grandes empresas agropecuárias, de extrativismo agroindustriais ou industriais. Esta proteção deu suporte para alavancar a entrada de empresas capitalistas e se instalarem nesta região, com a finalidade de agregar valor aos produtos e acumular riqueza. Abrindo espaço ao mercado mundial dentro da lógica de expansão para acumulação (PICOLI, 2005b).

A ocupação de novas terras na Amazônia Ocidental se deveu ao fracasso das iniciativas públicas de colonização agrícola na rodovia transamazônica, onde camponeses enfrentaram inúmeros problemas de ordem técnica ambiental e política para se efetivar como alternativa de produção nessas

terras. Contudo, foi a natureza estrutural de transformação da agricultura brasileira, iniciada nas décadas de 1960 e 1970, quando a grande propriedade se moderniza com a inserção de pacotes tecnológicos, concentração de terras e expropriação do campesinato, a razão do maior fluxo populacional das regiões sul e sudeste para as novas terras de Rondônia. (SILVA *et al.*, 2012. p. 60).

O Estado brasileiro via na Amazônia oportunidades de tirar grande número de pessoas das demais regiões, diminuindo a pressão social por melhores condições de vida e ao mesmo tempo “ocupar”, desconsiderando os indígenas que aqui habitavam aos milhares e foram diminuindo à medida em que os colonos foram chegando. Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição destes territórios significa o fim de identidades, grupos sociais e as classes sociais (FERNANDES, 2012). Evidentemente, a perspectiva histórica dos povos indígenas da região foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedente (PICOLI, 2006). Na disputa pela terra, os confrontos envolvendo soldados, jagunços, pistoleiro, grileiros, colonos índios, latifundiários e posseiros tornavam-se inevitáveis, evidenciando a concentração da propriedade.

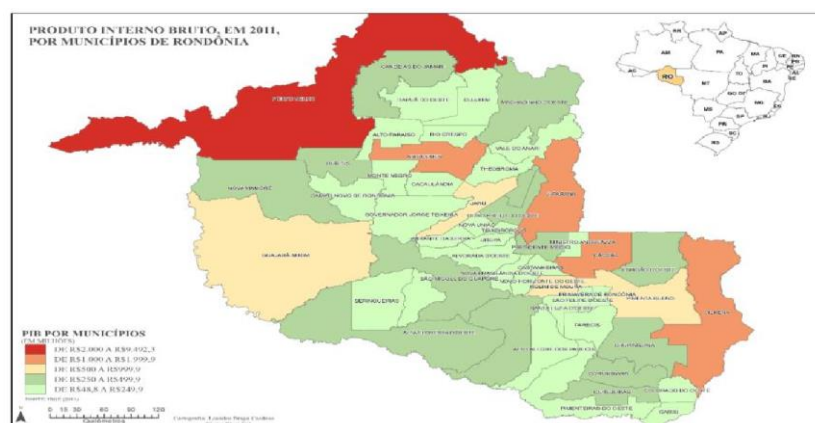
Para usarmos exemplos embrionários da dinâmica, lembramos as sociedades indígenas, que se acostumara, desde a invasão europeia e durante todo o período colonial, a deixar precocemente seus territórios em função da violência no processo de colonização, buscando, constantemente, novas terras para reproduzir seu modo de vida. (SOUZA, 2011, p. 34).

O fato é que estas terras, segundo Souza (2011), não atenderam a grande quantidade de migrantes que se deslocaram durante as décadas de 1970 e 1980, uma vez que o interesse era atender aos grandes latifundiários, consolidando empresas agropecuárias e assim, formando o exército de sem-terra, e consequentemente acirrando os conflitos pela posse. Surgem movimentos organizados em resistência aos conflitos agrários em todo o país, originados das Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos combativos, surgindo novas formas de luta pela terra. Em 1984 surge oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “[...] resultado dialético do processo histórico de expropriação que a população camponesa brasileira sofreu” (SOUZA, 2011, p. 176).

4.1 Aspectos geográficos e históricos do Estado de Rondônia

A área geográfica do Território Federal do Guaporé foi constituída por áreas desmembradas dos estados do Amazonas e Mato Grosso em 1943. A partir de 1956 passa a se chamar Rondônia, em homenagem ao Marechal Rondon, é uma das 27 unidades federativas do Brasil, está localizado na região Norte (Amazônia Ocidental), possui 52 municípios e ocupa uma área de 23,76 milhões de ha. Rondônia é o 23º estado mais populoso do Brasil e o 3º da região Norte, com 1,58 milhões de habitantes (IBGE, 2012). Ocupa a 22ª posição entre os estados, com Produto Interno Bruto (PIB) de 15 bilhões de reais, o que corresponde a 0,56% do PIB nacional (SCHLINDWEIN *et al.*, 2012).

Mapa 4 — produto Interno Bruto em 2011 por Municípios de Rondônia



Cardoso; Victor Ricardini (2015)

O clima em Rondônia é tropical quente e úmido, com médias de chuvas entre 1400 a 2600 mm por ano, apresentando chuvas intensas nos meses de outubro a abril com menos de 50 mm por mês entre junho e agosto. Excepcionalmente em 2015 ocorreu a maior estiagem em 31 anos vivendo nesta região, estendendo-se até fevereiro de 2016. A temperatura do ar nos meses mais frios é, em média, superior a 18 °C e nos meses mais quentes entre 30 e 35 °C, com a média geral variando entre 24 e 26 °C. A umidade relativa do ar varia de 80% a 90% no verão e em torno de 75%, no outono e inverno (SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, 2012). Nos últimos 5 anos observamos que o clima se manteve entre os 30 e 35° C, com exceção do sul do estado, região mais alta.

Os planos de criação do território rondoniense tiveram origem ainda durante o governo Getúlio Vargas em 1943. Somente no Território Federal do Guaporé chegaram mais de cinco mil soldados da borracha, entre os anos de 1942 e 1945. O processo de constituição do Território ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945), período em que os Estados Unidos necessitavam da produção da borracha brasileira.

Durante no governo de Juscelino Kubitschek, o território do Guaporé passou a ser denominado de Território Federal de Rondônia. Neste período inicia-se o plano de integração da Amazônia, com a construção da Rodovia Cuiabá — Porto Velho em 1960 pelo Presidente Juscelino Kubitschek, o que pode ser apontado como o marco inicial dessa migração ao restante do país. Essa estrada facilitaria o escoamento da produção de cassiterita do garimpo de Bom Futuro — Ariquemes, além de contribuir com o deslocamento da população dos estados do Sul e do Nordeste para o Território.

Em 1961, João Goulart, propunha reformas de base e existiam muitas expectativas entorno especialmente da Reforma Agrária, que deveriam alterar significativamente as bases econômicas e sociais no país, neste período as fronteiras agrícolas avançaram efetivamente sobre terras rondonienses. Mas estas reformas não chegaram a acontecer, devido ao Golpe militar de 1964, que foi o pontapé inicial na colonização de Rondônia. A migração neste estado ocorreu em dois momentos e teve algumas diferenças entre si, além do tempo decorrente entre os fluxos. Na primeira metade do século XX vieram os migrantes nordestinos, sobretudo nos dois ciclos da borracha com o objetivo de trabalhar na exploração do látex. Após a segunda metade vieram os sulistas, que já tinham conhecimento e tradição no trabalho com a agricultura e vinham em busca de terras, e foram expulsos do Sul pela Revolução Verde que estava acontecendo neste espaço (SOUZA, 2011).

O Estado agiu contra as comunidades indígenas. Os territórios indígenas (muitas vezes já demarcados) — considerados por eles como sagrados, são ainda hoje, invadidos por empresários que desde o princípio da colonização acumulam grandes extensões de terras (NEVES, 2009), ao que Marx (2010, p. 13) chamou de:

[...] extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Inauguram a nova era praticando o roubo dos domínios do estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. [...] os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando entre outros motivos, transformar a base latifundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os

pássaros, provenientes do campo. (MARX, 2010, p. 13).

Dessa forma o Estado privilegiava os grandes proprietários negando os conflitos, demarcando terras ilegalmente, protegendo através de “[...] decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada decretos de expropriação do povo” (MARX, 2010, p. 14). As colonizadoras privadas atuaram livremente até 1970 quando a distribuição das terras passa a ser responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Podemos observar as irregularidades cometidas também por esse órgão em depoimentos de próprios ex-funcionários do INCRA, em relação à colonização do Rio Branco do Acre, encontrados no livro intitulado “Memória Incra 35 anos”.

Dessa forma, quando comparamos a atuação do órgão em relação às experiências em Rondônia, notamos duas diferenças fundamentais: em primeiro lugar, aqui não se utilizou a licitação de terras públicas que nada mais era que distribuir as melhores terras para quem trazia dinheiro, deixando as terras ruins e sem acesso, para as famílias que não possuíam recursos. (NASCIMENTO, 2006, p. 139).

Ocorreu na Amazônia uma ocupação dirigida chamada colonização oficial para as pessoas que estavam em situação de conflitos, sem nenhum tipo de recursos ou que foram desapropriadas e indenizadas, como por exemplo, as que tiveram suas terras alagadas pela barragem da Usina de Itaipu (Paraná). A outra ocupação foi realizada por pessoas que chegavam por conta própria, realizando a Reforma Agrária espontânea observa-se que “[...] o Estado buscou controlar e disciplinar, colocando-as sob a égide da colonização direcionada, com base nos pressupostos estabelecidos pela ideologia dos militares”. (NASCIMENTO, 2006, p.139).

Souza (2011) descreve que a fronteira representou, para o camponês expropriado, um espaço onde seria possível construir um novo território. No entanto, esta fronteira esteve sempre em movimento, fazendo com que, imprimido pelo desenvolvimento capitalista, também o campesinato se mantivesse em constante movimento. Neste contexto, Rondônia significou o sonho de reterritorialização para muitos núcleos familiares já em peregrinação por outras regiões brasileiras. A seca no Nordeste representou um dos motivos em que parcela das famílias fosse empurrada para esta região. Entretanto, o maior fluxo foi direcionado pelas estruturas de concentração fundiárias não só desta, mas de diversas partes do país e se deparavam com uma realidade não condizente com o que se esperava. A histórica insistência na luta pela sobrevivência, a fuga dos centros urbanos, desterritorializados da terra e de saberes técnicos, viam aqui a possibilidade de reconstruírem suas vidas. Porém, com

um novo espaço periférico, repetem-se as condições de agregados, desempregados, sem-terra. Nos depoimentos a seguir confirmamos a realidade encontrada:

[...] mas nós num era acostumado com cidade e nosso sonho era volta pra roça [...] que nós são nascido e criado na roça, aí meu irmão mais velho falou: vamo pra Rondônia. Aí meu irmão veio gostô demais. E naquele tempo nós doido pra pranta roça [...] aí viemo tudo embora pra cá. Viemo pra terra do cumpade Zelão, em Tarilândia (distrito do município de Jorge Teixeira em Rondônia). Ali em Jorge Teixeira nós trabalham o três anos com ele, de meeiro, tocando roça de cacau. (TROVÃO *apud* SOUZA, 2012, p. 44).

Aí lá no Mato Grosso eu falei: meu negócio é terra, aí vim pra Rondônia [...] aí fui direto no INCRA, porque lá (no Mato Grosso) fazia propaganda que Rondônia tinha terra [...] cheguei lá no INCRA o cara falou: terra? Quem falou que aqui tem terra? Aqui não tem terra pra ninguém não. Dentro do INCRA lá em Ji-Paraná. [...] tem não. Aqui tem três mil nomes de pessoal e não tem reforma agrária. [...] E passava no rádio chamando a gente [...]. (OLIVEIRA *apud* SOUZA, 2012, p. 46).

A terra, que era para ser o lugar de concretização de promessas de refúgio e vida farta, passou a ser cenário de violência levando à morte aqueles que vieram para conquistá-la. Os detentores do poder transformam a terra em mercadoria e apropriam-se dela, não sem a conivência do Estado.

A letargia poderia ter comprometido totalmente as iniciativas do Estado sobre a questão, aspecto que infelizmente, em alguns momentos aconteceu. É preciso que tenhamos hombridade para dizê-la. Até porque, na dialética dos tempos, nem só de fatos aparentemente positivos é feita a história, principalmente a história agrária brasileira. Muitas mortes e uma incessante luta entre o latifúndio e trabalhadores rurais sem-terra manchou (e ainda mancha) os anais de nosso país. (FONSECA, 2006, p. 208).

A concentração latifundiária, implicou a falta de terra para os que aqui chegavam iludidos com as promessas da terra farta, conflitos se acirravam e o número de estabelecimento seguiu em disparada. Os estabelecimentos aumentaram consideravelmente a partir da década de 1979, segundo as informações do Censo Agropecuário,

Rondônia passou de 7.082 estabelecimentos agropecuários em 1970, para 25.483 unidades já em 1975, e em 1980 as unidades representavam 48.371 estabelecimentos, indicando crescimento de 583% para o período de dez anos. Na década de 1980, a propaganda governamental e a expectativa positiva dos camponeses em relação à posse da terra ampliaram o fluxo migratório, o que obrigou o INCRA a quase dobrar a distribuição de terras, crescendo para 80.615 estabelecimentos agropecuários (1985), e ampliando para 87.078 unidades em 2006. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006 *apud* SILVA, 2014, p. 1113).

Os conflitos estavam previstos, a insatisfação de quem vem apenas com a coragem e o sonho de ter a terra, poder plantar e colher, ao se deparar com tal realidade, o que restava-lhes era encostar em um dos vilarejos ou partir para novas fronteiras agrícolas, sendo que estes conflitos se agravavam com a quantidade de

candidatos a requererem a terra

[...] se exacerbaram quando foi necessário delimitar radicalmente as ocupações. O mesmo vale para conflitos entre a ocupação por pequenos colonos praticando a agricultura de subsistência e fazendas que queriam grandes superfícies para a pecuária extensiva. Contudo, o avanço contínuo talvez fosse o melhor meio de adiar os conflitos inevitáveis na hora da regularização. Mas sabia-se muito bem o refluxo, ou até o rumor de que não haveria mais terras a ocupar, seria o suficiente para mergulhar a região em uma crise grave, com esvaziamento do campo, crise dos comércios e partida dos colonos seja para as cidades, seja para outras regiões. O próprio espírito pioneiro, que animava então o desenvolvimento da região, levaria ao abandono da cidade para outra mais promissora, conforme um processo repetido em todo o Brasil. (THÉRY, 2012, p. 28).

Apesar de muitos projetos de colonização terem sido implantados pelo governo do Estado, inclusive com recursos externos, não houve estabilidade geral para quem mais dependia das terras.

Ao protagonismo do Estado (Governo Federal), o principal agente da transformação espacial em Rondônia, acrescenta-se o papel que o Banco Mundial (BM) assumiu, através de empréstimos financeiros, na formulação de políticas públicas de natureza territorial que configurou o espaço geográfico rondoniense. O primeiro programa apoiado pelo BM foi o POLONOROESTE, executado na década de 1980. Inicialmente o programa tinha como meta a pavimentação da rodovia BR-364, mas em função das demandas ampliadas pelo fluxo migratório. (SILVA, 2014, p.1322).

Outros projetos de colonização foram implementados em Rondônia, como:

[O] PIC Ouro Preto [...] o Projeto Sidney Girão, em agosto de 1971, no município de Guajará Mirim; o Gy-Paraná, em junho de 1972, com sede localizada em Cacoal; o Paulo de Assis Ribeiro, em outubro de 1973, com sede na localidade de Colorado d'Oeste e o Padre Adolfo Rohl, em novembro de 1995, com sede na localidade de Jaru. (FERREIRA, 2012, p. 50).

Segundo Silva (2012), o projeto Burareiro na região de Ariquemes, foi uma das formas de destinar grandes porções de terra às pessoas que não estavam desprovidas de recursos. No entanto,

[...] foi uma das experiências dirigidas a uma nova forma de exploração agrícola, centrada na grande propriedade para produzir produtos de exportação, principalmente o cacau. Na prática, esse novo modelo consistiu na formação de territórios de grandes fazendeiros, sendo espaço de grupos economicamente fortes, como ocorreu, na região de Ariquemes. (SILVA, 2012, p. 64).

Como tentativa de pôr freios ao desmatamento e à ocupação irregular dos solos, criou-se projetos com a ideia de controlar os movimentos populacionais no território, e apropriação dos recursos ambientais, adequando os projetos às possibilidades do solo, ao que se chamou de vocação do solo (BIZZO, 2013). O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) consistia em implementar “[...] medidas institucionais visando construir um conjunto de mudanças que direcionasse

a economia regional e o uso do espaço para o que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável”. (SILVA, 2014, p. 1326). O projeto tinha como objetivo promover o manejo e a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico e ecológico do estado de Rondônia, com recursos financeiros do Banco Mundial e dos governos federal e estadual.

Por conta do crescimento acelerado e desordenado do território de Rondônia, exigiu-se medidas e ações para o seu desenvolvimento, que dependia de estudos sobre sua divisão territorial, a partir das características particulares de cada região, que foram realizados para identificações do uso da terra, sendo definidos no Zoneamento Socioeconômico e Ecológico — Rondônia (ZSEE/RO) (OLIVEIRA O., 2012). A partir do zoneamento ocorreram conflitos com a política de assentamento do INCRA, ao sobrepor-se às áreas que já estavam em processo de ocupação por posseiros instalados há décadas nessas terras, produzindo e tirando dali sua subsistência e de sua família. Com o zoneamento houve a interdição de acesso a créditos ou insumos oficiais para os colonos já assentados em áreas incluídas em zonas de preservação, pois o zoneamento foi posterior à ocupação das terras que passam a não serem consideradas áreas de colonização, contraditoriamente estas terras passaram a serem consideradas pelo zoneamento como ecologicamente impróprias para a agricultura, evidentemente, surgiram os confrontos entre colonos e índios, devido à expulsão destas famílias assentadas em áreas de reservas indígenas (SANTOS, 2001).

O zoneamento não considerou ações sociais que não fossem capitalistas. Sendo o ZSEE mais um mecanismo de controle, sob o tripé da arte de governar a população, a economia e a segurança (FOUCAULT *apud* BIZZO, 2013), conclui-se que direcionou-se a ocupação do espaço, definindo o que é permitido e o que é proibido fazer do território, reduzindo e subordinando a soberania das populações tradicionais que já habitavam a região e tinham suas próprias formas de apropriação dos recursos ambientais. Assim, o ZSEE, de um instrumento técnico tornou-se um dispositivo de segurança (BIZZO, 2013). Não era uma política de reforma agrária, como afirmou Ianni (1979), a colonização caminhou contra ela.

Os governos que se seguiram ao regime militar se encarregaram de dar continuidade ao processo de exploração da região, implantando o agronegócio, avançando no monocultivo da cana-de-açúcar, da soja no sul do estado, na produção bovina, no estímulo a mineradoras, hidrelétricas e outras empresas que vêm

causando a expropriação de camponeses e povos tradicionais, interligando a região à mercantilização global.

A criação e a presença dessas empresas representam mudanças consideráveis, no que diz respeito à estrutura capitalista e à formação econômica regional. Nesse sentido, é possível a internacionalização da Amazônia ao mundo capital, que evolui no que tange à produção de carne, à produção de grãos, à produção de minérios e à fabricação de produtos derivados das florestas, produtos estes que fazem parte da estratégia de mundialização da região, produzir para servir ao mercado internacional. (PICOLI, 2006, p. 42).

As grandes corporações, como é o caso do Complexo Hidrelétrico do Madeira, desapropriam e produzem violência, o que estamos presenciando são os projetos das empresas que vêm gerando conflitos ambiental e a violação dos direitos humanos e sociais das populações locais (GARCIA, 2009). A implantação de aproveitamento hidrelétricos do Rio Madeira, principal formador do Rio Amazonas no território brasileiro, bacia de 1,42 milhões KM², não apenas na perspectiva da geração elétrica, mas também de extensão da navegação acima de Porto Velho, Através do Rio Orthon, Madre de Dios, Beni, Mamoré e Guaporé, complementando a atual hidrovia existente que vai de Porto Velho até Itacotiara (AM) (KROEMER; BRAVARESCO; MORET, 2008). Projetos que também foram planejados há décadas e que nesses respectivos projetos apresentavam-se como vantajosas não só para as comunidades locais, mas principalmente para o Brasil, mas que na contemporaneidade está se comprovando que o canto da sereia era um verdadeiro engano, ou seja, a forma como se implantou na região foi desastrosa e desumana.

A conclusão de barragens eclusada suprimiriam os obstáculos que impedem ou dificultam a navegação num trecho de 370 km entre Pôrto Velho (sic) e Guajará Mirim (trecho contornado pela ferrovia Madeira Mamoré que vai ser substituída pela BR- 319). Estas obras de engenharia possibilitariam um potencial elétrico de um milhão de kW, beneficiando vasta área da região. [...] A hidrovia de contôrno (sic) asseguraria, portanto, as condições indispensáveis ao aceleração econômico de Mato Grosso, Rondônia e de toda a Amazônia ocidental, criando ao mesmo tempo vínculos de integração nacional e continental. [...] um elo de comunicações de custo operacional reduzido [...] colocaria em comunicação direta com o Atlântico a Bolívia, que reclama uma saída para o mar, e o Paraguai ficaria com duas rotas para este (sic) oceano'. (MARTELLI, 1969, p.130-131).

Na visão de alguns dos pensadores da época, esta barragem se converteria no primeiro grande empreendimento realizado na Amazônia, e que propiciaria em curto espaço de tempo, “franco progresso” na área, tanto pela melhoria das condições de transportes, a partir da foz do Madeira à cidade de Mato Grosso, onde se estabeleceria uma hidrovia ininterrupta de 2400 km, com calado de 5m a partir de

Guajará Mirim, e ainda um melhor aproveitamento de terras baixas situadas no vale do Madeira à jusante de Porto Velho, como resultaria em um potencial de energia abundante e barata atraindo indústria, especialmente de beneficiamento dos recursos minerais e agropecuários da bacia do Rio Guaporé (MARTELLI, 1969).

Com o início da construção das barragens de Santo Antônio e Jirau, desencadeia-se em Porto Velho nos fins dos anos da década de 1990, uma série de conflitos sociais e ambientais, sendo que os ribeirinhos são os prejudicados diretamente, por perderem suas terras, moradias e sua cultura, ficando à mercê dos programas de assistência social que não chegam, como relata a ribeirinha desabrigada pelas enchentes do Rio Madeira.

Tenho 43 e anos e nunca vi, nunca vi enchente de jeito nenhum. Tem essa usina aí... culpado da gente viver jogado é eles mesmos... não tem um posto de saúde... eu tô mais de ano nessa tenda, eles não resolvem nada, e a gente vai ficar onde? — se a casa da gente a água levou [...] (VALDA, 2015).

Os depoimentos das pessoas que estão sendo expulsos pelas construções das barragens e a realidade em que se encontram, vivendo em tendas que chegam a 50º em alguns momentos do dia, a falta de alimentos, de água, de espaço, e acima de tudo, do rio e da floresta, fatores que trazem problemas de saúde como pressão alta e depressão para as pessoas mais idosas que viveram a vida livremente, pescando e colhendo frutas na floresta, cultivando suas plantações de banana, macaxeira, principalmente. Todos esses elementos contradizem os projetos e promessas do Estado e das empresas

Está convicto de que 'as populações das pequenas sedes convenientemente preparadas, e sabendo que terão seus direitos assegurados com justiça, se apressarão a reivindicar a construção do lago. Sujeitas às vicissitudes das enchentes periódicas, prêsas (sic) a uma economia insegura, sem dúvida, verão com entusiasmo a mudança para centros dotados de transportes e boas condições de salubridade' '[...] uma vez ocorridos os flagelos das enchentes, será fácil estabelecer um plano de assistência técnica e financeira à agricultura com vista ao uso racional da terra firme'. (MARTELLI, 1969, p. 118 -119).

No entanto, os moradores foram enganados com tais promessas, como são famílias que habitam essas terras há séculos, não têm títulos da propriedade, desfrutam da terra há gerações e não têm divisas, a terra, o rio, a floresta são de uso coletivo, uma vez desabrigados pelas enchentes, passam a viver em acampamentos na cidade, nas tendas de lona, até a entrega de uma casa que é construída em vilas, estas casas são construídas em alvenaria, fugindo completamente do estilo de moradias dos ribeirinhos, aglomeradas, não há árvores, não há rio, não há espaço

para o plantio, alguns recusam esta vida, muitas destas famílias, sequer recebem a casa e passam a morar nas periferias da capital, outros resistem enquanto podem em suas comunidades. Encontramos famílias vivendo há meses em barcos, em jangadas e em casa improvisadas, na esperança de ter novamente uma terra para morar. O morador e dirigente do MAB Alan e o pescador Isac, ambos ribeirinhos desabrigados pelas enchentes do Rio Madeira explicam:

Não sabia como ia funcionar a hidrelétrica, não sabia nem mesmo onde ela ia ser construída, só sabia dizer: vem uma hidrelétrica que vai gerar emprego. Veio muita água e muito barro, aterrô nossas casas [...] a nossa produção já não existe mais, antes a comunidade Terra Caída em que vivia produzia seus alimentos [...] era o maior produtor de banana, um dos maiores produtores de macaxeira, farinha e feijão, hoje não existe mais...Terra Caída acabou. Você vai lá, só tá aquele mato que a gente chama de canarana e aquele aterro, aquele aterro que a gente planta e não nasce, não sai mais como a natureza nos dava. ... eles fizeram umas entregas de cestas básicas por seis meses, o governador teve dando um auxílio aluguel durante seis meses depois acabou as cestas básicas, acabou esse auxílio que estavam nos dando e [...] não resolveram nosso problema... porque a gente não está esperando auxílio aluguel, não estamos esperando cestas básicas, a gente quer nossa moradia. (ALAN, 2015).

[...] o cara planta? como é que planta se tá tudo n'água [...] hoje se não é da pesca tem correr atrás de uma diária pra um e pra outro, quando aparece. [...] piorô, perdi tudo que eu tinha, minhas plantaço eu perdi tudo que não deu de tirar [...] (ISAC, 2015).

João, dirigente estadual do MAB fala da importância da floresta e do rio para esses povos e do avanço do capital na Amazônia.

Analisando a floresta como se ela fosse um organismo vivo, um só organismo como o corpo do ser humano, o Rio Madeira seria como a veia aorta no sentido de canal de levar a energia , de levar vida para a manutenção desta floresta e a gente vê que realmente manter a floresta em pé nesta região que é uma região de avanço do agronegócio do capital pra Amazônia central, são as populações tradicionais que estão sendo cumulativamente vulnerabilizadas com o processo das hidrelétricas do rio por controle do mercado financeiro que viola completamente a relação íntima que as comunidades tinham com o ciclo agroecológico. (JOÃO, 2015).

No depoimento a seguir, o desabafo de Luciomar, militante da luta pela terra e pela agroecologia em Rondônia, mostra nossa impotência diante de tal realidade.

São comunidades inteiras que estão sendo destruídas, são povos que estão perdendo suas culturas seus costumes, então eu acho que o mundo tem que abrir o olho pra essa realidade amazônica porque infelizmente nós sozinhos não estamos conseguindo gritar a altura do que precisa ser gritado. (LUCIOMAR, 2015b).

Entre outros problemas, citamos os que estão relacionados à agricultura em Rondônia, a concentração cada vez maior das terras, o alto uso de insumos agrícolas,

inseticidas e a monocultura, provocando escassez das variedades agrícolas. Essa moderna investida do capital no estado de Rondônia gera um número considerável de novos sem-terra, que quando não partem para novas fronteiras agrícolas, vendem ou arrendam suas terras para os fazendeiros e passam a trabalhar como assalariados ou diaristas, em condições degradantes de trabalho, e, em muitos casos, em regime análogo ao trabalho escravo.

Enquanto vendedores de sua força de trabalho, os camponeses pobres e assalariados enfrentam o capital agropecuário porque é este que tem a posse dos meios de produção que lhes permitiriam uma autorreprodução 'independente', principalmente no tocante à terra. (VERGÉS, 2011, p. 10).

Até os anos 1970 o agroecossistema de Rondônia consistia em matas, com uma diversidade da fauna e flora da região, destacando as essências naturais, segundo Silva (2014), os produtos mais importantes da economia do estado eram a borracha, a castanha do Brasil, o pescado e o minério, e sua extração não alterava a paisagem geográfica e natural, mantendo a massa florestal como um elemento essencial da paisagem rural.

No início da década de 1990, houve uma reestruturação capitalista neoliberal adotada pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Pereira (2011) define os documentos do Banco Mundial (1990, 1997, 2001 e 2002) como estímulo à mercantilização total do acesso à terra rural, a serem viabilizadas por mudanças institucionais e legais com o objetivo de elevar a produtividade da terra, favorecer o fluxo de trabalho no campo, atraindo o capital privado para a economia rural e potencializando a integração subordinada de parcelas específicas do campesinato pobre, em regime de acumulação comandado pela burguesia agroindustrial financeira.

Isso só aumentava os privilégios dos donos do capital, pois não há uma política efetiva de distribuição da terra e dos meios de produção, “[...] passando a reconhecer a necessidade de criação de acesso à terra como forma de aumentar as ‘oportunidades’ para os ‘pobres rurais’ e reduzir a sua ‘vulnerabilidade’, defendida como um instrumento de ‘alívio da pobreza’”. (PEREIRA, 2006, p. 19).

Atualmente, o capital agrário vem investindo no cultivo de grãos, em especial a soja caracterizando a territorialização das grandes empresas nacionais e multinacionais como ADM, CARGILL, BUNGE, MAGGI, cooperativas Coamo e Cocamar, dentre outras (RIBEIRO; SILVA; CORRÊA, 2015). Segundo Luiz Roberto, dirigente do MST/RO, a soja se tornou o carro chefe desta política de expansão.

[...] então, nós temos primeiro a expansão do gado, que é a expansão agropecuária extensiva e o segundo momento que é a expansão da mecanização das atividades de monocultura de grãos, que é o segundo passo do agronegócio então, é uma coisa combinada. (LUIZ ROBERTO, 2015).

Mas foi na década de 1990, que surgiram os primeiros indícios, ao que Pilon (2002) chamou de “a saga da soja, a nova utopia”. Denunciando as propagandas políticas, invisibilizando fracassos anteriores, divulgada em jornais, televisão, cartazes apelando para novas remessas de migrantes.

Venham para Rondônia! ela é a terra do grão. Já temos graneleiro, mas ainda não temos grãos! O governo financia máquinas! Terra tombada, tulha cheia, mesa farta! [...] Agricultores do sul [...] contemplando aquela extensão de terras planas que facilitam o tombamento e a circulação de máquinas, exclamam otimistas: ‘se a terra é fraca para pastagens, com uma boa adubação produzirá muita soja’. (PILON, 2002, p. 165).

A construção de portos graneleiros em Porto Velho, às margens do Rio Madeira representou “modernidade”. Os grãos transportados por via fluvial em navios de grande porte, encurtou o caminho para a Europa. Pequenos campos experimentais se espalharam pelo estado, indicando o início de uma nova aventura no solo amazônico (PILLON, 2002).

São linhas da expansão do agronegócio em Rondônia, chamadas de “bordas do centro do agronegócio”, composta pelos estados de Rondônia, sul do Pará e oeste do Tocantins, embora o centro do agronegócio no Brasil se concentre na região centro oeste, nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (LUIZ ROBERTO, 2015b).

Para que possamos compreender a dinâmica territorial do agronegócio em Rondônia é fundamental analisar a ação do capital através do processo de monopolização da produção, visto que o capitalismo vem impondo sua lógica no espaço agrário e, desse modo, subordinando o arranjo da produção, a divisão do trabalho e as relações de trabalho para a formação de novos territórios do capital. (RIBEIRO; SILVA; CORRÊA, 2015, p. 182).

Rondônia vem sofrendo impactos da migração, registrando-se altos níveis de êxodo rural comparado à média nacional. No entanto, desta vez, o fluxo é inverso, as pessoas estão deixando o estado para irem em busca de novas terras.

[...] para se ter ideia, o Brasil na última década, registrou um índice de 0,63% ao ano, enquanto que Rondônia registrou uma média de 1.65% ao ano. Isso naturalmente é consequência, de um processo de pecuarização que atingiu a pequena propriedade. Não somente nas regiões de fronteiras, mas em todo estado e a pequena propriedade foi atingida diretamente por esta ofensiva. Ao contrário do que se pensa as atividades de grãos, não é ainda o grande impulsionador deste êxodo rural. Embora em nível de grãos nós referenciamos a soja, mas não é somente a soja, esta é apenas o carro chefe [...] Cerca de 200 mil hectares de terra no estado. (LUIZ ROBERTO, 2015b).

Atualmente em Rondônia, a economia apresenta um volume maior do ponto de vista da produção em relação a outros estados brasileiros, porém a expansão é atribuída à produção de grãos, que concentra-se no cone sul do estado¹⁰ que compreende um total de cinco municípios, entre eles Vilhena (“portal” do estado), Cerejeiras, Colorado d’ Oeste, Cabixi e Corumbiara. A pecuária, por sua vez, migra para a região norte do estado, mais precisamente aos municípios em que se iniciam deste processo de expulsão das famílias camponesas pelas empresas de grãos, destacando o município de União Bandeirantes. Na reprodução do modo de produção capitalista, estas famílias desbravam as terras “amansando-as” e preparando-as para a expansão do agronegócio, da mesma forma enfrentando os conflitos agrários, as más condições estruturais incluindo a falta de apoio do Estado.

Esta configuração de conflitos produz e reproduz expropriações, violências e resistências tanto no ato de conquistar a terra como no período pós conquista, mecanismo que reflete e materializa contradições e as desigualdades inerentes ao modo de produção instalado na região (RIBEIRO; SILVA; CORRÊA, 2015). Assim, Rondônia lidera estupidamente o primeiro lugar de violência agrária no Brasil (CANUTO, 2015; PERES, 2015).

Rondônia é um dos maiores boca a boca da história do Brasil. E é a demonstração de como o Estado pode incentivar que miséria e cobiça se encontrem em situações peculiares que só podem desembocar em tragédia. É a ditadura que cria condições para que a floresta vire pó e para que sobre essa herança se construa um quadro de violência que dará a Rondônia o direito de figurar entre os líderes de mortes no campo. (PERES, 2015, p. 40).

As áreas de fronteiras agrícolas seguem agora com níveis elevados de assassinatos no campo, incluindo o espaço consolidado do agronegócio. Os crimes, no entanto, seguem sem justiça alguma. Os donos da terra e o Estado são homogêneos, cúmplices de si mesmos, enquanto que para alguns, executar crimes se constitui em “profissão”, como descreve Peres

Ainda assim, segue a fazer parte de sua história uma instituição amazônica: pistoleiro é um ofício, uma profissão naturalizada pela brutalidade. Na falta de juiz ou de polícia, é o executor de uma lei privada, criada nos moldes do contratante. Jagunço, guaxeba ou pistoleiro: o agente pode ter salário fixo ou ganhar pelo serviço executado, pode ficar na praça do povoado à espera da empreitada ou ser trazido de fora para ganhar um a mais com um bico que é resolvido com facilidade. Se tiver tempo, legaliza o dinheiro amealhado com sangue, compra uma terra e vira agricultor, torcendo para que o passado não lhe cobre o futuro. Certeza na vida de um pistoleiro, é a morte à espreita, fácil — dos outros, ou, azar, dele, de quem ninguém reclamará o corpo: não faz

¹⁰ Nessa região predomina-se o bioma do cerrado que vem sendo igualmente destruído.

parte das estatísticas, desaparece no mundo sem deixar rastro ou saudades. (PERES, 2015, p.62).

Rondônia que já foi palco de muitas chacinas silenciosas, teve agora relatada como “Corumbiara, caso enterrado” pelo jornalista João Peres que revela um Estado comprometido com o crime agrário.

Aquele era o maior conflito agrário do Brasil pós ditadura. Um conflito anunciado, é verdade, ao qual se seguiram Carajás, no Pará, e Pontal do Paranapanema, no interior paulista. Todos, diferenças à parte, nascidos de incentivos estatais à concentração fundiária, de um lado, e de lentidão ou omissão na solução de tensões evidentes. [...] O caso Corumbiara tinha muitos agravantes. Não era apenas uma situação inédita para o Brasil recente: era uma situação inédita para uma unidade da federação recém-nascida, frágil, submetida a um grupo de interesse capaz de ditar regras desde antes do advento da República. (PERES, 2015, p. 115).

Enfim, constituir uma luta organizada em busca das terras com condições mínimas de trabalho em Rondônia, revela-se um desafio para além do que se pode esperar de um país em que as leis regem em favor de uma elite que domina os recursos naturais e os rumos dos que buscam justiça. O agronegócio avança a passos largos e seus algozes impiedosamente devastam o estado a qualquer preço. Aos povos do campo resta o poder da articulação e unificação para fazer a resistência frente às atrocidades cometidas e às políticas de devastação do que ainda resta da Amazônia em Rondônia.

4.2 A formação dos solos na Amazônia

A região Amazônica possui cerca de cinco milhões de quilômetros de floresta contínua e, embora, encontre-se ilhas e campos, não há interrupções da floresta. Não há sub bosque, pela falta de luz, a copa das árvores cumprem um papel de amenizar o impacto das chuvas torrenciais, pois a água respinga nas folhas, com características próprias das florestas tropicais, pontas finas e pontiagudas, o que contribui para que as gotas grossas e pesadas transformem-se em gotas finas, já sem energia, alcançam mansamente o solo, sem provocar erosão superficial (SIOLI, 2006). Vale Junior (2011) explica que o bioma amazônico assemelha-se a uma colcha de retalho e a evolução da paisagem e do solo especialmente, são frutos de uma combinação dos fatores geológicos, geomorfológicos, vegetativos e climáticos que ocorreram a partir do período mesozoico , durante o plioceno — pleistoceno até os dias atuais e foram responsáveis pela diversidade e singularidade da região, como soerguimentos e fraturamentos, sendo que “O corpo do conhecimento indígena e local sobre a

diversidade de solos e usos é o foco principal da etnopedologia” (VALE JÚNIOR *et al.*, 2011, p. 161). Os estudiosos e pesquisadores desta região consideram que a exuberância e fortaleza das árvores são frutos de auto sustentação de um processo milenar, aliado a uma baixa fertilidade do solo amazonense. É fascinante, mas pouco estudada e conhecida pelos brasileiros (PILLON, 2002).

A folhagem é sempre verde, entumecida de seiva. Folhas grandes, principalmente no interior da mata, algumas atingindo um metro de comprimento por meio de largura, grande painel que recolhe a luz necessária para a fotossíntese, formando o laboratório que elabora os poucos recursos minerais da terra tropical. Poucos recursos! Eis o grande paradoxo: uma floresta exuberante sobre uma terra paupérrima e extremamente ácida. (PILLON, 2002, p. 66).

Mesmo ponderando as condições climáticas adversas, esse sistema extraordinariamente complexo permitiu o desenvolvimento da floresta “mais frondosa do mundo” em solos extremamente pobres, produzindo em 18 anos quantidade de biomassa igual ao que uma mata boreal de clima temperado produziria em 100 anos (PRIMAVESI, 1990). Embora apenas 14% da Amazônia seja ocupada por solos férteis, sendo que 86% se constitui de solos de baixa fertilidade, encontra-se aqui uma “floresta exuberante” (LIMA, 2014; SIOLI, 1985).

Há uma variedade de gigantescas árvores como a castanha-do Brasil e muitíssimas outras “[...] possuem seus ramos e folhas apenas junto a extremidade superior, erguendo seus imensos caules de forma quase retilínea em busca dos raios solares” (BRANCO, 1995, p. 42). As raízes dessas árvores são superficiais em função da deficiência de nutrientes no solo (BRANCO, 1995; PILLON, 2002) e, em decorrência desse processo, ele necessita de proteção contra a incidência dos raios solares e as grandes chuvas típicas da região. “Durante milhares de anos, a natureza conseguiu criar a sua proteção: cobriu a nudez da terra com o manto luxuriante da floresta. É uma terra que não vive sem a árvore e nem aceita monocultura” (PILLON, 2002, p. 33).

De acordo com Branco (1995), muito provavelmente na década de 50 do século passado já se tinham uma análise do solo. O pesquisador Harald Sioli difundiu ideias com fundamentos ecológicos para a região, com base em resultados desastrosos de algumas tentativas agrícolas que indicavam essa pobreza do solo. Filisberto Cardoso de Camargo, embora seus projetos tenham sido questionáveis, alertava para a imprevidência do poder público, que estabeleceu um equivocado processo de uso da terra, sobre a falta de estudos sobre a composição e a natureza

do solo da região, e previu o grave erro de exploração agropecuária e de organização social no futuro (FERREIRA; QUADROS; ANDRADE, 2011).

A floresta amazônica mantém uma diversidade de plantas em uma área naturalmente estratégica para garantir estabilidade na produção biológica, encontra-se apenas 35 m³ de madeira de lei, uma média de 8 a 10 árvores, não havendo mais que três espécies em um mesmo hectare de floresta (PRIMAVESI, 2008).

Para salvar a Amazônia Pillon (2002) adverte que é necessário conhecer os elementos que formaram o ecossistema mais rico e diversificado da terra e que os fracassos relacionados às tentativas de desenvolvimento da Amazônia se dão pelo fato de que não se questionam sobre a formação desta terra, seu comportamento, como trabalhar, o que plantar, quais animais e plantas existentes, porque são diferentes das terras do Sul, Nordeste ou Centro-Oeste. Descreve que as rochas da bacia amazônica estão cobertas por água, e o solo veio das cordilheiras vizinhas sendo transportado por água, de forma que todo o solo resulta da erosão ou desgaste de rochas que são produzidas por intempéries, sendo que a cordilheira dos Andes é a principal responsável pela fertilização dos vales do oeste amazônico por ser mais nova e menos lixiviada.

O clima quente e úmido sob efeito da devastação, impede a conservação de reserva de nutrientes e os materiais de argila ao serem degradados formam a caulinita que são os minerais dos solos com argilas de baixa atividade. Os restos de plantas e animais decompõem-se também, rapidamente, não conseguindo formar camada de húmus. Sem nutrientes minerais e sem húmus, teremos necessariamente um solo laterizado. Poucas árvores têm raízes pivotantes, rastejam a “flor da terra” coberta por folhas e galhos secos (BRANCO, 1995; PILLON, 2002; PRIMAVESI, 2009; SIOLI, 2006). Em consonância com a floresta, a umidade elevada associada ao calor intenso, favorece a decomposição dos materiais, a serrapilheira que libera os nutrientes, é logo absorvida pelas raízes. A fauna variada também contribui com seus excrementos, que a água da chuva faz escorrer pelo tronco, levando até as raízes.

Eis os motivos pelos quais este solo requer observação, estudos para compreender em que estes autores vêm insistindo,

Mais uma vez deve-se salientar aqui a importância **do comportamento em conjunto** dos vários elementos desse complexo sistema, a saber: plantas, animais, chuvas, luz, calor, solo, microrganismo, como partes ou engrenagens de uma mesma máquina em continuo movimento. Nenhuma delas pode faltar ou ser modificada, sob pena de todo conjunto entrar em colapso. (BRANCO, 1995, p. 45, grifo do autor).

Manter boas condições de produção implica conservar a bioestrutura gumosa, com destaque para a camada superior do solo, que contribuirá para proteção contra as chuvas e a insolação, reposição da matéria orgânica e manutenção de um pH acima de 5,3, usar técnicas que evitem a formação de compactação e adensamento do solo, recorrer a adubação dirigida, além da manutenção do clima favorável, para isso, necessita preservação das florestas (PILLON, 2002).

Fenômeno diferente ocorre nas áreas de várzeas, que são a porcentagem menor das terras da região amazônica. Com base em nossas observações e experiências, assim como nas pesquisas realizadas por profissionais da área, podemos entender os procedimentos destas terras,

[O] écotipo de várzea, cujo terreno é periodicamente enriquecido por sedimentos fluviais provenientes dos Andes e onde, graças a esse fato, os terraços e planícies aluviais formadas por alguns rios [...] apresentam uma fertilidade notável que possibilita atividades agrícolas satisfatórias. (BOLOGMA, 1990, p. 214).

Para Branco (1995) e Sioli (2006) os solos da várzea, são diferentes em função das enchentes anuais, que cobrem essas áreas e renovam os elementos fertilizantes. Processo inverso ocorre quando há represamento dos afluentes, pois isto altera o rio Amazonas de forma geral, tendo em vista que as inundações fertilizantes de várzea se tornarão diferentes e trarão consequências imprevisíveis para todo o agroecossistema.

Já para terras firmes, segundo estudos de Camargo, preconiza uma agricultura quase que exclusivamente de espécies de vida longa, em especial a prática florestal, uma vez que, não havendo remoção total das plantas, suas folhas e ramos promovam reciclagem contínua e retorno dos elementos fertilizantes ao solo. Poderiam aí ser exploradas plantas como a castanha-do-Pará (sic), o coco, a borracha, as madeiras nobres e também o guaraná além de outras plantas nativas. (BRANCO, 1995, p. 86).

Não é a pobreza do solo que impede a produção, e sim o mal uso da terra e dos cultivos, como a reprodução do modelo agrícola do sul do Brasil em solo amazônico, comprovado através da experiência “não servem para os trópicos” (PILLON, 2002). Acrescentaríamos os projetos capitalistas para a região com envolvimento nacional e internacional e que regem as ações agrícolas aqui implantadas, como uma outra causa.

No entanto, o maior problema consiste exatamente no desmatamento desenfreado, causando perdas na biodiversidade, na matéria orgânica e desequilibrando a estabilidade do sistema florestal (SCHLINDWEIN *et al.*, 2012). Pois

ao derrubar a proteção vegetal natural inicia-se o processo de degradação do solo, podendo torná-lo definitivamente estéril nos casos de um desmatamento permanente (BOLOGNA, 1990; SIOLI, 1985).

[...] É o triste resultado da derrubada histórica da floresta. Este solo, formado pelas rochas mais antigas do continente, muitas vezes erodido, transportado, lavado, conseguiu, num processo milenar, proteger-se, com a tenda da floresta, amenizando os impactos da chuva e do sol, que o deixam ainda mais pobre, perde, agora, com a motosserra e o fogo, o seu teto protetor. A compactação é rápida. Em terra dura, socada pela chuva forte e pela pata do gado, as raízes das pastagens não afundam. As ervas invasoras (lacre, mata-pasto) tem raízes mais agressivas e em pouco tempo o campo vira brejo. A mão-de-obra para limpeza muito cara. O pasto é muito fraco e exige suplemento em sais minerais [...] (PILLON, 2002, p. 361-362).

As pastagens degradam o solo, contraditoriamente, na terra dos sonhos, onde o governo da ditadura militar agiu de forma desastrosa, fazer da Amazônia a terra do boi, “um boi para cada habitante”, seriam bilhões de nelores engordados anualmente, bilhões de patas que adensariam ainda mais as terras amazonenses (PILLON, 2002). Em Rondônia as primeiras cabeças foram de búfalos e chegaram na década de 1950, trazidos da Ilha de Marajó no Pará, para fornecer carne e leite.

Nesse ecossistema os efeitos da degradação são potencialidades quando a floresta tropical, de baixa resiliência, é substituída pelas pastagens, uma vez que o ambiente edáfico é exposto ao intemperismo amazônico, caracterizado pela elevada umidade relativa do ar e radiação solar ao longo do ano, altas temperaturas e intensa precipitação pluvial. (SCHLINDWEIN *et al.*, 2012, p. 227).

Diante da devastação, o que se propôs pelo governo da ditadura foi coibir os camponeses.

Os técnicos da Rondobrás chamam a atenção para a urgente necessidade de uma colonização dirigida, a fim de evitar o que está ocorrendo: ‘a indiscriminada destruição da floresta e o consequente rompimento do equilíbrio biológico (solo- flora- fauna) através das contínuas queimadas que, no Brasil constituem a tônica do processo de povoamento’ [...] ficando em seu lugar [...] os roçados e as capoeiras da agricultura itinerante e primitiva. (MARTELLI, 1969, p. 95).

A autora expõem os prejuízos econômicos, as condições climáticas, pedológicas, fazendo um alerta “em vão” sobre os rumos que tomavam o ambiente amazônico.

A par do mal irremediável que tais métodos acarretam, é todo um potencial de riqueza que se perde na fúria destruidora. Para dar uma idéia (sic) do que representa, basta mencionar que em determinado trecho da área norte de influência da rodovia, técnicos da FAO procederam um inventário das madeiras de lei de uma gleba de 600 mil hectares e estimaram seu valor em 75 milhões de dólares. Isto sem levar em conta tôdas (sic) as espécies existentes para não dar valor demasiado otimista. [...] Sabe-se também do desperdício enorme dos produtos florestais devido ao processo primitivo da colheita. Por exemplo, na coleta do babaçu, perde-se 95% do mesmo.

Enquanto [...] êste (sic) produto, se devidamente aproveitado, poderia constituir-se no suporte econômico da região norte. (MARTELLI, 1969, p. 95-96).

Desde este período até os dias atuais, nada foi feito, a não ser continuar com o processo de destruição, mudando apenas as formas de atuação, como por exemplo, hoje, ao invés do machado, ou a motosserra aplica-se componentes químicos nas árvores que vão definhando até sua perda total, ou utilizam-se grandes máquinas e “correntões” para a destoca completa. Algumas iniciativas do Banco Mundial, como projetos de proteção ambiental, que é claro, não resolvem e sim, acirram os problemas, como os casos de projetos de manejo que acabam por regularizarem a derrubada das árvores em quase 100% das áreas, sempre por grandes empresas madeireiras, nacionais e transnacionais, enquanto o que está previsto na legislação brasileira é 80% das áreas (PICOLI, 2004a, 2004b, 2005b), que ainda assim é uma porcentagem exorbitante.

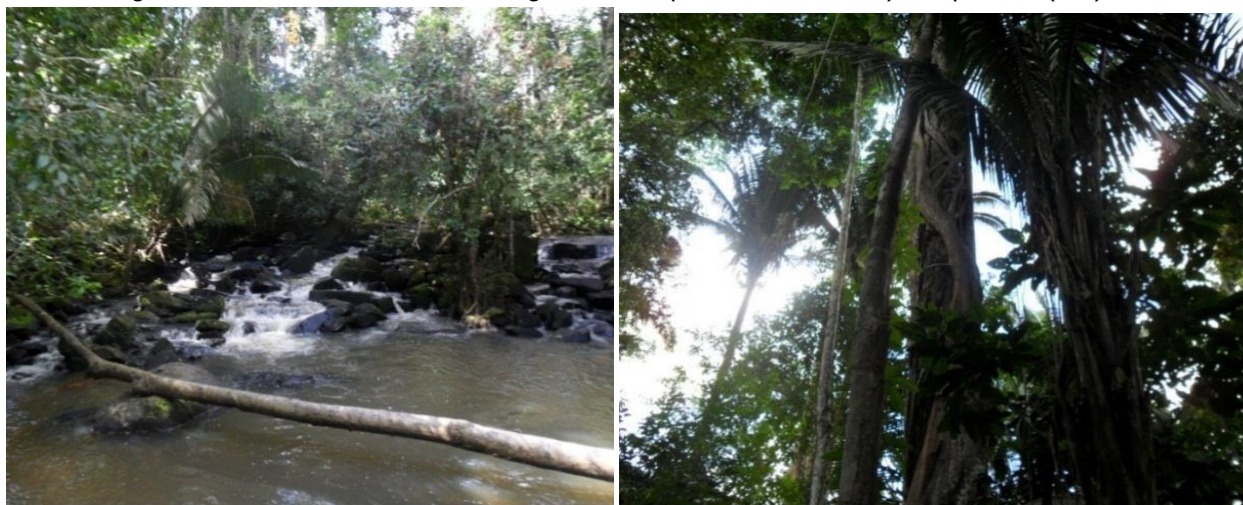
Segundo Branco (1995), a destruição sem controle está à nossa frente cotidianamente, nos anos de 1970 houve a perda de cerca de 60 bilhões de dólares em madeiras, essência raras, produtos medicinais, especiarias e alimentos. No entanto, não há projetos de iniciativas governamentais para aproveitamento desse potencial ainda existente e a grande tendência é reduzir-se à produção de gado, soja, mandioca, leite e madeira (MARQUES; FERNANDES, 2004). Pilon (2002, p. 362), por sua vez, alerta: “Não é necessário ser profeta. Basta possuir um conhecimento rudimentar da terra amazônica para dimensionar o rumo desta ventura”.

Ao sintetizar suas impressões sobre a Amazônia, Euclides da Cunha utilizou a seguinte imagem bíblica: “A Amazônia é o último capítulo do Gênesis que ainda não foi escrito”. Pilon conclui que, “[...] se ele voltasse hoje e visse a destruição progressiva da maior bacia fluvial, florestal e animal do mundo, certamente citaria o apocalipse” (PILLON, 2002. p. 61). Generosamente, a natureza se regenera em um espaço de tempo muito rápido e aí está nossa esperança de que em algum momento o Estado se conscientize da tamanha destruição e deixe a Amazônia cumprir sua função, que por si só, já é uma grande contribuição para o globo terrestre, principalmente pela disponibilidade das fontes hídricas, através dos mananciais e as fontes de oxigênio, através das florestas.

Depois do abandono do terreno, a floresta leva 25 anos para reconstituir-se totalmente, graças a um processo de colonização das espécies que começa nas margens da clareira e caminha para o centro, recriando assim, lentamente, as condições anteriores e tomando aquela mesma porção de

terreno novamente adequada para recomençar o ciclo. (BOLOGNA, 1990, p. 216).

Fotografias 1 e 2 — Floresta sendo regenerada¹¹ (média de 18 anos), Ariquemes (RO)



Créditos: Elói Franco (2015)

Ana Primavesi (2009) nos indica alguns caminhos a serem seguidos, como o sistema agroflorestal, processo composto por campos com bosques, sistema de plantar à sombra das árvores. A autora ressalta que se obedecendo os seis princípios básicos da agricultura tropical, já são garantidas colheitas saudáveis e fartas. Indica, ainda, que a fruticultura na mata raleada se mostra um sistema promissor. As espécies como açaí, cupuaçu, a pupunha, o buriti, o babaçu entre outras adaptadas à região e que produzem muito, não necessitam de adubação, protegem o solo contra erosão, algumas como o buriti, são específicas para a proteção de nascentes. E propõe uma agregação do solo a partir da matéria orgânica, defendendo especialmente as palhadas, e também a adubação verde; a proteção do solo contra aquecimento e contra o impacto das chuvas; o aumento da biodiversidade, incluindo a rotação de culturas; o aumento do sistema radicular; a manutenção da saúde vegetal pela alimentação equilibrada (trofobiose); e a proteção dos cultivos e pastos contra o vento, condição básica para proteger o solo. Observando que a agricultura convencional não pode conservar os ecossistemas naturais, uma vez que para isso exige-se a retirada das árvores, que conseqüentemente resulta na extinção da fauna e na destruição dos fontes hídricas. Para contrapor a isso, necessita-se instalar ecossistemas simplificados próprios aos trópicos, usando métodos que minimamente garantam

¹¹ Esse processo de regeneração da floresta será explicado no sub capítulo 5.6.6.6: O processo de regeneração das matas ciliares.

manter o máximo de vida diversificado e a saúde do solo.

4.3 Especificidades do solo em Rondônia: problemas e desafios

Há uma carência de estudos disponíveis sobre os solos de Rondônia. O fato é que já sabemos que as autoridades tinham consciência dos limites e potencial destas terras, mas “ainda estão arriscando vê-la destruída”. Junto a isso a incerteza dos camponeses se manterem na terra, pois quando já está esgotada, vendem-na para os empresários do agronegócio a preços irrisórios e seguem em grandes levas para outras fronteiras como já dissemos.

O solo de maior ocorrência no estado de Rondônia é o Latossolo Vermelho e Amarelo Distrófico (LOCATELI *et al*, 2010), representando em torno de 58% do Estado, sendo que a fertilidade natural é considerada baixa a muito baixa, o que constitui a principal limitação de uso agrícola, tornando-se necessário correção e adubação (RONDÔNIA, 2002). Segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, 2012), as precipitações na região são em média de até 2.600mm ao ano, em solos com manejo inadequado podem trazer sérios prejuízos em relação a frequência das chuvas, as características físicas, aumentam as condições favoráveis para a máxima erosão e assoreamento dos rios, além de empobrecerem quimicamente os solos e causar poluição no ambiente.

Outro alerta sobre a compactação do solo é a presença de cupins que se apresentam cada vez mais em Rondônia. ‘Os teores de argila são adequados para a agricultura nos solos de Rondônia, porém a fertilidade do solo precisa ser corrigida, principalmente com o nutriente fósforo’. (BARBOSA *et al*, 2011, p. 592).

Pillon (2002), ressalta que, mesmos com todos estes indicativos não se pode concluir que o solo desta região não seja propício para a agricultura e a pecuária, ficando apenas no extrativismo. O autor afirma que o modelo do sul não serve para o norte, pois lá o cultivo ocorre em terra de mato porque é sempre fértil, profunda em húmus e as terras do norte, por sua vez, são pobres em sais minerais pelo fato de serem lixiviadas ou seja, quando estas são lavadas pelas grandes chuvas sazonais, depois de terem sido transportadas.

Fotografias 3, 4 e 5 — Solos de Rondônia, Perfil de Latossolos



Créditos: Elói Franco (2015)

Neste caso, o processo realizado no sul do país com a formação de curvas de nível, pouco resolvem, pois na superfície permanecem os minerais mais densos, como o ferro e o alumínio, que são considerados os principais causadores da acidez que é sempre alta, chegando a 9,0, quando o ideal seria entre 5,5 e 6,5. A correção, portanto, não compensa, porque as grandes chuvas levam o calcário a dois metros e meio de profundidade, onde as raízes não chegam. O solo, então, dependeria adubações mensais (PILLON, 2002; PRIMAVESI, 2009), Sioli (1985) falava em adubação semanal e temos acompanhado experiência¹² exitosa de adubação permanente. O grande desafio com o solo da região está em recuperar regiões degradadas, transformando-as em áreas com capacidades produtivas gerando valor econômico, ecológico sustentável, que mantenham a qualidade de vida humana potencializando o ecossistema (SCHLINDWEIN *et al.*, 2012).

Atualmente, o estado de Rondônia apresenta em torno de 8 milhões de hectares cultivados, sendo que a maior parte da área está ocupada por pastagens de *Brachiaria* (*Brachiaria decumbens*), que são utilizadas nas atividades de pecuária, principalmente a de corte. Aproximadamente 1 milhão de hectares são cultivados com culturas perenes, como o café, a banana e o cacau e com culturas anuais, principalmente o milho, o feijão, o arroz e a soja, além de outras de subsistência (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Dessas áreas utilizadas na agropecuária poucas recebem adubações e correções de fertilidade e raros são os casos de utilização de práticas conservacionistas de manejo do solo

¹² Assentamento Madre Cristina em Ariquemes – RO.

(OLIVEIRA *et al.*, 2008). O efetivo do rebanho bovino se encontra presente em todas as regiões antropizadas do estado de Rondônia, mas se concentra no centro do estado, principalmente nas microrregiões de Ariquemes, Ji-Paraná e Cacoal, onde há municípios com densidade acima de 100 cabeças/km². Estas três microrregiões concentram um efetivo de 6,4 milhões de cabeças ou 55% do total rondoniense (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2008). Por exemplo

[...] nessas áreas a grande maioria dos agricultores, devido ao baixo nível tecnológico, adota sistemas inadequados de uso da terra, caracterizados pela agricultura itinerante, quando se procede o desmatamento, floresta ou capoeira, seguido da queima e do plantio. Após três anos de uso intensivo a terra é deixada em descanso. Segue com café ou pastagem, atualmente pastagem, mais frequente pastagem logo após a derrubada e queimada das árvores. Pastagem por todo o estado indicando a força desta atividade que direciona o setor primário de produção no estado. (SANTOS, 2001, p. 113).

A maioria dos solos utilizados na agricultura e pecuária, estão degradados e as produtividades regionais estão muito baixas. Muitas áreas com pastagens devem ser recuperadas. Alguns produtores já tomaram consciência do prejuízo econômico e ambiental instaurado. As imensas clareiras provenientes das derrubadas cortam as relações entre as diversas espécies de vida e desequilibram o ecossistema e, por este motivo, o mais racional é deixar matas ciliares no meio dos campos para conservarem o equilíbrio da temperatura, impedindo a passagem livre dos ventos que secam mais depressa as pastagens, assim se preservaria o habitat dos animais silvestres, incluindo o gado, no caso das pastagens sombreadas (PILLON, 2002; PRIMAVESI, 2009).

No entanto, com muita frequência vemos pastos sem uma árvore sequer, por orientação de alguns técnicos que afirmam que o gado não precisa de sombra, embora observemos que no período mais quente do dia, o gado procura um refúgio do sol sob a sombra de uma árvore que porventura tenha ficado, ou a sombra de uma construção, um silo. Há alguns anos era muito comum o produtor que mantinha árvores ou palmeiras de babaçu¹³ ser considerado como descuidado ou preguiçoso. Hoje já ouvimos falar em experiências de criação do gado em sistema Voisin, que pode ser uma tendência com base nas experiências anteriores da criação em sistema convencional e nas experiências atuais que estão comprovando o aumento da

¹³ Comum nas regiões centro e norte do estado de Rondônia, utiliza-se o mesocarpo que fornece uma farinha nutritiva, utilizada no preparo de bolos, pães, mingaus, compostos minerais para animais e com a castanha prepara-se o óleo que pode ser utilizado na culinária.

produção com melhores condições para o gado, solo, natureza e maior rentabilidade econômica. É certo que o Pastoreio Racional Voisin (PRV), também precisa ser adaptado para Amazônia.

Contraditoriamente, nenhuma das políticas agrícolas para o estado de Rondônia contemplam qualquer prática que beneficie, de fato, o solo da região, a tendência parece ser a continuidade da degradação do solo rondoniense, ressaltando que em muitos campos toda e qualquer vegetação é eliminada para dar lugar aos plantios de soja, campos que tendem a transformarem-se em desertos em tempo muito próximo. O alento é que a agricultura de subsistência ganha espaço entre famílias camponesas ligadas aos movimentos sociais, onde mantém-se e intensificam-se culturas temporárias diversificadas e experiências de proteção ambiental.

4.4 Aspectos pedológicos e produtivos de Ariquemes

Um levantamento realizado por Menezes (2008) informa a diversidade de solos existentes na microrregião de Ariquemes, mostrando a predominância dos Latossolos, Argissolos, Gleissolos, Cambissolos, Neossolos e Litólicos.

Os Planossolos são solos hidromórficos de baixa fertilidade natural; O Solo Litólico Eutrófico. Litólico Distrófico; O Neossolo Litólico ocorre na área em relevo ondulado a escarpado próximo ao afloramento de rocha, embora predomine a fertilidade natural média a alta; O Argissolo é a antiga classe de Podzólicos com argila de baixa atividade e a classificação dele é vermelho amarelo eutrófico, estes solos contêm um teor de argila maior nas camadas subsuperficiais tornando-se mais vulneráveis aos processos de erosão; As Subclasses do Argissolo são os Alissolos e Luvissolos que ocorrem em menores percentuais, atividade da argila é alta, indicando diferenciação na mineralogia entre essas classes. O Alissolo é caracterizado pela fertilidade natural muito baixa a baixa e do Luvissolo pela média a alta fertilidade natural. O outro Argissolo encontrado na microrregião é o Argissolo amarelo distrófico. (MENEZES, 2008, p. 40).

A autora descreve experiências com sistemas agroflorestais na região como uma alternativa econômica e ambiental fundamental e analisa as práticas agrícolas existentes na região, registra as formas de utilização da pecuária extensiva que, ao invés de utilizar os princípios básicos da conservação do ambiente, utiliza do fogo para a renovação das pastagens, afetando o solo e a biodiversidade. Isso ocorre em regiões de campos nativos, com solos arenosos e extremamente frágeis, onde a vegetação natural não suporta atividades agropecuárias intensivas, ocasionando sérios problemas de desertificação, principalmente pelas espécies forrageiras não

adaptadas à região. Além disso, ocorre o pisoteio que ao revolver a camada superficial do solo causa sua desagregação.

Atualmente a agricultura camponesa vem alterando a paisagem agrícola de Ariquemes, uma vez que este município conta com um número considerável de produtores e produtoras de alimentos, incluindo 4 assentamentos do MST (14 de Agosto, Novo Amanhecer, Madre Cristina e Migrantes) e um acampamento (Hugo Chávez) e grupos de base do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Os produtos são vendidos principalmente para o feirão municipal que funciona todos os dias da semana e, mesmo que não sejam os produtores que façam a venda direta, encontram-se ali os produtos da agricultura camponesa. Alguns se organizaram em uma associação de produtores que já industrializam seus produtos de alguma maneira e mantêm um espaço de vendas diárias, também em Ariquemes. Há também as vendas para os programas de aquisição de alimentos do Governo Federal.

Muitos já se organizam pela produção de base agroecológica, com produções frutíferas, hortaliças principalmente, sendo que um dos maiores problemas enfrentados é desarticulação da frente de produtores. Tomamos agora a iniciativa de constituir-nos em uma rede de produtores e consumidores agroecológicos de Ariquemes, buscando uma forma simples de certificação que possibilite um benefício maior na venda dos produtos e consolidar-nos em uma rede. Já conquistamos o Selo de Inspeção Municipal (SIM) agroecológico, que está se tornando uma ferramenta de incentivo e de acesso aos consumidores do município, por contribuir com a superação das burocracias do mercado convencional. Dessa forma, acreditamos contribuir com propostas que contemplem a agricultura, a proteção do solo e todo o bioma da região. Ao investirmos nesta perspectiva de produção agroecológica buscando comercializar diretamente com os consumidores, podendo oferecer produtos com custos menores. Visualizamos assim, uma resposta à forma de produção e comercialização excludente imposta pelo mercado convencional.

5 TRAJETÓRIA DA LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO

*Sabemos que o capitalista
Diz não ser preciso
Ter Reforma Agrária
Seu projeto traz miséria
Milhões de sem terra
Jogados na estrada
Com medo de ir pra cidade
Enfrentar favela
Fome e desemprego
Saída nessa situação
É segurar as mãos
De outros companheiros.*

*E assim já ninguém chora mais,
Ninguém tira o pão de ninguém
E o chão onde pisava o boi é feijão e arroz,
Capim já não convém. (ZÉ PINTO, 2015).*

5.1 Ocupação, resistência e as formas de organicidade

Éramos um grupo de aproximadamente 180 famílias sem-terra, oriundas de diversos municípios de Rondônia, ocupamos um latifúndio improdutivo, às margens da rodovia BR-364, localizada entre os municípios de Jaru, Ariquemes, Theobroma e Cacaulândia. O momento de muita coragem e ousadia, pois o território estava destinado aos senhores fazendeiros.

As histórias de vida se repetem, profissão? Camponeses, as mesmas dificuldades, as mesmas lutas, os mesmos sonhos, seja os que vieram do Sul, do Sudeste, Nordeste ou Centro Oeste: conquistar a terra. As famílias viviam em terras de parentes ou trabalhavam em fazendas como arrendatários, meeiros, e quando o MST começa a ocupar terras no estado muitas comunidades se organizaram para participar das ocupações. Os depoimentos mostram que alguns tinham receio, mas viam na ocupação a saída para realizar o sonho de ter a terra. José Prates sempre trabalhou com os irmãos, como peão nas lavouras de algodão e hortelã, era só para sobreviver,

[...] quando encontrava trabalho em outras regiões a gente saía, mudava, porque éramos arrendatários [...] o Paraná era de muito preconceito contra negro. Vim para Rondônia em busca de vida melhor [...] aqui produzia de tudo e tinha condições de rápido encontrar terra, mas não foi o que eu encontrei [...] Eu vim de pau de arara, foi difícil [...] a terra que eu mesmo vim encontrar foi aqui, depois de muitas outras tentativas frustradas. (PRATES, 2015).

Já Vilmar veio quando ainda era criança, morava com a família em fazendas

aqui no estado de Rondônia, representa a quarta geração em busca da terra. Sua mãe, Maria, conta sobre a segunda trajetória feita por sua família, de um trecho quase obrigatório para os excluídos pela concentração das terras, do Paraná para Rondônia. Na primeira, seus pais tomaram o destino Minas Gerais ao Paraná, Chegar a Rondônia, no entanto, não era garantia de ter a terra, enfrentariam ainda a migração interna. Adquirir o pedaço de chão, significaria lutar.

Estava com doze anos ai ali eu me casei e vim pra Rondônia, e aqui em Rondônia chegando em presidente Médici [...] teve a mobilização daí o Magno, ele que foi conversar com nós pra nos ir. Tanto que eu era até contra nós vir pra cá, chorei muito eu tinha medo né? Não conhecia essas coisas [...] chegamos aqui fazendo barraco aquele tanto de barraco fiquei assustada, muito frio, sofremos bastante mesmo, até que passamos a acostumar e a gostar [...] do pessoal e do lugar também e começamos a plantar umas coisinhas, buscamos também o que tinha, deixei muita coisa plantada lá [...]. (MARIA, 2015)

Vivendo em terra alheia, com sofrimento e incertezas, enfrentavam como todos os outros sem-terra, a exploração do sistema de arrendamentos e “combinados” agrícolas. Como explica Vilmar,

Em primeiro lugar, meu pai trabalhava de meeiro pro outros, por diária. E nós em sete irmãos e por não ter condição de sustentar a família, a minha vida [...] praticamente como eu era menino, era ir junto com o pai lá pro serviço – meeiro é a pessoa que vive de meio a meio. Plantou uma roça, colheu 10 sacos: cinco é pra você e cinco pro dono da propriedade, morava em propriedade, terra dos outros. (VILMAR, 2015).

O contato com o Movimento foi a garantia de um futuro com terra e dignidade, uma perspectiva de vida para quem até então, entregava parte do que produzia aos fazendeiros. Algumas vezes viviam em terra de familiares, insuficientes para sobreviverem, enfrentando sempre as doenças da época, principalmente a malária que, por vezes, derrubava famílias inteiras. O atendimento médico era precário.

Os militantes da Frente de Massas (FM) do MST se encarregaram de levar a “boa nova” de que era possível lutar organizadamente para conquistar a terra, aos diversos municípios de Rondônia. Desde Espigão d’Oeste, Cacoal, Ministro Andreaza, Presidente Médice, Ji Paraná, Ouro Preto, Nova União, Mirante da Serra, Tarilândia (distrito de Jaru), Jaru e Ariquemes. Estes militantes significavam, entre o medo e a desconfiança, o sonho e para muitos a única possibilidade de ter a terra.

Daí surgiu a reunião do MST, na região em Tarilândia pra fazer a ocupação de terra [...]. E eu falei: pra quem tá perdido, é o único caminho... a família crescendo, sem condições financeiras [...] Não tinha escutado sobre o MST, mas o que eu sabia era que o Movimento era de baderneiro. Bem na época de mobilização na região de Ouro Preto [...] daí o povo vinha sem

conhecimento e passava isso, que era baderneiro. Eles iam nas jornadas da igreja e viam o MST lá e eles olhavam o povo com enxada, bandeira. Falavam que a imagem da bandeira era um cara com um punhal, mas não era punhal era facão. E o povo achava que era punhal. [...] eu confiei no rapaz que meu trouxe, que colocou muita segurança [...] - "leva sua família, não é bagunçada" [...] como eu tinha clareza um pouco, eu sabia que ele não tava mentindo. Nós não tem onde morar mesmo [...] vamos lá [...] e estamos até hoje aí. (PRATES, 2015).

Como era um momento de uma criminalização declarada contra o MST, as famílias em geral tinham medo das lideranças e do próprio Movimento. Entre as comunidades religiosas principalmente rondava, o rumor do “comunismo”, de forma que o medo se espalhava.

No começo que o pessoal da meeira falava pra ele: — que você vai caça pra lá, Zezinho? Lá pro meio dos sem-terra? Porque naquele tempo, não era conhecido como hoje, porque hoje tem a mídia, que não coloca certinho as coisas, mas ainda coloca e da pro pessoal saber ainda o quê que é. Naquela época que meu pai veio, o Movimento era ir lá pro fim de mundo — cê vai encarar pistoleiro, vai perder sua família, vai morrer. (VILMAR, 2015)

Foi um período de muitas privações, não haviam alimentos, poucos tinham coragem de oferecer trabalho para os “sem-terra”, em princípio, o estranhamento da vida em acampamento. Sem o reconhecimento do INCRA, as famílias deste assentamento passariam toda a história de acampados sem receber sequer uma cesta básica vinda do poder público.

Logo que eu cheguei aqui, logo que a gente chega, vê aquele punhado de gente tudo perto, aquele mutirão de gente. Ficamos assustados, né? Num estava acostumado a ver aquele tanto de gente, só em festa ou coisa assim. E aquilo era a casa daquelas pessoas. No começo era assustador, mas como é criança, criança tem facilidade de fazer amizade com outras criança, né! [...] Mas o problema era alimentação no acampamento. [...] Tinha dia que faltava na panela e pai e mãe, não só pai e mãe, o pessoal do acampamento passando por aquela dificuldade. (VILMAR, 2015).

Ao chegar no acampamento e ver toda a organização, as pessoas perdiam o medo. E conhecendo os princípios do MST, passavam a divulgar a luta entre os familiares, nas comunidades e no comércio.

Mas ao contrário, a intenção do Movimento não era fazer baderna, não era ir lá e tomar um bem que é seu, com documento e tudo. Pelo contrário, nós viemos pra uma terra que não estava sendo utilizada pra nada no estado de Rondônia, que estava nas mãos de um grande proprietário que não tinha necessidade de ter ela, e o Movimento passou isso pro pai [...] daí os vizinhos vieram ver [...] entenderam o que que era. Diziam: — “você fez a coisa certa, se você tivesse lá hoje cê num tinha, seus filho num tinha” [...] Um adolescente com 15, 16 anos sai caçando emprego por aí! Era um meio que ele viu, vindo pra cá, pensando no futuro dos filhos dele, né?! É o que ele falava pra nós: — eu nunca vou vender isso aqui não. Eu vou morrer e deixar isso aqui pra vocês. (VILMAR, 2015).

Nos momentos mais críticos, muitos não suportavam e desistiam do sonho,

os que continuavam buscavam forças nos companheiros.

O mais forte que eu lembro é as crises, viver no acampamento sem trabalhar, com filho, garantir aquilo sem saber se vem o pão de cada dia [...] tinha vez que a gente não dormia preocupado se vamos comer... Se desanimasse perdia... Quem fica resiste. Essa era a força, a necessidade me obrigava a ficar, não tinha opção. Eles davam informação, preparavam [...] mostravam quem era o culpado da gente tá assim [...] isso dá força. Se eu ficar vai ter gente do meu lado que vai ajudar a conduzir o barco, a confiança nos companheiros dava força. (PRATES, 2015).

Buscar terra significava, para muitas pessoas, ocupar lugares afastados, com pouca ou nenhuma infraestrutura, como estradas para escoarem a produção, cuidados médicos, escolas e outras necessárias para o desenvolvimento no campo. Porém, o MST rompeu com esta política após experiências frustradas no início da organização, e passou a ocupar terras com condições reais de trabalho e com dignidade.

Em 1986, foi feita uma primeira reunião para montar a coordenação do MST em Rondônia, mas as famílias ainda tinham muito medo de jagunço, o que tornava difícil promover mobilizações imensas como aquelas que se ouvia falar do Rio Grande do Sul. Levou dois anos para conseguirem fazer a primeira ocupação. Inexperiências do ofício, os sem-terra escolheram uma área de terra ruim e malária em Machadinho, no noroeste. Dali para frente, entrar, só em terra boa e sem doença. (CÍCERO *apud* PERES, 2015, p. 58).

O período da ocupação do assentamento 14 de Agosto coincidiu com a nova concepção de ocupação de áreas produtivas nas áreas de fronteiras e de lá para cá as ocupações em Rondônia são realmente propícias para a produção e comercialização, com acessibilidade garantida. Leôncio dirigente estadual do MST e assentado explica o porquê da ocupação nesta fazenda e fala da estratégia do MST:

Nós tinha uma estratégia do MST no estado que era a gente ocupar terra fértil, terra de fácil acesso e terra sadia, [...] porque aqui dava muita malária e quanto mais você afundava [...] mais a malária era maior [...] o MST definiu essa estratégia de fazer essas ações, [...] na época nós discutia até: dependendo a área é no máximo 30 a 40 km da cidade, Porque tem que ser um lugar que tenha condição de quando uma pessoa adoecer ter como levar pra tratar...ter uma interação com a cidade também era uma visão de que a gente não poderia ficar ilhado, cercado pelo inimigo, tinha que ser um espaço onde a sociedade também se aproximava, Então, o “14 de Agosto” foi muito nessa perspectiva [...] de que aqui como é uma região de terra que é [...] o próprio INCRA fez muito, escondia as terra... desde os anos 70. Eles escondia as terras boas pros fazendeiros, pros parentes deles, pros amigos e assim por diante, os donos do poder. E quando nós ocupamos [...] nós não sabíamos ... nós não tínhamos consciência de que ela encostava na BR [364] nós achava porque, historicamente o INCRA fez o seguinte: eles assentava, na colonização, eles assenta só um lote na frente na BR e no fundo era fazenda¹⁴ então nós achávamos que tinha um lote aqui e pra cá era fazenda,

¹⁴ A aquisição de terras por empresas de especulação imobiliária beneficiou os grandes projetos econômicos. Assim, a aquisição das áreas ocorreu de três formas: a primeira, através da compra das áreas de antigos posseiros ou proprietários, geralmente as ofertas eram feitas em dinheiro a

nós não conseguimos até o dia da ocupação [...] clarear isso [...] não sabia se ela vinha na BR ou não [...] mas tava atendendo esse critério que era uma terra próxima, que aqui era de fácil acesso que tava muito perto da BR e tal [...] Se você for olhar as áreas, toda as áreas de assentamento são tudo nessa linha, são próximo à cidade, são região de condição de entrar. Então o 14 de Agosto tava nessa expectativa aí [...] (LEÔNCIO, 2015).

Como consequência do posicionamento do INCRA ao proteger as melhores terras para os fazendeiros, através da “grilagem da terra” e a disputa entre fazendeiro e “sem-terra”, a acirrada luta perdurou 16 anos até a conquista definitiva da terra. Logo no início, enfrentamos ameaças e confrontos, Pedro Mendonça estava acampado com sua família neste período.

O juiz ainda tem que mandar uma solução pros sem-terra [...] a atitude arbitrária do juiz [...] não vamos aceitar [...] e vamos mandar falar pra ele que a gente só sai à força [...] taí O nosso arroz pra colher, nossos filhos até uma hora dessa não comeu [...] sei que o seu coração vai doer e o senhor [tenente] olhando essa situação, essas crianças [...] (PEDRO MENDONÇA).

Fotografias 6 e 7— Negociação entre policiais e sem-terra



Fonte: Arquivo MST- RO (1993)

A ideia utilizada pelos policiais que chegavam no acampamento era a de recorrer às negociações “pacíficas” para a retirada das famílias. Todavia, tínhamos consciência de que resistir na terra garantiria as formas de sobrevivência.

Nós vamos deixar pra pistoleiro vim e pôr fogo nas nossas pilhas de arroz? Não é que a gente vê na TV, a gente conhece. (NONDAS, 1993).

vista; a segunda, através da aquisição diretamente do governo federal e estadual, geralmente com conivência de funcionários do departamento de terras, que forneciam a quantidade de lotes dentro das limitações constitucionais até cobrir toda a área cobiçada pelo projeto econômico; a terceira, através da indústria da grilagem, via crime organizado, que atuava na região impunemente, com um aparato que envolvia várias modalidades de fraudes, forjando escrituras e formando um verdadeiro aparato de documentos fraudulentos. A falsificação dos documentos eram realizadas com datas antigas, com poderes ao novo comprador para legalizar a área. (PICOLI, 2005b, p. 80).

Mas o Estado a serviço do fazendeiro cumpria à risca as ordens emitidas. A militante e apoiadora da luta do 14 de Agosto fala sobre esses momentos.

No dia do despejo veio pra cá, o Piau, Severino, Gilmar Gonçalves de Porto Velho, neste dia as crianças ficaram na frente dos policiais, em seguida as mulheres e por último os homens, os soldados avançavam e na medida em que avançavam as crianças cantavam [...] tinha soldado que corria lágrima. Companheiros Ruy Zimmer, Piau, tentaram uma negociação para que houvesse um despejo mais tranquilo [...] a gente chegava a chorar porque as crianças cantavam tão forte que algum policiais derramavam lágrimas mesmo. Chegou o momento em que eles falavam: vocês saem ou a gente passa por cima [...] (DEGA, 2015).

Luciano acampou com seus pais e irmãos, hoje constituiu sua própria família e permanece morando no assentamento e trabalhando agroecologicamente.

[...] Dasquelas crianças que tava organizada ali na frente, eu também era uma delas. (LUCIANO, 2015).

Vários depoimentos foram colhidos, nestes momentos de embate direto entre trabalhadores e as forças do Estado. A situação era de insegurança tanto para quem estava sendo perseguido como para os que representavam o poder, no caso, os militares.

É uma situação difícil [...] o juiz está irredutível, se passar a ordem e não cumprir, vai vender picolé na rua [...] **e por outro lado, vem aquela situação do ser humano.** (POLICIAL, 1993, grifo nosso).

Nós temos uma preocupação em cumprir uma determinação judicial [...] evitar qualquer tipo de conflito com a população que está ocupando [...] vim antecipando a informação da data da operação, está marcada para terça-feira [...] é uma operação programada a nível de escalão superior [...] Não vai resolver resistir [...] o proprietário ganhou a posse da terra [...] Eu tenho uma preocupação principal com as crianças, sou presidente do conselho da criança, nós calculamos 150 crianças [...] eu jamais queria enfrentar uma situação gerando violência, contato direto principalmente com crianças nessa faixa aí de 05 a 10 anos de idade. (TENENTE, 1993).

De fato, o tenente não comandou a operação, ainda que tenha acompanhado e, no momento crítico, pôde intervir junto ao comandante oficial, estabelecendo uma trégua por parte da tropa e, assim, saímos da área. Ele foi substituído pelo comandante da tropa de Cacoal-RO, que executou a operação com alto grau de crueldade, ateando fogo aos barracos e espancando os acampados. Vale ressaltar que vários componentes da tropa eram filhos de camponeses que foram expulsos do campo, que nunca conseguiram a posse ou, ainda, que se deixaram levar pela ilusão da cidade. Em Rondônia, nós, trabalhadores, reconhecemo-nos uns nos outros, somos todos migrantes em busca da terra.

Antes das primeiras colheitas, a vida no acampamento foi realmente difícil,

devido à falta de alimentos. O que garantiu a permanência foi a solidariedade de comunidades das mais diversas regiões do estado, recebíamos muitas doações, além de solidárias, eram pessoas que acreditavam na luta pela terra.

Eu militava no sindicato, aí nem conhecia o que qui era o Movimento, fiz campanha pros sem-terra que era como a gente falava na época, mais tinha visão de sem-terra aquilo que via na mídia como baderneiro [...] com o sindicato fazendo campanha e eu fui pras comunidades pedi também, ouve muita resistência onde eu participava... e quando eu fui descobri, era pro 14 de Agosto as campanha, em média de 93 a 94 [...] (ROGÉRIO, 2015).

Os problemas se acirravam, era a pressão do Estado através das frequentes liminares de despejo que buscava atender os interesses do fazendeiro; a presença de “capangas” que rodeavam a área com frequência; as doenças, principalmente a gripe e a tosse, que acometiam as crianças e os idosos; a falta de alimentos que poderia inviabilizar a permanência na ocupação. Para “superar” esse último obstáculo fazíamos assembleias para decidir o que íamos comer, e geralmente contávamos com a ajuda de um vizinho, ou grupo de homens que saía para trabalhar ganhando diárias, ou então caminhávamos na mata à cata de frutas e palmito. Todas as estratégias tinham como finalidade manter acesa a luz da esperança.

As crianças estão doentes, faltando alimentação [...] só o trabalho garante a alimentação [...] o sonho da gente é ficar nesta terra e a gente tem muita esperança [...] aí sim, vamos fazer essa terra produzir [...] vocês vão chegar ao ponto de ver o que a gente foi capaz de fazer [...] plantamos arroz, milho, abóbora, bastante banana, mandioca a gente plantou pra mais de 8 mil pés, diversas coisas, mamão, cana [...] a gente pensou no consumo [...] acabamos de colher o arroz [...] mas o tempo não ajuda [...] (LUCIOMAR, 1993).

Luciomar refere-se às chuvas decorrentes do período e ao tempo se esgotando e aproximando-se do “despejo”. Nossos vizinhos contribuíam como podiam: traziam frutas e leite, apoiando-nos de diversas formas. Um deles, Seu Domício vinha trilhar o arroz que estava prestes a se perder, “Trouxe a junta de boi, trouxe a trilhadeira [...] contribuindo [...]” (NONDAS, 1993).

O empenho em produzir no acampamento colaborava na luta tanto no sentido de garantir a subsistência na área e de evidenciar o potencial produtivo dos acampados, como também possibilitava protelar a execução de ordens judiciais, com a extensão de prazos para realizarem as colheitas (NÓBREGA, 2013, p. 86).

Em 1993 colhemos aproximadamente de 600 sacas de arroz, o que animou todo o acampamento. Havia uma organização interna desde a chegada à área, era conduzida pela direção do MST e pelas equipes formadas pelos acampados, Isabel, atualmente dirigente do MPA, na época militava também como presidenta da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia (FETRAGRO) fez parte da

ocupação, permanece morando no assentamento e relata sobre essa organização.

[...] fizemos o processo de organização interna do acampamento com a construção coletiva de todos os barracos que eram necessários e a partir daí já dividiu as equipes que eram necessárias pra manter a organização do acampamento. Eram duas cozinhas coletivas, e a gente tinha uma cantina que era onde guardava toda a alimentação coletivamente. [...] farmácia popular, espaço pra atender os problemas básicos. [...] assembleias periódicas, reuniões das equipes de saúde, disciplina, limpeza, ciranda [...]. (ISABEL, 2015).

Fotografias 8 e 9 — Acampamento 14 de Agosto, em 1993



Fonte: Arquivo MST (1993)

Na memória das crianças ficaram boas lembranças. Luciano fala sobre uma de suas lembranças.

Uma coisa boa, que eu não deixo de lembrar [...] as festa de aniversário [...] não tinha trigo, não tinha nada, não tinha tempero nenhum [...] não sei como as mulheres conseguiam fazer [...] e a gente ficava feliz com aquilo. (LUCIANO, 2015).

Falam das dificuldades de uma forma que transparece que a luta foi menos sofrida para eles, Edivaldo veio com sua família quando tinha quatro anos de idade, atualmente é o educador da escola do assentamento e trabalha na produção agroecológica com sua família.

Nós vivemos em barraco de palha, de lona, a cama da gente era uma tarimba, feitas com ripas [...] isso ajuda muito a gente refletir e pensar que aquilo era um tesouro [...]” (EDIVALDO, 2015).

Vilmar também fala dessas lembranças.

Não, é assim: não tinha dificuldade. Era brincar e escola, minha professora a Maria Estélia, tinha o outro companheiro que era o Zezão também. Eu nem lembro se naquela época ela recebia ou era voluntária só pra manter o grupo de aluno. Isso aí eu não me lembro. E assim, as atividades no acampamento tinha uma ordem de criança até os adultos, tinha horário pra tudo, tinha horário de brincar, de aula, à noite, sempre a reunião. Mas tinha o momento de brincadeira que os adultos preparavam pra crianças. (VILMAR, 2015).

Durante este período enfrentamos a pistolagem e as muitas ordens de despejo, que de fato se cumpriu em maio de 1993, durando longos 59 dias e de forma barbaramente violenta, pois os policiais espancaram várias pessoas e atearam fogo aos nossos barracos, causando uma situação de pânico e revolta. Então, homens e mulheres, jovens e crianças experimentamos na “pele” a fúria de um latifundiário até então intocável. “Assim fizeram, e a polícia executou a ordem de despejo de forma violenta. A truculência da polícia culminou em um despejo que deixou muita destruição para as famílias acampadas [...]” (NÓBREGA, 2013, p. 86). Segundo Portugal (2007, p. 5) os efeitos da violência praticada tanto física quanto moral “Deixou marcas profundas na memória de quem presenciou [...]”. O Jornal Migrante do ano de 1993 relatou sobre a forma cruel de execução do despejo:

O ato de despejo ocorreu com uma crueldade que há muito tempo não se via. Gritando, rindo, zombando, humilhando, espancaram crianças, homens e mulheres enquanto ia queimando os barracos. Foi um espetáculo trágico, onde violência e cinismo se deram as mãos e partiram para a devassa. Triste espetáculo! Por quê? Até quando? Vale registrar que os sem-terra de forma comunitária já colheram 600 sacas de arroz, 200 de milho, além de batatas e outras hortaliças. Estão quase no ponto de colher 5000 mil pés de mandioca, 2 mil pés de bananas [...]. No acampamento também funciona uma escola com 48 crianças e 20 adultos. Tudo isso seria crime? Neste momento os trabalhadores estão acampados na frente do Incra de Jarú, buscando a saída. (O MIGRANTE, *apud* NÓBREGA, 2013).

No pátio do INCRA, no município de Jarú, para onde fomos levados, enfrentamos problemas relacionados à convivência com pessoas de diversos municípios do estado, que não faziam parte do cotidiano de cada um até o momento de se juntarem para lutar por um pedaço de terra; à escassez de alimentos; ao clima, pois durante o dia o sol escaldante sob a lona preta e à noite fazia um pouco de frio, o que resultava em muitas doenças respiratórias em crianças e adultos; e ao espaço, que era pequeno, e ficávamos expostos aos passantes, curiosos, solidários e contrários.

De frente ao INCRA, incomodamos muito a cidade, porque o Incra era no centro da cidade, perto da BR. [...] Muito barraco de lona preta, muita criança, mulher, gente rodando pra lá e pra cá. A gente fazia várias ações na cidade, de manifestar, ir nas escolas fazer debates [...] isso incomodou muito as autoridades. (ISABEL, 2015).

Fotografia 10 — Famílias despejadas em frente ao pátio do INCRA – Jaru /RO



Créditos: Anne Marx (mai/1993)

Procurávamos encaminhar nossas demandas. Comissões organizadas foram criadas para tentar resolver a questão. O sonho de voltar para a terra e de colher as lavouras que estavam prestes a se perderem, davam forças para seguirmos lutando.

Toda a organização constituída quando ocuparmos a terra, funcionavam também neste espaço: equipes de alimentação, segurança, saúde, educação e formação, incluindo a escola que funcionou normalmente em uma sala improvisada, cedida pela extinta Superintendência de Campanha de Saúde Pública (SUCAM). Pela primeira vez, houve a experiência da escola itinerante com apoio institucional, que anos mais tarde, por ser uma necessidade geral das famílias, se tornaria uma prática do MST. A luta impulsionava a mística do momento “revolucionário”, em que enfrentávamos o capital na figura das forças armadas, dos latifundiários, do INCRA, do Estado como um todo.

[...] forte é pensar que a qualquer momento a gente podia ser despejado e não ter o direito de voltar ali mais. Até tendo um pouco de visão que quem manda é o sistema, o poder político, judiciário, polícia, fazendeiro com pistoleiro, isso é o que mais pega. E vem liminar de despejo, vem polícia pra dizer "vocês não são donos". Eles não falam ocupar, falam invadir, invadir uma propriedade que não é sua. E você ouvir na sua cara e ter que aguentar isso [...] e a polícia quer saber quem é liderança [...] e no momento do despejo você reanima porque sabe que tem um monte de gente que tá junto e povo lá fora batalhando lutando pelo direito à terra. (PRATES, 2015).

A reocupação aconteceu no final do mês de julho de 1993. Saímos da frente do pátio do INCRA e reocupamos a mesma área a partir da estratégia da organização, que por ocasião desta pesquisa passou a ser chamado: “o golpe na burguesia”, sendo possível então colher o feijão que havíamos plantado, motivo de alegria geral e certeza de vitória.

[...] fomos ao INCRA [...] fizemos uma lista do que queríamos [...] lonas, pregos, madeiras, tudo para sairmos dali. Como estavam ansiosos para que

a gente saísse rapidamente eles conseguiram vários rolos de lona, muitos pregos e nós começamos a mudar o acampamento, começamos a fazer os barracos de “fachada” nessa área, fizemos uns barracos bem improvisados mesmo [...] não levantamos acampamento [...] a noite ... até as pessoas que estavam ali não sabiam que íamos dar esse golpe, porque não poderia abrir para todo mundo, as famílias não estava entendendo, porque não construíamos logo os barracos, porque a noite ia chegar... a gente já tinha arrumado os caminhões para fazer as mudanças [...] já tinha ido atrás das pessoas de apoio, porque a gente não tinha dinheiro para pagar os caminhões, enfim, a gente já tinha articulado tudo isso [...], só quem tava mais na militância na época é que sabia, desse golpe que íamos aplicar na burguesia, então à tardezinha, no começo da noite fizemos uma assembleia, fechamos o acampamento, discutimos com as famílias [...] a partir de tal hora ninguém sai e ninguém entra, tem que estar todos no acampamento [...] todos presentes [...], era uma assembleia que você não podia falar em voz alta, porque tinham vizinhos, era uma assembleia feita na base do cochicho, vamos dizer assim. E aí explicamos para as famílias o que era nosso plano, aí quando explicamos, é claro, fizeram uma festa. Porque nós saímos dessa área, ficamos sessenta dias em Jarú, e deixamos aqui plantado um feijão, que já estava passando da hora de colher, e era aqui, o sonho nosso de ter uma terra para viver, então foi um motivo de muita festa, [...] na madrugada os caminhões encostaram, e [...] então, foi assim uma estratégia muito interessante que nós usamos para conseguir fugir dessa perseguição, da polícia, dos meios de comunicação, e foi a última vez, nós voltamos para a área e estamos aqui. E no outro dia [...] a gente tinha uns rádios [...] e perguntavam: Para onde foram os sem-terra? Sumiram! [...] foi uma notícia que espalhou, foi muito interessante, para nós no momento da luta de classe, foi um golpe de mestre, naquele momento, porque se nós não montássemos estratégia e não tivesse esses aliados que foram imprescindível nesse momento, tipo o Doutor Ruy, [...]. Acho que esse foi um contexto da história que marcou muito pra nós. (LUCIOMAR, 2015b).

Fotografia 11 — Acampamento organizado na reocupação da área, em 1993, após o despejo



Créditos: Anne Marx (mai/1993)

Ao retornarmos, foi um choque ver as ruínas, lembrar a desistência de companheiros que não suportaram o momento, pois o medo e a insegurança de retornar também foram motivos de renúncia.

Eu lembro que o acampamento foi construído em outro local. Então nós fomos lá vê os barraquinhos queimados, e eles contando: “foi aqui nesse ponto, que nós fez uma barreira pra impedir as polícia de ficar aqui, mas entraram e

espancaram o companheiro”, [...]. O que me deixa mais triste hoje é saber que naquele despejo, muitas pessoas que poderia tá aqui, por ter sofrido e ver a polícia chegar naquela estupidez tirando o pessoal, desanimou. E hoje tem pessoas que ainda trabalha na mão de patrão, até hoje. (VILMAR, 2015).

Em 1994 o acampamento recebeu a Romaria da Terra. Passaram por aqui mais de cinco mil pessoas de todo o estado de Rondônia, o que ocasionou a mudança de opinião de representantes de muitas comunidades, ao verem a organização e a situação em que encontravam as pessoas, e que havia muitas crianças e muito trabalho, o que foi essencial para difundir a luta pela terra em Rondônia, que tinha até então uma imagem ofuscada. José Aparecido faz parte Projeto Padre Ezequiel e Participou da organização da Romaria.

Quando começou a surgir a iniciativa do acampamento, a ocupação, logo após alguns anos, nós tivemos a realização da 4ª romaria da terra aqui, que pra mim foi um marco referencial de celebração e também de luta, por que a Romaria não é só um espaço de celebrar e de rezar, mais é um espaço de reivindicação um espaço de denúncia, porque nós já vivíamos num tempo desafiador da expulsão das famílias da terras, assim de uma maneira forçada mesmo, porque quem deixa sua terra e vai pra cidade, não é por livre espontânea vontade é por força maior mesmo. [...] A Romaria é isso, pra que o povo se expresse a sua insatisfação com o sistema, foi pra mim um aprendizado vendo a coragem daquelas famílias, que era no meio da mata [...] (JOSÉ APARECIDO, 2015).

Fotografia 12 — Romaria da Terra no Acampamento “14 de Agosto” em 1994



Créditos: José Aparecido (1994)

Segundo o integrante do Projeto Padre Ezequiel e da Rede Agroecológica Terra Sem Males (RO),

Depois da Romaria houveram muitas ocupações, porque tinha muitas pessoas disposta, pra ir nas comunidades de bases a linha da organização passou pelas comunidades. (FRANCISCO DE ASSIS, 2015).

O resultado da ação proposta pela Diocese de Ji-Paraná teve grande impacto no estado, pois realizar a Romaria da Terra em um acampamento, possibilitou aproximar as comunidades da organização de luta pela terra.

5.2 A demarcação dos lotes

A demarcação de parte dessas terras ocorreu em 1996, após 4 anos em regime de acampamento. Ao ocupar, em 1992, a fazenda tinha apenas um módulo de terra para fins de Reforma Agrária¹⁵. Porém, após a separação matrimonial dos proprietários, a terra passou a não constituir mais um módulo legal para desapropriação gerando problemas seríssimos. Isso fez com que um dos proprietários negociasse junto ao INCRA a venda da terra e o outro não. Foi dessa forma que vinte e duas famílias foram beneficiadas imediatamente com a aquisição da terra e, em seguida, puderam acessar as políticas públicas, como a linha de crédito para construção de casas e subsídios para a produção. O restante das famílias esperaria ainda 13 anos até que fosse realizada a negociação final da terra.

O primeiro grupo a ser beneficiado (as vinte e duas famílias), por sua própria exigência, ficou com a parte onde só havia mata nativa, não queriam pastagem, e boa parte da fazenda era composta por pastagem. Contraditoriamente, hoje essas famílias destruíram a floresta e constituíram pastagem em praticamente toda a área, enquanto a parte que consistia em pastagem é hoje uma área de reflorestamento considerável. O que defendiam no início é que as terras onde estava a mata nativa era uma terra mais propícia para a agricultura, o que de fato era real (consideramos aqui que as mudanças do tipo de solo nesta região variam em espaços muito curtos).

As discussões sobre a organização da produção também já estavam presentes e, aos poucos, as pessoas iam definindo a forma de moradia e o que e como produzir. Conhecendo a morosidade do INCRA, tomamos a decisão de fazer a

¹⁵ Equivale 800 ha.

demarcação por “conta própria” esta ação ficou conhecida como: “passar a corda”. Iniciamos os plantios perenes, organizamos barracos melhores, a criação de galinhas e porcos e, desta forma, criamos “raízes” na terra, por meio da resistência, fazendo de fato a diferença. As lavouras como a de café, palmitos, frutas, cereais, hortaliças e outros contribuiriam para a permanência na terra.

Em 94 após um decreto de desapropriação (que depois foi anulado) começa uma agitação interna para passar a corda (autodemarcação), isto acelerou a discussão que vinha sendo feita da demarcação em agrovila, que era o nome dado a uma proposta que tem notícias de ser a primeira no Brasil [...] da demarcação em núcleos de moradia, onde tem uma área comunitária ou social e cada família mora na frente do seu lote que inicia com largura de 30 a 100 metros e se alarga para fundiária. Em 95 sai a autodemarcação e 19 famílias das 42 que permanece no acampamento adere a nova forma de demarcação da terra, a agrovila, como ficou conhecida. (LEÔNCIO, 2009).

Antes de realizarmos a demarcação autonomamente, foram realizadas inúmeras reuniões e estudos para conhecermos o espaço geográfico da área, com o objetivo de identificar as nascentes, as condições dos solos, para planejar os tipos de lavouras que seriam importantes de serem cultivadas para subsistência. “A militância passou a trabalhar nos acampamentos e assentamentos com o objetivo de chegar ao coletivo de forma a conquistar a adesão voluntária das famílias [...]” (CARNEIRO *et al.*, 2015. p. 271).

A distribuição dos lotes de terra foi realizada por sorteio dos grupos em blocos por identidade e parentesco, o que facilitaria a convivência e manteria os laços afetivos e as afinidades existentes. Ao fazer o sorteio de um dos nomes, os amigos e parentes pegavam os lotes na sequência. Passou a ser uma prática da organicidade do MST, cada família acampada procura famílias com as quais se identifica, de forma que ao realizar o sorteio dos lotes, os grupos que se identificam por parentescos, amizades ou ideologias, se tornem vizinhas no futuro assentamento (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2001).

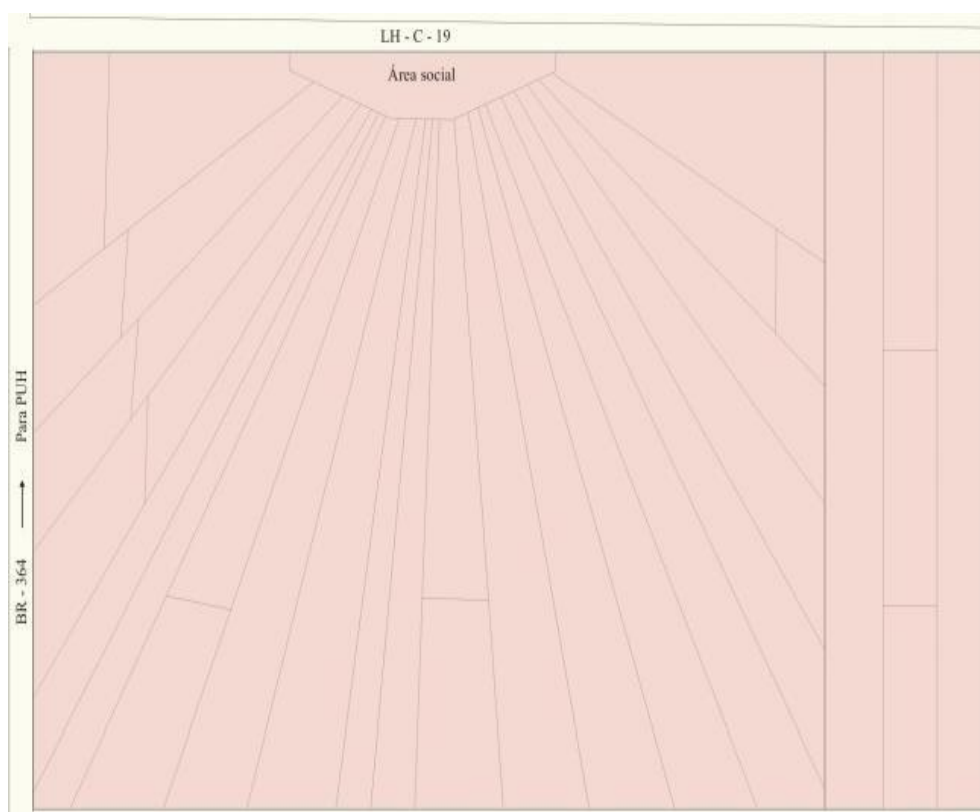
Durante esse período organizou-se as formas como se efetuaria a demarcação da terra e como se daria a cooperação agrícola. De maneira que temos formas diferentes de organização dentro do assentamento, sendo a 1ª forma: demarcação tradicional de lotes; 2ª forma: Agrovilas; 3ª forma: Grupo Coletivo, além de pequenos núcleos familiares que são constituídos espontaneamente.

1ª forma: consiste na organização das moradias e na divisão de lotes através do sistema de demarcação tradicionalmente utilizado pelo INCRA, são lotes

individuais, no formato de um quadrado, denominado pelo próprio INCRA de “quadrado burro”, o problema é que nessa forma de demarcação, não se garante que todos os assentados sejam beneficiados por rios e nascentes; não se respeita as áreas que necessitam de Proteção Permanente (APPs), como beiras de rios e morros e como as moradias são dispostas sem uma organização comum, torna-se um processo difícil para acessar políticas públicas que beneficie a todos, como escolas próximas das residências, energia elétrica, construção de poços artesianos caso seja necessário, entre outras benfeitorias.

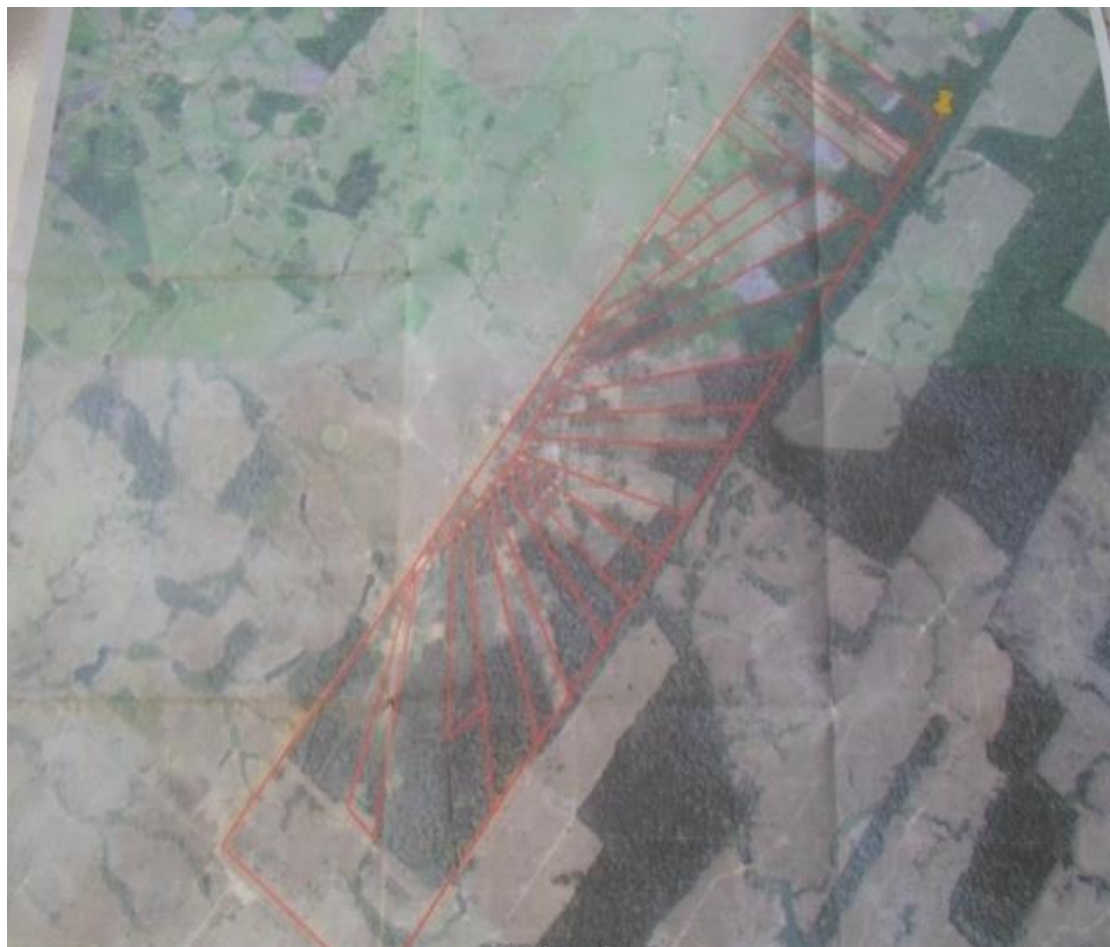
2ª forma: a agrovila, um sistema de moradias aproximadas, no formato “raio de sol” no caso do assentamento 14 de Agosto, “meia lua” pelo fato de a área ser estreita e comprida, (mapa 4), (Figura 2 e 3). Esta é uma proposta do MST, foi a primeira agrovila a ser construída no Brasil. Outras experiências espalharam-se pelo país, sendo que o formato “Raio de Sol” é o mais comum, onde existe uma área social no centro da agrovila, ali se constrói as estruturas comunitárias como escolas, postos de saúde, igrejas, barracões para reuniões, assembleias, festas e outros. As moradias são construídas à frente de cada lote, fazendo parte da área social.

Figura 2 — Croqui com a demarcação provisória das terras coletivas (agrovila)



Fonte: Souza (2011)

Figura 3 — Delimitação na fotografia aérea das terras coletivas (agrovila)



Fonte: Arquivo Grupo 14 de Agosto

3ª forma: o Grupo faz parte da agrovila e nesta experiência não há divisões de lotes e o trabalho é realizado coletivamente seu funcionamento será explicado com detalhes a partir do sub capítulo 6.6.

A agrovila foi uma alternativa para solucionar os problemas de estruturas físicas tais como energia elétrica, água encanada, escola próxima das residências e facilidades para se reunirem para assembleias, estudos, festas (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2001; STÉDILE; FERNANDES, 2005). A partir dessa decisão começamos a definir as formas de cooperação agrícola, porque um grupo de famílias optou pelo trabalho coletivo na pastagem e na montagem de uma farinheira, deste grupo resultaria o “Grupo Coletivo”.

Cuidar do gado coletivo e uma farinheira que ainda não iniciamos [...] não é pensando em capitalizar é uma forma de sustentação, garantir o leite, ter um bezerro [...] em primeira mão é a sustentação da mesa [...] (PRATES, 2005).

Havia especulação a respeito, mas o tempo provou que seria uma

experiência exitosa, quando ninguém na região tinha energia elétrica, conseguimos um projeto com o governo do estado de Rondônia, através do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO).

A discussão de aproximação das moradias e saída do (quadrado burro) modelo de assentamento do INCRA, como forma de tirar as famílias do isolamento e facilitar a organização, fez do 14 de Agosto um dos pioneiros no MST a fazer a auto demarcação em forma de agrovila, que mais tarde ficou conhecida como núcleo de moradia virou o modelo de assentamento oficial do INCRA. (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 271).

Essa forma de organização demonstrou ser acessível e prática, de forma que “No 14 de Agosto, das 42 famílias acampadas na época, 19 aderiram ao modelo de agrovila, e começou-se a praticar a cooperação”. (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 271).

Olha de fato temos que estimular a cooperação agrícola. Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local de moradia. Dessa constatação veio a compreensão de que seria fundamental que os assentamentos tivessem agrovilas próximas ao lote de trabalho. A agrovila é um elemento de aglutinação importante para o desenvolvimento social da comunidade (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 100).

O próprio INCRA que denominou as demarcações convencionais de quadrado burro hoje adere à demarcação em agrovilas (NETO ANDRADE, 2013; SILVA *et al.*, 2014). O modelo tradicional de demarcações de terras adotado pelo Instituto provou ser um modelo inadequado, tanto no uso dos recursos naturais como na convivência diária e na possibilidade de conquistas sociais, principalmente. No processo de definição sobre as formas de produção parte das famílias optaram pelo sistema tradicional de demarcação de terra. A outra parte aderiu ao sistema alternativo de demarcação, ou seja, as agrovilas, onde continuaram os sistemas de mutirões para limpeza e colheitas das roças.

As moradias coletivas com lotes individuais se constituíram em uma organização imprescindível, pois a maioria das famílias camponesas possuem costumes muito próprios de conviverem e trabalharem, terem suas criações principalmente galinhas e porcos, suas plantações. A proposta de agrovilas com propriedades individuais e ao mesmo tempo com casas, escola, campo de futebol, sede de associações, local de maquinários comuns, em áreas coletivas, provou que, ao contrário do que se diz, sobre os costumes individualistas, os camponeses se adaptaram à proposta e gostaram da nova forma de moradia.

Fotografia 13 — Moradia construída na agrovila em 2001



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Estévia de Araújo

Hoje o número de pessoas que moram aqui é superior ao número de famílias assentadas, filhos que se casaram e demais parentes que vieram, pessoas que viram aqui um jeito bom de viver, como mostra o depoimento a seguir.

Vim pra cá com opção de moradia, localidade, escola, de organização que tem de conviver pertinho um do outro né? Diferente a forma de viver e de escola, da luta que tem [...] **Não é a terra que tá me trazendo aqui**, mais sim, a vontade de viver aqui e de escola, facilidade de organização (ROGÉRIO, 2015, grifo nosso).

Rogério e Rozimel não participaram da ocupação, mas adquiriram juntamente com quatro filhos uma pertença à organização do assentamento, principalmente à educação e à convivência com as famílias. Vieram a convite do assentamento com proposta de também obterem uma terra, mas a devolveram ao assentamento ao receberem uma herança familiar.

Como nós não sofremos em baixo da lona [...] falamos: **então vamos devolver a terra**. (ROZIMEL, 2015, grifo nosso).

Esta proposta de reorganicidade da propriedade permitiu de alguma forma o agrupamento das famílias, facilitando a comunicação e convivência, principalmente para crianças e jovens, e também, como já foi dito, a possibilidade de adquirir infraestruturas para o assentamento. Criou-se uma associação que contribuiria no processo organizativo e facilitaria a viabilidade de pequenos projetos como máquinas para beneficiamento de arroz e milho e a construção de algumas estruturas na área social, no entanto, nem todas as famílias seguiram na organização coletiva.

No ano de 1995, cria-se uma Associação, a APAARA [...] e com ela começa o despertar pela defesa do meio ambiente, junto com a cooperação. Daí para cá, os passos foram tornando-se lentos e seletivos porque as famílias foram desanimando, e a associação foi tomando o caminho tradicional. (CARNEIRO

et al., 2015, p. 271).

Diferente das experiências fracassadas dos projetos custeados pelo PLANAFLORO no estado, como descrito no capítulo anterior, em nosso caso específico, foi um projeto ambiental que assegurou ao assentamento 14 de Agosto, estruturar-se ao um plano de reflorestamento e ainda hoje se tem benefícios, tanto na organização ambiental, como na estrutura física. Muito mais por esforço e organização do MST, mas não podemos deixar de enfatizar que fomos contemplados por estrutura necessária de espécies frutíferas e arbóreas e as estruturas físicas, principalmente a rede de energia elétrica.

Quando viemos pra cá em 95 [...] o MST conseguiu um projeto para aplicar nas plantações que temos aqui. Aí começamos a ter uma discussão sobre isso e fazer alguns trabalhos juntos, como a horta, mutirão, e fazendo as discussões pra juntar as famílias. (PRATES, 2015).

Vale destacar que no período de sua implantação (1999) havia no estado o redirecionamento da produção, o retorno da diversificação de alimentos, a constituição dos Sistemas Agroflorestais, a diminuição da monocultura e de agrotóxicos, surgindo uma diversidade de organização social e modelos de cooperativismo alternativo, momento histórico em que estávamos inseridos.

5.3 A batalha jurídica

Em 2005, saiu o resultado da segunda ação que o fazendeiro tinha dado início em 1999. Todas essas explicações sobre o processo da área foram apresentadas durante 11^a festa do acampamento 14 de Agosto, pelo advogado de defesa Ernandes Segismundo, que fazia parte da Comissão Pastoral da Terra e advogava as causas do MST em Rondônia. Na primeira ação, em 1992 o fazendeiro Rubens Salvador Surtino, entrou com uma ação na vara cível da Comarca de Jaru reivindicando, a posse, alegando que havia obtido o imóvel no dia 19 de julho de 1979, e que no dia 15 de agosto de 1992, havia sido invadido ilicitamente, alegou que seu imóvel representava uma propriedade produtiva, constando pastagem e outras benfeitorias, como lavouras de cacau, barracões e máquinas para beneficiamento de cacau. Em setembro de 1992 o fazendeiro ingressou com a ação de posse, obtendo a liminar favorável, o mesmo reclamou que embora reintegrado na vara cível, nunca cumpriu-se diante da falta de estrutura policial, o advogado de defesa pediu então, a reintegração de posse, mas a justiça considerou que tínhamos o direito a permanecer

na área.

Segundo Ernandes Segismundo (2005) o INCRA entrou com uma negociação onde requereu a suspensão reintegratória e o processo foi extinto sem o julgamento do mérito, a primeira ação emitida pelo fazendeiro foi uma ação possessória, discutia apenas a posse sobre o imóvel, nesta ação saímos vitoriosos, 7 anos depois (1999) o fazendeiro entraria com uma ação reivindicatória, esta tratava do domínio da propriedade, não apenas da posse, em casos em que autor (fazendeiro) obtém a vitória sobre uma causa como essa, o juiz emite um mandado de emissão de posse dando o direito ao fazendeiro de expulsar os sem-terra. Neste caso a liminar foi indeferida, oferecemos contestação através do nosso advogado de defesa, requerendo a intervenção do Incra diante da existência de um procedimento administrativo que visava a aquisição do imóvel, alegamos ainda, que o imóvel em questão não atendia a função social da terra e pedindo que a ação fosse julgada improcedente. No ano de 2000, foi acordado a suspensão do processo, enquanto aguardávamos deliberação do Incra sobre a possível compra do imóvel. Funcionários do INCRA alegaram não ter dinheiro para a aquisição e o processo seguiu até o ano de 2005, quando afinal, o juiz concedeu o direito aos sem-terra, sob a conclusão de que tínhamos o direito à posse por cumprirmos a função social da terra, e o direito ao usucapião¹⁶.

Foi no entanto, uma vitória momentânea, por coincidência estávamos organizando a décima primeira festa de aniversário do 14 de Agosto. Mas nem tudo foi festa, o fazendeiro recorrerá à outras instâncias cabíveis e ganharia a terra em segunda instância. O Juiz da Comarca de Jarú visitou o assentamento *in locus* Para dar legitimidade ao processo, reconheceu que a terra cumpria uma função social e deu o parecer favorável aos sem-terra, se mostrou um profissional comprometido com a justiça, segundo o advogado Ernandes Segismundo, caso fosse um juiz conservador teria seguido o artigo 529 do código civil e teria dado o direito ao fazendeiro. Por conta dessa ação, o juiz foi transferido para outro município, uma forma de repressão e intimidação por parte do Estado, sua atitude embora viesse a ser desmontada pela burguesia agrária, representou naquele momento um ato de valentia e uma postura em defesa da luta pela terra. Receberá para sempre nossas honrarias pela atitude

¹⁶ Consiste na aquisição de propriedade móvel ou imóvel através da posse prolongada e sem interrupção, durante prazo legal estabelecido para a prescrição aquisitiva.

humanitária de defender os princípios democráticos.

O resumo da sentença foi apresentado na abertura da festa do aniversário pelo advogado Ernandes Segismundo. Passamos agora a um comentário sobre o resumo desta ação. Todas as citações a seguirem fazem parte do discurso explicativo do advogado sobre o andamento do processo litigioso da área em questão. Por razões da disputa acirrada, lamentavelmente esperaríamos 4 anos ainda, até a vitória definitiva.

Hoje, depois de tanto tempo estamos comemorando, celebrando a vitória da sentença não só pro '14', mas para Rondônia e pro Brasil inteiro, porque o juiz acatou as teses que a gente defende há muitos anos [...] Não só aqui, é toda uma construção teórica, jurídica, defendida a nível de Brasil. A sentença, ela conseguiu não só recepcionar, acatar as teses que eu defendia desde sempre, mais o juiz foi além, o juiz foi além, foi buscar outros elementos teóricos para decidir duas coisas básicas, primeira decisão que é histórica, é que ele aplica a **Constituição Federal**, quando ela diz que a propriedade tem que cumprir a **Função Social**, a propriedade que não cumpre a função social, não merece proteção do Estado, nem em relação à propriedade, nem em relação a si mesmo. E a segunda tese que a gente levantou nesse caso, como aqui, ele acatou e quando existe conflito judicial envolvendo **interesse patrimonial** de um lado e interesses ligados aos **direitos fundamentais** do outro e o juiz tiver que optar entre uma opção e outra, ele tem que sacrificar os interesses patrimoniais individuais, para poder garantir os direitos fundamentais de cidadania. (SEGISMUNDO, 2005, grifos nossos).

A justificativa utilizada pelo advogado do fazendeiro Rubens Salvador Surtino para anular a sentença se pautava no fato de que a propriedade já estava em seu poder desde 1979. Neste caso o fazendeiro tinha o documento, mas não tinha a posse, e nós tínhamos a posse e não tínhamos o documento.

O fazendeiro alega por sua vez que em julho de 1979, ele obteve a propriedade, em 1992, invadiram a propriedade, o fazendeiro entrou com uma ação exigindo a posse, no mesmo ano houve a decisão favorável a nós que tínhamos a posse da terra, 07 anos depois o fazendeiro entra com uma ação reivindicatória, no entanto a propriedade não cumpria a função social da terra. Solicitou uma inspeção judicial, veio o juiz, o fazendeiro e os advogados. O fazendeiro enfatizou que a ocupação foi ilegal, ocasionando a destruição de bens da propriedade, assim como, a posse injusta, alegando que sua propriedade cumpria a Função Social. (SEGISMUNDO, 2005).

O advogado Ernani Segismundo, por sua vez, destaca que os “réus” ocupam a área a mais de dez anos e nesse período a propriedade nas mãos dos acampados estava cumprindo a função social como reza o Estatuto da Terra e a Constituição Federal.

O objeto do litígio é parte do imóvel [...] a proteção à propriedade é, antes de tudo, interessa à economia, à sociedade e ao direito, como se sabe, não é só a lei, o direito à produção de alimentos, mas também conforme dita a Constituição Federal de 88: deve fomentar a geração de empregos [...] o meio ambiente ser utilizado de forma racional e adequado, sua exploração deve

favorecer ao bem estar, não só dos seus membros, mais de toda a coletividade.

Nessa esteira, a prova oral produzida nos autos do processo revela que a maioria dos réus está há mais de dez anos [...] A posse pelos réus em uso útil de Função Social da terra. (SEGISMUNDO, 2005).

Segundo o advogado, os testemunhos dos vizinhos foram fundamentais para corroborar as teses levantadas no processo.

Depois que invadiram existe escola, posto de saúde, uma associação, energia elétrica [...] (Lázaro, testemunha).

Todos vivem na terra e trabalham, tem moradia e lavoura feita por eles [...] (Gerônimo, testemunha)".

Senhor Domício diz que conhece a todos e os mesmos tem moradia, lavouras, benfeitorias coletivas, barracão, escola [...] (SEGISMUNDO, 2005).

Neste conjunto de fundamentações, Ernandes Segismundo toma como parâmetro para a defesa o processo de retomada de uma favela do Rio de Janeiro, advogada por José Osório alegando que a função social alcança também a posse.

No caso do processo a retomada física é inviável, o desalojamento [...] forçado, na comunidade [...] já consolidada, implica uma alteração cirúrgico ético social, mais sem anestesia, inteiramente incompatível com a vida e a natureza do direito, é uma operação impossível socialmente [...] (OSÓRIO *apud* SEGISMUNDO, 2005).

Por sua vez, o advogado do fazendeiro recorre às teorias defendidas pelo jurista Miguel Reale para embasar os argumentos acerca de anulação da sentença, também descritos por Ernandes Segismundo (2005) ao fazer a leitura de um trecho dos autos do processo durante a cerimônia de aniversário do assentamento.

[...] o direito é fato, é valor e é norma [...] ao longo da história da sociedade vivemos três modelos básicos de organização política e de direito [...] o direito material e a teoria do processo reflete os valores de uma época [...] a razão está no autor. (REALE *apud* SEGISMUNDO, 2005).

A atenção do juiz da Comarca de Jarú, sobre os autos do processo, assim como a visita *in loco*, em 2005, foram decisivas para justificar a posse legal da terra aos acampados, ao comprovar a sua função social. E por fim, o advogado faz a leitura da sentença dada pelo juiz:

Verificamos que os réus são pessoas sérias que estão realmente fazendo a terra produzir e inclusive criando suas famílias, ou seja, houve a constatação de uso útil e social da área [...] os réus estão organizados em pequenas comunidades, onde há iluminação instalada por órgão público e escola com professora custeada pela prefeitura de Ariquemes, cultivo de lavoura diversificada onde tiram a subsistência de suas famílias [...] escola em construção, depósito onde consta maquinário de uso coletivo dos réus, sede social.

[...]

Envolto os réus com uma grande defesa: a Função Social da propriedade, a terra tem que cumprir uma função social [...] Portanto, [...] o direito reivindicatório do autor cede, pois, aos princípios constitucionais na Função Social da propriedade e a dignidade da pessoa humana remanesendo lhe, eventual pretensão indenizatória contra **crime de direito**, assim, julgo improcedente o pedido inicial do autor Rubens Salvador Surtino. (*apud* SEGISMUNDO, 2005, grifos nossos).

Segundo o advogado da CPT, a decisão do Juiz teve como base norteadora os princípios do Estado Democrático de Direito, quais sejam: Constitucionalidade; Organização Democrática da Sociedade; Sistema de direitos fundamentais; Justiça Social; Igualdade; Divisão dos poderes ou de funções; Legalidade; Segurança e certeza jurídicas (STRECK; MORAIS, 2000). O advogado do fazendeiro, embora tenha conhecimento acerca do Estado Democrático de Direito, fincava sua análise no código civil de 1916, que refletia segundo Ernandes no

[...] pensamento das elites dominantes do século XIX, consubstanciado pelo individualismo jurídico, significava o direito do indivíduo jurídico, “pobre não tinha direito, não litigava”. Todavia, com a passagem do Estado Liberal para o Estado de Direito Social, culminando com o Estado Democrático de Direito [...] hoje, não se lê o código sob a ótica do Estado Liberal. (SEGISMUNDO, 2005).

Na concepção do advogado Ernandes Segismundo, o parecer foi um fenômeno inusitado em Rondônia, e quiçá no Brasil, pois rompeu com a ideia corrente de que a propriedade é um bem inalienável como defendem os teóricos liberais como Locke e Adam Smith. Nesse sentido, o que o juiz fez foi

[...] desconsiderar a concepção de propriedade e da posse sob o modelo liberal e adotou os princípios do Estado Democrático de Direito que estão prescritos na Constituição de 88, que promove a constitucionalização do Direito Civil. (SEGISMUNDO, 2005).

Seguindo, Ernandes analisa que:

Nos advogados dos sem-terra, dos posseiros, estamos lutando a muito tempo, para que os juízes leiam a constituição de 88, mas eles não querem enxergar, “esquecem” que o país tem uma constituição democrática que garante a dignidade da pessoa humana [...] Essa sentença, ela é histórica, não só para esse assentamento, não só para o MST, mas para toda a história da Reforma Agrária no Brasil. Eu vou pedir para o Nei publicar esta sentença em livro, com esta sentença o juiz me forneceu munição para lutar por muitas e muitas famílias que estão em litígio, nós vamos usar essa peça como arma para defender outros companheiros. Então vamos comemorar e celebrar esta vitória porque é importante. (SEGISMUNDO, 2005).

O juiz citado teve um papel fundamental neste processo a favor dos sem-terra, todavia, o fazendeiro recorreu em segunda instância e ganhou a questão. Recorremos e perdemos novamente, ainda lutaríamos pelos próximos 4 anos a contar do ano de 2005. Mas nesse dia 13 de Agosto de 2005, houve a grande festa, realmente

merecida, tanto pelas ações do advogado da CPT, como pela atitude humanitária do Juiz, e pela resistência do povo. Joaquim Fernandes militante do MPA coordenou a cerimônia.

Este é o décimo primeiro aniversário do assentamento 14 de Agosto, mais cedo nós tivemos a vitória parcial da conquista desta terra, está presente o João do MST de Minas Gerais, Tarilândia, Novo Amanhecer, Migrantes, companheiros de Jaru, Ariquemes, todos aqui presentes [...] foi uma grande luta [...] (JOAQUIM FERNANDES, 2005).

Seguiram-se as manifestações de homenagens, Madrona assentado e Elmi¹⁷, assentado e dirigente estadual do MST relataram sobre o momento.

Uma data especial [...] é muita satisfação, todo ano a gente usa fazer esta festa, a luta está começando, o pessoal tá muito feliz. A luta não para aqui [...] este é um momento de muita emoção [...] (MADRONA, 2005).

Começa a ser desenvolvido o processo legal da área, todo o assentamento está muito feliz em função destas boas novas, todos [...] estão presentes para festejar [...] Aqui os trabalhadores fizeram a Reforma Agrária! (ELMI, 2005).

Fotografia 14 — Reunião do MST no Assentamento 14 de Agosto



Créditos: José Prates (2005).

Mesmo com toda essa organicidade, não tínhamos nenhuma segurança de permanecer na terra, as liminares de despejo ocorriam no tempo limite para que o

¹⁷ Apelido: Pititinho.

fazendeiro não perdesse o direito que ainda alegava ter, e de fato tinha, considerando que a justiça brasileira favorece muito mais aos donos do poder. Após termos perdido em 2ª instância, recebemos ordem para desocupar a propriedade em 27 de outubro de 2008, com prazo de 15 dias, foi decretado o pagamento das indenizações em aproximadamente R\$ 300.000,00 (ALENCAR, 2008) valor irrisório que não cobria sequer as estruturas físicas. Mais que bens materiais, estavam os valores de pertença por aquela terra, que havia modificado por completo nossas vidas, os valores culturais, os sonhos arquitetados na terra onde já haviam nascido e crescido nossas crianças, livres, com perspectivas de uma vida digna para todos.

Por fim, a conquista definitiva foi em uma audiência pública, em 19 de dezembro de 2009, onde conseguimos mobilizar uma quantidade enorme de aliados, políticos influentes simpáticos à luta pela terra, dirigentes dos Movimentos Sociais. Agora tínhamos posse definitiva. Passamos 17 anos, sobre lutas, pressões, dificuldades, conquistas e derrotas, para finalmente chegarmos há uma procedência normal de aquisição de terras com dinheiro público, mas que para isso foi preciso mover toda uma sociedade. Qual o motivo da longa espera? Não por acaso, os representantes do poder não hesitaram em dificultar o processo.

Fotografias 15 e 16 — Audiência Pública onde foi determinada a conquista definitiva



Créditos: Janaína Alencar (dez.2009)

Outro grupo com menos poder de organização talvez houvesse cedido às pressões, abandonado as terras ou aceitado propostas de concessão de terras em regiões não domesticadas e logo, não cobiçadas ainda pelo latifúndio. Agimos como

gigantes frente ao poder do capital. Damos um exemplo de Reforma Agrária “Popular”¹⁸, provamos a viabilidade da luta unificada com os trabalhadores do campo e da cidade.

A luta pela mudança de sociedade [...] pra contradizer o agronegócio, só existe um nome: **REFORMA AGRÁRIA POPULAR**, porque é o povo decidir onde vai ser assentado. E não o INCRA, ou o governo [...] (ELMI, 2015, grifo nosso).

Conquistamos tantos aliados que foi possível obter o que considerávamos impossível, e além da conquista da terra, fomos trilhando o caminho da cooperação agrícola e da agroecologia.

5.4 Outras formas de organicidade

Aos poucos foram surgindo formas mais avançadas de cooperação agrícola (CHRISTOFFOLI, 2000; ESTERCI, 2008) e um grupo dentre estas famílias decidiu trabalhar de forma mais complexa, resultando na formação do “Grupo Coletivo”. “[...] Porém, um grupo [...] resiste e resolve aprofundar as lutas. Assim, [...] promove a coletivização e deixa de usar agrotóxico, avançando para a agroecologia.” (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 271).

Dessa forma, o assentamento 14 de Agosto mostra uma alternativa para a produção de alimentos e que a Reforma Agrária é viável, tirando da marginalidade as pessoas que antes não tinham nenhuma perspectiva de conquistar uma vida digna. As famílias estão bem instaladas em casas de alvenaria, com energia elétrica, água encanada, transporte acessível e uma produção agrícola satisfatória para que se desenvolvam cada vez mais.

Num consegui estudar por falta de condição financeira. Mas o que eu aprendi vai dizer que o Movimento me serviu de algo, hoje eu sou... me considero formado, porque sou um “agricultor, e tenho orgulho de ser agricultor”. É uma profissão. E é disso que eu tiro o sustento da minha família. **Então eu num quero vender não, e vou pedir pras minhas filhas num vender não, e ir passando de geração em geração pra quem for vindo.** Porque a um tempo atrás isso aqui era uma terra inválida que só foi explorada a madeira, e hoje ela é uma terra que produz pra sustentar a família minha e mais algumas família. (VILMAR, 2015, grifo nosso).

Avançamos na estrutura coletiva, na convivência interna e externa. Hoje, a juventude tem uma perspectiva diferente da tradicional no campo.

¹⁸ [...] mesmo sendo uma reforma dentro da ordem capitalista, apontam mudanças que alteram profundamente não só o acesso à terra, mas a forma de produzir [...] (FRIGOTTO, 2014, p. 122).

Vivenciamos, permanentemente, duas contraposições ao capitalismo: viver e produzir coletivamente e trabalhar a terra sem aderir ao pacote tecnológico do veneno, da química e da destruição do meio ambiente. Só a luta e a organização trazem a conquista. (CARNEIRO et al, 2015, p. 271).

Fotografia 17 — Moradia construída no Grupo em 2007 e ampliada com crédito habitação



Créditos: Maria Estélio de Araújo (2013)

Além disso, a população da cidade nos apoia, assim como os clientes dos produtos sem veneno, comerciantes, comunidades e vizinhos que nos conheceram e hoje divulgam a luta e afirmam a importância da nossa presença.

Então, como eu disse aqueles dias que eram pra ser despejados né? eu ficava super preocupada, porque, nós só estamos... eu particularmente só fico instalada aqui, morando né? Porque eles existem aqui [...] se eles não morassem aqui eu também não moraria aqui sozinha no ermo, aqui não ficaria né? E quando eles receberam a notícias de que realmente iriam ficar aqui, que tinham ganhado, que teria definido né? aí me tranquilizou, porque eu saberia que eu não ia embora daqui mais, porque eu tenho vizinhos e hoje já não é nem tanto vizinhos mais, a gente já se sente quase irmãos, tipo assim, precisou de socorro eu vou lá, eles vêm aqui, nunca houve nenhum tipo de diferença né, costume dizer que é até o sal e o açúcar de todo dia, porque se precisa [...] eu realmente pulo na casa deles e se eles precisam vêm aqui, a nossa convivência é muito boa [...] (MARIA JOSÉ, 2015).

[...] fiquei comovido, porque a gente também se envolveu né? Porque, imagina todas as pessoas que tava aí com a gente, sair daí, brutaemente? E como ela diz, é uma companhia pra gente aqui sabe, quando chega à noite, a gente vê as luzes acesas aí, cada um nas suas casas, e dizer eles estão... é uma companhia pra gente [...] (LUIZ CARLOS, 2015).

A maioria das famílias assentadas mantém produção e vivência convencional, mas, compreendem a importância da conquista da terra por isso, boa parte apoiam e

participam das atividades de lutas para garantir a Reforma Agrária nas jornadas de mobilizações. Analisando as diferentes formas de organização presentes no assentamento 14 de Agosto, podemos concluir que em termos produtivos, políticos, sociais e educacionais não são formas totalmente distintas. Em cada uma delas encontramos posicionamentos semelhantes e a partir disso visualizamos as possibilidades de avançar nos princípios da organização.

Moro aqui, trabalho sem agrotóxico, na discussão que o Movimento já fez... eu fui um dos maiores incentivadores no começo aqui do agrotóxico né? E tem média de 14 anos que eu não uso mais agrotóxico. (ROGÉRIO, 2015).

No assentamento existe uma variedade de cultivos agrícolas, café, cacau, milho, palmeiras de pupunha, banana, mandioca, hortaliças, frutas diversas, criação de gado, reservas ambientais e cuidados com as sementes crioulas, uma das famílias assentadas guarda há mais de 30 anos uma espécie de feijão, isso demarca uma das características camposesas fundamentais, são os chamados guardiões e guardiãs das sementes.

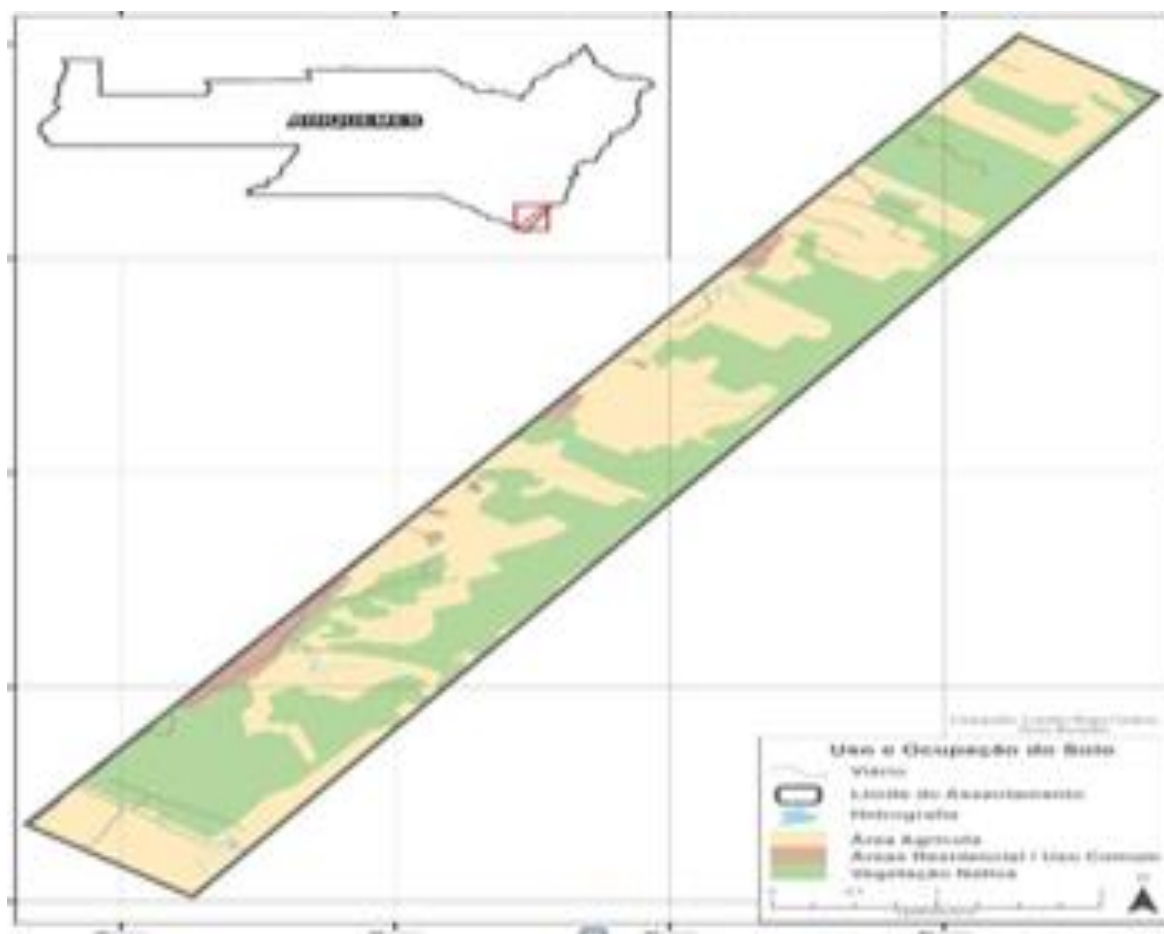
[...] Eu só num tou produzindo arroz, porque pra nós que somo pequeno tem que produzir em terra nova [...] Mas crio galinha, porco pra sustentar minha família. Eu planto, tiro o que preciso e infelizmente vendo pro atravessador, porque ainda não tem uma cooperativa pra vender o que me sobra. Eu vendo o que sobra do que vai dar pra minha despesa. (VILMAR, 2015).

Fotografia 18 — Vilmar em sua roça



Créditos: Equipe Bodoque Cine Vídeo (2015)

Mapa 4 — mapa de uso e ocupação do solo



Cardoso; Ricardini (2015).

No assentamento existem famílias que não avançaram na discussão político-ideológica e se rendem ao agronegócio, ou trabalham como empregados e diaristas nas fazendas de gado (KAUTSKY, 1980; LÊNIN, 2010). Alguns em regime degradante, ao trabalharem utilizando agrotóxicos, adoecem sem ter condições de produzirem em suas propriedades (BOMBARDI, 2011; CARNEIRO, 2015; LONDRES, 2011; PELAES, 2011), o que se apresenta como nosso maior desafio.

Porque a Reforma Agrária tá só no papel, os financiamento que vem pra nós, no caso pro Movimento é só a sobra do que vai pros grande. Pra nós, um financiamento de 25 mil, precisa de um tanto de burocracia. Mas o Movimento vem batalhando toda a vida pra isso, faz manifestação, passa de casa em casa e convoca: vai ter reunião tal dia pra nós ir em tal ponto pra nós discutir. Porque o Movimento não discute só terra. Ele discute escola, saúde [...] Porque, se num tiver uma organização pra batalhar igual o MST, se fazendo estas caminhadas tá difícil, imagina se parar! (VILMAR, 2015).

Os assentados não perdem os vínculos com o campo¹⁹, continuam na

¹⁹ Segundo os relatos das famílias, o trabalho agropecuário ainda é o mote principal de suas atividades produtivas, mesmo que alguns não se empreguem no trabalho agrícola Durante o mesmo período

propriedade, na esperança que um dia terão recursos suficientes para viverem apenas da terra.

Fotografia 19 — Mobilizações do MST/RO em 2015



Créditos: Professor Ederson Lauri /UNIR, campus de Ariquemes (mar/2015)

As famílias valorizam a educação e lutam pela escola, algumas estão buscando diversificar a produção, evitando agrotóxicos, procurando uma vida melhor, valorizando a terra.

Atualmente podemos nos fortalecer em um novo grupo de seis famílias deste assentamento organizados pelo MST, com apoio da CPT e Rede Agroecológica Terra Sem Males, vivem nos chamados lotes tradicionais, mas já concluíram que o modelo convencional não dá a sustentabilidade necessária e isto tem sido fantástico, pelo fato

em que se empregam em atividades de outra natureza. O que tornaria a agricultura uma atividade central é a **identificação** destes sujeitos com a vida e o trabalho na terra, sob relações coprodutivas. Portanto, compartilhar de relações mercantilizadas e assalariadas não significa desenvolver uma racionalidade mercantil.
[...]

O Próprio desejo de autonomia destes trabalhadores os leva a empregar sua mão- de -obra em outras funções, para o investimento posterior em insumos para a produção, em instrumentos de trabalho, em rações para animais, como também , é claro, para atender outras demandas da família, como higiene, saúde, lazer, educação dos filhos, vestuário. Evitar a **dependência** de grandes circuitos mercadológicos com os empréstimos em geral concedidos pelos bancos aos agricultores também pode fazer parte de um dos objetivos do trabalho extra agrícola. (SILVA, 2011, p.148 – 149, grifos da autora).

de que podemos avançar na organização da cooperação agrícola com base agroecológica. E, assim, resistimos pela luta social e pelas práticas de produção e vivência que se demonstram na organização do Grupo 14 de Agosto, que vem trabalhando na perspectiva de abolir a agricultura convencional, passando ao sistema agroecológico (ALTIERI, 2004; BORGES, 2015; CAPORAL, 2009; MARASAS, 2014). Cultivando e resgatando a cultura camponesa, protegendo e produzindo as sementes crioulas, comercializando os produtos livres de agroquímicos diretamente à população em feiras livres e entrega direta aos consumidores. O Grupo 14 de Agosto iniciou em janeiro de 2004. Dos sistemas de mutirões e associações, passamos à coletivização das terras, das roças, das cozinhas, dos ideais e sonhos.

5.5 A luta pela escola na voz dos sujeitos envolvidos nos processos político pedagógicos

Historicamente, o campo brasileiro foi desassistido das políticas de educação, e mesmo que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabeleça o princípio de igualdade das condições de acesso e permanência na escola para todos. Temos, no entanto, altas taxas de analfabetismo, baixos níveis de escolaridade, índices elevadíssimos de “evasão” e repetência, distorção idade-série e falta de acesso ao conhecimento científico e a educação do campo (FERNANDES 2008). Qual seria a razão do silenciamento e do descaso com a educação no campo? Até a década de 1990 apenas 2% das pesquisas estavam voltadas para estas questões, menos de 1% seriam as que tratavam especificamente sobre a educação escolar no campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

A luta pela escola está presente desde o início da história do acampamento (CALDART, 1990; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005). As aulas no acampamento seriam condição básica para a permanência das famílias, e no primeiro momento, em 1993, a escola funcionou como uma extensão de uma escola da rede municipal de Jarú. No ano seguinte se tornaria uma escola oficial pertencendo ao município de Theobroma, e muito depois viria a integrar-se definitivamente a Ariquemes, quando já estariam resolvidos os problemas de limite entre os municípios.

Fotografia 20 — 1º Congresso Infantil realizado pelo MST na capital Porto Velho, em 1995



Créditos: Luiz Carlos de Lima (1995)

Fotografia 21 — Escola de pau a pique construída pela comunidade



Créditos: Maria Estélio de Araújo (1996)

[...] Desde que nós fomos acampados que a escola funciona né? Nunca faltou dentro do acampamento, até chegar a essa situação aqui nunca as crianças ficou sem aula [...] (PRATES, 2015).

A escola legalizada foi uma das maiores conquistas, pois na época não existiam escolas em acampamentos, por serem áreas de litígio. Aqui contamos com o apoio incondicional do prefeito de Jaru Dr. Ruy Luiz Zimmer e o então secretário da educação Arnaldo da Silva e sua equipe. Eram 45 crianças estudando e havia o grupo de alfabetização de jovens e adultos, através da proposta de educação do MST e do Movimento de Educação de Base (MEB), organizada pelo Projeto Padre Ezequiel — Diocese de Ji-Paraná. Uma educação onde a leitura do mundo antecipava a leitura da palavra, como afirmava Paulo Freire (1981; 2005). No primeiro momento quando a escola funcionava como uma extensão²⁰ de uma escola da rede municipal de Jaru,

²⁰ Forma encontrada pela prefeitura para resolver o problema, uma vez que o acampamento estava localizado em outro município.

ganhou o nome de Escola Oito de Março, decidido em assembleia no acampamento depois de longas reuniões nos núcleos de bases para as indicações de nomes. A escolha desse nome se deve ao dia Internacional da Mulher e à data do início das aulas. Mais tarde quando o Projeto de Assentamento foi incorporado ao município de Ariquemes a escola recebeu por decisão coletiva o nome de Sílvio Rodrigues, militante que participou da ocupação do 14 de Agosto e que foi assassinado no Mato Grosso.

Fizemos um esforço muito grande pra manter a escola funcionando. Porque a gente entende que também é uma forma de resistência [...] (ISABEL, 2015).

A documentação foi fácil, através do Rui, nós conseguimos manter, na época eu não imaginava que podia ter escola itinerante e as crianças não perdeu o tempo, foi uma experiência muito importante ter uma professora, porque a gente achava difícil ter um professor no acampamento. [...] porque saber que podia ficar dois ou três anos e as crianças sem estudo seria muito difícil e foi bom para reforçar o entendimento de outras pessoas. Não poderia justificar que não ia pro acampamento porque não tinha aula, e foi uma grande alegria, né?! Naquele tempo todo mundo ficou alegre, porque ninguém esperava ter escola no acampamento. (PRATES, 2007).

Naquele período... o MST conseguia garantir que em todas as suas áreas, os educadores e educadoras [fossem] pessoas que tinham uma afinidade com a política do Movimento, que conseguiam digerir a proposta de educação que MST tinha, então aqui no “14” a gente conseguiu garantir isso. [...] pra formação das crianças, de ter uma concepção formada sobre a luta pela terra. (ISABEL, 2015b).

A escola convencional está atrelada ao sistema de manutenção da sociedade capitalista, onde o Estado não tem interesse em fazer uma educação voltada para a classe trabalhadora e menos ainda, para os povos do campo. Com a política do agronegócio de expulsão das famílias do campo, o número de escolas fechadas vêm aumentando e causando um enfraquecimento do campo.

Então, pra esse modelo agrícola que o Brasil tem, que é das grandes extensões de terra pra produzir grão pra exportação, é preciso tirar esse povo que atrapalha na roça, no campo né? (ISABEL, 2015b).

O modelo educacional brasileiro de forma geral, foi feito pra isso, pra formar mão de obra, então o objetivo da escola capitalista é formar mão de obra, e tirar a juventude do campo, então as escolas diminuiu de quantidade de alunos, e muito! (CAMILO²¹, 2015b).

A partir do final da década de 1990, o MST passa a ser o precursor na luta pela educação do campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004; KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999), juntando-se a outros movimentos sociais do campo, como a

²¹ Nasceu no acampamento e estudou as séries iniciais do ensino fundamental na escola do Sílvio Rodrigues.

CONTAG, MPA, Movimentos quilombolas e indígenas, passando a incidir nas políticas públicas ao criar as Diretrizes Operacionais básicas para as escolas do campo (BRASIL, 2012). No entanto, os interesses Estatais prejudicam sua aplicação.

O Estado tem muita dificuldade de fazer isso porque discutir a educação do campo sob o princípio da via campestre, que o Movimento Sem Terra propõe, que o Movimento dos Pequenos Agricultores, que nós propomos [...] é impossível pro Estado fazer [...] que o Estado tem a sua posição clara a favor da classe dominante o Estado brasileiro é um Estado burguês, capitalista que atenta aos seus interesses. (JOSÉ²², 2015b).

Com a implantação do modelo de polarização²³ das escolas do campo, ocorre o fechamento das escolas multisseriadas que existiam a cada 4 KM ao longo das linhas/estradas, e passa-se a construir escolas polos para onde as crianças são transportadas em ônibus escolares²⁴, são construídas no campo, mas em muitos casos as crianças e adolescentes são levados para a cidade, o que representa um problema maior pelo fato de perderem o vínculo com o campo ao passarem a conviver com uma realidade diferente. Em geral as condições das estradas são precárias fazendo com que as crianças passem a maior parte do tempo para chegarem à escola e para retornarem às suas residências, algumas precisam sair muito cedo de suas casas, pois são escolas que estão a mais de 50 KM de distância, nesse trajeto sofrem transtornos físicos, às vezes sem água, sem alimentos, péssimas condições dos transportes, poeira e os transtornos psicológicos, principalmente para as crianças menores²⁵, longe de sua família, sem a segurança de que horas irão chegar, e se irão chegar bem, principalmente no período chuvoso, preocupação maior para seus pais.

No assentamento 14 de Agosto, ainda que nossa escola estivesse apenas a oito KM da escola polo, sendo que destes, seis são pavimentados, ainda assim, travamos uma batalha²⁶ para a sua manutenção em 2008, por compreendermos a

²² Militante do MPA, assentado no 14 de Agosto.

²³ Concentração das escolas que antes funcionavam nas comunidades, em um único prédio, geralmente no sítio, mas em alguns casos são nos centros urbanos.

²⁴ Algumas regiões do Brasil como o nordeste, em caminhões, estes transportes são geralmente sem segurança o que já levou à morte de crianças em acidentes que ocorrem cotidianamente, em Ariquemes duas crianças morreram na BR 364 em 2007, vítimas do transporte escolar, além de outros casos em municípios e datas diferentes. Com as lutas sociais as prefeituras vem equipando melhor suas frotas, hoje já existe o Programa de Apoio ao Transporte Escolar (PENAT) art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

²⁵ A partir dos 5 anos.

²⁶ A escola Sílvia Rodrigues também recebeu ordem de fechamento, mas houve a resistência e as lutas, não admitimos o fechamento. Durante quatro meses a escola funcionou 'ilegalmente', sem o reconhecimento da secretaria de educação. Embora tivéssemos medo de que não fôssemos vitoriosos mantivemos as aulas normalmente, as crianças estavam presentes todos os dias, com o apoio de suas famílias que, entre outras contribuições, preparavam a merenda coletiva.

importância da escola na comunidade e dos direitos da crianças, mantivemos seu funcionamento²⁷.

[...] nós não aceitamos que o município fechasse a nossa escola nós mantivemos ela aqui. (ISABEL, 2015b).

Mantivemos – a, pôr compreendermos que a escola formal não atende aos nossos interesses. As relações culturais que perpassam pela vida no assentamento fazem parte da formação integral destas crianças e jovens, é no interior da comunidade, que se dão as principais lições de vida e amor à terra, para nós a educação transcende o espaço físico da escola e aflora para a vida.

[...] nós temos uma briga muito grande pra manutenção da escola na comunidade. [...] Mas a perspectiva é fechar essas escolas e pra nós a escola na comunidade ela tem um papel fundamental né? que é o elo de relação dessas crianças com o espaço de vida que ele tem, com a terra, com os animais, com a floresta, com a água, com as nascentes, né? E isso é o que permite você estar ali no seu espaço local de vivência diária e cotidiana né? (ISABEL, 2015b).

Mas a política de esvaziar o campo com mecanismos de expulsão das famílias segue a passos largos. Segue também o fechamento das escolas, a alternativa que resta quando a comunidade não consegue lutar para garantir seus direitos é vender a propriedade para ir para a cidade, ou submeter às condições impostas.

O setor de Educação do MST, com várias frentes desde a educação infantil até às universidades, caminha desde seu surgimento para uma educação voltada para o campo. Essa seria uma educação do Paulo Freire: “do povo e com o povo”. Fomos associando outros estudiosos, porque também é uma escola do trabalho, da autogestão, como Makarenko e Pistrak (LUEDEMANN, 2002; PISTRAK, 2005). A proposta do Paulo Freire foi, contudo, nossa principal base por estar calcada nos princípios de respeito, justiça social, valorização e crença no ser humano.

Para nós marxistas, a escola faz parte da superestrutura ideológica edificada na base da produção, em bases sociais bem determinada que não dependem da vontade dos indivíduos e dos reformista. Na sociedade dividida em classes dominantes, ou abertamente - e então não haveria condições de lhe atribuir um papel realmente cultural, isto é, de pô-la a serviço da libertação das classes exploradas, que compõe a maioria da população (PISTRAK, 2005, p. 108).

²⁷ Até 2008 o município de Ariquemes tinha 86 escolas no campo, atendidas por 78 profissionais da educação, atualmente são quatro (duas em assentamentos do MST). Em Rondônia, entre os anos de 2000 e 2011 foram fechadas mais 70% das escolas do campo. (I Seminário Estadual de Educação dos Movimentos e Organizações da Via Campesina-RO, nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2016, em Ouro Preto d'Oeste- RO). Na última década foram fechados mais de 37,000 estabelecimento em todo o país, só em 2014 foram 4084. Fonte: Censo Escolar INEP (2014).

A organização do trabalho também constituiu um processo valioso que deu condições para hoje estar à frente nos diversos espaços organizativos. O trabalho é um princípio educativo, e indiferente à idade, ou tipos de sociedade, em se tratando de uma sociedade com valores comuns todo trabalho produtivo que garanta a qualidade da vida social deve ser visto como primordial (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005). Valdicéia, veio com sua família no início da ocupação (1992), estudou na escola do acampamento e atualmente trabalha com a produção agroecológica juntamente com sua família.

[...] no trabalho lembro do embelezamento, a gente usava flores e priorizava a organização dentro da própria escola, mesmo sendo um barraquinho era bem organizado, nas divisões de tarefas todos participavam (VALDICÉIA, 2007).

[...] porque a nossa juventude tem um diferencial [...] nas mobilizações, [...] porque tão preocupado em que é preciso organizar a coisa aonde vive, aonde participa. [...] E sem perder o vínculo do campesinato, sem perder o vínculo de camponês, se assumindo como camponês, então eu acho que isso é um legado que a gente conseguiu, pelo menos até o momento, a gente conseguiu transferir pra juventude [...] (ISABEL, 2015).

E assim, o MST segue nesta perspectiva de uma filosofia de transformação dos sujeitos e o envolvimento na luta e na organização dos assentamentos.

Essa educação que o MST prega hoje, é essa agroecologia que a gente discute, é a cooperação [...] é o trabalho coletivo e tal...juntando todo esse negócio, eu imagino que essa educação, ela vai trazer pra essa remessa de jovens e crianças uma outra vida, isso é o que eu imagino...essa consciência que a gente fala, essa questão de você conhecer as ofertas do capitalismo e conhecer a saída do camponês, diferencia uma coisa da outra, diferenciar a luta, aquilo que você faz, o que é você viver no campo, viver num assentamento, num trabalho coletivo né? (ELMI, 2015).

Ao longo da caminhada percebemos a importância dessa educação manifestada da nossa juventude, que realmente absorveu o interesse pelo estudo, pela arte/mística e pela vida camponesa. Jussara veio com sua família em 1996, quando tinha 2 anos, estudou na escola Silvio Rodrigues e atualmente é militante e faz parte do Grupo.

[...] nesta escola eu aprendi a viver no campo e no assentamento e aprendi que não se pode maltratar a terra e a viver em harmonia com a natureza, as tarefas que não sabia, místicas e músicas, poesias e brincadeiras [...] (JUSSARA, 2007).

A proposta pedagógica tem seus princípios na pedagogia da luta pela terra, e pela sociedade que almejamos para a classe trabalhadora. Fica comprovada a diferença entre a escola tradicional e a proposta de Educação do MST quando o

envolvimento da comunidade assentada se torna referência na luta pela sua conquista e pela sua permanência, como é a história da Escola Sílvia Rodrigues.

No começo os sem-terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas mais uma de suas lutas por direitos sociais; direitos de que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador (a) sem terra. Logo foram percebendo que se tratava de algo mais complexo. Primeiro porque havia (como há até hoje) muitas outras famílias trabalhadoras do campo e da cidade que também não tinham acesso a este direito. Segundo, e igualmente grave, se deram conta de que somente teriam lugar na escola se buscassem transformá-la. Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem-terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar. (CALDART, 2003, p. 64).

A rigidez da escola formal, não contribui com o desenvolvimento, não educa melhor e não cria um sentimento de prazer pelo estudo. Ao saírem da escola do assentamento para a escola convencional, entram em choque muitas vezes, ao se depararem com uma estrutura envelhecida, cinzenta e solitária, onde predomina um sistema excludente de avaliação, não levando em conta os valores humanitários. A escola “bancária” descrita por Paulo Freire não aproveita a escola como lugar para reflexões e aprendizados relevantes na formação destes que lhes são confiada a responsabilidade de educar, ao contrário torna a geração de estudante em pessoas com conhecimento científico defasado, e impossibilitados de aproveitar os conhecimentos escolares para transformar o mundo à sua volta, além de pessoas com valores individualistas que perdem a capacidade de indignação face às injustiças sociais.

[...] lá é totalmente diferente, a gente acostuma com aquele rotina, então quando a gente vem pra cá, é um balde de água fria [...] com professor falando que você tem que estudar, porque se não estudar não vai virar nada, e tem que sair do campo, e lá a gente ia pra ficar no campo, estudar pra isso [...] e você e a professora avaliava se a gente tinha condição de passar ou não. Aqui tem que ter a média, senão tirar a média... sofri bastante com isso. (OLGA²⁸, 2015).

[...] era um espaço diferenciado, os alunos estudavam todos na mesma sala, e era um professor só que facilitava a interação e o aprendizado, e por ser uma escola do Movimento, com professor do Movimento, tem toda uma outra ideologia [...] que é uma ideologia toda formada do Movimento mesmo, uma ideologia de esquerda, e a gente cresceu aí nesse processo, e tem o Grupo Coletivo que contribuiu muito pra anexar e somar com a formação da escola, e pra gente já vir pra essa escola desse modelo, com a consciência mais firme e com uma ideologia mais esclarecida. (CAMILO, 2015b).

A participação e o envolvimento das crianças e adolescentes nas atividades

²⁸ Nasceu no acampamento, também estudou na Sílvia Rodrigues.

e na luta pela terra, são aspectos que a escola tradicional não levava em consideração em seus currículos.

[...] sobretudo deve ser educação, no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando à humanidade mais plena e feliz. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 23).

Josiane, que sempre estudou na escola, retrata essa diferença:

Tem muita diferença [...] Aqui não era uma simples escola, normal. Eu acho que você vai pra escola pra desenvolver ideias [...] Você tem que saber do mundo em volta. Aí quando você vai tendo a base. A diferença é muito grande [...] (JOSIANE, 2015).

Eu achava importante o método de ensino, o uso do Jornal Sem Terra [...] era a forma de adquirir conhecimento político. A escola influenciou muito em minha formação e eu pude ver que não era uma luta só pela terra e mesmo sendo criança eu conseguia visualizar um mundo diferente. (VALDICÉIA, 2007).

Outra diferença relevante está na relação educador/educadora, educandos e educandas e na valorização do campo. No assentamento essas relações são de reciprocidade, amizade, companheirismo, não há a hierarquia imposta na escola tradicional, todos encontram-se no mesmo patamar de igualdade, pois estarem ali na condição de orientadores e orientadoras não os dá direito de sobreporem-se aos que estão na condição de aprendizes. Há, portanto, uma troca de conhecimentos, prazer pela oportunidade de estarmos juntos e desfrutarmos da presença destas pessoas, às vezes pequenas, mais ávidas por descobrirem o novo.

Vivenciamos os tesouros da vida no campo, onde realmente os pés descalços, os banhos de chuva, as frutas maduras, as ninhadas de pintinhos, o cheiro da terra, a sensação de ar fresco, o canto dos pássaros, as brincadeiras compõem o nosso universo, que **não deve ser desprezado em função de uma concepção conteúdistica de educação** (FREIRE, 2005, 2011).

Olha a diferença maior assim, é a relação entre aluno e professor, porque o professor que conhece a sua realidade conversa com seu dia a dia, sabe quem realmente você é [...] então eles querem levar essa juventude toda pra cidade, professor e tudo, e eles não dialogam com o sítio, não sabem o que é essa vida aqui, não sabe o que é essa felicidade de poder tá aqui, e daqui a pouco tá correndo com o pé no chão ali, e pode tá brincando né, acho que a diferença maior é essa relação. (BEATRIZ²⁹, 2015).

Quando comparamos a escola do MST, os limites e imposições da escola tradicional ficam explícitos. Para os que experimentaram a escola fora do

²⁹ Veio com sua família integrar-se ao assentamento por conta das maneira de condução da luta do MST, principalmente a educação. Atualmente é estudante e militante do MST, trabalha a agroecologia com seu grupo familiar.

assentamento, ficou um vazio, ao compararem uma escola com a outra, dão conta de compreenderem os limites de uma escola onde os saberes são repassados, se resume à transmissão de conhecimento, não há trocas (FREIRE, 2005). Anne Gabriela, nasceu no acampamento em 1994, atualmente militante, estudante do curso de história no Iterra (RS), faz parte do Grupo e experimentou a escola convencional já nas séries iniciais do ensino fundamental.

A outra escola era muito limitada. Eu fazia o que o professor mandava, e na sala de aula eu não tinha o direito de expor minhas ideias [...] E já na outra escola do assentamento, claro, com professor do acampamento naquele período, a gente podia criar. (ANNE GABRIELA, 2015).

A escolinha do Movimento ela não ensina só a você aprende a lê um livro e explique o que você aprendeu no livro. Ela quer que você saia e pratique o que você aprendeu. Que nos livro vêm dizendo que nós tem que cultivar isso, aquilo, pra preservar o meio ambiente e tudo, mas ali é só no livrinho, eles não se preocupa em pegar uma muda e plantar. (VILMAR).

A escola tradicional tem o papel de incutir nas crianças, jovens e adolescentes a ideia de estudar para sair do campo, diminuindo o campo a um lugar ruim e a cidade como única possibilidade de viver. O sistema educacional usa a figura do professor para discriminar a agricultura.

Então o aluno que está lá, está lá pra estudar pra poder se formar, porque ele precisa de 'sair dessa'. Tipo assim, tá no campo é tá 'nessa'. Então você precisa sair dessa, precisa ir pra cidade pra ser um "cara", um...engenheiro agrônomo, mas você tem que sair do campo? Você precisa ser um professor ou um pedagogo, você tem que sair do campo? [...] (ELMI, 2015).

Há que se fazer transformações, recriar os currículos escolares tendo em vista que a organização do processo educativo não pode ser entendido como mero local de transmissão de conhecimentos teóricos e sim, da construção de um espaço que contemple "[...] a relação com o trabalho na terra, desenvolver o amor ao processo de cultivá-la como parte da identidade do campo, independentes das opções profissionais que podem ter ou não" (KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999, p. 67-68).

[...] eles fizeram a faculdade, os professores deles já ensinaram que o campo não prestava, então eles sempre vai ensinar pro alunos que o campo não presta. [...] Historicamente esta concepção vem sendo difundida [...] porque os professores falam um ditado até muito antigo: que a pena é mais leve que palha [...] (CAMILO, 2015b).

O elemento que marcou profundamente essa geração de estudantes foi a mística³⁰ do MST, que extrapolava os limites dos conteúdos repassados nas salas de

³⁰ "A mística é uma prática que o movimento desenvolve. [...] para o MST, é um ritual. Ela tem um caráter histórico, de esperança, de celebração permanente. [...] um fator de unidade, de vivenciar

aulas, ia além de fórmulas memorizadas para se repetir na prova. Nessa perspectiva, a mística era um elemento aglutinador das histórias de vida, sentimentos de pertença, da reafirmação da identidade de ser um **Sem-Terra** (CALDART, 2004). A conjugação desses elementos para um estranho não significa nada, mas para eles e elas representa a própria vida que não resume a sua vinculação individual, mas ultrapassou, quando jovens passaram a entender e a sentir o real significado da mística (BOGO, 2002). Assim, ela “[...] é o alimento ideológico, de esperança, de solidariedade” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 130).

E dentro da escola era o estudo, mas junto com a cultura do assentamento. E a gente fazia os teatros, cantava músicas... atividades que na outra escola não tinha como fazer. (ANNE GABRIELA, 2015).

[...] tinha música (Na minha época era o CD Plantando Ciranda que era o 1. vol.1...e aquilo eram as nossas músicas) que às vezes na sala de aula normal professor não ensina menino cantar. É o que pode ou não pode. É regra. Aqui a gente começa a criar... vamos supor, “o menino livre.” O colega te ensina, o compartilhamento de conhecimento. Tem uma diferença enorme que a gente vai vendo. A gente vai carregando isso, a gente não perde. E assim eu espero que aconteça com o Gustavo [filho]. (JOSIANE, 2015).

Ai eu lembro que nos dois últimos anos foi a Estélia que trabalhou com a gente. E era frequente as atividades assim, as apresentações, eram músicas [...] e sempre assim na linha do Movimento nunca fugindo disso, acho que foram os melhores anos, foram os anos que eu me apaixonei de verdade, o que me faz hoje continuar no Movimento, e hoje eu tô fazendo curso de história, no Rio Grande do Sul, no Iterra [...] onde o MST, dá as linhas ideológicas pro estudo, pra militância [...] é isso, a infância aqui é diferente é outra coisa, ela é mais aproveitada, é infância de verdade [...]. (BEATRIZ, 2015).

Fotografia 22 — Escola Sívio Rodrigues



Créditos: Maria Estélia (2008)

Fotografia 23 — Escola Sílvia Rodrigues



Créditos: Equipe Bodoque Cine Vídeo (2015)

A proposta de educação do MST tem uma funcionalidade palpável, concreta, e isso fez com que as famílias lutassem (e continuam a luta) pela escola com tanto afinco, podemos dizer que a Escola Sílvia Rodrigues tem uma história de luta e resistência fundamental nesse assentamento, que se constitui como referencial de envolvimento e comprometimento das famílias assentadas. Romper com a cerca do conhecimento, torna-se uma luta diária.

5.6 A experiência de produção e vivência coletiva em Ariqueemes-RO

5.6.1 Características gerais do Grupo

O Grupo é formado por pessoas do Movimento Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por conta da afinidade política que temos com movimentos “irmãos” da luta pela terra e por laços familiares que unem os dois no estado de Rondônia, com isso ganhamos em força política e uma melhor compreensão da luta através do plano camponês do MPA. As famílias, como em toda a formação do estado, são de diversas regiões do Brasil e, sem nenhuma exceção, viemos em busca da terra, são todas de origem camponesa. A juventude é fruto da luta, pouquíssimos não nasceram aqui e um deles nasceu em Minas Gerais durante missão de seus pais na militância do MST, mas cresceu aqui.

Temos dois jovens que uniram-se a nós, (um deles não faziam parte de nenhum movimento), quiseram vir viver esta experiência, através de parentescos ou outras influências.

Vim a convite do meu tio para estudar, lá não era ruim, mas aqui, as condições

para estudar, no meio da juventude... achei interessante. (LUAN, 2015).

Luan é filho de Lia e Nondas, durante a marcha nacional do MST em 2007, caminhou com sua família durante todo o trajeto, seu pai nos contou que era a criança mais nova entre os marchantes e completou dois anos nos arredores de Brasília. Ultimamente estava morando com sua família em Mato Grosso, e veio integrar - se ao Grupo em 2013.

Leomi vivia com seus pais próximo ao assentamento 14 de Agosto.

Eu tinha ouvido falar [...] do MST [...] através da mídia [...] comecei a estudar na escola Mafalda Rodrigues, aí assim tive contato com os meninos do coletivo do assentamento e com a Estélia que era professora aqui do assentamento [...] Aquela vida ficou pra traz, e eu revirei do avesso e criei uma nova vida pra mim, então, assim... isso foi fundamental! (LEOMI, 2015).

E se tornaram membros do Grupo e militantes da luta, outros vieram, mas recentemente, não participaram de todo o processo, mas estavam em outras atividades tanto do MPA como do MST.

Alguns fizeram a experimentação e por motivos diversos concluíram que não permaneceriam no Grupo, José Prates fala sobre o que pensa do Grupo e de sua saída,

Acho que é uma coisa boa. Eu sai, não porque eu achava que fosse ruim. Mas foi pelas consequências da vida. As coisas tem que ser de comum acordo entre as famílias, porque o Coletivo é como se fosse uma família só. Às vezes pra você não atrapalhar o Grupo Coletivo é melhor você se retirar, por isso saí, mas era meu sonho viver no coletivo, mas também tive problemas de saúde e no coletivo você tem que ajudar a produzir, pra não atrapalhar, eu resolvi sair. (PRATES, 2015).

Atualmente, são 37 pessoas, sendo que são seis crianças com menos de doze anos, 16 jovens, sete mulheres, nove homens e 14 adultos, sete mulheres e sete homens. São nove famílias e duas são constituídas por rapazes solteiros e sete famílias já constituídas. Há uma afirmação dos princípios/origens religiosos por parte da maioria dos membros, incluindo no Grupo uma “benzedeira”. Além dessas especificidades, existe também uma disparidade quando se trata da questão da formação escolar, enquanto dois assentados estão em cursos de pós-graduação, três concluíram o curso de graduação, outros seis estão frequentando as aulas nos cursos formais, (dois cursam História, um no ITERRA/RS e o outro na Universidade Federal da Paraíba, dois estão cursando Agroecologia no Paraná³¹ e dois Licenciatura em Educação no Campo na UNIR). Por outro lado, convive-se com assentados com pouca escolaridade, constituindo um desafio para a organização.

³¹ Escola Latinoamericana de Agroecologia — Lapa – Paraná.

No geral todas as famílias têm tradições matrimoniais fundadas na “sagrada família”. No entanto, como relatou Josoé (2015a) “o sentimento familiar atrapalha a coletividade”, no sentido de que muitas vezes fortalecem a individualidade prejudicando a coletividade. Os casamentos em geral são convencionais, casando-se no religioso ou no civil, outros sacramentaram os votos nas duas instâncias apontadas acima. As mulheres ainda carregam o nome dos maridos, uma herança patriarcal. Do grupo inicial, duas jovens que se casaram recentemente optaram, com os seus companheiros que não eram do Grupo, em permanecer vivendo coletivamente, um deles se integrou ao Grupo e outro não, mas, houve um combinado entre o casal de que ela permaneceria. O mesmo ocorreu com um jovem que ao contrair matrimônio com uma garota proveniente de outro município, decidiram fincar residência no Grupo. Para as famílias a permanência dos jovens casados é essencial não só para continuidade da família, mas principalmente pela reprodução social da unidade familiar, ou seja, mais braços trabalhando para o Grupo, mais produção, é o que Chayanov (1974) denomina de diferenciação demográfica.

5.6.2 A construção do lugar: a partir da demarcação do território a constituição da territorialidade

Ao reorganizarmos o modo de vivência, e ao substituímos a agricultura convencional pela produção agroecológica, com processos mercadológicos condizentes aos princípios da soberania alimentar e, principalmente, ao abrirmos mão da estrutura de propriedade privada típica do modo de produção capitalista, instituímos uma territorialidade própria das famílias camponesas inseridas em um movimento social que visa transformações sociais, políticas e culturais. Segundo Soja (apud SANTOS, 2001, p. 17, grifo nosso) “[...] **na propriedade privada da terra, se encontra a forma mais clara da territorialidade humana encontrada pelo mundo ocidental em se tratando de níveis individuais**”.

As famílias se reuniram e organizaram uma das primeiras experiências de que, na maior parte do Brasil é conhecido como assentamento em “Raio de Sol” [...] e depois criaram o Grupo Coletivo como jeito de organizar a forma de produzir e garantir uma vida melhor e diferenciada. (ALEXANDRE JÚNIOR, 2014).

Nos estudos realizados sobre o Grupo 14 de Agosto, Souza (2011) destaca que ainda que o assentamento seja pequeno, constitui-se em uma relevante organização do MST em Rondônia, por estar no espaço de terras destinado ao

agronegócio, por representar uma forma de cooperação agrícola mais avançada e por se propor a romper com a matriz tecnológica vigente no sistema capitalista.

Essa característica construída histórica e socialmente nas lutas sociais travadas por esses trabalhadores em torno do sentido da sua experiência com a terra é o que une os membros do “Coletivo 14 de Agosto” aos outros camponeses em geral. A terra é lugar de moradia e de trabalho, de criação de laços comunitários e de solidariedade, mas também de conflitos. É lugar de produção de sujeitos em disputa com outras lógicas e que por meio da luta, se territorializam. Esta forma de conceber a relação com a terra é o que permite ao grupo se juntar aos demais camponeses no embate do sentido da terra dado pelo capitalismo, a terra para negócios. Defende-se e luta-se por terras para viver e não para mercantilizar.

[...]

Nesse sentido propor uma forma de organização que contrarie esta estruturação individualizada do território foi uma luta talvez maior que a travada pela conquista da terra. Nessa perspectiva é importante salientar que a conquista da fazenda que hoje compõe este assentamento, embora não englobe uma extensa área territorial, representa uma conquista simbólica frente ao latifúndio rondoniense. Ou seja, impôs uma nova forma de relação com a terra. (SOUZA, 2011, p. 131-279).

A partir das formas de resistência e de organização, fomos constituindo um exemplo de luta e de possibilidades para o enfrentamento ao modo de produção capitalista referentes à questão agrária e aos modos de produção vigentes.

[...] a nova proposta de organização territorial é um símbolo para as demais áreas do movimento no estado. Ao mesmo tempo, tem se tornado laboratório para discussão da produção coletiva no âmbito do MST no estado de Rondônia. (SOUZA, 2011, p. 282).

Considero o Grupo Coletivo uma ferramenta de resistência ao agronegócio, porque se desafiam a construir algo totalmente novo e na contramão daquilo que trabalha e incentiva o agronegócio. O Grupo ousou abrir mão da propriedade particular da terra, ousou negar o veneno, isso é totalmente novo. É preciso reconhecer o quanto isso é desafiador, o Grupo se sustenta porque tem uma unidade interna e um enraizamento nas organizações internas que vão além do Grupo, um enraizamento político e ideológico. (ZÉ PINTO, 2014).

À medida que constituímos uma organização própria, o território camponês ganha autonomia e legitimidade, como assevera Haesbaert (2004), ao afirmar que a territorialidade incorpora uma dimensão estritamente política às relações econômicas e culturais pelo fato de estar intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar. Milton Santos, descreve as potencialidades múltiplas a partir do construção do lugar.

No lugar — um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições — cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais

diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1996, p. 258).

Sardá (2002) analisa a partir do princípio de que vivemos em uma sociedade em que instituições familiares, religiosas e educacionais, as relações afetivas, os postos de trabalho, as organizações sociais e o Estado permeiam um universo no qual tudo se mostra contagiado por relações hierárquicas que perpassam a vida — fala da reverência aos chefes, o trabalho tecnicizado que fragmenta os sujeitos sociais e suas múltiplas singularidades, as mesmas não permitem outras formas que possibilitem evidenciar sinais reluzentes de homogeneização no interior destas experiências, ao contrário sua influência nas relações sociais e produtivas — não alteram as relações de poder, antes as reforçam ao reproduzir a heterogestão nos diversos espaços sociais.

[...] das cercas, aí são todos os tipos de cercas — do latifúndio da educação, a do modelo agrícola, da produção, do alimento, da cultura, do esporte do lazer, da saúde, todos os tipos de cerca que permite que o modelo concentrador, que o modelo capitalista siga, e que permita às pessoas a ter dignidade a ter vida. (ISABEL, 2015b).

O território, por sua vez, “[...] é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades interagidas (poderes, comportamentos e ações) que podem ser potencializadas através de estratégias de desenvolvimento local” (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 19). Para compreender o território torna-se imprescindível “[...] conhecer com clareza, suas diferentes abordagens assim como as de territorialidade e desenvolvimento, como orientação inicial para a reunião de pessoas que desejam rearranjar sua forma de vida [...]”. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 29). Ao redefinirmos as formas geográficas e a condução social, política, cultural, produtiva, consolidamos uma territorialidade fundada nos ideais, utopias e princípios que constituem uma construção ideológica ao que Fernandes (2008) denominou de territórios imateriais.

Os sujeitos que efetivam esses territórios, suas necessidades, seus valores e patrimônios, as condições da natureza exterior ao homem, [mulheres, jovens e crianças], enfim suas relações e seus lugares de vida cotidiana, historicamente constituídos de imaterial-material. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 29).

A vida familiar dos camponeses envolve-se diretamente com a obtenção dos meios de sobrevivência e sua reprodução social (CHAYANOV, 1974), inserem-se e dependem de contextos comunitários, estabelecem outras relações sociais, constituindo laços com a vizinhança, parentesco e compadrio podendo perpetuar-se

por gerações, que mantém, ou procuram manter estes vínculos, sejam com a comunidade sejam com os locais de enraizamento ao longo dos tempos, enquanto que empresários capitalistas consideram suas empresas como negócios visando apenas o lucro obtido (CARVALHO, 2014).

De acordo com Nóbrega (2013) a ideia da construção instaurada no território camponês é ressignificada pela proposta da terra coletiva. As ações coletivas que resultam desta organização espacial implicam na aproximação entre as pessoas, constituindo a identidade política, forjada por um conteúdo de luta de classes, com base no questionamento do poder e a transformação da estrutura social.

A questão da permanência na terra é também remexida no processo de coletivização como o deles. Se para o camponês tradicional que vive no seu lote aquela terra pertence à família e é, portanto, considerada uma herança que vai sendo transmitida gerações afora, nesta experiência deles, o raciocínio precisa ser outro. Precisam estar dispostos a abandonar a centralidade da noção de família tradicional e redefinir as bases dessa herança patrimonial. A terra perde seu caráter mercantil, individual/familiar, implica numa maior aglutinação de pessoas e com isso, facilita a realização do trabalho. Garantindo a terra coletiva e a realização do trabalho nela, mais gente poderá ficar no campo. (NÓBREGA, 2013, p.123).

Os homens e as mulheres dão sustentabilidade à sua existência a partir de um tecido produzido coletivamente, o que significa um modo social de ser. (SANTOS, 2001). A territorialidade resultaria de uma construção social, assim, como as relações formatadas neste contexto cumprem funções econômico-político-ideológico-sociais. “[...] abre para os afetados pela sua ação, a possibilidade de direcioná-la a seu favor. [...] a territorialidade é controle. O que se busca é a ampliação da participação na gestão territorial”. (SANTOS, 2001, p. 21).

Em alguma medida, o capital conseguiu difundir a heterogestão e convencer-nos de que “[...] é necessária pela sua superioridade técnica, camuflando dessa maneira a sua natureza histórica e política, seu mecanismo de controle, exploração e opressão” (SARDÁ, 2002, p.154). Podemos notar que as formas de organizar as relações sociais de produção no sistema apresentado diferem da tirania do sistema (TURCATTO, 2007), ao criarem mecanismos para contrapor a ordem imposta, estas formas de enfrentamento, denominadas por Bihr (*apud* THOMAZ JUNIOR; RIBAS, 2009) de “contra poderes” seriam a negação do próprio poder político sobre as forças sociais, a negação e a resistência a um processo de monopolização do poder político, da força social, nas palavras do autor “[...] por um conjunto de grupos, organizações, instituições, que se apoderam, assim, da capacidade de dirigir, e organizar, controlar a atividade social, em detrimento do resto da sociedade que é então obrigada a lhes

obedecer” (BIHR *apud* THOMAZ JUNIOR; RIBAS, 2009, p. 98).

5.6.3 A questão da propriedade privada e o uso das terras coletivas

O uso das terras coletivas, sem demarcação de lotes individuais, foi uma conquista fundamental, garantimos a demarcação exclusiva do Grupo dentro do Assentamento que ficou reconhecida institucionalmente como Grupo Coletivo 14 de Agosto — fase II, no entanto, ainda não se resolveu a burocracia existente no país, referentes aos documentos de Concessão de Uso (CCU), que são títulos individuais. Neste Grupo “[...] não existe um lote de terra ligado exclusivamente a um produtor, o que reforça a lógica da terra de trabalho, contrariando ao mesmo tempo a lógica da terra de negócio” (SOUZA, 2011, p. 281). O CCU seria completamente dispensável para o Grupo, se não fosse sua representação no cumprimento do direito às políticas de crédito agrícola. Em contextos sociais como o abordado as famílias ligadas à terra tendem a resignificá-la através dos valores afetivos, ainda que não tenham a propriedade privada do solo (MARTINELLO, 2011).

E quando foi então em 2002, nós decidimos com as famílias que haviam ficado coletivizar tudo. Bom, não dá pra você coletivizar parte do serviço e parte ficar individual [...]. Então vamos coletivizar tudo... Nós chamamos de juntar as panelas, né? [...] coletivizamos das panelas à terra. Então ali, nós começamos a discutir que a nossa terra não ia ter divisas [...] a gente vai ter uma terra única e todos nós vamos trabalhar em cima dessa terra coletiva e vamos desfrutar dela. (ISABEL, 2015b).

Um dos desafios que permearam as discussões desde o acampamento foi a estrutura de demarcação das terras tendo como finalidade **terras coletivas**, como foi possível analisar até aqui, avançamos com boa parte dos acampados ao construirmos a agrovila e, posteriormente com um grupo menor de pessoas, esta discussão foi tomando formas consistentes, no entanto, nos deparamos com uma contradição do sistema de posse instalada no Brasil.

Segundo Almeida (2009) a legislação de terras no Brasil não prevê possibilidades para além das impostas pelas instituições responsáveis que, por sua vez, tratam de resguardá-las para que cumpra a função da sociedade privada, aspecto ignorado da estrutura agrária brasileira referente às modalidades de uso comum da terra. Há um controle mediante normas específicas instituídas que vão para além do código legal de maneira consensual, norteiam as relações sociais que são estabelecidas entre vários grupos familiares que compõe unidades sociais

Então a documentação de uma terra coletiva ela também é um desafio pra nós. Enfrentar a burocracia... aí vem de confirmação cem por cento de que isso realmente é coletivo. Então tem que deixar de existir os CCUs da vida que é o documento de cada posse pra ter um único nome. Existe? Onde que existe? Como fazer isso? O Estado em si não tem uma documentação, nem pelo menos do INCRA [...] que regulariza ali 10 famílias numa área com um documento específico. Então ainda não chegamos a este setor no Estado brasileiro. (PITITINHO *apud* NÓBREGA, 2013, p. 128).

Em experiências de outros assentamentos no Brasil, o título de propriedade ou concessão de uso permanece em nome do cadastro de um membro do grupo e a terra fica sob controle do mesmo, não há divisão. O que ainda não conseguimos e que nos interessa é entender como se dará o processo de rompimento com a propriedade privada do lote da terra. Interessa-nos romper com a ideologia da propriedade privada porque não garante a permanência e a prosperidade das famílias assentadas, temos a convicção de que isso será garantido com a posse da terra e as possibilidades de uso fruto (CONFERDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2011).

O Movimento Sem Terra sempre pautou a possibilidade da terra para fins de usufruto e o INCRA, no entanto, nunca se posicionou a favor e segue disponibilizando documentos individuais para os assentados, que ao se depararem com uma dificuldade proveniente da falta de uma Reforma Agrária de fato e aos apelos do mercado, vendem muitas vezes suas terras. O MST, todavia, “[...] ocupa terras não usadas e cria nelas assentamentos de lavradores, com uma ideologia explicitamente anticapitalista de instituir a terra como propriedade comunal dos que nela trabalham” (BERNSTEIN, 2011, p. 146).

Thomaz Junior e Ribas (2009) compreendem a cooperação do MST, como forma de inserir os trabalhadores em torno de um projeto político-ideológico articulado a uma estrutura organizativa mais ampla, a partir das matrizes teóricas de Engels e Lenin, apontam para a necessidade de se pensar esta organização dos trabalhadores, que se sustenta em uma sociedade para “além do capital”, ou seja, visando a construção de um projeto político que seja capaz de superar os limites da “ideologia da propriedade individual” e, ainda, partir do processo de “socialização dos meios de produção”. Turcatto compartilha da mesma reflexão,

Se por um lado a propriedade privada é a antítese da propriedade coletiva e social, por outro lado, a organização coletiva de trabalhadores, por superarem a concepção de trabalho manual/intelectual, sinaliza uma possível organização que vá para além do capital. Uma diminuta parcela dos excluídos do processo produtivo no campo, organizados politicamente, buscaram assegurar sua sobrevivência a partir da organização coletiva, com o intento

de superar a pseudoconcreticidade do fenômeno na relação trabalho-capital. (TURCATO, 2007, p.1).

Essa política sustenta o anticapitalismo do Movimento Sem Terra e ganha relevância em suas ações que na compreensão de Thomaz Júnior e Ribas

[...] se o MST perder esse referencial ideológico, o sentido político de suas ações poderá ser sufocado, daí a importância estratégica do cooperativismo, a dimensão concreta pela qual a gestão dos lotes está ligada há um apontamento político mais amplo, que perpassa, necessariamente, pela discussão específica sobre relações de propriedade. (THOMAZ JÚNIOR; RIBAS, 2009, p. 103).

Por outro lado regularizar a terra de forma coletiva implica não acessar os programas de crédito para a Reforma Agrária, o que inviabiliza o desenvolvimento da produção. Para o Grupo, existe o “desejo” de regularizar coletivamente sem perder os benefícios da política de créditos que não estão previsto nas leis de terras comunais, tão pouco a ideologia de posse comum do Movimento Sem Terra. Os procedimentos legais nestes casos ocorrem da seguinte maneira:

Neste âmbito, um primeiro esforço no sentido de um registro sistemático dessas extensões de uso comum é muito recente e data de julho de 1986. Trata-se da denominação do Laudo Fundiário (LF), elaborado pelo INCRA, que se destina a levantar informações sobre os imóveis rurais e seus detentores de qualquer título, parceiros e arrendatários. Nas áreas em que for aplicado o LF substituirá integralmente a Declaração de Imóvel Rural (DP). Neste documento, as terras de uso comum receberam a denominação genérica de “ocupações especiais”, abrangendo, dentre outras, as chamadas terras de santo, terras de negro, fundos de pasto e pastos comuns, também cognominados terras abertas, terras soltas e campos. (ALMEIDA, 2009, p. 43).

Consequentemente, não apenas no Brasil, mas de forma geral, a terra passou a ser um bem de mercado, as imposições das potências coloniais referentes ao direito à propriedade privada, fomentou conflitos para estas comunidades que passaram a serem impedidas de utilizarem terras consideradas tradicionalmente à sua disposição, se veem cercadas e rodeadas de “arame de espinho”, e ainda a expulsão dos povos que sobreviviam naturalmente da terra e organizavam sua vida a partir dela, desfrutando do que produziam, constituíam suas famílias, sua cultura, por gerações seguidas (HARVEY, 2014).

Uma das características que definem o capitalismo é a conversão generalizada da terra em propriedade privada, transformando-a em mercadoria, pois, o direito à propriedade privada confere a possibilidade de vender o que se possui, os donos passam a ter direitos sobre ela, tornando-a alienável ao poder de compra-venda, arrendamento ou aluguel (BERNSTEIN, 2011; SILVA, 2011).

Existe, no entanto, outras formas de relacionamento com a propriedade que não seja pela lógica do capital. São formas de convivências entre pessoas, grupos, que mantêm uma relação diferente de estar na terra, de conviver com a natureza, com a agricultura, de encontrar formas coletivas de resistência.

Os graus de coesão e solidariedade descritas por Almeida (2009) reforçam politicamente as redes de relações sociais, imobilizando a terra como mercadoria, se apresentam nas históricas iniciativas de coletivização de terras e outras formas de trabalho além do convencional, incluindo as experiências religiosas que muitas vezes representaram uma afronta ao sistema, foram por isso, desconsideradas por órgãos fundiários oficiais que deveriam ser responsáveis pela sua legalização, incluindo o INCRA. Estas experiências, fomentadas pela igreja católica principalmente, se constituíam em roças comunitárias e coletivização no campo, também não foram feitas referências aos projetos de assentamentos com os mesmos fins.

Almeida (2009) descreve também sobre os movimentos religiosos e de rebeldia, principalmente do sul e nordeste do país, ao final do século XIX e princípio do século XX, mobiliaram-se em tentativas de estabelecer novas formas de relações sociais com a terra. Promulgou-se que a terra deveria ser tomada como um bem comum. Representaram uma ameaça ao poder agrário ao induzir formas cooperadas de produção e uso comum da terra, o que gerou conflitos armados e forte repressão por parte do Estado, resultando no aniquilamento destas iniciativas que, no entanto, ressalta o autor: não foram sufocadas por completo, ressurgem atualmente em experiências como as do Movimento Sem Terra.

Em alguns casos a união das famílias significa juntar forças para a conquista da terra, pois uma única família não é capaz de enfrentar um latifundiário, ao passo que juntos organizam coletivamente as formas de resistência, como segurança, produção e medidas judiciais para aquisição da terra. Não necessariamente se instituirá uma prática coletiva com relação à terra e ao trabalho, mas sim de aglutinar formas de defesa da terra através da ocupação e do trabalho coletivo (ALMEIDA, 2009; ESTERCI, 2008).

Aos capitalistas importa extrair a renda da terra por esta razão a “terra-mercadoria” está posta no mercado de forma fictícia em um título, um papel que a representa. A propriedade privada, pilar mais forte do modo de produção capitalista, destitui os trabalhadores do acesso à terra e outros meios de produção liberando-os “docilmente” para os braços do mercado, formando assim o exército de mão de obra

(MARX, 2004; HARVEY, 2014), tão benéfico para o mercado quanto para o capital que pagará pela sua força de trabalho de acordo com a lei da oferta e procura.

No Grupo 14 de Agosto, há uma determinação política enraizada, devido ao alto nível de compreensão ideológica instalada, “Para eles, essa abertura, a disposição para a coletivização das terras indica um estado de consciência diferente em relação ao capitalismo” (NÓBREGA, 2013, p. 131). Isso permitiu a conquista comum do uso da terra e permitiu uma reorganização dos recursos naturais, garantindo a permanência na terra. Podemos compreender nos depoimentos que se seguem.

Então, por isso também abrimos mão e juntamos as terras pra ser uma única terra de todo mundo. Então, uma única água de todo mundo, são três as nascentes, as três nascentes são do coletivo né?! [...] (ELMI, 2015).

[...] Enquanto o latifundiário consegue utilizar dos artifícios para garantir suas terras espoliadas e griladas, pois tem acesso do poder [...] os camponeses do grupo não conseguem sequer reconhecer a forma de organização de uso da terra que escolheram. (NÓBREGA, 2013, p. 129).

Ainda assim, consideramos uma ferramenta de grande valor, porque demarca nossa luta e nos permite organizar esta propriedade (125 ha) à nossa maneira, construir nossas estruturas onde achamos mais convenientes e não como orientou o INCRA, e acessar coletivamente os créditos agrícolas, (também com lutas, inclusive foram os últimos créditos do assentamento a serem liberados, pelo fato de que a burocracia imposta não permitia o formato). Neste caso o gerente do banco concordava que seria a melhor forma de implantação dos créditos, mas estava atrelado ao sistema. Para acessarmos desta forma foi necessário um procedimento que já não se utiliza mais, nos contratos comuns, que são os avalistas de créditos, são os créditos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para ser implantado em regime de coletividade, o que nos possibilitará avançar no sistema de cooperação agrícola.

Como consequência da coletivização o grupo tem autonomia para gerir e trabalhar sobre aquela terra, mais do que qualquer pessoa individualmente. Apesar de morar cada um num pedaço de terra, ainda que dentro da agrovila, cada um na sua casa, com seu quintal, é o grupo que decide que terras serão usadas e destinadas para a produção. (NÓBREGA, 2013, p.122).

Todavia, não há possibilidades de acordo entre os interesses dos detentores do capital e da classe trabalhadora como destaca Frigotto (2014). As instituições públicas que trabalham diretamente com os camponeses deveriam atender os interesses sociais do Grupo, mas ocorre o contrário, as famílias camponesas ficam

desassistidas em detrimento dos interesses do capital.

A absolvição dos direitos da propriedade privada em um projeto geral para a gestão coletiva dos comuns e a dissolução dos poderes autocráticos e despóticos do estado em estruturas de gestão coletiva democrática convertem-se nos únicos objetivos a longo prazo que realmente valem a pena. (HARVEY, 2014, p. 63-64. Tradução nossa).

A lógica do lucro, da propriedade privada comuns em outras formas de organização não corresponde à proposta do Grupo, pois as concepções de bem-viver e de subsistência é que dão significado ao próprio Movimento.

Imagina se não tivesse aquele quadrado, ali é meu, que tudo o que tivesse, ou ali era uma floresta que todo mundo pudesse usufruir daquilo, tudo pra melhoria da sobrevivência, não pra mim ter o lucro, comprar tudo e o outro não ter nada. Que tudo o que fosse construído fosse pro bem do ser humano [...] (JOSIANE, 2015).

Estaríamos vivenciando uma utopia? Alguns ao chegarem aqui, se reportam ao exemplo bíblico onde os “primeiros cristãos” tinham tudo em comum. Outros se referem ao “socialismo” de Karl Marx. Mesmo na contramão, o que fazemos é buscar estratégias dentro do modo de produção capitalista para seguirmos sobrevivendo no campo, estamos experimentando outras possibilidades de organização da terra e da vida e ousamos incidir na forma política do Estado burguês. A utopia que nos move é a construção da nova sociedade.

5.6.4 A conversão para a agroecologia

O Grupo iniciou suas atividades com a definição de não utilizar veneno nas lavouras. O uso destes produtos em Rondônia se intensificou a partir do final da década de 1980, de forma que, não chegamos a expor muito estas terras ao uso dos químicos, a compreensão do perigo veio através da deficiência no solo e nas plantas, dos sintomas como dores de cabeça e vômitos, e a conclusão foi de afastar-nos de um produto que traz em seu rótulo o símbolo da morte.

O problema é o veneno. Tanto tem gente que acha que o veneno não tem problema, quanto tem os que já morreram e tem outros que vão morrer em função do uso do veneno. Aí você imagina né? E você beneficia a quem comprando veneno? O que que é o veneno? Entendeu? Então com essa consciência: poxa! não vamos usar. E economicamente também não é viável, isso é bem claro. (ELMI, 2015).

Não se falava ainda em agroecologia, mas desde o princípio existia o cuidado com as florestas, os animais e com a terra. Não havia uma compreensão geral, mas fomos ganhando consciência aos poucos e embora, ainda tenhamos desafios a serem

vencidos, pois a consciência agroecológica não se altera por imposições, já houveram rupturas importantes de renúncia à agricultura convencional. Sabemos que o fato de estarmos agrupados não agiliza a transição de um sistema a outro por depender de atitudes e compreensões individuais. É certo que em terras coletivas se resolvem problemas como, por exemplo, criar barreiras contra agrotóxicos vindos da vizinhança e a disponibilidade de pessoas para realizar a produção e a comercialização. É certo também que radicalizamos e há mais de 15 anos não utilizamos nenhuma espécie de agroquímicos, fato que Nóbrega (2013) reconhece como a principal conquista do Grupo.

Temos na agroecologia, uma opção de vida e uma vez adquirida a consciência, não se volta atrás. Durante o processo educativo e formativo, a mudança é radical, a tomada de consciência é uma necessidade e um desejo que não passam pela imposição escolar. **A formação mais contundente é a agroecologia, uma vez adquirida a consciência, é impossível voltar.** (LUCIOMAR, 2014, grifo nosso).

Analizamos e percebemos sinas fortes do processo agroecológico, não só na produção diversificada e sem uso de veneno, mas na forma adotada para viver, com base no bem estar social cultural econômico e político, nas práticas agrícolas utilizadas (ALTIERI, 2004, 2010; CAPORAL E COSTABEBER, 2000; CAPORAL, COSTABEBER E PAULUS, 2004, 2005, 2006; GUZMÁN, 1966, 2011; LEFF, 2004; MACHADO E MACHADO FILHO, 2014), assim como, na opção pela comercialização sob os princípios da via campesina (DESMARAIS, 2013; GÖRGEN, 2014; STÉDILE; CARVALHO, 2010; VIA CAMPESINA, 2007).

O Grupo Coletivo 14 de Agosto é uma experiência camponesa. Em relação à agroecologia faz parte do processo de organização da produção e das formas de produzir que fossem as melhores para as pessoas e para o lugar onde vivem. Começou com a necessidade de recuperação de várias áreas desgastadas seguindo as orientações dos Movimentos Sociais sobre a necessidade de uma nova matriz tecnológica e hoje é uma experiência agroecológica importante. É necessário diferenciar uma experiência camponesa de uma experiência agroecológica porque a agroecologia faz parte da história do Grupo como uma ferramenta que contribui e dá as condições concretas para ser uma experiência diferenciada e importante. (ALEXANDRE JUNIOR, 2014).

A consolidação desta proposta poderá nos servir de contraponto à estrutura agrária existente, haja vista que a agroecologia engloba os princípios da agricultura camponesa e dos movimentos sociais do campo, logo, extrapola a visão convencional de agricultura (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2004, 2005, 2006). Nesse sentido a inserção de fatores como preservação do ambiente, prevenção das doenças e saúde e questões ideológicas são relevantes na opção pela agroecologia como

destaca Brandenburg (1999).

5.6.5 A cooperação agrícola no MST

O MST surge nos anos finais da década de 1970, dando continuidade a outras lutas que o antecederam com base na então política agrária instalada no país com orientação teórica, ideológica do marxismo (BORGES, 2007, p. 87). Desde 1979, a luta do MST era especificamente pela conquista da terra, todo o processo de produção era individual, mas a partir de 1984 a questão da produção passa a ser uma preocupação do MST. O fato de aumentar o número de assentados não diminuía a miséria no campo através do formato individual de produção.

O I Congresso Nacional do MST foi realizado em Curitiba, (1984) mas a produção cooperada ainda não era considerado um assunto de relevância, porque o momento era da “luta pela terra”, é a partir desse momento que começam a disseminar as experiências de cooperação através de associações (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999). Não existia uma proposta concreta a ser seguida, havia até então, a necessidade de uma organização que superasse o modelo individualista de produção e pudesse dar viabilidade produtiva com fins econômicos, políticos e sociais. Sendo que a cooperação deveria ser vista como um meio para se chegar ao objetivo final que seriam e (seguem sendo) as transformações sociais e as melhorias permanentes nas condições de vida (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1995).

O único debate que conseguimos, nessa época, era pelo viés capitalista, cristão: “será que não é melhor a gente trabalhar junto? Será que a gente não vai viver fraternalmente se fizer mutirão?” não era uma visão, vamos dizer, cientificamente elaborada. As principais lideranças do movimento, nesse período, se preocupavam em debater teoricamente, aprender com as experiências históricas, ler textos para compreender a importância da cooperação agrícola. (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 96).

Foi através de experiências anteriores que a proposta de cooperação agrícola foi tomando forma, militantes foram em busca de conhecer as experiências que consagraram a cooperação na história da luta da classe trabalhadora, como por exemplo o Kibutz, em Israel; a Ejido, no México; o Kolkhoz, na União Soviética; a Zadruga Eslava, na Iugoslávia; a Comuna Popular chinesa; e, especialmente, as Cooperativas de Produção Agropecuárias de Cuba (AZAR, 2005). Desta última que

vieram os exemplos seguidos com base na cooperação, “O MST, nos intercâmbios com Cuba, ainda nos anos 80, trouxe da experiência socialista o incentivo para a cooperação na agricultura para desenvolver a produção [...]” (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 273). Na visão de Fabrini (2002), a formação de grupos, cooperativas, associações, relações coletivas e comunitárias, transformaram-se em importantes indicativos de impactos territoriais nos assentamentos.

A forma de cooperação agrícola do MST, sempre foi pautada como mediação para o objetivo maior que tratava de pôr fim às injustiças sociais de forma que, torna-se impossível não relacioná-la à luta pelo socialismo considerado pelo marxismo, a transição possível para desenvolver as forças produtivas e as transformações nas relações de trabalho (BORGES, 2007).

Teóricos marxistas passam a constatar que o capitalismo trouxe progresso, todavia, não trouxe desenvolvimento, pois a maioria dos trabalhadores se encontravam excluídos dos processos de melhorias para o campo. A partir desta análise surge a necessidade do trabalho cooperado dos trabalhadores rurais e do uso racional de tecnologias como a mecanização, e com a exclusão da figura do patrão consequentemente, surgem novas relações de produção sem exploração. (CONCRAB, 1993). Por cooperação agrícola se compreende todas as formas de organização, com princípios coletivos na produção, comercialização e indústria (STÉDILE; GÖRGEM, 1991).

Reorganizando-se em vista de assumir a cooperação agrícola com a finalidade de produzir para o mercado, buscando novas formas organizativas (grupos coletivos, associação de máquinas, associação de comercialização...) até chegar a construir uma empresa totalmente coletiva, que utiliza do processo produtivo socialmente dividido (PPSD), com mão de obra especializada, com instrumentos de trabalho potentes e adequados, com plena utilização de mão-de-obra disponível e produtividade no trabalho, com produção para auto sustento e produção em escala de alguns produtos para o mercado em vista de garantir ingresso de recursos monetário. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1993, p.16-17).

A necessidade seria organizar uma produção para o mercado de massas, e não produzir uma pequena quantidade para uma clientela selecionada, na visão de Stédile e Fernandes, isso poderia até dar dinheiro, mas apenas para poucas famílias produtoras, o que não era o objetivo principal. “Queremos, primeiramente, produzir para a população. É o retorno ao apoio que ela dá à luta pela Reforma Agrária” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 106).

Para parcela destacada dos dirigentes do MST, a concepção de organização

da produção do trabalho por meio de cooperativa, além de ser uma forma superior de organização da produção, permite a integração do assentado ao mercado, ao mundo da mercadoria. Mesmo sendo a cooperativa entendida como alternativa de superação das relações de dominação engendradas no processo de acumulação do capital, os trabalhadores acreditavam, que por essa via, poderiam criar condições favoráveis para a luta e superação das relações capitalistas. Poderíamos afirmar que, para os defensores desta ideia, com forte vínculo na formação em Kautsky (1986), há a compreensão de que este caminho é necessário para as relações camponesas. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 371).

O MST entendia o assentamento como uma extensão da luta pela terra e condição de resistência do trabalhador do campo. Nesse sentido, é que se organizaram as instâncias administrativas que iriam dar suporte de direção à nova proposta de cooperação agrícola que passou a ser vista como alternativa de organização do trabalho e, conseqüentemente, da viabilidade econômica da produção. A “teoria da organização no campo” fundamentou-se a partir das concepções kautskianas de cooperativas que se espalharam por todo o país com a orientação de que representariam a possibilidade da construção de novas relações de trabalho e a superação do modelo convencional de produção (BORGES, 2007).

Esta teoria da organização no campo permeou as ações fundamentais da cooperação agrícola proposta pelo MST, sustentou as práticas com dimensões pedagógicas capacitando e formando novos sujeitos que dariam continuidade ao processo de cooperação agrícola. As associações, por sua vez, viabilizariam a compra de equipamentos, insumos e acesso aos poucos recursos disponibilizados pelo Estado para crédito agrícola. Começa então, um processo de construção e implantação de estratégias de formação de novos sujeitos, organizados em torno de novas relações de trabalho. Superando as contradições e gerando sujeitos com novos valores, a partir da superação do individualismo criado pela sociedade capitalista (BORGES, 2007).

A proposta teórica elaborada por Clodomir de Moraes (1986) firmava-se na assimilação de que a divisão do trabalho é fundamental para o aumento da produtividade, a elevação da consciência de um camponês social se diferenciaria de um camponês “típico” através da divisão do trabalho (STÉDILE; FERNANDES, 2005). Partindo desses princípios, a organização da produção, relativa aos trabalhadores rurais, deveria ser pautada pela cooperação nos moldes da grande empresa capitalista. A consciência individualista do camponês se constituía em um entrave para o desenvolvimento do trabalho coletivo (BORGES, 2007).

Enquanto a teoria Chayanovista afirma que a lógica da unidade econômica familiar (todos que moram sob o mesmo teto) de produção está direcionada para autoconsumo refutando a tese da produção voltada para o lucro. Para Kautsky (1980) os camponeses em função da expansão da indústria no campo ou se proletarizavam ou constituíram cooperativas para se integrarem no mercado capitalista. No entanto, ao inserir-se no mercado colocava em xeque a autonomia do camponês no que se refere à produção.

Ao formar as cooperativas alguns camponeses e camponesas deixam aflorar os vícios adquiridos na sociedade capitalista. Em entrevista, Chicão, um dos dirigentes do MST, diz:

[...] a proletarização dos camponeses segundo os estudiosos é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Portanto, isso independe da vontade dos camponeses. (CHICÃO, 2015).

Diz ainda que “os vícios dos camponeses” descritos por Clodomir de Moraes (2015) nunca contribuíram para o desenvolvimento de um novo sistema de produção agrícola e para isso é fundamental que os mesmos se libertem dos vícios herdados da burguesia na sociedade capitalista. Portanto, “O comportamento ideológico consiste em valores culturais, morais e políticos, determinado pelo papel que desempenha **dentro de um determinado processo produtivo**”. (MORAIS, 2015, p. 20, grifos nossos).

De toda forma, para o MST sempre teve claro que para além da produção e da visão economicista estariam os objetivos sociais e políticos que seriam conquistados através da organicidade dos assentados. Stédile e Fernandes (1999) consideram que se as condições objetivas estão associadas aos produtos, à acumulação financeira e aos limites naturais presentes nos assentamentos rurais, as condições subjetivas estão relacionadas à consciência política e histórica adquirida na luta pela terra para diminuir os danos do modelo de exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras. A análise realizada sobre os principais problemas da cooperação indica que:

Para nós cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos-organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é para nós uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1997, p. 22).

Os grupos de produção coletiva representam um passo à frente na

organização da produção, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar a produção de forma coletiva (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999). Sardá (2002) adverte que, visualizar a autogestão como utopia a ser concretizada, por si só não garante sua efetivação, já que as dificuldades enfrentadas — referentes às relações mercadológicas, políticas de Estado voltadas para o capital financeiro, às desigualdades de gênero e à inadequação tecnológica — impedem a construção de bases autogestionárias. E ainda que, são destes elementos que suscitam a urgência da efetivação das experiências de cooperação, superando as relações de alienação do trabalho passando a um processo de direção coletiva dos meios econômicos e sociais visando sua emancipação

A divisão social do trabalho, princípios da nova forma de cooperação depende da especialização dos produtores, conforme se especializam, também aperfeiçoam seus instrumentos de trabalho e suas formas de produção (MORAIS, 2015).

Os pontos principais da cooperação e da divisão técnica do trabalho são que 'o todo é maior do que a soma das partes' [...] o que Marx chamou de 'trabalho coletivo' [...] a divisão técnica do trabalho e o seu efeito sobre a produtividade exigem organização social [...]. [...] O que Marx chamava de 'forças produtivas' inclui não só a tecnologia e a cultura técnica como também a capacidade dos indivíduos de se organizar para tomar decisões sobre a produção, colocá-las em prática e inovar, tudo isso configurado pelas condições sociais de produção. (BERNSTEIN, 2011, p. 23).

Os entraves encontrados para desenvolver a cooperação agrícola estaria relacionada à perda da liberdade dos trabalhadores rurais (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1993). Mas, as articulações das famílias camponesas via cooperativas foram relevantes nas lutas por subsídios agrícolas e as linhas de créditos como PRONAF, ainda que já tenham surgido com deficiências porque os recursos financeiros eram irrisórios, além dos impasses burocráticos para acessá-los, eram/são necessárias (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000). Pois a opção do Estado brasileiro é pelo agronegócio, dessa forma “[...] o PRONAF [por] não ser uma política central do governo para a agricultura brasileira, torna-se uma política periférica, compensatória, que busca aliviar o efeito do modelo excludente ora em curso” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000, p.10).

Borges (2009) assegura que o esgotamento do cooperativismo no MST nos anos 1990 esteve relacionado a tais políticas governamentais e às questões internas

do Movimento, como a falta de planejamento, de organização do trabalho, de gerenciamento, de costumes com normas; de recursos de capital de giro e de formação político-ideológica; além de problemas com contabilidades, controle, qualificação e capacitação, acompanhamento e assessoria. E que neste período foi extinto o crédito especial para os assentamentos rurais, ação que contribuiu para a desarticulação das famílias camponesas e para criação de novos assentamentos. Por outro lado, os latifundiários se organizaram, articulados com o Estado e os aparelhos midiáticos passaram a criminalizar a luta pela terra. Stédile e Fernandes (2005) asseveram que as cooperativas não lograram êxito neste período em função das questões metodológicas.

Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é mais lento. Em geral, os grupos de cooperação agrícola já vêm se formando nos acampamentos em função de afinidades que vão se criando. Não estou discutindo se isso é certo ou não, ou se é por isso que a cooperação se desenvolve ou fracassa. O que eu estou dizendo é que a nossa experiência é essa. Ou seja, quando tentamos aplicar um sistema rígido, não deu certo. Por outro lado, o método do Clodomir teve uma grande utilidade ao nos abrir para essa questão da consciência do camponês. Ele trouxe um conhecimento científico sobre isso. O seu livro sobre a teoria da organização mostrou com clareza como a organização do trabalho influencia na formação da consciência do camponês. (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 99 -100).

Por ter se constituído em um modelo ortodoxo e pouco flexível³² à condição das famílias camponesas, o método não provocou os resultados esperados, isto é, a tese da disseminação das cooperativas por todo o Brasil como a solução para o problema da agricultura camponesa. Entretanto, o movimento da cooperativa nos deixou uma contribuição que foi superação da consciência em si para a “consciência para si”, ou seja, os projetos individuais foram superados pelo projeto coletivo, o que explica algumas experiências positivas no movimento, outros que participavam da cooperativa, em função do insucesso retornaram à produção individual.

[...] na perspectiva da produção doméstica, a formação de coletivos médios ou grandes não responde somente ao aproveitamento das “economias de escala”, tão caras ao totalitarismo agrário quanto ao capital transnacional. Mais do que uma simples atualização tecnológica e administrativa, o associativismo é uma nova frente de luta, outra maneira de resistir. O desafio das notáveis empresas sociais autodirigidas não reside tanto na conquista da indispensável eficiência operacional, mas em competir sem que isso leve à

³² A ideia de Clodomir de Moraes era reunir por meio do laboratório organizacional, onde uma média de 50 a 100 famílias decidiam por se organizar e durante um mês no assentamento era experimentado a divisão do trabalho como forma de sobrevivência durante o curso. Com a compreensão de que a divisão social do trabalho era essencial para o aumento da produtividade (STÉDILE; FERNANDES, 2005). Na visão dos autores esse formato não permitia uma organização consistente.

perda da condição camponesa. (VERGÉS, 2011, p. 77).

Entre 1986 a 1996 o setor de cooperação agrícola do MST passou pelo período de consolidação e amadurecimento da nova concepção de cooperativismo. Para dar corpo a esta proposta foi criada a Confederação das Cooperativas do Brasil (CONCRAB) em 1992. A partir daí o Movimento passou por um período de reestruturação neste setor e redefiniu o rumo da agricultura e a organização territorial nos assentamentos. As lições trazidas pela cooperação sobre a divisão social do trabalho continuam sendo um rumo a ser seguido, por agilizarem o trabalho no campo. “Quanto maior a divisão técnica do trabalho, mais complexa a cooperação exigida. [...] A cooperação também pode aumentar a produtividade de lavradores que usem ferramentas simples [...]” (BERNSTEIN, 2011, p. 22).

Depois da decadência dos anos 1990/2000 há um fenômeno de ressurgimento de experiências associativas no campo. Elas ocorrem não por clareza ideológicas, por indução de movimentos sociais etc., mas a partir das necessidades e oportunidades surgidas e percebidas pelos grupos de base potencializadas inclusive pela expansão de programas públicos como o programa de aquisição de alimentos (PAA) e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE). O foco dessas experiências se dá em grupos produtivos, ação de comercialização, grupo de mulheres. O interessante é que muitas dessas experiências são coletivos avançados, no sentido auto gestor, da cooperação na produção, na transformação industrial da produção agrícola e não apenas na comercialização da produção **in natura**. E o MST, em certo sentido, tem encontrado dificuldade de aproveitar esse momento para avançar na reorganização da cooperação na base a partir de sua experiência histórica acumulada (acumulo teórico e acumulo dos limites e potencialidades do que já programamos, principalmente ao longo da década de 1990). (MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012, p. 248, grifo do autor).

O ressurgimento da cooperação agrícola ocorre, pelos anos de insistência por parte do MST em promover a interação entre as famílias assentadas de todo o Brasil, e embora não tenham caminhado para o sonho inicial, serviram de referência de compreensão política e técnica para o novo período, além dos resultados notórios desta trajetória.

As contribuições dos assentamentos para a sociedade em geral são muitas: Em primeiro lugar a nossa contribuição política para democratizar o acesso à terra é incontestável. Com a organização do MST, conseguimos assentar milhares de camponeses (350 mil famílias) e (as) e o MST ser referência de organização social no Brasil e no mundo. Conseguimos com a nossa organização tirar da extrema miséria milhões de pessoas e permitir que as mesmas tivessem acesso aos serviços públicos da sociedade com: Terra, escola, água, energia elétrica, estradas e torná-los cidadãos com seus direitos respeitados pelo Estado brasileiro. No meio ambiente modificamos milhares de latifúndios de terras degradadas em assentamentos produtivos, respeitando o meio ambiente e construindo um novo sistema de produção: a agroecologia. (CHICÃO, 2015).

Assim, acreditamos que atualmente vivemos uma era de cooperação agrícola em que as próprias famílias assentadas passaram a protagonizar suas experiências, inerentes ao espaço político, social, cultural, em relação à produção a partir dos agroecossistemas regionais em que estão inseridos, aos fatores climáticos e pedológicos e quantidade de espécies vegetais próprios da região. Desta maneira, criam formas organizativas peculiares, tendo como base, os princípios da cooperação agrícola do MST, como é o caso do assentamento 14 de Agosto.

5.6.5.1 O caminho da cooperação agrícola

No assentamento 14 de Agosto, as discussões sobre cooperação agrícola teve início com o processo de ocupação da terra, o sonho em conquistar aquele chão era calcado de planos e reflexões orientados pelo MST, de prosseguir a luta política na busca de uma Reforma Agrária de fato, luta por educação de qualidade, saúde, estruturas para desenvolver uma agricultura que condicionasse a dimensão econômica das famílias que até então, não tinham segurança de uma vida digna.

Foi por meio de uma organização coletiva, superando o individualismo imposto pela sociedade capitalista, a vida isolada dos camponeses, compreender que a conquista da terra é apenas um primeiro passo, conforme a canção de Ademar Bogo, “Quando chegar na terra lembre-se de quem quer chegar [...] que tem outros passos pra dar”, que seguimos lutando. Fabrini (2002) indica que a formação de núcleos e grupos de assentados materializa concepções políticas e ideológicas com discussões de questões que atingem a sociedade toda. As famílias assentadas não ficam passivas diante de decisões tomadas para atender os interesses dos latifundiários. É neste agir coletivo centrado na esfera política que vão constituindo o seu território nos assentamentos.

Não nos foi possível alcançar a compreensão de todos, em um processo como esse há uma dificuldade de atingir talvez, as pessoas que mais precisariam, no entanto, nossa falta de estratégia para convencer quem estava destituído da terra e de qualquer tipo de compreensão política, não foi consistente. Grupos que estavam mais participativos em sindicatos, comunidades, com certo nível de escolaridade, foram os que se desafiaram a ir mais longe na organicidade do Movimento.

Nessa formação do assentamento, a organização das formas de vivência e

produção do assentamento, um grupo foi afinando-se com a ideia de pôr em prática a proposta de cooperação agrícola do MST, que seria formar os “grupos coletivos”, trabalhar uma produção diversificada, que hoje compreendemos por produção agroecológica. Até então, queríamos realizar uma produção livre de agrotóxicos e insumos agrícolas. E esse Grupo veio discutindo desde o acampamento, o que plantar, como produzir, como e para quem comercializar.

Fabrini (2002, p. 82) aponta que “A diversidade de identidade social apresenta-se unificada na subordinação e reunida espacialmente na ocupação da terra (acampamento)”. E é no acampamento que surgem as primeiras formas de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra, se manifestando com maior intensidade no assentamento, “[...] pois a terra conquistada surge como base de nova socialização”. (FABRINI, 2002, p. 82).

O Grupo Coletivo inicia os trabalhos de mutirão, na troca de trabalho nas terras. Antes as terras eram divididas, demarcadas, cada um tinha a sua, mas a gente fazia os mutirões, juntava na terra de um, limpava, etc. ia pulando de terra em terra. (ANNE GABRIELA, 2015).

As discussões sobre cooperação no assentamento 14 de Agosto iniciam em um período em que esta forma de organização já se encontrava em crise, em relação a algumas experiências de trabalho coletivo (CHRISTOFFOLI, 2000). Acreditamos que foi a nossa grande crença na proposta e o desejo de avançar na organização cooperada, que alavancou esta experiência em um momento crítico, em que as experiências coletivas surgidas no estado de Rondônia e em outras regiões do Brasil se encontravam em declínio, algumas haviam se desestruturado completamente.

Passado esta fase, com a reorganização do setor de produção, a CONCRAB realiza experiências piloto com acompanhamento técnico e gerencial no sul do país (CHRISTOFFOLI, 2000). De certa forma, estas experiências fortaleciam os dirigentes do MST e havia forte organização do setor de produção em Rondônia, porém, sempre com um certo receio do modelo adotado.

E aqui já tinha (não só aqui), mas um reflexo grande das cooperativas, o pessoal vieram de Minas, do Sul, né? Quando foram filiados em cooperativa que foram explorados em cooperativa grande [...] Que os agricultores entrava na cooperativa e depois a cooperativa virava uma meia dúzia de sócios e tal, né? Então vinha tipo assim, gato escaldado tem medo de água fria, né? Então não vamos nem conversar, né? A gente já sabe como funciona isso lá no sul, pra lá. Que a maioria das pessoas de Rondônia passaram pelo Paraná passou por Minas Gerais, gente que rodou né? Então nós enfrentamos essa dificuldade de discutir a cooperação [...] Mas a gente sempre insistiu de discutir a cooperação e principalmente nessa ideia de organizar o coletivo. De organizar um trabalho coletivo, de um jeito ou de outro. (LEÔNICIO, 2015b).

Essa forma de organização do Grupo parte também da abertura que se tem para cada experiência de acordo com a sua especificidade. O MST discute as formas de cooperação, mas cada estado se organiza a partir de sua realidade,

Em primeiro lugar o setor de produção, define com prioridade a organização econômica e social dos assentamentos. A forma como os assentados encontram em cada realidade objetiva depende de cada estado ou de cada assentamento. Por tanto a realidade objetiva do assentamento ou regional é o fator determinante para organização de cooperativa coletiva ou individual, ou outra forma de organização econômica. Em resumo o setor propõe que os assentados adotem formas organizativas de produção, comercialização, agroindustrialização e comércio que contribua com as melhorias das condições de vida coletivas e supere o individualismo que inviabiliza o avanço sócio cultural dos camponeses. (CHICÃO, 2015).

Segundo Christoffoli (2000), diante dos riscos de os agricultores serem cooptados pelo sistema convencional de produção, transformando-se em novos sem-terra, é que o MST propõe as diversas formas de organização e cooperação agrícola nos assentamentos, que podem realizar-se em mutirões, lavouras coletivas, organização de associações e cooperativas para comercialização conjunta, além dos grupos ou cooperativas de trabalho coletivos ou semicoletivos. O autor analisou, ainda, que a forma utilizada, não respondia ao longo da história às expectativas de desenvolvimento e eficácia de uma organização capaz de superar os problemas relacionados à continuidade deste modo de produção. Ao realizar o Seminário da CONCRAB, em 1994, para discutir os rumos da produção cooperada “Fica claro que o modelo calcado nos coletivos de produção precisa ser repensado sob pena de sua inviabilização enquanto alternativa real de organização da produção para as famílias assentadas e mesmo para os pequenos agricultores”. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 19).

Na concepção do autor, a defasagem do modelo de produção do MST estava na falta de capacitação técnica. A conjuntura politicamente desfavorável para a Reforma Agrária, resultou na falta de recursos para investimentos produtivos, no não equacionamento das dívidas antigas das famílias assentadas e na paralisia econômica da maioria das cooperativas e associações dos assentamentos. Todavia, sua conclusão é de que não adiantava ter assessores e metodologias para recuperar as cooperativas sem que houvessem recursos para investir nos mesmos. Consequentemente, o desestímulo tomava conta das iniciativas associativas dos assentamentos, o que foi atribuído também, aos vícios que os camponeses adquiriram com a sociedade capitalista.

O fator econômico, sem dúvida foi uma das causas do fracasso da forma de produção, tanto as experiências que não avançaram como as que tiveram êxito

economicamente trouxeram consequências frustradoras em relação ao resultado da organicidade esperada (CHRISTOFFOLI, 2000; CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1994). O fato de avançar economicamente e não avançar na conscientização política mostrou-se um problema tão grande, como nos casos em que a cooperativa não obteve sucesso econômico, o que até hoje é causa de preocupação de alguns militantes. Acreditamos que, por conta destas experiências, algumas pessoas defendem que o Grupo desenvolva os elementos políticos, sociais e culturais, mas que se mantenha atento para o desenvolvimento econômico, que possa colocar em risco a continuidade do Grupo. Podemos analisar a partir de depoimento a seguir,

Esta é uma forma de cooperação agrícola que faria avançar economicamente e rapidamente, mas por questões de militância e essas coisas aí, nós fomos deixando essa coisa do desenvolvimento econômico mais para trás. [...] o coletivo abre todas as perspectivas de desenvolver economicamente. Agora o desenvolvimento econômico só acontece se você trabalhar com todas as prioridades, produção, comercialização, o mercado, né? (LEÔNCIO *apud* NÓBREGA, 2013, p. 183).

Sobre esta questão econômica do Grupo, Nóbrega (2013, p. 183) analisa que “Se por um lado, a convivência entre eles é valorizada, por outro percebem que as atividades com fins econômicos foram, por um tempo, relegadas a um segundo plano”. Todavia, a questão econômica entra no rol dos problemas mais críticos, e um dos entraves está em fazer parte da cadeia de mercado capitalista.

Não resolvia isso porque no Sul e muitos lugar, economicamente o grupo cresceram, né? Cresceram e criaram agroindústria e tal, né? Mas aí fica um coletivo que é voltado só pro econômico, né? E a gente aqui sempre teve esse cuidado de que não poderia ser só voltado pro econômico. Que era um Grupo Coletivo que as pessoas pudessem contribuir com o Movimento, pudessem ter uma liberdade, não ser preso ao trabalho econômico, [...] a produção econômica, porque, de certo modo pra gente sobreviver a gente fica meio preso a isso [...] (LEÔNCIO, 2015b).

A falência do modelo no sul do país repercutiu de maneira negativa, gerando uma compreensão de que nas “cooperativas coletivas”, em sua fase final da concretização da proposta de cooperação em decorrência da burocracia impedia a eficácia da mesma. Daí vem à justificativa de o Grupo 14 de Agosto ser um grupo informal, que procura ao máximo se esquivar das estruturas convencionais de cooperação agrícola. Assim, a forma “Grupo Coletivo” que era um degrau para se chegar à forma “superior” de cooperação, passou a ser reconhecido por aqui como a fase mais avançada do modo de cooperação agrícola do MST. “Tal cooperação se dava em vários níveis, desde o mutirão, passando pela troca de dias, até o trabalho

coletivo, que é o nível mais avançado na socialização”. (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 271).

Então a gente foi bem moderado na discussão pra tentar ir criando uma consciência nas pessoas da importância da cooperação pra depois chegar no trabalho coletivo. (LEÔNCIO, 2015b).

Existe uma preocupação, de como produzir e comercializar em sistema convencional para não cair na cilada do agronegócio. Por outro lado, o problema está ligado à questões de ordem política, tende-se a não continuar tão envolvido na luta, quando se tem as garantias necessárias de sobrevivência, como, por exemplo, algumas cooperativas dentro e fora do MST. Todavia o Movimento considera as cooperativas de trabalho coletivo das denominadas Cooperativas de Produção Agropecuárias, com viés agroindustrial como uma forma superior de organização da produção (CHRISTOFFOLI, 2000; STÉDILE; FERNANDES, 2005). Desse modo, tal modelo de cooperativismo não foi acolhida por todos devido ao

[...] desconhecimento e a desconfiança camponesa frente a essas formas coletivas [que] resultaram numa reversão parcial das experiências, inicialmente fracionando-se em grupos semicoletivos e finalmente na desestruturação completa de diversas iniciativas complexas de cooperação. A defasagem entre a proposta concebida pelo movimento, de coletivos auto gerenciários totais, a falta de apoio estatal, o preparo técnico insuficiente e as contradições derivadas da consciência organizativa artesanal dos camponeses foi fatal para muitas dessas experiências e forçou um recuo tático do movimento. No entanto mais de uma dezena de cooperativas coletivas e autogetionadas se mantiveram e se constituem atualmente, como as experiências mais avançadas tanto do ponto de vista social quanto econômico em áreas de Reforma Agrária. (CHRISTOFFOLI, 2002. p. 136-137).

O fato de estar voltado para uma consciência política organizativa não elimina a necessidade de resolver completamente a questão econômica que permeia o Grupo, mas o que prevalece são as relações sociais.

Às vezes as pessoas chegam aqui e pensam que aqui é o paraíso, tem muita dificuldade [...] numa família, num casal, já tem aquele debate de ideia, cada um pensa de um jeito. E aqui no Grupo não é diferente. Aqui a gente reúne, entra em conflito de ideias, discute [...] as dificuldade do Grupo mesmo, pra gente que não tá adaptado ao mundo capitalista, principalmente o financeiro é uma das grandes dificuldades nossa. Isso aqui não tá colocado nessa sociedade que a gente vive. E aí tem muita dificuldade quando a gente parte assim pro financeiro. De relação, de convivência, não tem [...] ninguém tem dificuldade assim. (JOSIANE, 2015).

Almeida (apud Fabrini, 2002) fala das dificuldades de compreensão do “movimento contraditório” da realidade ao eleger uma visão economicista quando se constitui um território, onde as questões de natureza econômica são privilegiadas em detrimento de um campo que valoriza a presença das relações sociais.

[...] o importante é as pessoas que é o que move. Se não tem gente não tem nada. Para mim as pessoas é o centro de tudo. E é isso que diferencia dos outros sistemas [...] (JOSIANE, 2015).

É a partir destas percepções do mundo material cedendo lugar para as relações sociais que reluzem os primeiros sinais de subversão à ordem imposta pelo modo de produção capitalista “[...] a vida das pessoas é que rege o desenvolvimento econômico e não o contrário. Este último virá, mas a passos mais lentos de acordo com as reais possibilidades do Coletivo” (NÓBREGA, 2013, p. 191). A lógica da sobrevivência e da socialização prevalece, sobrepondo-se à visão mercadológica, “[...] a ideia de articular o cooperativismo com qualidade de vida, visa a inserir o assentado numa totalidade, pois este passa a entender essa proposta de gestão territorial como uma forma de melhorar sua ‘qualidade de vida’ [...]” (THOMAZ JÚNIOR; RIBAS, 2009, p. 105).

Eu diria assim, que se você for olhar economicamente visando o lucro, riqueza, não vale a pena. Agora se você for usar o econômico como sobrevivência, como o que você precisa pra viver, vale a pena. Porque às vezes a gente não chegou aonde queria, mas é o que todo mundo tá lutando. É diferente, de uma pessoa... aqui é um pelo outro. Aí vale a pena. Não é só ter dinheiro, mas aí você olha o lado da saúde, do ambiente, da educação, da sobrevivência mesmo, vale a pena. Agora se você for pensar em enriquecer mesmo, em se transformar capitalista, a pessoa que pensa assim, já não dá certo aqui. É a sobrevivência mesmo. Não é acumular dinheiro, não é acumular bens. É de viver bem, aí vale muito a pena. (JOSIANE, 2015).

A dimensão econômica e produtiva não se constitui no único parâmetro para compreensão do desenvolvimento territorial dos assentamentos. Organizados na forma de núcleos e grupos, as famílias camponesas dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema capitalista. Enfim, os grupos de assentados e núcleos formados nos assentamentos operacionalizam as atividades coletivas e construção do território camponês que estão centradas nas relações sociais e não na simples produção de mercadorias, como destaca Fabrini (2002, p. 90). “Não é a produção, mas a identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados que caracterizam o território camponês no espaço dos assentamentos”.

O Grupo vem privilegiando as relações de respeito às capacidades humanas e propicia capacidade para que as pessoas se insiram em um trabalho quando já estariam descartadas fisicamente pelo modo de produção capitalista

[...] no grupo eu faço parte duma equipe das quais os que tem uma saúde ok, fazem o que eles aguentam fazer, e eu faço aquele que eu posso, trabalho

que é considerado e que é necessário e mantém, só não manteriam se eu fosse sozinho se eu trabalhasse individual. (PITITINHO *apud* NÓBREGA, 2013, p. 165).

Fred, jovem integrante do Grupo, explica esse processo de inclusão no trabalho coletivo.

E aí [...] se você não rendeu o mesmo tanto, você não deve receber igual. Mas na verdade, no avanço da consciência, que é pra onde o nosso grupo caminha, não existe isso. A pessoa trabalha de acordo a sua capacidade, condição e por uma questão de consciência, não por uma questão econômica, que vai render e tal... E que todos os grupos coletivos e que, hoje, são todas cooperativas, eles vão por essa parte, é de acordo com o rendimento... e aí pra evoluir economicamente tem que ser assim. Só que eu acho que um dos fatores de atrasar a ampliação da renda vem por causa disso também, porque [...] não vamos radicalizar para ter renda. Vamos levar num processo mais social e vamos encaixar consciência, vamos avançar na consciência, primeiro, pra depois ter renda. Não é que seja elencado assim — tem que ter consciência pra depois ter a renda — mas não vamos ser radical ao ponto de “vamos ter que ter renda”. (FRED *apud* NÓBREGA, 2013, p. 158).

Algumas pessoas acreditam que o Grupo deve produzir para sobrevivência, não extraviando da condição política a exemplo de cooperativas que se estabilizaram economicamente e hoje não tem nenhuma ação política, porque já resolveram seus problemas imediatos e não almejam uma sociedade melhor para outras famílias . Em geral há uma concordância com este procedimento, embora tenhamos clareza de que diante do modo explorador de produção da sociedade capitalista, a probabilidade de se sobressair para além das necessidades básicas é bem remota, tornando cada vez mais difícil garantir uma estabilidade no campo, que vá além da sobrevivência.

Todavia, temos que aproveitar sobremaneira os recursos que adquirimos para que os alimentos cheguem às pessoas trabalhadoras da cidade, a um preço acessível e, também, para vivermos com dignidade, gerarmos um fundo rotativo para formação, cursos, viagens de intercâmbio, recursos e alimentos para continuidade da luta dos trabalhadores, pois o MST é uma organização exclusiva de condução da luta pela terra e formação constante de sua base, sem fins lucrativos.

Assim, seguem as experiências em que os sujeitos envolvidos optam por subverter a lógica de produção e de consumo. Podemos citar o caso do estabelecimento agroecológico em Aurora, na Argentina.

Nestes 15 anos de transição não foi necessário, em geral depender de créditos. Ampliaram-se as instalações do campo, se construíram melhores casas para maior conforto. O produtor está em dia com seus impostos. A produção do campo lhe permitiu custear estudos universitários a seus filhos, sustento pessoal e realizar viagens de prazer, como manter em boas condições sua equipe de trabalho. [...] ao produtor não interessava aumentar os rendimentos, se não lograr estabilidade, viver bem, a seu modo. (CERDÁ;

SARADÓN; FLORES, 2014, p. 461, tradução nossa).

A cooperação agrícola no MST vai além do que parece ser a sua finalidade, ela deve garantir formas de resistência na luta, estar organizada para deslocar parte da mão de obra para a militância política, outra parte, deverá captar recursos financeiros para manter a luta dos trabalhadores (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1993). Segundo Christoffoli, (2000) se a cooperativa não consegue gerar valor excedente de capital, o subsídio agrícola torna-se a solução imediata, criando conseqüentemente um outro problema referente ao endividamento junto da cooperativa. O Grupo 14 de Agosto não ficou imune ao endividamento. Primeiro, porque os 16 anos sob regime de acampados, impossibilitou o Grupo de acessar o subsídio agrícola e segundo, porque havíamos determinado não vender nossa mão de obra como “peões de fazenda”, para evitar a exploração do trabalho. Essa conjugação de fatores nos instigou a criar estratégia para administrar a dívida, como foi a experiência de pagar com a produção de farinha um empréstimo contraído junto à CONAB. No entanto, em função de problemas relacionados ao plantio, não cumprimos a produção determinada pelo contrato e para pagar a dívida tivemos que deslocar a produção de outros setores. Outra forma de endividamento se concretizou nos contratos com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a construção de moradias, que acumulou uma série de problemas. Para saldar as dívidas tivemos que ampliar a produção de verduras, legumes, frutas, farinha e o gado.

As decisões são tomadas nas instâncias do Grupo, que são os setores de trabalho: farinheira, cozinha, roça, horta, coordenação dos setores e, por fim, assembleia geral. A coordenação é composta por membros de todos os setores, de maneira que não há uma hierarquia de poderes, e se reúne uma vez por semana para planejamento e encaminhamentos gerais. A assembleia, por sua vez, é programada para acontecer mensalmente. Pode ocorrer de algumas decisões serem tomadas em grupos menores, geralmente por falta de tempo, pois muitas vezes as pessoas estão envolvidas em outras atividades do Movimento, o que aparentemente não traz problemas, embora se prefira encaminhar os assuntos de maneira coletiva para não prejudicar a organicidade.

Quando a questão da ruptura com a ordem instituída aparece na ordem do dia, a separação entre dirigentes e dirigidos é eliminada, suprimindo-se ao mesmo tempo os intermediários políticos. O fortalecimento da identidade coletiva faz com que seus membros, reunidos nos organismos coletivos,

identifiquem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. A criação espontânea substitui a subordinação passiva. (SARDÁ, 2002, p. 160).

Em geral, discutimos o assunto até chegar a uma compreensão geral, predominando a voz da maioria, que é soberana. Quando este procedimento se torna inviável, as informações são repassadas e discutidas no interior dos núcleos e grupos. Esta prática de tomada de decisões possibilita aos sujeitos envolvidos empoderar-se da conjuntura política, social e econômica que dependendo da situação, influencia o acesso às políticas públicas. Discute-se também as formas de organizações e de lutas não só no Grupo, mas também em outros espaços da organização (FABRINI, 2002).

Nem sempre a decisão da maioria é a decisão certa. Ài volta atrás, tem os prejuízos, quando é tempo de voltar atrás. E tem decisão que não dá tempo de voltar atrás e você tem que conviver com aquilo. (JOSIANE, 2015).

Em relação às regras de controle aos desvios pessoais, tão discutidos pelo MST e que podem ocorrer em qualquer organização que tenha um pé na sociedade capitalista e outro em experimentações de cunho socialista, o Grupo tem adotado uma posição com referências de uma sociedade anarquista,

O movimento anarquista pode ser definido como um sistema de pensamento aberto e nada rígido que, compartilha com outras correntes radicais muitos elementos de seus pressupostos filosóficos, da crítica à sociedade atual, assim como do modelo da futura sociedade ideal, se distingue por uns rasgos teóricos comuns que se concretizam na negação do Estado e a busca do estabelecimento de inter-relações humanas com base na cooperação voluntária expressada mediante pactos livres desde o ponto de vista da práxis política. (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 68).

Leôncio defende que este procedimento garantiu a continuidade do Grupo.

Eu acho que a flexibilidade em combater os problemas, em combater as dificuldades, combater as coisas que dificulta a vida, a convivência e tal, né? Eu acho que isso garantiu que a gente fosse persistindo, né? (LEÔNCIO, 2015b).

A compreensão é que, se não aprendermos a conviver com os diferentes universos individuais, de comportamentos que em determinadas ocasiões podem trazer problemas para a coletividade, pode-se perder integrantes, pois em regimes de regras muito rígidas as pessoas tendem a não permanecerem na organização e por acreditarmos que a elevação da consciência organizativa é um processo constante. De certa forma, todos carregamos, em maior ou menor dimensão, o que chamamos de vícios ou desvios entranhados pela cultura individualista e personalista desta sociedade, um problema a ser resolvido para perpetuação de qualquer organização. De maneira geral, as pessoas buscam livrarem-se destes comportamentos impostos,

uma vez que a organização como um todo, ou seja, o MST no âmbito da luta diária, exige uma mudança de postura, busca de valores humanistas, para o enfrentamento da sociedade capitalista com seus valores anti-humanistas, visualizamos na cooperação agrícola esta construção social e a partir disso o avanço na organização social do trabalho

A cooperação reforça a organicidade e facilita a formação de quadros, militantes políticos — Capital social segundo MST, que seria produto da divisão social do trabalho e aumento de sua produtividade, por meio do aumento do capital constante [...] (THOMAZ JÚNIOR; RIBAS, 2009, p. 104).

E assim o Grupo desafia a cooperação agrícola sob novos moldes de organização da produção, com determinação de produzir de forma cooperada alimentos de qualidade adequada à saúde, cuidando do bem estar social e ambiental. A proposta que nos norteia é a da agroecologia.

5.6.5.2 Elementos da perspectiva agroecológica no MST

A partir dos primeiros anos da década de 90, surgem os primeiros sinais sobre a agroecologia nos assentamentos do MST. Mesmo não tendo todo o manancial teórico e prático sobre a forma de plantar segundo esse novo paradigma, as famílias camponesas foram atraídas pela perspectiva de refutar a lógica da agricultura convencional. Logo, os cuidados com o solo, o controle das pragas a partir de componentes biológicos, o domínio da adubação orgânica e produtos “mais saudáveis” foram incorporados aos poucos, diante da necessidade de manter a produção em larga escala para atender o mercado convencional, pois havia uma “dependência” dos mesmos “[...] não podemos cair na negação total dos produtos — químicos industriais [...] evitando assim prejuízos vitais ao produtor e tendo produtos diferenciados garantindo assim, faixas de mercado” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1993. p. 30). O receio era de que a produção agroecológica não fosse suficiente para manter as necessidades básicas das famílias. Tal visão foi dissipada aos poucos, na medida em que os estudos apontavam que a agricultura convencional provoca danos à saúde e ao ambiente.

Do ponto de vista ambiental, o planeta no geral, sofre os efeitos climáticos, o bioma amazônico principalmente, os efeitos que estão sentindo no estado e em outros lugares majoritariamente pela fragilidade das tecnologias do modelo agrícola hegemônico [...] (LUIZ ROBERTO, 2015b).

Por outro lado, as experiências exitosas da produção agroecológica nos

assentamentos impulsionaram as famílias camponesas à produção de acordo com os princípios agroecológicos. Pois além da intensificação de problemas de saúde dos trabalhadores, do baixo rendimento das lavouras e da degradação do solo, a produção convencional desembocava em problemas relacionados à produção de alimentos, pois o modelo do agronegócio inviabilizava a possibilidade de sanar os problemas da sociedade, que almejava alimentos saudáveis. E o segundo elemento estaria relacionado às questões ambientais, atingindo todo o planeta com destaque para o solo amazônico.

O MST entende que a necessidade diante desta problemática seria de reverter o modelo de produção vigente por uma proposta de agricultura sustentável, com respeito aos recursos naturais, e com vistas a produzir alimentos diversificados sem contaminação química para suprir as necessidades próprias e da população consumidora. Entretanto, nos esbarramos em muitos entraves que impedem a solução eficaz para o desenvolvimento da agroecologia. Veremos a seguir:

[...] se a agroecologia tivesse todos os investimentos e subsídios que existe na cadeia de produção do agronegócio, fatalmente em dez anos viabilizaria a agroecologia em grande escala no Brasil. Agora, não existem pesquisas disponíveis em nenhuma universidade [...] Não existe crédito ou mesmo mercado para tal produção, não existe um debate de educação ambiental massiva, não existe um programa de assistência técnica para isso, então como vamos discutir um projeto macro, para um problema massivo? (LUIZ ROBERTO, 2015b).

Os problemas de ordem alimentar e ambiental nos levaram definitivamente a discutir e promover experiências agroecológicas no interior dos assentamentos, mas com a compreensão essencial de que reverter o modo de produção capitalista requereria incidência política, combatendo a matriz agrária.

O esgotamento do modelo de produção cooperativista e o contexto de discussões sobre desenvolvimento rural sustentável conduziram, de forma inicial, à incorporação da agroecologia como novo paradigma para a realidade dos assentamentos rurais. Além das práticas produtivas, a agroecologia adentrou a esfera política como forma de contestação ao modelo agroexportador representado pelas multinacionais (de insumos químicos e de pesquisa em biotecnologia — transgênicos) e pelo agronegócio. (BORGES, 2009, p. 2185).

Segundo Borges (2009) e Fabrini (2002) as condições para construção do sujeito político capaz de reagir a tais problemas se encontram ultrapassadas, porque as bases sobre as quais as famílias camponesas se inserem não sustentam a necessidade da sua unificação para intervirem no processo político da eliminação dos vícios das famílias camponesas que se constituem em obstáculo para o desenvolvimento econômico, social, político dos assentados que constituem em um

entreve para a elevação da consciência. O MST, por sua vez, refutou os vícios que os assentados traziam da sociedade capitalista, a negação destes vícios era fundamental para a construção de um projeto agroecológico, adequado às especificidades locais e à multiplicidade social inserida nesses contextos descritos por (Altieri, 1999; Caporal, Costabeber, 2002; Gliessman, 2000; Hecht, 1991; Sevilla Guzmán, 2001; Yurjevic, 1991).

[...] para que os camponeses possam avançar na construção de um novo sistema de produção agrícola é fundamental que os mesmos se libertem dos vícios herdados da burguesia na sociedade capitalista. (CHICÃO, 2015).

De fato, a agroecologia exige certa unidade das famílias camponesas, tanto para cultivos, como para troca de sementes e conhecimentos, para formar redes e comercializarem seus produtos, e principalmente para lutar por políticas públicas que viabilizem a agroecologia, em muitos casos, lutas conjuntas para defender seus territórios e bens naturais. Todas essas necessidades não se realizam com o formato tradicional de demarcação de terras, onde as pessoas vivem isoladas e realizam, segundo MST (2015), o processo produtivo de forma individual desde o preparo da terra para o plantio até a comercialização.

A transição agroecológica no MST é um processo muito recente. As experiências nos assentamentos rurais estão em fase de aperfeiçoamento e avaliação, como o próprio Movimento e sua estrutura. Isso vem abrindo espaço para a realização de inúmeros estudos de caso, com a análise enfocada na mudança da matriz tecnológica para a agroecologia, ressaltando os impactos na produção, no trabalho e nas relações sociais. Além disso, possibilita pesquisas e intervenções que contribuam para a construção de estratégias de sustentabilidade locais. (BORGES, 2009, p. 2186).

É preciso considerar que “[...] essa experiência ainda que limitada, sinaliza para um tipo possível de políticas públicas que estimulem a cooperação e um modelo produtivo diversificado e agroecológico através de mecanismos indutores não focados apenas no crédito” (CHRISTOFFOLI, 2002, p. 141). Entre as iniciativas localizadas em diversos assentamentos destacamos que

As maiores experiências em agroecologia que temos dentro dos nossos assentamentos encontra-se no Rio Grande do Sul na produção de arroz agroecológico em cooperativas coletivas, na safra 2014/2015 foram colhidos aproximadamente 400.000 sacas de 50 kg de arroz em casca e industrializado pelas próprias cooperativas. (CHICÃO, 2015).

No entanto, a consolidação da agroecologia, será um processo árduo, desconstruir o que o agronegócio incute todos os dias na cabeça das pessoas não é tarefa simples, para isso dependemos dos êxitos das experiências atuais, da comprovação da sua viabilidade, é “[...] um processo que vai levar gerações dentro do

MST, não temos a ilusão, bom, daqui a cinco, ou dez anos o MST vai estar com a base produzindo totalmente ecológico”. (CORREIA *apud* LUZZI, 2007, p. 117).

Existem milhares de produtores individuais assentados espalhados em todos os assentamentos do MST. As grandes dificuldades destes produtores foram mencionadas nos últimos seminários que tivemos, são três: Processamento, agro industrialização e o comércio. Por tanto a produção de forma individual, ela ainda é a maior parte dentro dos nossos assentamentos, mas o grande limite para o seu avanço é a agroindústria, o processamento e o comércio. Esses três processos devem ser desenvolvidos de forma coletiva para que possamos avançar na organização do sistema de produção agroecológica nos nossos assentamentos. (CHICÃO, 2015).

O grande receio do Movimento é a cooptação das famílias camponesas ao monocultivo ou à criação de gado, pois o apelo do agronegócio — racionalidade e produção em larga escala — e as imposições de encurralamento da propriedade do camponês, os “obriga” ao arrendamento da terra ou à venda definitiva.

Daqui a pouco a agricultura familiar vai plantar cana, eucalipto, vai criar gado, vai ser integrado das empresas. Existe uma crise econômica, política e social da agricultura como um todo. Nós estamos numa contracorrente, num período de resistir e acumular forças para superação. (MONTEIRO *apud* LUZZI, 2007, p.117).

A análise de Denis Monteiro se concretizou em pouco tempo. Estamos vivenciando um período em que a agricultura familiar está paulatinamente integrando-se às empresas do agronegócio, corroborando as teses de Marx (2010) Lênin (2010) e Kaustky (2010). De norte a sul do país as terras estão sendo incorporadas à grandes empresas capitalistas, por outro lado, percebemos a resistência dos camponeses em continuar na terra, produzindo de forma diferenciada, retomando os costumes de plantar com as sementes crioulas, recorrendo à adubação natural, o uso dos biofertilizantes e dos repelentes naturais que estão livrando-os do comércio das sementes híbridas e transgênicas, adubos químicos (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014).

Os limites para a organização da produção são desafiadores, mais que organizar os trabalhadores em forma de cooperação, temos que conscientizar os camponeses sobre os perigos deste modelo, assim como provar seu estado de falência, e para isso é necessário que todos tenham uma compreensão de qual o caminho a ser seguido. Entre a premência de romper com o modelo convencional de produção inaugurando a agroecologia e a realidade atual, há um profundo abismo. O fato de termos elevado o debate à condição de princípios políticos da organização não garante que caminhe com a mesma urgência da necessidade.

Não é porque hoje tenha uma preconização da agroecologia que em todo e

qualquer lugar do MST se pratica a agroecologia, a gente talvez não esteja nem sabendo ainda se está praticando ou não a agroecologia em muitas experiências, mas tem esta construção que vem se fazendo. É a metamorfose que vem acontecendo, mas que traz muito fortemente o conhecimento, a cultura, a preconização também do modelo conservador de agricultura. Então, o que a gente está tentando romper com experiências localizadas, não trabalhar apenas com experiências pontuais e sim transformar isso numa prática cotidiana [...] (CORREIA *apud* LUZZI, 2007, p. 117).

Denis Monteiro (*apud* LUZZI, 2007) aponta algumas dificuldades para o avanço da agroecologia nos assentamentos. Destaca o "passivo ambiental", que são as áreas degradadas e sem políticas de recuperação, herdado pelos assentados; a precariedade das políticas públicas de infraestrutura (escola, estrada, saúde), que dificulta a organização da vida social e do trabalho; as políticas agrícolas, quando existem, são fragmentadas e induzem a uma lógica convencional, principalmente a política de crédito; a questão da origem das pessoas que estão nos assentamentos, os assalariados da cana e pessoas que vieram da cidade que precisam recuperar sua bagagem cultural da agricultura.

Agora, acho que nós estamos numa fase muito preliminar, rompendo ainda com algumas experiências locais, não tendo muito claro ainda que conceito é esse. Afinal a agroecologia é usar umas técnicas diferenciadas? É nós conseguir ter um produto que vá pro mercado? Agora, quem vai consumir este produto? É a classe média que vai pagar por um nicho de mercado seletivo? Isso ainda é um mar de interpretações. Nós estamos nesta fase de fazer o debate mais político da agroecologia dentro do MST, assim como também de ter estratégias mais claras de como preconizar e dinamizar a agroecologia no MST. Agora, sabemos que não basta o MST querer fazer a agroecologia. Nós temos que também pensar nas condições objetivas. Então, não abrimos mão, logicamente, de políticas de reforma agrária. Hoje a política de assentamentos é uma política totalmente insustentável, é uma política que não tem nenhuma consistência estratégica de avançar com a agroecologia nos assentamentos. É uma compensação social pra aliviar o conflito social que, de modo geral, continua reproduzindo os assentamentos isolados, frágeis. (CORREIA *apud* LUZZI, 2007, p. 117).

Para responder ao "mar" de inquietações de Ciro Correia e tantos outros, temos que polinizar experiências exitosas, aliado à massificação do debate em torno dos malefícios do agronegócio para nos colocarmos em marcha visando construir e garantir políticas que contemplem nossa proposta. Cabe a compreensão de que mais que recursos materiais, dependemos de convicção para realizar a "ruptura" proposta por Machado Pinheiro (2015).

[...] se nós formos pensar de maneira racional e econômica, nós temos necessidade urgente de criar outro modelo substitutivo [...] um modelo que vai no contraponto dessa situação atualmente. (LUIZ ROBERTO, 2015).

Contrapor-se a esta situação, implica em nortear-se pelos princípios de cooperação agrícola do MST, aprimorados ao longo da sua trajetória, passando de

uma visão e prática de democratização dos meios de produção para produzir em escala de comércio, chegando ao debate político-ideológico das necessidades de criar soluções tecnológicas próprias dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (MONTEIRO *apud* LUZZI, 2007), por meio dos princípios agroecológicos do MST, descritos a seguir:

A Agroecologia é uma ciência que estuda uma série de princípios e metodologias para desenhar agrossistemas de produção ecológica abordando a pesquisa e os conhecimentos científicos e agronômicos aos conhecimentos históricos da humanidade, criando um sistema de produção que garante a diversidade genética para as gerações futuras centrando sua prática na construção da soberania alimentar de todos os povos e na construção de uma sociedade com os valores da cooperação, solidariedade e na socialização dos bens da natureza. (CHICÃO, 2015).

Essa mudança de orientação, na compreensão de Borges (2009), aproximou o Movimento da noção sustentabilidade, que seria alcançada através da agroecologia. As práticas alternativas e acrescentamos, decisivas por se constituírem em contraponto ao sistema convencional, adquiriram relevância e a agroecologia propicia uma reestruturação histórica para o Movimento.

5.6.6 Os subsistemas de trabalho

Os subsistemas de trabalho se integram de forma a constituir o agroecossistema do Grupo, alguns mais avançados com características fortes da agroecologia e da sustentabilidade ambiental. Os dados que apresentaremos fazem parte de uma sistematização realizada em 2015, com a participação do Grupo em uma experiência de cartografia social, realizada pela ANA nacional, sob a coordenação de Denyse Mello.

Fotografias 24, 25 e 26 — Estudo de caso

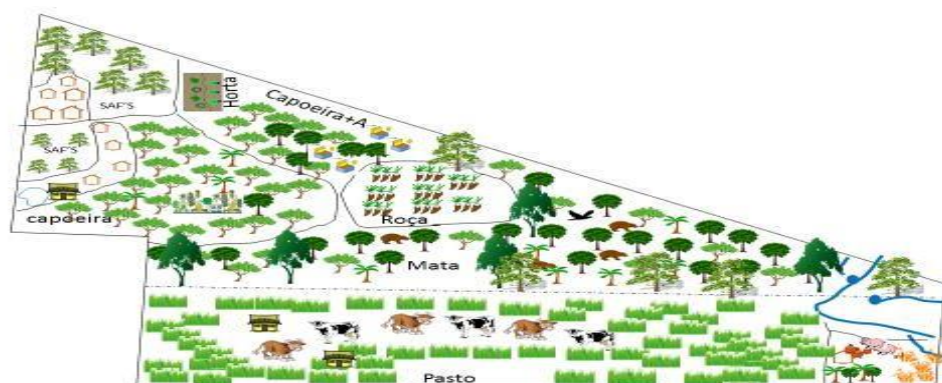


Créditos: MELLO (2015)

Para realização desta análise utilizou-se como referência, o Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistema (DRPA), proposta que vem sendo exercitada e aprimorada desde os anos de 1980 por organizações de contexto socioambientais, que priorizam os processos coletivos de inovações agroecológicas protagonizadas por famílias trabalhadoras na agricultura. Para estas análises econômicas, reconhecem-se as singularidades e as estratégias de gestão nos processos agrícolas dirigidos por famílias camponesas quando comparadas à gestão da lógica do agronegócio, destacando como aspecto central destas singularidades, relaciona-se a estreita relação mantida pela agricultura camponesa com a dinâmica ecológica. O princípio do método é dar visibilidade as relações econômicas, ecológicas, políticas e feministas ocultas ou descaracterizadas pela teoria econômica convencional (neoclássica). Nestes estudos os subsistemas são compreendidos como unidades básicas de gestão econômica-ecológica de um agroecossistema (ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA, 2015).

A área total do Grupo tem aproximadamente 125 hectares sendo que uma média de 60 hectares está composta de matas ciliares regeneradas. Atualmente, o agroecossistema encontra-se em estágio importante de transição agroecológica, com a diversificação da produção e com as mudanças das práticas de manejo dos recursos e da criação de animais como bovinos (nelore), suínos (caipira) e galinhas (caipira) (MELLO et al, 2015). O agroecossistema está constituído de 8 subsistemas, classificados como: Quintal, Pastagem, Capoeira, SAF 1, Roçado, SAF 2, Mata e Horta (MELLO et al, 2015), conforme o figura abaixo:

Figura 4 — Agroecossistema do Grupo 14 de Agosto



Fonte: MELLO et al (2015)

Consideramos que os quintais onde estão construídas as casa de moradias do

Grupo, consiste em um subsistema relevante tanto pela plantação diversificada, destacando abacaxi, laranja, coloral, açafrão, cana-de-açúcar, gengibre, banana, pupunha, açaí, acerola, entre outras frutíferas e espécies de flores e ervas medicinais, como pela criação de pequenos animais como galinhas, e em alguns casos patos, gansos, perus e abelhas. São produtos destinados para consumo, mas em alguns casos também se destinam à venda. Os insumos utilizados neste subsistema são recursos disponíveis no próprio local.

No quadro a seguir está apresentada a sistematização de cada subsistema, qual área ocupa dentro do agroecossistema, quais os produtos gerados por cada subsistema e quais os insumos usados por eles, além dos equipamentos existentes para cada subsistema da propriedade.

Quadro 1 — Descrição Geral dos Produtos Gerados e Insumos Usados nos Tipos de Subsistemas

TIPO DE AGROECOSSISTEMA	ÁREA AGRO ECOSISTEMA (ha)	PRODUTO(S)	INSUMO(S)	EQUIPAMENTO (S)
Quintal	3	Abacaxi, laranja, coloral e açafrão, cana.	Repelente e homeopatia	_____
Pastagem	29	Carne bovina, suína, galinha, ovos e arrendamento do e pasto.	Farelo de arroz e milho	_____
Capoeira	12	Mel	_____	_____
SAF's 1	6	Cupuaçu, limão, acerola, café, pupunha (fruto e palmito) e madeira.	_____	Despolpadeira, seladora e freezer
Roçado	2.5	Mandioca, banana, feijão e milho.	Semente de milho	_____
SAF's '2	1	Café, bandarra, cacau e banana.	_____	_____
Mata	89.5	Espécies, madeireira e babaçu.	Combustível	Motosserra
Horta	1	Alface, almeirão, couve, cebolinha, rúcula, quiabo, maxixe, vagem, pepino e inhame.	Sementes, compostagem, esterco e biofertilizantes.	_____

Fonte: MELLO *et al*, 2015

Segundo a análise, a responsividade do agroecossistema ou seja, a estabilidade, flexibilidade e a resiliência, é fruto do acúmulo que se refere ao desenvolvimento social, econômico e político no território. “A estabilidade, a flexibilidade e a resiliência são qualidades sistêmicas do agroecossistema relacionadas a essas capacidades de responder a diferentes tipos de mudança no

contexto” (MELLO *et al*, 2015, p. 29). Mostrou-se também um sistema resiliente pela acumulação de experiências e a capacidade de enfrentar os problemas não previstos e episódicos.

As respostas relacionadas à resiliência estão associadas a presença de mecanismos internos de compensação e ao consumo da base de recursos autocontrolada durante o período em que a perturbação se manifesta. Nesse caso, a estratégia de constituição de reservas estratégicas é essencial para que o agroecossistema permaneça funcionando durante a vigência da perturbação. A capacidade de permanecer ativo durante os períodos de perturbação é uma das qualidades constituintes da resiliência e denomina-se “resistência”. (MELLO *et al*, 2015, p. 29).

A dinâmica auto organizativa com a diversificação da produção, diversidade de rendas agrícolas e não agrícolas, estoques de recursos produtivos e a diversidade de mercados acessados, bem como a dinâmica da produção e cooperação coletiva, leva o agroecossistema a ter uma responsividade considerável, indicando que o mesmo tem estabelecido um nível de diversidade econômica, ecológica e social que lhe garante uma estabilidade e flexibilidade, aproveitando as oportunidades que surgem no desenvolvimento local, minimizando laços de dependência de agentes externos, reduzindo as ações mercantilistas, e esta dependência neste agroecossistema encontra-se em um momento avançado de autonomia e a relação de reciprocidade com outros grupos para trocas de semente e na organização e cooperação com a comunidade para venda dos produtos.

Pode-se dizer que essa dependência no agroecossistema encontra-se em avançado processo de mudança para autonomia, a partir da implementação de práticas agroecológicas, deslumbra-se assim, o aumento da reciprocidade dos subsistemas. Essas práticas que estão sendo estabelecidas, como por exemplo, uso de adubo orgânico oriundo do próprio lote, técnicas de cultivo alternativa sem uso de agrotóxico, e manejo alternativo de criação e plantio, além das atividades de recuperação e manutenção das matas ciliares e fonte de água, tendem a levar a redução cada vez maior da dependência. (MELLO *et al*, 2015, p. 20).

Considerou-se, ainda que alguns fatores não tenham alcançado índice máximo de responsividade, “[...] o coletivo vem realizando ações como treinamentos e práticas, visando à melhoria dos sistemas, elevando assim o padrão de produção [...]”. (MELLO *et al*, 2015, p. 20).

5.6.6.1 A roça e os desafios da produção camponesa

No subsistema “roça” temos que considerar uma série de problemas que

dificultam seu andamento, há também uma análise de fundo que envolve o ser “camponês”. Descreveremos aqui alguns autores que debatem o tema. As roças de milho, arroz e feijão são cultivadas com grande insistência, por parte de alguns membros do Grupo, mesmo que tenham pouca viabilidade, é uma forma encontrada de manter o campesinato que se distingue em uma primeira visão por requerer uma produção diversificada, eliminando o máximo possível o consumo externo. É a tentativa de aproveitar a terra e o desafio da produção para subsistência, resta-nos saber se realmente será necessário continuarmos com produção tradicional, ou se reverteremos estas forças humanas e naturais para o desenvolvimento apenas de produção condizente com a capacidade do solo da região e ainda assim, nos constituirmos como camponeses.

Encontramos uma série de empecilhos para o cultivo destas lavouras (arroz, milho, feijão), o principal refere-se à baixa fertilidade do solo, que é um dos mais frágeis do assentamento, além do efeito dos anos sob a pastagem, como já vimos no capítulo 5, (solos na Amazônia), estas terras só produzem estas lavouras nos três primeiros anos após a derrubada da floresta, passado este tempo necessita de repouso para se recompor. Outro fator que é necessário considerar, são os ataques constantes dos animais, principalmente macacos e pássaros à produção de milho e arroz em especial, devido à quantidade de pastagens existentes na região, eles não encontram alimentos em quantidade suficiente para sobreviverem. Ocorrem também ataques às lavouras frutíferas e por estes motivos e pela falta de incentivo agrícola as pessoas deixam de produzir estes alimentos básicos, recorrendo cada vez mais ao mercado, o que gera uma infinidade de problemas e alimenta a cadeia do agronegócio.

A partir dos estudos sobre o solo nesta região, pesquisadores apontam que seria necessária adubação constante (PILON, 2002; PRIMAVESI, 1990, 2009, 2008; SIOLI, 1985, 2006). Desta forma, este setor requer cuidados e não representa uma economia significativa, porque exigem um sobretrabalho do Grupo (CHAYANOV, 1974) e compramos quase 90% do feijão, do milho e do arroz que consumimos. Diante desse cenário e da necessidade de produzir sustentavelmente os produtos básicos, surge a necessidade do retorno à tradição camponesa de outras regiões do Brasil e que no estado de Rondônia a concepção de “tulhas cheias” não existia. O que não condiz com a nossa realidade, nem com a realidade da agricultura atual. Segundo Bernstein (2011) o desenvolvimento do capitalismo muda o caráter social da agricultura de pequena escala, tornando os camponeses em pequenos produtores de

mercadorias, que geram sua renda a partir da integração “às divisões mais amplas do trabalho e do mercado”, o que o autor chama de dinâmica central do capitalismo. Todavia, o camponês “[...] é um sujeito histórico perene que luta para ser ele mesmo. Enquanto os sistemas querem destruir o campesinato, ele reage para reproduzir-se com dignidade [...]”. (BERNSTEIN, 2011, p. 20).

Assim, não só pelos motivos apresentados sobre o Grupo, mas por todo um sistema de imposição do capital, nos vemos oprimidos enquanto classe, o que nos obriga a reinventar as formas de sobrevivência. Bernstein (2011) afirma ainda que, a formação de classes resulta na fragmentação dos trabalhadores do campo, que se dividem entre classes diferenciadas de lavradores capitalistas produzindo em pequena escala e pequenos produtores de mercadorias e mão de obra assalariada.

O camponês é um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletário. É um fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade [...] Não se trata da natural plasticidade de todos os grupos sociais, mas de um polimorfismo substantivo e estrutural. Porque o camponês, diferente de outras classes, tem um suporte múltiplo, diverso e obscuro. (VERGÉS, 2011, p. 67).

As práticas do capitalismo, todavia recondicionam as práticas camponesas, ao inserir na agricultura uma matriz tecnológica devastadora e excludente, ao impor uma lógica mercantilista com base no consumo desenfreado que desestabiliza as relações sociais, econômicas e ambientais. Os pacotes tecnológicos duros induziu-os aos hábitos de consumo familiar e os hábitos de trabalho são largamente influenciados pela ideologia dominante que afirma os valores da sociedade capitalista neoliberal, para garantir a média dos lucros das empresas capitalistas através da exploração do trabalho (CARVALHO, 2007; FERNANDES, 2014; HOCSMAN, 2014).

Para manter suas origens, o camponês necessita reinventar-se e não acomodar-se diante das mudanças repentinas das técnicas agrícolas e submeter-se à mudanças tecnológicas virtuosas, como os policultivos agroflorestais, a substituição de agroquímicos e maquinários por recursos naturais disponíveis, pelo trabalho familiar e, sobretudo, pela iniciativa e criatividade camponesa (HARVEY, 2014; VERGÉS, 2011). De acordo com Chayanov (1974), estas mudanças na visão dos camponeses ocorrem através de uma produção de autoconsumo, respeitando a convivência com os bens naturais.

A cultura agrícola se transforma “[...] e com ela o camponês de antontem fertilizava com esterco de vaca, ontem se engasgava com nitrogênios e fosfatos sintéticos e, hoje, se farta dos compostos e dos adubos verdes.” (VERGÉS, 2011, p.

76). Enquanto que, se o camponês que se acomoda fica para trás, não acompanha a roda tecnológica. Em alguns aspectos o sistema incute a ideia do “camponês como atrasado” (FERNANDES, 2014; SILVA, 2001), trata-se de um anacronismo, mas também de um preconceito manifestado nas festas populares e nos meios de comunicação de massa, onde está a figura deste camponês que não existiu, a não ser para o sistema que procura renegá-lo a todo custo (VERGÉS, 2011).

Desde a festa junina que o moleque tem que ir pra lá com o dente pintado [...] pra dizer que tá podre, que tem que arregaçar a calça até o joelho [...] furar a botina [...] chapéu de palha rasgado [...] camisa e calça é cheia de remendos [...] (ISABEL, 2015b).

A representação desse “camponês atrasado” é composta por elementos do passado que o relegam à condição de ultrapassado e miserável, podemos citar o fogão a lenha, presente nas canções “sertanejas”. Diante de tanta inovação tecnológica, há quem sinta orgulho por utilizar uma tecnologia de baixo custo que é utilizada por 25% da população de baixa renda no país. Por outro lado, esse equipamento é responsável por doenças respiratórias entre outras, principalmente em mulheres (SARAIVA; XENOFONTE, 2014; ENCICLÍCA..., 2015). Segundo Vergés (2011) a condição camponesa não tem que ser uma repetição do passado, pelo contrário, o campo é considerado o espaço social de maior plasticidade.

Não conformados com seu polimorfismo perverso, os camponeses são anacrônicos e utópicos, uma classe abandonada pela economia e pela história, condenada à morte em todos os tribunais da modernidade. As revoluções burguesas deveriam enterrá-lo juntamente com o feudalismo; o desenvolvimento capitalista tende a fragmentá-los em empresários agrícolas e proletários do campo e o socialismo procura combatê-lo por considerá-los como sementeira de uma desprezível burguesia rural. Tampouco os livros fazem bons presságios aos camponeses. As teorias sociais de maior prestígio tendem a remetê-los ao passado junto com velharias do antigo regime, expulsando-os para a periferia do sistema como sobras pré-capitalistas e referindo-se a diversidade de ofícios que ocupam e a decadente renda agrícola a fim de colocar em dúvida sua própria identidade. (VERGÉS, 2011, p. 68).

A mudança se torna necessária para continuar existindo, criar formas de resistência, recriar as possibilidades de estar no campo, seja qual for o método de permanência e produção, organizar essas formas de garantia de sobrevivência no campo, reafirmando os princípios, ações e identidades camponesas, “pois o modo de produção capitalista corrompe com o caráter de autonomia dos mesmos” (SILVA, 2001).

Se o camponês não pensar em resistir na terra não vai conseguir avançar, por exemplo, se a juventude estudar e sair da terra, vai virar outra coisa, não o camponês [...] (LEÔNICIO, 2015b).

As questões éticas também se transformam e as comunidades autóctones admitem novas tecnologias, exige-se recuperar a visibilidade perdida dos camponeses, reorientar pelas suas tradições e convicções fortalecidas na diversidade, mudanças e migrações (VERGÉS, 2011). E o camponês da atualidade resiste, contrapondo-se aos impérios alimentares criados pelo capital global (PLOEG, 2008).

[...] o camponês é um bicho muito teimoso [...] pode construir um contingente muito grande [...] Nós temos a arte de produzir alimento [...] Aquilo que o agronegócio produz não é alimento, é comida, é ração. (ISABEL, 2015b).

Tal situação mostra-se particularmente perigosa, tendo em vista que a comida é uma arma nas mãos do império. Os camponeses são indispensáveis, não tanto porque produzem alimentos baratos, mas pela diversidade social e natural que produzem e que tem valores voltados para o uso e não para a troca, além de funções de caráter societário, cultural e ambiental que não são contabilizados nas análises que leva a noção de custo e benefício (PLOEG, 2008; VERGÉS, 2011).

E junto com o processo de esvaziamento eles vão fazendo um monte de coisas [...] A transgenia [...] produzir [...] sem qualidade, e a nossa guerra vai ser que a gente precisa ficar no campo e mudar o padrão de produção desse país. Mudar a matriz produtiva [...] se a gente fica no campo é muito mais difícil pro capital se sustentar e nós sabemos que é fundamental [...] pro processo de transformação social, a permanência do campesinato no campo. E muita gente que tá na cidade hoje precisa voltar pra terra. Por que muita gente que tá na cidade são camponeses que foram expulsos da terra. (ISABEL, 2015b).

Para Carvalho (*apud* FABRINI, 2002), o campesinato deve ser entendido como uma contradição implícita do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe contradição e, conseqüentemente, a existência dos camponeses é um mal necessário aos olhos do capital, pois produz para o seu autoconsumo e o excedente é comercializado com a população local (CHAYANOV, 1974).

A nova agricultura baseada em paradigmas camponeses deverá desobedecer à regra do mercado, logo do lucro, a produção em larga escala do modo de produção capitalista não fará parte da produção comprometida com a equidade social e o ambiente. Considera-se, que nos tempos em que predominam grandes distúrbios ambientais expondo os limites do modelo atual de produção e consumo, tornam se necessária as virtudes de uma economia e de uma socialização comunitária capazes de manter e desenvolver uma relação mais harmoniosa com o ambiente (CARVALHO, 2007).

Se admitirmos que algumas práticas camponesas ancestrais como roçar, derrubar e queimar — deixam de ser sustentáveis por causa da pressão

demográfica sobre terras disponíveis. Não nos resta dúvida de que novos paradigmas ambientais — tanto pós **cinzas** que impulsionam novas tecnologias limpas, como os verdes, que convidam à não violação da capacidade de carga de ecossistemas — estão revalorizando práticas camponesas com o aproveitamento diversificado, o baixo ou nulo emprego de agrotóxicos e a escala produtiva modesta capaz de adequar-se com flexibilidade às diversas necessidades do meio ambiente. Desse modo, vemos que se está reivindicando o diverso e o mutante, mas também o obstinado e o consistente modelo camponês de produção. (VERGÉS, 2011, p. 92, grifo do autor).

Repensando as formas de sobrevivência no campo, Carvalho (2007) considera que aspectos como a motomecanização leve e novas formas de gestão nas unidades de produção e a incorporação em escala gradual de tecnologias com base nos princípios da agroecologia poderiam facilitar a redução da “penosidade” do trabalho, o aumento relativo da produção e o da produtividade do trabalho e do solo, consequentemente a obtenção de uma melhor qualidade de vida. Carvalho Não advoga nem a subordinação dos camponeses ao capital, nem a reificação da vida bucólica camponesa baseada na pobreza, considera que, se a produção camponesa se mantém em escala irrisória e se fica limitada exclusivamente à produção para o autoconsumo, aumenta a tendência à ampliação do êxodo rural, tanto pela crescente pobreza como pela tendência de subordinação às formas de integração ao agronegócio.

A economia moral do camponês nem sempre é “competitiva”, mas sua eficiência social e ambiental é potencialmente muito superior à do empresário. As empresas associativas, capazes de administrar um capital ao mesmo tempo em que assumem as necessidades coletivas, transcendem com esforço a estreita lógica gerencial. Na medida em que se emancipa, o pequeno rural liberto e criativo não é uma nostalgia, mas paradigma de uma nova ordem social com uma cara humana. O camponês não é relíquia, mas projeto. (VERGÉS, 2011, p. 80).

Com base nestas reflexões compreendemos as possibilidades de se reinventar as formas de vida no campo, que venham trazer as condições de permanência com dignidade, sustentabilidade econômica e ambiental, e assim enquanto camponeses ressurgimos do caos deixado pela “revolução verde” e desenhemos um novo espaço no campo, ao revermos nossa condição de existência, encontramos os novos paradigmas de agricultura e de vida.

5.6.6.2 A implantação do sistema de pastoreio Racional Voisin

Desenvolver técnicas alternativas para a criação de animais constitui-se

também em objetivos do Grupo, haja vista que, os mesmos além de fonte de alimentos, adubos e renda — nos momentos de precisão vende-se bois, vacas e os porcos, ficando apenas com “semente” para reproduzir. Há pessoas do Grupo que se dedicam a pesquisar também sobre homeopatia animal e a produção de minerais a partir de componentes naturais encontrados no campo, como a farinha de babaçu, além de farinha de osso e alho, entre outros produtos que compõem a preparação do composto. Estas práticas são mais eficazes na prevenção e cura das doenças e na nutrição dos animais, o resultado está na carne e leite saudáveis e na economia, já que raramente recorremos à compra destes produtos. São 29 hectares para esta atividade.

Junto com o curso de homeopatia a gente aprende a fazer outros tipos de óleos, que o óleo também, é proveitoso na alimentação da criação como a copaíba, o óleo de mamona, nós ainda não conseguimos, mais tem o óleo de gergelim, de babaçu, o de babaçu se usa na cozinha.... E para curar, cura úlcera.

[...] Nós usamos aqui só as vacinas necessárias no gado, aquelas que era obrigatória no IDAROM [...] Então com o Sebastião Pinheiro foi aprendido fazer o pó de osso, que também usava no mineral, usava pro gado e até pros porcos e também usado na horta, então são matérias que perde aqui no campo e que tem uma grande utilidade pra gente se a gente souber aproveitar, aí dispondo um pouco mais de tempo, mais o resultado é melhor [...] e muito mais econômico. [...] Os nossos porcos, nós não compra produto dá agropecuária pra dá pra eles, mais tem os vidrinhos de homeopatia [...] (MARINÊS, 2015).

Com a chegada dos programas de créditos para produção, o desafio agora é criar o gado em sistema de Pastoreio Racional Voisin (PRV) que é uma tecnologia acessível aos trabalhadores na qual os insumos necessários estão disponíveis na natureza, energia solar e produtos da biocenose do solo (BERTON; RICHTER; 2011; LENZI, 2012; MACHADO, 2013, VOISIN, 1981).

Mas enfrentamos problemas no momento em que vamos acessar os créditos para esses fins, pois os órgãos responsáveis por coordenar sua execução tendem a nivelar os procedimentos de acordo com as suas orientações e não a partir das experiências existentes, como é o caso da teoria de sistema Voisin, uma realidade comprovada há mais de 40 anos no Brasil. Os técnicos responsáveis em Rondônia, ao ignorarem os conhecimentos teóricos sobre essa prática, obrigam os produtores (com risco de não liberarem o crédito) a implantarem de forma equivocada o sistema, sendo assim, enquanto a teoria defende a tese do mínimo de 40 piquetes para divisão do pasto, os técnicos seguem a regra de 12. O ponto ideal segundo os teóricos são 60 piquetes, seja qual for o tamanho da propriedade. A defesa dos teóricos, (sendo

que o mentor é André Voisin) se consubstancia na tese de que qualquer divisão de campo resulta no aumento da produção. Outro aspecto que os técnicos responsáveis por implantar os subsídios em Rondônia observam é a disposição da construção das cercas, para o sistema Voisin é necessário apenas um fio de arame, enquanto os técnicos das agências financiadoras exigem três, o que encarece o sistema que em sua origem é de baixíssimo custo.

Outro fator que deve ser levado em consideração é que as agências mantenedoras não executam os projetos até a sua finalização, por exemplo: a instalação de água é um elemento primordial para produtores, pois os reservatórios de água para o gado deveriam estar dentro dos piquetes. A justificativa utilizada pelas agências de fomento é a falta de recursos financeiros para executar essa ação. Seria proposital? Talvez um empecilho para travar o sucesso do resultado de uma tecnologia que produz “[...] “insumos limpos e sem custos” contrariando a ordem estabelecida pelo capital? Com a produção à base de pasto, cujo principal insumo tem custo zero — a energia solar — os custos são mínimos [...]” (MACHADO, 2013, p. 48).

Entre as vantagens do PRV, destacamos o respeito ao bem-estar animal, segundo Machado (2013) há uma forte pressão da sociedade contra os métodos criatórios de animais, e as exigências destes consumidores forçam a uma mudança de métodos, para além dos efeitos de ordem moral, o tratamento respeitoso aos animais também passa a ser exigido para a produção de leite e carnes saudáveis.

[...] níveis de eficiência produtiva, o que significa melhor economicidade”. Outro fator é a importância para agricultura sustentável, a agroecologia, que dependem dos insumos naturais, o PRV contribui para maximização da captação destes insumos [...] o bovino possui uma alta capacidade de fixação energética, o que é de grande importância para a própria sustentação da vida na terra [...] (MACHADO, 2013, p. 63-64).

O Grupo já havia realizado outras experiências de criação de gado, e em 2015 retomou a iniciativa (que vinha em debate) de iniciarmos esta experiência, o que temos em desenvolvimento até agora é um sistema rotativo de pastagem, uma experiência de apenas sete meses, mas que já apresenta rendimento no aumento da quantidade de leite, no comportamento diferenciado do gado, mostrando-se mais dócil, melhoras visíveis na fertilidade do solo que se apresenta menos compactado e mais adubado. Mesmo com problemas de acesso à água, Luan, João e Leomi, responsáveis pelo setor de animais no Grupo, afirmam que o próximo passo (já sem os impasses da burocracia dos créditos) será realizar o sistema Voisin na íntegra. A questão é a rentabilidade dos investimentos, o controle do manejo e a maximização

de seus resultados (BERTON; RICHTER; 2011; MACHADO, 2014; VOISIN,1981).

5.6.6.3 A horta

A horta coletiva é considerada o subsistema mais relevante, pois é o espaço em que podemos colocar em prática os conhecimentos agroecológicos. A área produtiva equivale a um hectare, onde é produzido alface lisa e crespa, couve, almeirão, cebolinha, rúcula, pepino, quiabo, maxixe, inhame e vagem, entre outros. A produção é destinada para o autoconsumo e o excedente é comercializado entre a vizinhança, as feiras no município de Jarú e a entrega de cestas direta aos consumidores em Ariquemes.

Fotografia 27 — Trabalho Na horta



Créditos: Equipe Bodoque Cine Vídeo (2015)

Fotografias 28, 29 e 30 — Trabalho na horta



Créditos: Anne Gabriela (2015)

As sementes das hortaliças são adquiridas no mercado local, houve uma tentativa de comprar as sementes BIONATUR, mas a distância e o clima inviabilizaram a conservação destas sementes crioulas, algumas espécies são produzidas e conservadas no Grupo. Os biofertilizantes, adubos e compostagens são produzidos com insumos da propriedade.

Fotografia 31 — Armazenamento de sementes crioulas



Créditos: Francisco de Assis — Rede Agroecológica Terra Sem Males (2015)

A horta é uma das atividades iniciais do Grupo e é uma das mais consideradas, principalmente pela variedade de alimentos para o consumo interno, por se constituir no “carro chefe” das feiras, por ser uma atividade que permite adolescentes, jovens e mulheres estarem à sua frente e por ser o agroecossistema mais atrativo aos visitantes, estudantes, educadores e pesquisadores.

Partindo do princípio de que a baixa fertilidade seja um dos nossos maiores problemas, temos realizado estudos para recuperar o solo naturalmente. Um dos marcos desse processo foi o curso de cromatografias ministrado por Sebastião Pinheiro em 2013 no assentamento 14 de Agosto. Durante o curso foi possível visualizar que os conhecimentos desta ciência são acessíveis às famílias camponesas. Por ser uma análise de baixo custo e completa, se compararmos com a

análise convencional, que identifica os níveis de ácidos no solo, enquanto na cromatografia é possível analisar muitos outros elementos com facilidade.

Fotografia 32 — Amostragem das cromatografias



Créditos: Bodoque Cine Vídeo (2015)

A cromatografia permite uma análise minuciosa do solo, verificando a quantidade de matéria orgânica, inclusive possibilita analisar índices de veneno e se houve a presença do fogo (DANIEL, 2015).

E uma análise popular, e por isso que ainda não foi divulgada, porque não interessa ao Estado, aos laboratórios, que isso seja divulgado, mas é uma análise muito interessante. (LUCIOMAR, 2015).

Normalmente você teria que coletar e mandar para o laboratório para fazer a análise [...] e nesse caso não, a gente faz em regime de coletividade e todo mundo pode ajudar a fazer, e é interessante. (DANIEL, 2015).

Daniel tem 16 anos, participou do curso quando tinha 12 e é o maior exemplo de como as tecnologias podem ser apropriadas por todos, independentemente da idade, ou nível de escolaridade.

Essa é a terra [...] onde estávamos plantando uma plantação de cana, aí foi e coletou uma amostra de terra, fez a cromatografia, a zona externa, zona intermediária e a zona interna. A zona interna, essa mais branca aqui mostra a vida microbiana do solo, essa zona intermediária ela mostra a contaminação do solo, se tá contaminado ou não, essa zona externa aqui mostra a proteína do solo, que são os compostos que tem no solo. Aqui pode ver que a vida microbiana do solo tá meio fraca e ele não tá muito contaminado mais também não tá bom, tem pouca matéria orgânica só, aqui e a cromatografia esse é o papel que a gente usa pra fazer, olha, aqui nós fizemos da terra do cupim, mas não daquela casa, terra dos cupins de chão, olha o jeito que já ficou aqui, bem mais diferente olha, não tem vida aqui o solo, não tem proteína é uma terra super compactada, quase não tem atividade microbiana nela, essa aqui é terra de perto do galinheiro, tem vida microbiana nela mas essa terra está intoxicada e não tem compostagem nenhuma nela, não tem proteína, essa daqui é uma terra da casa de formiga, tem bastante atividade microbiana, não tem contaminação, mas porém ela não tem proteína, a terra aqui não tem a zona externa que é da proteína, [...] essa daqui é de cupim, pode ver que tem muita proteína, tem atividade microbiana e não é muito

contaminada a terra, dá pra ver que parece um raio de sol [...] Essa são as cromatografias que fizemos sem a presença do Sebastião Pinheiro. (DANIEL, 2015).

Para desenvolver a agroecológica torna-se imprescindível a produção da compostagem, fertilizantes e repelentes, para manter a estrutura microbiana do solo (PRIMAVESI, 2008; PINHEIRO, 2015).

Com a redução dos teores de matéria orgânica do solo, a maior parte da vida microbiana não sobrevive, pois fica sem alimento. Sem a ação da matéria orgânica e dos microrganismos, o solo desagrega compacta e endurece. Assim, sua capacidade de produção fica cada vez mais dependente do pacote químico da agricultura convencional. (PRIMAVESI, 2008, p. 10).

Na agroecologia procura-se evitar o uso de insumos externos à propriedade, por isso torna-se necessário conhecer suas origens, tendo em vista que as fazendas fornecedoras desses insumos não seguem princípios agroecológicos, logo o esterco, por exemplo, pode estar contaminado. O ideal seria a utilização de estercos do curral, palhas de café, arroz, bananeiras produzidos na propriedade (PRIMAVESI, 2008) Mas o principal desafio é realmente produzir este material em quantidade suficiente para suprir as necessidades do solo.

Fotografias — 33 e 34 Horta



Créditos: Francisco de Assis da Rede Agroecológica Terra Sem Males (2015)

Como estamos vivenciando um período de transição recorreremos à plasticultura para a proteção contra as chuvas. A utilização desse material encarecem os custos na construção das estufas. Somente a barraca de sementes é coberta por palhas de babaçu.

[...] nós precisamos construir um barracão, não precisa ser tão grande, mas um barracão que coubessem pelos menos umas oito dessas compostagem, e outro problema que é a maior dificuldade da compostagem é o processo de reviramento [da mesma], quanto mais você revira ela num período mais curto, mais você vai ter o processo de decomposição mais rápido, porque vai estar misturando todos os microrganismo que tá ali pra diminuir o processo de decomposição, e outra coisa é que um processo de compostagem precisa ter o equilíbrio entre gramínea e leguminosa e uma fonte de microrganismos, no caso o esterco animal [...] é a principal fonte de microrganismos que a gente usa [...] (LUCIOMAR, 2015a).

O processo de produção de compostagem exige muito trabalho, principalmente durante o reviramento das pilhas de compostagem. Essa atividade é realizada pelos homens, as mulheres participam somente na produção inicial da compostagem, ou seja, na coleta das palhas, esterco e nos momentos de regar.

5.6.6.4 O sistema agroflorestal

As discussões sobre os sistemas agroflorestais se deram bem antes da constituição do Grupo, foram realizadas com todos os assentados e assentadas da agrovila, que ao final ganhou o nome de "Nova Floresta". Ao refazermos a linha do tempo sobre nossa história vasculhamos o nosso baú de memória, nos lembramos dos anos 1994/95 quando iniciou o processo de reflorestamento do 14 de Agosto, neste período fomos influenciados pela experiência da APA, Não sabíamos da existência deste sistema nem como funcionava, então a APA serviu-nos de “guia”, não tínhamos a noção prática de como realizar, mas entendíamos que precisamos plantar as árvores. O desejo e a necessidade eram de recuperar a área degradada.

[...] e fomos plantando do jeito que vinha na cabeça a gente nem sabia que esse nome SAF's existia, a gente falava de agrofloresta, mas não sabia como funcionava isso, e nós partimos [...] da prática pra teoria [...] o que é uma agrofloresta? O que é um sistema agroflorestal? O que é agroecologia? Enfim, como recupera uma mata auxiliar? Então começamos na prática e depois fomos buscar na teoria como funciona isso, e nós temos certeza disso, não desliga uma coisa da outra, a teoria sem a prática não vai muito longe, e a prática sem a teoria também tem seus entraves [...] (LUCIOMAR, 2015a).

A floresta dentro da agrovila foi uma discussão que foi feita também antes, porque fica uma área mais rica em frutos, em madeiras, um lugar mais legal, nesse sentido. Facilita mais o embelezamento, o jardim, ajudar a zelar os carreador [...] é uma discussão do Movimento que faz que sempre foi feita [...] a do embelezamento. Isso é uma discussão política, são valores que se agregam. Quando você vê uma casa bem zelada você sente que o ambiente é diferente. Você vê ali as árvores que você plantou que sua esposa plantou que, seu amigo plantou, vai te dando forças pra viver né? É uma coisa importante. (PRATES, 2015).

Atualmente são 6 hectares e encontram-se dois tipos de SAF's: o primeiro

contém uma diversidade de espécies frutíferas, nas quais destacam-se: limão (Taiti, rosa e galego), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) banana (nanica, prata, três pencas e a maçã), acerola, café conilon, pupunha (*Bactris gasipaes*), (fruto e palmito) e madeira. O segundo está voltado para o plantio de café, bandarra (Paricá), cacau e banana, que são produzidos para o consumo do Grupo e alguns para a venda na comunidade próxima e mercado.

Neste processo de construção do sistema agroflorestal houve momentos de maior produtividade, hoje podemos contar com certa diversidade do sistema. Logo no início não tínhamos orientação técnica, o plantio foi aleatório, pois sentíamos a necessidade de plantar, fomos constituindo o sistema. Na época as espécies eram de mogno (*Swietenia macrophylla*), cerejeiras (*Eugenia involucrate*), garapeiras (*Apuleia leiocarpa*), embireiras (*Couratari guianensis*), fomos acrescentado o cupuaçu, a acerola, a pupunha, açaí, limão, café. Luciomar nos explica sobre a importância do SAFs para a recomposição do agroecossistema.

[...] você pode construir também um SAF's, que tá plantando coisa da região, como a castanheira [...] no dia de amanhã, o cupuaçu, a pupunha vai sendo exterminada, aí eu vou ter a castanheira [...] o óleo de copaíba [...] a andiroba, extrair o óleo das semente todo ano [...] a seringueira, extrair o látex, para a produção de borracha. Enfim, eu acho que esse seria o consórcio mais adequado para reflorestar a Amazônia. E se todo mundo voltasse pra esse sistema com certeza num período de cinquenta anos, Rondônia teria um SAFs, bem sustentável [...] várias outras plantas, usadas na medicina brasileira, na medicina do mundo. (LUCIOMAR, 2015).

Fotografias 35 e 36 — Sistema Agroflorestal, madeira, bananas, açaí e produção de mel.



Créditos: Equipe Bodoque Cine Vídeo (2015)

Na atualidade sentimos a necessidade de refazer os plantios, uma vez que os ciclos de algumas das plantas já estão em fase final, os cupuaçuzeiros, por exemplo, estão parando de produzir, pupunhas e açaís também estão chegando ao seu limite de produção. A grande parte das árvores plantadas neste sistema já foram regeneradas, com isso há pouca luz solar, este efeito provoca doenças como a broca e a vassoura de bruxa (*Crinipellis pernicioso*), comuns nos cupuaçuzeiros e

cacaueiros. Percebemos a necessidade de inserir outras variedades, aproveitando o conhecimento que adquirimos ao longo do tempo, sobre como realizar o manejo das espécies, neste caso há uma orientação para fazer um sistema mais sustentável para a região e mais diversificado.

Os conhecimentos sobre este sistema tem sua base na teoria de Ana Maria Primavesi, considerada a “mãe” da agroecologia no Brasil, ela orienta para esta região os sistemas agrosilvopastoris das plantas típicas da floresta tropical conciliado com a agricultura de subsistência coroada como agroecologia.

[...] ela tem muitos relatos sobre a Amazônia, e ela faz a relação de qual a agroecologia seria mais viável para a região amazônica. [...] trabalhar a produção da floresta, a extração de óleo, de sementes, ela faz essa relação e ao mesmo tempo você tá produzindo as frutas, o cupuaçu, a pupunha, o açaí [...] isso seria o mais viável para a solo amazônico, então você conciliar essa agricultura de subsistência, e nesse sentido a agroecologia é o pano de fundo dessa agricultura, que a gente fala agricultura de subsistência [...] (LUCIOMAR, 2015a).

[...] Porque é um bem que não tem quase explicação. Porque a agrofloresta supri tudo o que você precisa, pois tem muita variedade. Ela preserva todo um sistema de vida [...] (PRATES, 2015).

Entre as vantagens da agrofloresta podemos destacar os alimentos encontrados para pessoas e para animais, a produção de lenha, utilizada como uma fonte de energia e os benefícios ambientais, como proteção do solo, biodiversidade, preservação de nascentes, além do baixo custo da mão de obra neste subsistema (CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR, 2014).

Fotografias 37 e 38 — Residências construídas na agrovila



Créditos: Equipe Bodoque Cine Vídeo (2015)

Todos que adotaram este sistema, independentemente de estarem ou não no Grupo, compreendem a grandeza proporcionada nos diversos benefícios: produtivos, sustentáveis, econômicos, além de dar um aspecto ao assentamento, expressado por muitos de uma espécie de “paraíso”, as plantas dão ao espaço, um “ar” agradável, de harmonia e beleza proporcionando um lugar bom para viver.

O cuidado dos ecossistemas requer uma perspectiva que se estenda para além do imediato, porque, quando se busca apenas um ganho econômico rápido e fácil, já ninguém se importa realmente com a sua preservação. Mas o custo dos danos provocados pela negligência egoísta é muitíssimo maior do que o benefício que possa obter. (ENCÍCLICA..., 2015, p. 28).

5.6.6.5 O processo de regeneração das matas ciliares

Regenerar a floresta tornou-se imprescindível para desenvolvermos nossa experiência na cooperação agrícola e na manutenção da biodiversidade. Nesse sentido, foram realizadas ações para a conservação do solo e das nascentes, fatores relevantes para o desenvolvimento da agricultura de base agroecológica. A área da floresta compreende 89,5 hectares com uma alta concentração de babaçu, além de espécies frutíferas e madeireiras, cuja manutenção é fundamental para a conservação de duas nascentes que cortam a reserva (MELLO *et al*, 2015).

[No] “Coletivo 14 de Agosto” [...] Já conseguiram garantir o reflorestamento de boa parte da mata que havia antes do desmatamento da fazenda. Como vimos, a posse coletiva da terra possibilitou a concretização desse cuidado com o meio ambiente, pois a extensão das terras permitiu um melhor aproveitamento das áreas para agricultura sem precisarem desmatar (NÓBREGA, 2013, p. 192).

No processo de divisão da terra do assentamento 14 de Agosto, o Grupo ficou com a área mais degradada, que era composta basicamente de capim. Para nós restavam duas alternativas: recuperar a área ou aproveitar a pastagem para a criação de gado. Como a nossa proposta era plantar segundo os princípios agroecológicos optamos por regenerar a floresta e recuperar o solo.

[...] ao contrário o que nós queremos é acabar [...] o que não é fácil, porque o capim é muito agressivo e muito resistente, estamos arrancando aos poucos e plantando árvores e coisas para comer e depois deixar formar floresta. [...] Prezar pela preservação porque esta terra era completamente destruída, toda a madeira de lei havia sido tirada. Então a gente fez um trabalho de reflorestamento e recuperação de madeiras de lei aqui dentro. (ISABEL, 2015b).

[...] Então... aqui não tinha árvore. Foi tudo construído. E até hoje a gente tem braquiária do tempo que era fazenda, que a gente não conseguiu acabar. Mas eu lembro que era tudo baixo, não tinha árvore, não tinha planta e a gente foi construindo tudo [...] o fazendeiro derrubou [...] Destruíu tudo, a represa, lago, matas... e era assim... terra acabada, seca... e que ao longo do tempo a gente

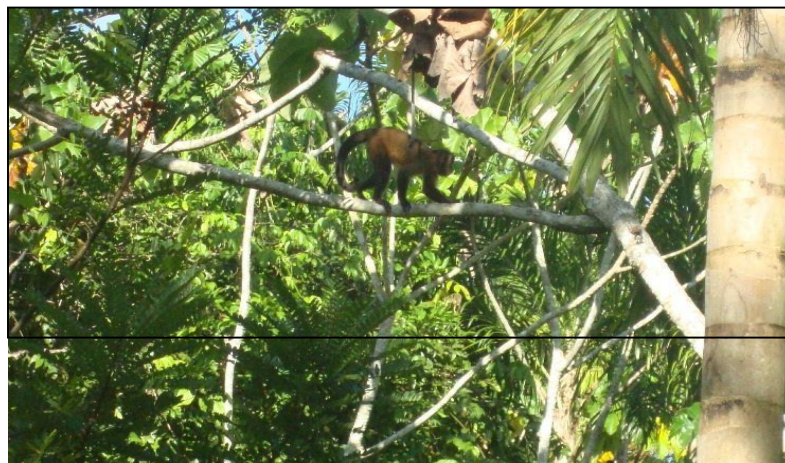
foi tentando enriquecer a terra pra produzir [...] no estado de Rondônia acho que esse é o [assentamento] mais reflorestado. (ANNE GABRIELA, 2015).

[...] É possível [...] trabalhar esse trecho de terra e deixar essas matas todas por aí e aqui tirar nossa subsistência. (JOSÉ, 2015b).

Este sistema da regeneração das florestas é fundamental ao bioma amazônico. Segundo Primavesi (1990), é possível reflorestar muitas áreas que farão também a barreira contra o vento, as culturas produzem o dobro ou até cinco vezes mais sem a presença do mesmo. Para a reconstituição da floresta, destacamos a importância dos pássaros, morcegos, abelhas e outros animais ao disseminarem as sementes pela floresta. Nesse processo o clima é mais equilibrado e mais ameno, não há temperaturas extremas e a umidade do ar sobe. Destacamos ainda, que a floresta é uma barreira fundamental contra os agrotóxicos, que se torna uma das leis máximas para a condução de um processo agroecológico.

Com o processo de regeneração das nossas áreas uma infinidade de pássaros e outros animais vêm em busca de refúgio, água e comida, o que em determinados momentos se torna um problema pelo ataque às lavouras, mas em outros cumprem esse papel fundamental de polinização das espécies e recuperação do solo. Outro fator que merece destaque pode ser observado no poder de algumas espécies arbóreas captarem água e cumprirem um papel de reservatórios, expressando a sabedoria da natureza em conservar-se, por exemplo o buriti (*mauritia flexuosa*) que tem em sua estrutura biológica, raízes que são como uma esponja e absorvem grande quantidade de água.

Fotografia 37 — Animais silvestres na região



Créditos: Idania Maria de Araújo Costa (2012)

Fotografias 38 e 39— Proteção de nascentes



Créditos: Maria Estélia de Araújo, 2013; Equipe Bodoque Cine Vídeos

Nossa floresta foi enriquecida com frutos da região, o que não interferiu no processo de regeneração, quando utilizados frutos nativos como o cupuaçu, o cacau, o açaí, a castanha - do - Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K) ao contrário das plantas exóticas como a teca (*Tectona grandis*) e o eucalipto (*Eucalyptus Saligna* Sm), que são espécies invasoras que não permitem a biodiversidade formando um verdadeiro deserto.

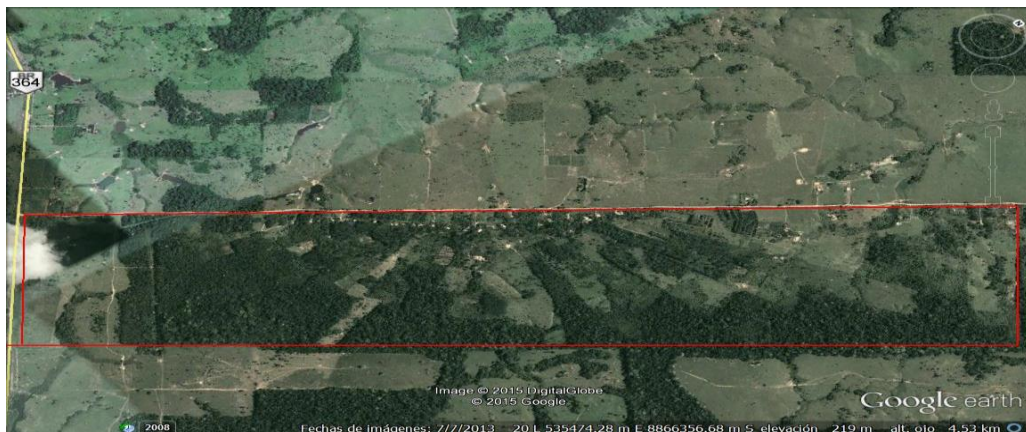
[...] e a gente tenta manter do jeito que a natureza construiu, e aqui já começa [...] um ciclo da mata mesmo. Na mata você tem as árvores primárias, as secundárias e as terciárias. As árvores [...] tipo a imbaúba, a candiúba, elas vão durar um tempo menor, mas que é essencial ao longo da formação da floresta [...] são rápidas para crescer, então ela tem uma capacidade de cobrir o solo imediato [...] aí vamos ter as intermediárias que também vai viver mais tempo, mas que vão sobrepor à imbaúba, a candiúba [...] e vamos ter as árvores mais frondosas que vão sobrepor a segunda categoria, que são as castanheiras, as umbureiras, as garapeiras, enfim, vão sobrepor essas outras espécies no futuro, formando uma mata, e aqui já começa a fazer esse processo. Aqui não temos mais o problema de erosão, não tem mais água caindo dentro da represa. (LUCIOMAR, 2015a).

O fato de termos ficado com a área de pastagem nos trouxe inicialmente um descontentamento, o sonho era uma terra com floresta virgem. No entanto, hoje podemos analisar o quanto nos foi favorável podermos vivenciar esse processo de recuperação, um laboratório de análise do processo de regeneração da floresta amazônica. Este processo, não contrário ao que poderíamos esperar da natureza foi rápido e gratificante, foi necessário um pouco de paciência para acompanhar e em alguns momentos intervir de forma à contribuir com o processo. Regenerar a floresta significa não interferir, mas trabalhar como apoio, proteger da entrada do fogo e ir enriquecendo com outras espécies, com esses passos a natureza se regenera gentilmente indiferente à estupidez do lucro presente em corporações capitalistas.

Quando entramos aqui, a foto de satélite da época, mostrava que setenta por cento (70%) da área estava desmatado. Hoje as últimas fotos de satélite, mostram a área já com quase oitenta por cento (80%) em floresta, [...] Então nossa área está bem mais verde, do que quando chegamos. Isso nos orgulha muito, bem mais verde e produzindo em cima dela [...] (LUCIOMAR, 2015a).

No mapa abaixo podemos observar que a maior área verde está no Grupo, a degradação das propriedades vizinhas que não fazem parte do mesmo é visível, mas se mantém ainda boa parte das florestas. Vale ressaltar que este agroecossistema da agrovila se manteve inalterado até o ano de 2013, a partir daí com as liberações dos financiamentos para a agricultura, a paisagem muda completamente devido às imposições das agências financiadoras, exigindo a criação de bovinos, temos inclusive, assentados que se negaram a pegarem o crédito por falta de opção para desenvolverem as atividades agroecológicas por exemplo. E por fim, temos a área ao lado, são as propriedades que não fazem parte do assentamento e que se encontram cobertas por pastagem.

Mapa 5 — reflorestamento do Grupo em comparação ao assentados individuais e vizinhos que não fazem parte do assentamento.



Fonte: Arquivo pessoal do Luiz Roberto (2015)

As matas regeneradas apresentam as condições para desenvolvermos o processo agroecológico com mais eficácia. A coletividade é outro elemento fundamental, pois permite uma quantidade maior de áreas de reservas constituindo uma fonte de recursos naturais, protegendo contra os agrotóxicos e contra os elementos climáticos que prejudicam o solo, destacando as chuvas fortes, o vento e o sol. Um retorno relevante para a natureza.

Que a vida exuberante e colorida da Amazônia continue; que os povos com suas próprias culturas em harmonia com esta floresta também continuem a viver; 'pois a meta do mundo não é a abundância mais geral possível, mas sim

a riqueza de diversidade nos destinos'. E que não se aproxime o derradeiro pôr- do -sol, depois de resplandecente dia, atrás das infindáveis matas e de seus amplos rios! (SIOLI, 1995, p. 67- 68).

5.7 A influência dos conhecimentos tradicionais no desenvolvimento da agroecologia

Os conhecimentos tradicionais vêm contribuindo para o desenvolvimento da agroecologia, principalmente os elementos com base na astronomia. Esta prática milenar vem sendo reapropriada pelo Grupo, inclusive os jovens têm apresentado curiosidade e interesse. Hoje já existem estudos sobre o poder dos astros sobre a terra e as plantas, como a agricultura biodinâmica, cuja prática com a terra está diretamente relacionada com o cosmo, que influencia o manejo das plantas e determina dias para o fortalecimento de raízes, folhas, flores e frutos (VOLKMANN, 2011).

As informações mais acessíveis sobre este conhecimento são através de nossos avós e bisavós que tinham como hábito trabalhar suas lavouras sob a influência das fases da lua. No Grupo , a experiência que se observa com frequência é que todo um sistema se altera propiciando um melhor resultado que vai desde o plantio até a colheita.

[...] tem uma fase que e mais propícia para plantas de raiz, como a mandioca, cenoura, batata, inhame, etc. [...] normalmente pega da passagem da força da cheia pra minguante. Mas tem outra fase de lua que predomina mais sobre a produção de grãos como o milho, o arroz, o feijão, etc. fase que predomina mais sobre a produção de folhas [...] as verduras. Tem a fase que é mais ligada às frutas. [...] no calendário dá pra ir entendendo um pouco, e a gente tenta seguir isso na hora do plantio. (LUCIOMAR, 2015a).

O calendário agrícola com base no sistema lunar tem se caracterizado como uma ferramenta fundamental no processo de consolidação da agroecologia. Isto nos diferencia da produção agrícola convencional (FABRINI, 2008; SOUZA, 2011) que, impulsionada pelo princípio da racionalidade cartesiana, não concebe a natureza como um elemento integrador entre corpo-mente-espírito, a sua lógica dissocia esses elementos para focar no lucro a qualquer preço. Por isso, devastar uma área, destruir uma nascente de rio faz parte do processo de produção convencional. E o respeito aos povos camponeses, indígenas quilombolas, ribeirinhos e às tradições não são considerados pela matriz convencional de produção agrícola, encarecendo a produção com os métodos artificiais. No entanto nos processos agroecológicos há um fortalecimento dessas práticas, e organizações de camponeses com viés

agroecológico tem propiciado a chegada dos calendários agrícolas que contribuem na indicação das datas de plantio mais apropriados para os vegetais.

Fotografia 40 — Calendário Agrícola



Créditos: Equipe Bodoque Cine Vídeo (2015).

Além dos adultos, as crianças e os jovens também estão se apropriando desse saber tradicional e aprendendo a trabalhar observando o calendário. Essas crianças e jovens serão futuros agentes multiplicadores desse saber.

A gente tem muita crença nos conhecimentos empíricos, e sobre a interferência dos astros a gente acha sim, que tem a ver. Então a gente sempre olha pra plantar, sempre vai lá ao calendário, hoje é folhas, a gente segue, procura seguir. E não sei por que, mas funciona. Até matar um porco, a gente mata na lua cheia que dá mais banha. Mas tem gente que pode falar com mais propriedade. (ANNE GABRIELA, 2015).

Por meio destes saberes queremos manter um equilíbrio entre a complexidade que envolve o sistema ambiental, desvendar o mistério cósmico e sua influência sobre a natureza. A interligação entre essas dimensões segundo Gutiérrez (2000), exige mudanças profundas na forma como interferirmos no ecossistema planetário e nosso desafio é reinventar formas de ser e estar no mundo, é romper com a concepção convencional das relações entre as pessoas e a natureza. Diante desta nova concepção surge a necessidade “de [...] resgatar [a] perspectiva ancestral, que capta o caráter do mistério do universo e da vida” (CARTA DA TERRA, 2010, p.31). Portanto, o que almejamos enquanto sujeito social é a harmonia entre pessoas, natureza e sociedade para retirarmos da terra o alimento saudável e deixar a nossa contribuição para a sustentabilidade planetária.

5.8 Sobre as relações de comércio

A forma de comercialização no Grupo passou por várias etapas, do mercado convencional às feiras livres e à entrega direta aos consumidores. A ruptura com os

mercados locais, representou para nós uma relativa autonomia, pois recusávamos a ideia de ficar sujeito aos preços estabelecidos pelos proprietários dos supermercados do município, pois, “O camponês com projeto e vocação para o futuro reivindica uma economia com alma e uma modernidade com rosto humano. Alma e rosto que a produção doméstica não extraviou por completo”. (VERGÉS, 2011 p. 88).

Sabíamos da importância dos nossos produtos, da nossa forma de produzir e principalmente de valorizar o nosso trabalho. A opção da feira e da entrega direta nos permite dialogar com os nossos clientes, mostrar o quanto é relevante a produção sem agrotóxicos e dar visibilidade à Reforma Agrária. Na continuidade da luta, organizou-se um grupo de consumidores conscientes que contribuem para impulsionar a produção agroecológica. E foi por meio da EPA (onde estão presentes na luta ambiental, nossos companheiros e simpatizantes de Jarú) que organizamos o primeiro grupo de consumidores a receberem as cestas semanalmente.

Posteriormente passamos a realizar feiras em uma das Faculdades de Ariquemes (FIAR) e a realizar entregas de cestas no mesmo município, para um grupo de consumidores que financiaram o processo pagando antecipadamente por alguns meses, os produtos que viriam a receber. As feiras em Ariquemes foram abandonadas, em 2013, pois não tínhamos transporte adequado para transportar a mercadoria. Para suprir essa perda, optamos por continuar apenas com a feira de Jarú porque este município está mais próximo do assentamento. Além de consumidores, as pessoas que recebem nossos produtos, apoiam a Reforma Agrária, conhecem o assentamento e o processo produtivo e dessa forma certificam e divulgam o trabalho, realizando visitas para que outras pessoas conheçam a experiência.

As visitas e intercâmbios nesta perspectiva substituem os serviços de auditorias das certificadoras, garantem os principais elementos em que os sistemas de garantia se fundamentam que é a confiança, a participação, a descentralização, a formação de redes, a transparência e a pedagogia (PADILHA, 2008; OLIVEIRA, 2012).

[...] com isso a bandeira da sustentabilidade levantada pelos movimentos sociais através da agroecologia enfrenta mais uma vez a força do capital, nas exigências de certificação e da sociedade de consumo, o que remete a necessidades de se pensar na construção de uma certificação com características mais sociais e participativas. (OLIVEIRA, 2012, p.148).

Neste caso o mecanismo de garantia mais simples é o estabelecimento de

relações pessoais entre a produção e o consumidor, uma via já adotada por experiências ecológicas e se estabelece uma relação estreita de confiança e respeito mútuo (PADILLA, 2008).

Saber a procedência da produção dos alimentos é um fator importante na melhoria da qualidade da alimentação. As verduras produzidas pelo Assentamento 14 de Agosto são orgânicas, não é somente sem agrotóxicos, não utiliza insumos artificiais como os adubos químicos [...]. Além de tudo a relação de confiança com os camponeses que produzem os alimentos. (RONYVON, 2015).

Atualmente comercializamos nossos produtos em uma feira, no barracão comunitário cedido pela comunidade São Sebastião em Jarú (a noite), e em um outro bairro do mesmo município. Atendemos à vizinhança e a um grupo de consumidores que recebem cestas semanalmente em Ariquemes.

Fotografia 41 — Feira de produtos agroecológicos na cidade de Jarú – RO



Créditos: Idania Maria de Araújo (2014)

Fotografia 42 — Feira de produtos agroecológicos na cidade de Jarú – RO



Créditos: Equipe Bodoque Cine vídeo (2015)

Experimentamos entregar parte da produção aos programas de políticas

públicas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas como não tínhamos a documentação necessária (da legalização da terra) não foi possível concretizar os contratos. Agora, terminados os trâmites da legalização estamos tentando acessar as políticas que consideramos viáveis, ainda que a burocracia esteja cada vez maior.

Os clientes já estão acostumados a comprarem e sentem segurança de que seja um produto confiável, pois somos conhecidos pelo longo processo de luta e insistência com a produção saudável.

Eu venho nesta feira pelo fato dos alimentos não ter agrotóxicos, para a saúde da gente é fundamental, hoje em dia você vai ao supermercado não sabe que tipo de alimento está consumindo, se tem agrotóxicos ou não, porque não é falado. Então, aqui [...] são alimentos sem nenhum agrotóxico, por isso que eu venho comprar. (TERESINHA, 2015).

D. Maria de 78 anos é nossa cliente fiel vem sempre à feira e é uma das primeiras clientes a chegar. Explica porque compra os produtos:

[...] é porque vem da roça, não tem veneno, é saudável, gosto da verdura daqui". (D. MARIA, 2015).

Outra cliente e companheira da luta diz:

Acho que não consigo mais consumir alface uma verdura que não seja sem agrotóxicos, porque a gente acostumou tanto, não sei, se eles pararem, vamos ter que fazer uma hortinha no fundo do quintal [...]" (CILAS, 2015).

Temos conseguido produzir e manter um preço acessível, provando que o custo de produção não é maior do que no sistema convencional, como pregam tentando desestimular os agricultores disseminando que a agroecologia não é viável.

O preço é compatível ao preço da praça, às vezes até mais barato, o que geralmente é o contrário, os produtos com maior qualidade que não são produzidos na agricultura tradicional geralmente tem um preço mais elevado, mais aqui não, acontece justamente o contrário. Porque a gente também, desde que iniciou este projeto já era para produzir alimentos de qualidade para a população que mais necessita dela, essa é a proposta do Grupo, e a gente vem apoiando [...] consumindo os produtos do 14 de Agosto. (RONNIE, 2015).

Atualmente, nossos clientes que consomem os produtos das cestas, são funcionários públicos, professores de universidades, comerciantes, ou seja, um grupo de pessoas com poder aquisitivo mais elevado. No entanto, nosso anseio é produzir também para os trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda, e as feiras livres são locais que possibilitam isso, portanto, há uma necessidade de aumentar a produção para suprir esta demanda e intensificar o trabalho de convencimento para que outras pessoas possam ter acesso aos alimentos saudáveis.

Em relação às estruturas físicas, embora já tenhamos melhorado as

condições de produção e transportes, ainda precisamos construir um espaço refrigerado (adquirir um transporte adequado) para preservar as verduras, as frutas, polpas e leite até a entrega final.

5.8.1 Fatores econômicos

A questão da renda em grupos com gerenciamento coletivo que buscam praticar uma agricultura sustentável tendem a valorizar os recursos naturais visualizando o futuro (BOFF, 2005; ALTIERI, 2004). A sustentabilidade social, econômica, cultural, ecológica e espacial são os motivos norteadores destes grupos (SEGHESE, 2006), contrapondo à noção limitada sobre o conceito de sustentabilidade pregada pelas corporações de cunho capitalista, onde a renda é definida a partir da quantidade máxima a ser consumida na atualidade, contabilizam depreciações materiais tais como construções físicas, maquinários e ignoram bens como: uma nascente, um rio, uma floresta, o solo, a saúde humana (ALTIERI, 2004).

Se o solo fosse depreciado como outros recursos, a sustentabilidade agronômica poderia ser quantitativamente determinada. Práticas produtivas que degradassem a produtividade do solo resultariam em rendimentos reduzidos, e seriam, portanto, depreciativas [...] (ALTIERI, 2004, p. 84).

Luiz Roberto (2015b) ressalta que em uma célula (experiências informais de grupos coletivos ou cooperativas de produção) de caráter socialista o custo da mão de obra não pode ser comparado ao sistema capitalista, como por exemplo o valor das diárias ou de uma parte do salário mínimo. A lógica da sobrevivência é a primeira ordem. O custo da mão de obra aumenta à medida em que aumenta o padrão de consumo, da subsistência rumo ao excedente, explica Luís Roberto, sendo assim, a redução de custos tanto de insumos, como de bens de consumo pessoais, se tornam condições essenciais para determinar a incrementação de tecnologia que compensam a viabilidade do custo de produção e do valor do próprio trabalho. Assim, a lógica econômica da agroecologia que mantém uma grande parte da produção para auto sustentação, tanto em alimentos quanto em insumos se diferencia da lógica capitalista.

Quando esta economia oferta produtos para o mercado, tem custos de produção mais baixos que a mão de obra fora deste espaço. Como exemplo seria impossível uma família que está integrada ao mercado como ofertadora de matéria prima para agroindústria do leite, se manter com a mesma renda monetária porque esta é uma economia dependente externamente com a troca de mercadorias do mercado capitalista. (LUIZ, ROBERTO, 2015b).

A agroecologia é capaz de gerar mecanismos de autoconsumo através das práticas da sobrevivência sustentável.

As famílias que mantêm seus sistemas diversificados e comercializam em mercados locais, mantêm uma relativa autonomia com relação aos mercados: não necessitam comprar boa parte de seus alimentos nem dos insumos necessários para a produção nem pagar mão de obra externa, já que o trabalho é realizado na própria comunidade. Desta forma parte importante das necessidades da família é obtida fora dos mercados, em circuitos não monitorizados. Esta forma de organizar a economia familiar é típica do modo camponês de produção. (CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR, 2014, p. 135).

Todavia, a questão da renda líquida para suprir além das necessidades básicas, ainda se constitui em um problema a ser resolvido no Grupo, mas já se apresentam horizontes para sua solução, com a estrutura física adquirida e com a entrada dos créditos de subsídios agrícolas destinados à Reforma Agrária a partir de 2014 e que já se encontram em fase de implantação.

Estamos comprovando assim, a viabilidade da produção agroecológica, mesmo ponderando o histórico adverso enfrentado até aqui. Ao utilizarmos praticamente 100% dos insumos produzidos no local e os medicamentos homeopáticos, ervas, sementes e raízes como remédios e nutrientes, nos desvinculamos das casas agropecuárias e drogarias, contrapondo à matriz tecnológica do agronegócio. Ao vendermos nossos produtos na comunidade local, não transferimos renda para o mercado convencional e fortalecemos o próprio território, ao contrário do agronegócio que não produz sustentabilidade e fortalece territórios externos, como das grandes empresas de agroquímicos e medicamentos, incluindo as multinacionais.

5.9 Políticas Públicas acessadas pelo Grupo

Ao longo do caminho fomos adquirindo estruturas para contribuir no processo produtivo, mesmo quando não tínhamos documentação definitiva da terra foi possível conquistar algumas estruturas via Estado, seja por meios de projetos, emenda parlamentar, ou por meio de outras organizações, como por exemplo programas da CONAB através do MPA.

Através do Crédito Fomento conseguimos uma farinheira, um caminhão, micro trator, dois frízeres para armazenamento de polpas, melgueira, mesa em inox, kit para horta contando sistema de irrigação, telas e pintos para a criação de galinhas,

sementes de hortaliça através do Programa de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAES).

As políticas públicas acessadas foram as seguintes: acesso à terra, instalação de energia elétrica, em 2000, pelo PLANAFLORO. Vale ressaltar que fomos a primeira comunidade do campo a ter energia elétrica em Rondônia³³. Sendo que a partir de 2013, deixou de ser uma rede privada e passou a ser responsabilidade do programa Luz para Todos, do Governo Federal. Construção de casas, as primeiras seis casas foram através do MPA em negociação com a Caixa Econômica Federal. A partir de 2013 saíram os créditos habitação referentes às políticas de crédito da Reforma Agrária — disponibilizados pelo INCRA.

A assistência técnica aconteceu em momentos pontuais, podendo ser classificada como deficiente. De forma que as capacitações em agroecologia são fornecidas pelos movimentos sociais e entidades parceiras.

Atualmente com a documentação da terra (2014/2015) estamos acessando políticas de crédito com PRONAF, PAA. Com INCRA e MAPA, equipamentos para implementação de pastagem constando curral com cerca elétrica, motor bomba, compra de matrizes bovinas e freezers para conservação de polpas de frutas.

5.10 Sobre as relações culturais, educativas e formativas que perpassam pela coletividades

Buscamos construir com base na canção do Zé Pinto “Uma sociedade com novos valores, [onde] O processo avança contra os opressores, tirando os espinhos pra nascer as flores”. Essas flores que nascem de uma sociedade livre das amarras do capital deixam no ar o perfume que exala e adentra em cada espaço social. Durante esse caminhar elas semeiam uma concepção de ser e estar no mundo. As novas relações culturais, educativas e formativas estão presentes com mais veemência na juventude, nos adolescentes e nas crianças (CALDART, 2014; CORREIA, 2004).

Todos desempenham papéis primordiais nas discussões relacionados ao

³³ Neste período funcionavam alguns motores geradores de energia elétrica movidos a combustíveis, pouquíssimas famílias poderiam adquiri-los. Nas cidades os geradores eram mantidos pelas prefeituras, o serviço prestado era um caos. A ironia é que a Usina Samuel já estava construída, o que tinha causado grande impacto ambiental. A partir de 2002 começa a chegar o Programa Luz no Campo do governo Federal, como nem todos tinham acesso, algumas comunidades fizeram associações para adquirirem redes privadas, que foram substituídas recentemente pelo Programa Luz para todos, também do Governo Federal.

Grupo, contribuem/assumem o trabalho nas diversas frentes tais como: a horta, a farinha, a colheita de frutas nos sistemas agroflorestais, as lidas de enfrentamento ao sistema e na organização própria relacionada à cultura, conhecida como Grupo de cultura “Arte e Terra”, onde realizam-se estudos, elaboram poesias, músicas, peças de teatro que tratam temas relevantes ligados ao ambiente, importância das sementes crioulas e outros.

A infância no assentamento contribuiu de uma forma muito plena para a formação destes novos sujeitos, muitos nasceram e cresceram neste ambiente, estudaram na escola do assentamento, o que de certa forma, os mantiveram em contato com a mística do Movimento que envolve a solidariedade, a arte, o trabalho cooperativo, o gosto pelo estudo, o respeito ao ser humano e com certeza pode-se dizer que são pessoas que adquiriram novos valores por vivenciarem essa experiência.

A lembrança que eu mais tenho eram as noites. Tinha o núcleo de base e toda semana tinha reunião em um grupo de estudo. Era muita criança. Era brincadeiras: esconde-esconde, pé na lata. Era muita criança. Tirando os pais de hoje, tudo o que você vê de juventude era criança na época. Era muito bom demais.

[...]

A gente tava envolvido em tudo desde criança. Aí depois de um ano entrei na escola. A gente participava de assembleias, mutirões [...] ali na escola, era tudo em mutirão. A gente ia cedo, fazia o almoço [...] limpeza da área ali [...] onde eram feitas as decisões do assentamento. Desde criança você vai crescendo naquele tipo de vida, muito convívio. Quando eu era criança, tinha no MST o encontro dos Sem – Terrinha [...] ali a gente vai se educando. Era muito forte. Entrava o ano e a gente já ficava na expectativa do encontro. Eu tinha 5 - 6 anos. A gente vai se envolvendo, vai crescendo. (JOSIANE, 2015).

A mística ela nos desperta essa indignação, mas também nos promove... Nos desperta. Parece que a mística no Movimento é o que nos move. A nossa base é a mística. Nos move [...] Foi muito marcante não só pra mim... (ANNE GABRIELA, 2015).

Os jovens praticam capoeira, tocam violão, fazem teatro, músicas, poesias resgatam algumas atividades como bordados manuais que meninas aprendem com as avós principalmente e comidas típicas da cultura camponesa, estudam e organizam, participam e animam encontros dos movimentos sociais e das lutas populares “Tudo isto demanda que o “assentamento”, enquanto uma unidade de produção seja entendida também como unidade cultural” (FREIRE, 1989, p. 29), social e política.

Fotografia 43 — Mística realizada na festa camponesa



Créditos: Juliana Nóbrega (2012)

A unidade cultural no Grupo 14 de Agosto propicia a valorização das histórias das famílias assentadas, que são vivenciadas cotidianamente nesse novo espaço. Sua construção não se deu de uma forma brusca, ela foi e está sendo construída pela coletividade.

O Grupo fortalece a identidade e desenvolve na juventude um sentimento de pertença e uma organização coletiva. Faz da arte um espaço de resistência, faz arte enraizada em um projeto de vida e de sociedade. Faz a arte ser o que ela é, uma ferramenta de luta, de resistência e elevação do ser humano. Esta elevação que o faz sujeito consciente de sua condição e de seu papel histórico. (ZÉ PINTO, 2014).

Em meio à “modernidade”, defendem o modo de vida que levam, gostam de viverem juntos, fazem as refeições diariamente no mesmo espaço, trabalham em equipes, se divertem em conversas, brincadeiras, rodas de viola, banhos de represa e no trabalho que pelo fato de estarem sempre juntos, torna-se também um ato prazeroso.

A gente trabalha não pensando em ganhar dinheiro, que também no trabalho em grupo você tem uma diversão, brincando, conversando... Você aproveita mais o seu dia-a-dia. (JUSSARA *apud* NÓBREGA, 2013, p. 62).

Pode-se observar que não estão insatisfeitos, não dependem de muitas tecnologias para serem felizes, não estão ligados ao modismo atual. Antes, fazem críticas ao sistema capitalista que induz ao consumo exagerado, aos meios de comunicação de massa que influenciam mal principalmente a juventude e compreendem que os jovens que saem do campo estão infelizes, muitas vezes consumindo drogas, sem estudo e sem trabalho. Isto pode ser atribuído também ao fato de que o MST avançou na possibilidade de organizar o espaço do jovem dentro do Movimento dando voz e vez e estes assumiram a luta com comprometimento.

Levando em conta que o modelo hegemônico tem um imenso poder de colocar a juventude totalmente subordinada à sua lógica de consumismo e de negação da identidade camponesa, temos que valorizar um Grupo de jovens que nega esta lógica imposta. [...] Ao contrário do que muitos poderiam pensar, não é um Grupo que vive no atraso, mas que constroem algo novo por ser revolucionário se fortalece culturalmente na vivência coletiva. (ZÉ PINTO, 2014).

[...] a participação no MST era só de adultos. Hoje não... tem uma grande parte que é jovem no MST, que tá composto pela juventude. Então eu acho que isso já é a transformação, já é né?! (ANNE GABRIELA, 2015).

A consciência da juventude parece ser a nossa maior conquista, uma vez que estão assumindo o comando e dando continuidade ao processo, cresceram nesta luta e gostaram da vida coletiva no campo, estão nas instâncias diretivas e organizacionais não apenas do Grupo, mas em nível regional, estadual e nacional, rompendo com fronteiras geográficas e culturais em missões de solidariedade a outros povos da América Latina e Caribe.

Agora a responsabilidade subiu, a gente assume. (CAMILO, 2015a).

Pra falar do Grupo parece que é um trem que abrange muita coisa. É difícil... o Grupo Coletivo não só na minha vida, mas vem mudando a vida de todo mundo. Principalmente na juventude, que a juventude cresceu dentro do Grupo, mas o conjunto das pessoas, a coletividade [...] iniciou por uma militância do MST, uma necessidade [...] Esse Grupo é como uma família. Não consegue viver cada um pegando a sua enxadinha e indo pra sua roça né? [...] e coletivizou tudo. As panelas, as casas, as crianças... nasce uma criança e não tem o pai e mãe pra cuidar. Tem o coletivo todo né?! Isso é muito legal, muito rico. Que é sentir essa família. Essa família grande aí ... (ANNE GABRIELA, 2015b).

Fotografia 44 — Jovens do Grupo 14 de Agosto



Créditos: João Batista (2014)

Nóbrega (2013) destaca a forma diferenciada desse relacionamento dentro do Grupo, pautada em valores como a amizade, o apoio, a reciprocidade. Os valores afetivos são considerados como elementos fundamentais dessa vivência social e política.

Não tem dificuldade porque aqui... criança que nasce aqui não tem pai, não tem mãe é todo mundo, né? Todo mundo educa, todo mundo cuida. [...] Às vezes quem chega de fora, até estranha. Menino é criado solto, você não vê proibindo nada. Menino sobe, brinca com barro [...] é outro sistema da criação, da liberdade mesmo. (JOSIANE, 2015b).

Carregamos, porém, muitos vícios enraizados e que infelizmente nossa geração, por mais que nos esforcemos, estará sempre devendo a estes jovens e crianças um comportamento melhor, uma atitude mais justa, um desapego aos valores adquiridos com esta sociedade enviesada em uma cultura cada vez mais individualizada, e não é o fato de estarmos em outra realidade que muda automaticamente estas relações.

Se a relação que havia antes entre a estrutura dominadora e as formas de perceber a realidade e de atuar nela está desaparecendo, isto não significa que as negatividades da “cultura do silêncio” hajam perdido sua força condicionante com a instalação do ‘assietamento’. Seu poder inibidor permanece, não como reminiscência inconsequente, mas como algo concreto, interferindo no que fazer novo que a nova estrutura demanda dos camponeses. Para que se esgote este poder inibidor é necessário que as novas relações humanas, características da estrutura recém-instauradas e baseadas numa realidade material diferente sejam capazes de criar um estilo de vida radicalmente oposto ao anterior. E, ainda assim, a “cultura do silêncio” pode, de vez em quando, em função de certas condições favoráveis, “reativar-se”, reaparecendo em suas manifestações típicas. (FREIRE, 1981, p. 28).

Mais uma vez a juventude é privilegiada pelo rompimento com a ordem individualista desta sociedade. O fato de terem nascido e crescido em uma sociedade com outros moldes, não ilhada, mas diferente, pois o mundo não está alheio à suas vidas, a maneira como aprenderam a estar no mundo é o diferencial que evidencia as suas atitudes solidárias e a disponibilidade de bens materiais e esforço pessoal para estarem à frente das tarefas que lhes são confiadas.

Então, a gente tem esses vícios do individualismo, mas é muito menos que os nossos pais. É muito mais fácil nós jovens nos adaptarmos num grupo com essas novas organizações [...] (ANNE GABRIELA, 2015b).

De maneira geral, todos aprendemos muito enquanto experimentamos a coletividade dentro do sistema capitalista e a conversão de um sistema convencional de produção para um sistema agroecológico. Romper com a “cultura do silêncio”, do individualismo e com os costumes próprios são, sem dúvida alguma, parte dos desafios a serem superados.

Trata-se de pessoas comuns carregadas de vícios, e chega o momento de pensar: Vamos acabar com o Grupo? Permanecer na ideologia é o exercício de ser coletivo, o esforço de todos é o resultado deste processo. As coisas acontecem de forma natural, mas é o resultado político deste processo (ISABEL, 2015a).

Fred (2015) também fala das constantes oposições, dos avanços gradativos e da necessária desconstrução de “ideias antigas”, que nada mais são do que as construções das ideias implantadas pela sociedade vigente que tem como projeto, valores anti-humanos em que o individualismo, a falta de diálogo e a falta de crença em organizações democráticas prevalecem.

Talvez a maior dificuldade é a resistência capitalista, a gente quer produzir um tipo de vida diferente... mais igualitária mais humana, diretamente contra o sistema, contra o projeto hegemônico. (LEÔNICIO, 2015a).

Não é um trem que se acorda e “vamos mudar a autonomia”. É um trem que se constrói que se aprende quando criança e vai construindo... É uma construção. E hoje a gente sente isso... Dá mesma forma que os adultos podem falar e expor, a juventude também. A juventude tem esse espaço pra colocar suas ideias e suas propostas e são aceitas. (ANNE GABRIELA, 2015).

O camponês carrega costumes muito próprios, como trabalhar com sua família e algumas vezes em mutirões. Carregam valores que não são os mesmos e o que é quase sagrado para uns pode não significar nada para outros. “Princípios éticos e religiosos recém-adquiridos podem exigir uma forma diferente de estar no mundo.” (HARVEY, 2014, p.18, tradução nossa) São outras dimensões da vida que completam ou destroem as pessoas “[...] Na definição e apreciação do poder das contradições existe um poderoso elemento subjetivo; o que é insuportável para um pode não significar nada especial para outro.” (HARVEY, 2014 p. 18, tradução nossa). Por outro lado, a vivência em coletividade exige mudanças de comportamento, atividades sistêmicas, horários, programação de suas viagens, participação constante na luta.

[...] não podemos descartar que práticas de ação coletiva, de diferentes amplitudes, foram comuns durante todo o processo de formação do campesinato brasileiro. Tais práticas foram consolidadas nas bases das exigências do cotidiano camponês. Outras propostas de coletivização, por sua vez, são originárias de discussões político-ideológicas, proposições essas que, muitas vezes, entram em choque com as práticas cotidianamente enraizadas no contexto camponês. [...]

Está sendo estabelecida uma nova forma de relação com a terra, já existente no inconsciente cultural camponês, mas, soterrada, recorrentemente, pelos valores individualistas inseridos pelas relações capitalistas de produção. Assim, uma relação de produção para a vida com a terra está sendo resgatada e consolidada no espaço privilegiado do capital. Acreditamos que possa ser uma semente de transformação importante para a consolidação de um território camponês. (SOUZA, 2011, p. 282-283).

As alterações culturais, políticas e ideológicas implicam mudanças na vida dos camponeses, contudo são necessárias para o funcionamento de uma organização que visa construir uma sociedade com novos valores e, assim, na caminhada criamos outras referências culturais de vivência no campo, permeadas por um sentimento de

coletividade, passando a um estilo de vida desprendido das interferências mercadológicas e uma relação harmônica com a terra e todos os elementos da natureza, construindo assim, nosso imaginário camponês.

5.10.1 As relações de gênero

A divisão sexual do trabalho é considerada uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho, segmenta e hierarquiza sobre os trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos. Resulta um sistema patriarcal capitalista que ao hierarquizar a divisão sexual do trabalho, submete as mulheres ao baixo prestígio social e aos trabalhos precarizados e desvalorizados (CISNE, 2015).

Além da exploração de classe, a carência de poder e a exclusão social são formas de opressão que se constituem em virtude da divisão social do trabalho (THOMAZ JUNIOR; GARCIA, 2002). Desvendar “[...] as clivagens que oprimem as mulheres e homens como grupos sociais, ou subjetividade coletiva de gênero” (THOMAZ JUNIOR; GARCIA, 2002, p. 260) e analisar a exploração do capital sobre a força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher. Essa relação não se dá de forma diferente, e sim, acentuada com relação à exploração do homem (CISNE, 2015).

A autora afirma que, quando não há valorização do trabalho, muitas mulheres não se percebem como trabalhadoras, dessa forma não relacionam sua identidade com a sua classe. O que faz com que algumas mulheres que estão acomodadas, não se organizem e não participem das lutas políticas da classe trabalhadora. Ao não participarem das organizações, contribuem diretamente com o capital ao invés de confrontá-lo. A naturalização dos papéis ditos femininos atende diretamente aos interesses dos capitalistas, ampliando seus lucros, diminuindo significativamente o custo da reprodução da força de trabalho.

Thomaz Junior (2009) ressalta que é na luta de classe que imprimimos nossas interpretações de gênero e, principalmente, sobre as mulheres ao vivenciarem “[...] a dupla e a tripla jornada de trabalho; neste caso, quando são inseridas na militância sindical e na Luta pela Terra e já se responsabilizam pelo ato de trabalho e nos cuidados domésticos, da casa, ou da reprodução da prole trabalhadora” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 447). Sobre a reprodução da nova geração da prole trabalhadora,

ou reprodução geracional, a biologia considera

[...] uma capacidade exclusivamente feminina [...] No entanto, o exercício dessa capacidade é uma prática social configurada por relações sociais. [...] Não há nada “natural” além do período inicial de amamentação, no fato de a responsabilidade pela criação dos filhos recair sobre as mães — ou avós, tias, irmãs mais velhas ou criadas. Do mesmo modo, não existe necessidade ‘natural’ ou biológica que sejam principalmente as mulheres a realizar a tarefa de manter a geração atual de produtores — cozinhando, limpando, lavando roupas, buscando água e recolhendo lenha — com as atividades do **trabalho doméstico**, vitais para a reprodução como todas as outras aqui consideradas. (BERNSTEIN, 2011, p. 25 grifos do autor).

Paulilo (1987) ressalta que as diferenças presentes em atividades agrícolas desenvolvidas por homens e por mulheres, caracterizadas a partir da classificação de trabalho leves, realizadas pelas mulheres e pelas crianças, e pesadas, realizadas pelos homens adultos, não se trata da atividade em si, enquanto leve ou pesada, mas esses significados são atribuídos em função do gênero que os realiza.

Na exploração da classe trabalhadora, a opressão tem lugar através de um processo continuado de apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital. A exploração determina as relações sociais estruturais sobre as classes, regras e normas sociais, as relações de poder e as desigualdades, são impostas, revelando quem faz o quê e para quem, (THOMAZ JUNIOR, 2009). Logo, “[...] A igualdade só será real se for afirmada no macrocosmo do capital, e a família — estando a ele subordinada e determinada para assegurar as condições de existência do capital, não tem como romper com a desigualdade” (CISNE, 2015, p.137).

5.10.1. 1 Alterações nas relações de gênero a partir da organização coletiva

A origem da divisão do trabalho entre homens e mulheres com base nas categorias “leve” e “pesado”, consta de marcos remotos desde a divisão natural do trabalho em períodos primitivos, quando se viviam em tribos, o trabalho se dividia entre mais “pesados”, que seriam a guerra e a caça de animais, para homens adultos, e trabalho “leves”, que se referiam aos trabalhos na moradia e na agricultura, para mulheres, anciões e crianças (MORAIS, 2015).

[...] por isso o atributo “natural” concedido à divisão sexual do trabalho traz embutida a diferenciação da formação de homens e de mulheres e nas representações que se fazem do que é masculino e feminino. Ou seja, a imagem do feminino está ligada ao trabalho delicado, sem formação, enquanto aos homens são destinadas funções mais qualificadas e os maiores salários [...] (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 447).

O elemento “força física” impede o envolvimento dos homens no trabalho doméstico, sob a influência cultural que se apresenta muito forte, aliada há muitos problemas de saúde enfrentados pelas mulheres e isso determina a divisão sexual do trabalho no Grupo 14 de Agosto.

As mulheres terem mais prática na cozinha, tem determinados serviços que, por exemplo, você vai fazer uma cerca é melhor deixar a mulher na cozinha e o homem fazer. É questão física. Não é que todo serviço que a mulher dá conta de fazer **aí o homem tem que fazer**. Isso nunca foi discutido: não o homem não faz porque é machista e tal... Não é exatamente por isso que o homem não deve cozinhar. Questão prática de serviço mesmo. Não que o serviço da cozinha seja fácil, mas que as mulheres além de terem mais prática têm determinados serviços que não dão conta de fazer. A parte física não ajuda a fazer. (FRED *apud* NÓBREGA, 2013, p. 231, grifo da autora).

Há certa conformidade por parte das mulheres, de fato existe essa condição da força física, ainda que isso não se sustente em determinadas culturas onde as mulheres assumem trabalhos considerados “difíceis” de serem realizados, ou o caso de algumas culturas indígenas em que, ao dar à luz, a mulher segue para a caça de animais e colheitas de frutas e raízes, enquanto o homem cumpre a “quarentena” repousando sobre uma rede, costume considerado absurdo por nossa sociedade. Em geral as mulheres do Grupo não foram habituadas a fazerem trabalhos pesados e encontram reais dificuldades, por não terem preparo físico suficiente. Estes são alguns dos fatores que justificam o acordo.

Agora eu acho que tem um problema nesse aspecto, que eu acho que nós nunca exercitamos, mas que é uma necessidade pra gente ir rompendo com isso. Eu também sou dessa opinião, de que tem coisas... **o serviço da cozinha é também cansativo, porque ele é rotineiro, todo dia a mesma coisa, você já sabe tudo que vai fazer, onde bota cada negócio ali dentro da cozinha. Isso cansa, estressa.** Mas tem serviço na roça que eu não quero fazer. Porque eu sei que se eu fizer eu vou estar toda arrebitada depois, então vai um homem que fisicamente tem mais resistência que eu (ANA ISABEL *apud* NÓBREGA, 2013, p. 231, grifos da autora).

Nóbrega (2013) ressalta que no interior destas reflexões, há uma análise economicista e que seria um prejuízo tirar um homem do trabalho “produtivo” para o trabalho doméstico e fala da contradição sobre a compreensão do trabalho leve e pesado, por questões econômicas, haja vista que o Grupo visa acima de tudo, as relações sociais, ideológicas e políticas (PAULILO, 1987; SILVA, 2003), onde todos parecem considerar a diferença biológica entre homens e mulheres no que se refere à força física e os limites para a realização dos trabalhos pesados pelas mulheres, e por entenderem que, diante das necessidades econômicas ainda não se pode remanejar as atividades de homens e mulheres (NÓBREGA, 2013).

Aí eu acho que é prejuízo porque nenhuma das meninas iria fazer o

serviço que ele ia fazer [...] então é prejuízo você perder o dia de serviço dele num lugar onde ele estaria produzindo mais [...]. Porque não é um serviço que ela faria como ele né? Que eu não faço e nenhuma delas faria (ANA ISABEL *apud* NÓBREGA 2013.p. 231, grifos da autora).

Podemos concluir que a divisão está na questão cultural, o homem é forte para fazer o roçado, cavar buracos, carregar pesos, mas há um machismo impregnado, de que o trabalho da mulher é leve e simples, com pouco valor econômico (SAFFIOTI, 1987; BOGO, 1999). Mas em geral os homens fazem o trabalho “pesado”, como para proteger a mulher, uma gentileza, que explicita inconscientemente a “leveza” do trabalho feminino. Por outro lado, a conformidade da divisão do trabalho é em decorrência da agilidade das tarefas, questões que merecem aprofundamento, mas não o faremos aqui.

As perdas que temos com a divisão sexual do trabalho no Grupo, que se estendem para a família nos finais de tardes são, sociais, culturais e físicos, pois as mulheres ficam sobrecarregadas por estarem mais envolvidas nos trabalhos domésticos, na organização, presentes nas lutas e nas instâncias de direção cotidianamente e, assim, têm pouco ou nenhum tempo para o lazer, e não raro, o trabalho doméstico se estende para os finais de semana.

Razão histórica em que os homens, embora comprometidos, cumpram sua tarefa diária e ainda consigam um tempo para o futebol nos dias previstos. A mulher, porém, carrega a culpa do “pecado do ócio” imposto por nossas mães e avós, pela igreja, a serviço, é claro, do capital (LAFARGUE, 1999). Os valores defendidos e difundidos pela burguesia à cerca do trabalho, foram introjetados de tal forma que as mulheres viam neste, o elemento definidor de dignidade, por isso o descanso, o ócio era considerado a negação do trabalho. As máximas como “mente parada era oficina do diabo” e que a “preguiça era sua mãe”³⁴, adquiriram uma concretude nas vidas das mulheres de tal forma que estavam sempre envolvidas no trabalho e só podiam ter um descanso quando tudo estivesse pronto, limpo, era exatamente quando já não se tinha forças para mais nada, e o tempo que sobrava das ocupações diárias era destinado às rezas e orações.

O trabalho sem descanso é uma invenção do capitalismo, que afeta mais às mulheres, “[...] O fato é que o capitalismo se apropriou da divisão sexual do trabalho e, a mulher, longe de emancipá-la, explora mais intensamente” (THOMAZ JUNIOR,

³⁴ Ditado popular.

2009, p. 449).

Uma estranha loucura se apossou das classes operárias onde reina a civilização capitalista esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais que há dois séculos torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor ao trabalho, à paixão moribunda do trabalho, levado até ao esgotamento de forças vitais do indivíduo e da sua progenitora, em vez de agir contra essa aberração mental, os padres, os economistas e os moralistas sacrossantificaram o trabalho. (LAFARGUE, 1999, p.63).

No Grupo há conquistas concretas em relação a esta questão, a coletividade altera a lógica imposta, porém, mesmo sendo um princípio da organização, não são homogêneas e podemos perceber as diferentes análises nos depoimentos, de acordo com a visão pessoal das mulheres do Grupo. O trabalho doméstico familiar ainda precisa de reestruturação, o que está muito ligado à evolução individual da consciência. Josiane tem uma posição bastante crítica em relação a esta temática.

E eu acho que não vai ser tão fácil ser superado isso, essa questão de gênero. Uma coisa é falar, outra coisa é pôr em prática. Ainda tem muita dificuldade. Às vezes nós damos alguns passos, mas ainda tem muita deficiência [...] A mulher tanto aqui, quanto no Movimento. Tem a oportunidade, as que os homens têm, as mulheres tem de ter, que é diferente de uma família convencional, apesar de hoje tá bem superado isso. Mas a mulher tem oportunidades [...] mas tem que cuidar dos filhos, da preocupação dos filhos, não é a mesma divisão. A mulher tem que sair de casa e o trabalho de casa mesmo, acho que mais da metade da militância que é mulher, tem essa dificuldade de ter o seu trabalho e ainda tem o cuidado com a casa e o cuidado com os filhos [...] Tem casos e casos, mas a maioria dos casos é assim. (JOSIANE, 2015).

No entanto, temos os casos em que homens e mulheres estão cumprindo seus papéis na organização e na família, assumindo como parte responsável e não como “colaboradores” ou como “auxiliares” do trabalho doméstico. No interior desta experiência encontramos as duas realidades, provando que a tomada de consciência é um processo na caminhada.

Várias organizações da Via Campesina vêm tentando construir isso de igualdade de gênero. No MST, não foi diferente. No período de acampado eu lembro muito nas reuniões quando tirava coordenação, era um homem e uma mulher, da mesma forma que a mulher ia pra roça junto com os homens, os homens também ficavam na cozinha, cozinhavam cuidava das crianças, lavavam a louça... o trabalho era igual. E meu pai mesmo quando minha mãe saía para as atividades, ele ficava em casa... Cuidava de mim, tentava manter. (ANNE GABRIELA, 2015).

A criação da cozinha coletiva e sua constante reorganicidade, é uma prova dos avanços que vêm ocorrendo. Embora ainda seja o último espaço a receber estruturas, é um espaço privilegiado de novas relações sociais que se constroem a partir das trocas de informações — “colocar o papo em dia” — que na maioria das vezes se dá nos momento do preparo dos alimentos. Além disso, o ritual do almoço,

das merendas e das jantas é sempre carregado de muita euforia, pois se juntam os setores de trabalho, da farinheira, da pastagem, da horta e roças e lógico das companheiras das panelas e principalmente das crianças, fazendo algazarra.

[...] na junção das roças e tudo mais, nós tinha esquecido de juntar as panelas, entendeu? No dia da junção das panelas [...] não dá pra ficar também, vamos pra roça todo mundo, chegou vamos pra casa fazer comida, então, quer dizer, nós tem que ter um canto aonde nós faz o almoço e faz a janta, faz o café. (ELMI, 2015).

O trabalho na cozinha coletiva proporcionou a diminuição das atividades cotidianas e facilitou muito a vida das famílias, garantindo mais pessoas nos trabalhos gerais. Essa dinâmica facilita e diminui o trabalho da casa pelo fato de que todas as refeições desde o café da manhã até o jantar são preparadas coletivamente. O que faz com que ao chegar em casa nos intervalos de descanso e no final do dia não tenha tanto trabalho acumulado. A correria comum nas cozinhas individuais para preparar o almoço ou o jantar deixou de existir. Uma vez por semana cada família tem direito a uma tarde para lavar as roupas, uma vez que ainda não organizamos a lavanderia coletiva. Nos finais de semana ocorrem os mutirões familiares para a limpeza geral e nestes dias não há funcionamento da cozinha. Vez ou outra se organiza um almoço comunitário a fim de comemorar algo, ou simplesmente para estarmos juntos e aproveitar a eficiência coletiva, prática que já foi bem mais frequente, ou em dias de reuniões e assembleias.

Melhorou porque na cozinha é aquela coisa: você fez o almoço, tem que fazer a merenda, já tá tarde e aí você tem que fazer a janta, né? Aí não sobra espaço pra nada. Na outra não, quando você chega, onze horas e meia às duas horas nós está ali na cozinha de novo e nessas duas horas a gente faz alguma coisa [...] dá tempo. (SARA apud NÓBREGA, 2013, p. 227).

A reestruturação recente da cozinha com rotatividade das equipes, contribuiu significativamente para o alívio no excesso das atividades sobre poucas mulheres, todavia suas condições físicas ainda precisam de melhores estruturas a fim de evitar a precariedade existente. A cozinha coletiva do 14 de Agosto foi construída em mutirão, utilizamos a madeira disponível na região, Eternit e palhas de coqueiro babaçu para coberturas. A mesma dispõe dos seguintes equipamentos: um fogão a lenha, armário, prateleiras e mesas. Além de dois freezers que são utilizados para armazenar as polpas e as carnes. Muitas coisas estão por serem construídas mas o que falta de estrutura física se compensa com a vivência, com o compartilhamento das alegrias e das tristezas.

Fotografias 45, 46 e 47 — Cozinha coletiva



Créditos: Maria Estéla (2014)

O envolvimento nas discussões da cozinha referentes ao planejamento diário, contribuiu tanto para o andamento operativo do processo quanto do empoderamento das mulheres nas discussões e instâncias de coordenações, o que fez com que a cozinha, antes um espaço operacional, passasse a ser vista como um espaço político.

A coordenação da cozinha tem o papel de fazer a comida, a gente tem a obrigação, não só de dizer “eu sou da coordenação eu que mando”, mas a gente tem [...] de olhar o que é que falta na cozinha. [...] Também vê o tanto de alimentação que a gente vai gastar o que tá sobrando e faltando [...] não só pra coordenar, mas pra planejar. (SARA, apud NÓBREGA, 2013, p. 227).

Há uma série de vantagens da cozinha coletiva que reorientaram o cotidiano da organização tanto no espaço doméstico de cada família, quanto para a vida concreta das mulheres e dos homens do Grupo. Sua criação permitiu que pudéssemos exercer um papel na produção do Grupo, na geração de renda e nos envolvêssemos em questões como a militância política. E ainda possibilitou às mulheres que são mães, continuarem envolvidas no processo de trabalho e de lutas (NÓBREGA, 2013).

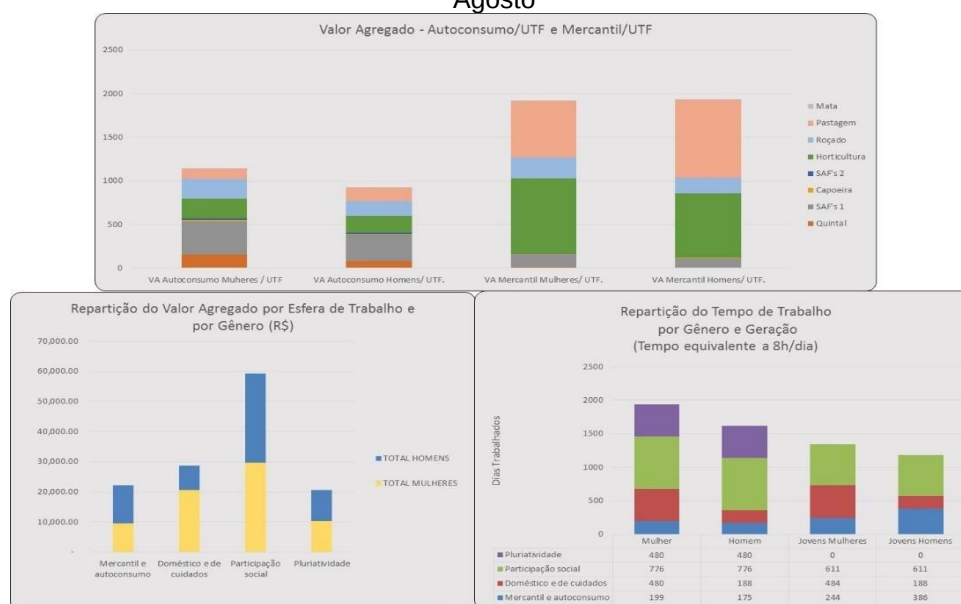
Sendo assim, podemos destacar a divisão sexual do trabalho dentro do Grupo como um diferencial que só pode ser obtido por ser uma sociedade onde não há propriedade privada, desta forma, não há o trabalho “mais importante”, o trabalho da lavoura, de dirigir um carro ou operar uma máquina, não tem maior valor econômico, trata-se dos mesmos valores para a mulher que está na cozinha, fazendo o trabalho da limpeza, no preparo da comida ou no cuidado com as crianças. Ao final todos recebem igualmente por horas trabalhadas, e isso é uma conquista que só pode ser obtida por essa forma de cooperação agrícola. Já no trabalho familiar individual, o trabalho da mulher fica invisibilizado, não sendo contabilizado, passa a fazer parte da cadeia de exploração capitalista.

Ao realizar análise sobre as relações de gênero no Grupo, Mello et al (2015),

demonstrou que as atividades são realizadas por homens e mulheres, adultos(as) e jovens. A organização está na divisão e escalonamento de atividades gerais, além das atividades de organização social e venda dos produtos. A participação tanto das mulheres e homens jovens, como dos homens e das mulheres adultas é fundamental para o processo, pois têm um papel ativo em todas as categorias de atividades. Estão presentes nos sistemas agroflorestais, nos quintais, farinheira, na roça e ainda nas atividades de organização social e atividades de comercialização. No entanto, ainda é a mulher que tem maior participação nas atividades domésticas. O mesmo estudo analisou ainda que apesar de que haja no Grupo tal distribuição/divisão bem definida, é organizada de forma que haja igualdade de direito e deveres tanto para homens como para mulheres, e que mesmo sendo a mulher quem ainda se dedique mais aos serviços domésticos e de cuidados, não há aparentemente uma percepção de exploração, e nem de submissão na relação dentro da família. Comprovando assim, a “equidade de gênero”.

A estrutura da definição das responsabilidades, dos direitos e papéis no interior do Grupo apresentou uma distribuição equilibrada, onde todas as pessoas exercem um papel fundamental dentro do sistema de produção e isso reflete em uma maior produtividade nas atividades de autoconsumo e mercantil.

Figura 5 — Análise de gênero do valor agregado de autoconsumo e mercantil/ UTF do Grupo 14 de Agosto

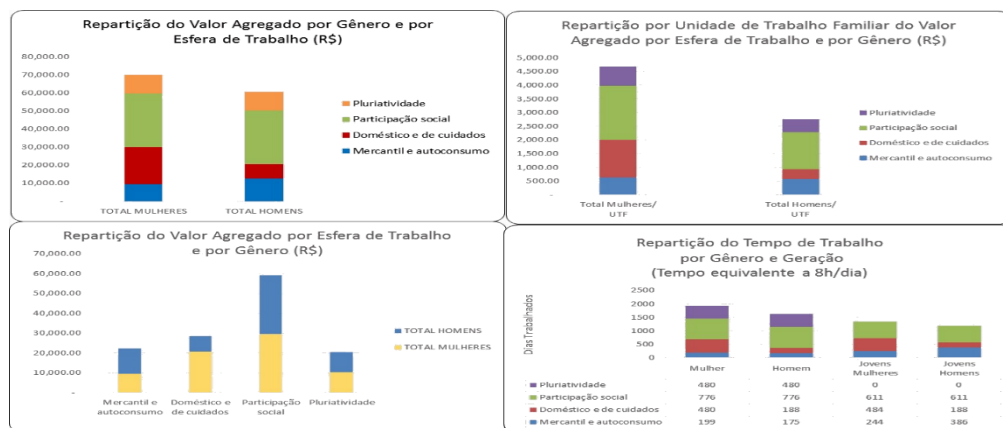


Fonte: MELLO et al, 2015.

A análise realizada pela MELLO et al (2015), demonstrou que a repartição do

valor agregado por esfera de trabalho entre mulheres e homens apresentou ser proporcionalmente equilibrada, como está apresentado na Figura 6.

Figura 6 — Análise de Gênero quanto a repartição do Valor agregado e por esfera de trabalho do Grupo 14 de Agosto



Fonte: MELLO *et al*, 2015.

Mesmo considerando os problemas enfrentados o Grupo se constitui em um espaço para romper com os vícios impostos, pela possibilidade de debate e questionamento. Enfim, nós nos transformamos ao longo desses anos, tanto na busca por nossos direitos, como na compreensão geral das relações de gênero. Há uma relação diferenciada que pode ser melhor quando todos participam. Sabemos das imposições, a questão do machismo é muito forte no campo e, ainda que seja um desafio, podemos dizer que, entre um homem que participa do Grupo e um que está fora, o primeiro participa mais da vida familiar, do trabalho, compreende mais a importância da participação da mulher na luta. Podemos dizer também que em geral os homens que fazem parte do Movimento, estão mais participativos no trabalho familiar, ajudam mais a cuidar dos filhos, concedem mais a participação das suas companheiras e filhas no Movimento. Existe um avanço e, embora haja muito por romper com a formação adquirida com a sociedade patriarcal, seguimos contribuindo para a superação desses valores.

Entre outros desafios está o de retornar ao debate sobre gênero, que ocorreu com mais frequência durante o início da ocupação, onde a formação era mais intensa. Com o passar do tempo e com as dificuldades em conduzir o processo formativo em geral, sendo que historicamente a questão de gênero é relegada a um segundo plano, temos deixado de realizar este debate mais intensamente. As crianças que nasceram e cresceram dentro do acampamento/assentamento, passaram pela escola e

acompanham as lutas diárias apresentam sinais visíveis da construção dos novos valores do novo homem e da nova mulher, o que é excepcional. Algumas pessoas que se juntaram a nós posteriormente, e que não passaram por esse processo de formação inicial e gradativo, se mostram com maior dificuldade em compreender as novas relações sociais.

No grupo, nós nunca fizemos um trabalho de gênero. A gente vai lidando com a vida. Mas um trabalho firme, nós nunca fizemos, nós vamos levando. Mas fazer um estudo, uma reflexão mesmo, não. [...] E faz falta porque a gente tem que pôr em prática um pouco daquilo que a gente prega, daquilo que a gente idealiza. (JOSIANE, 2015).

Mas aqui a gente tem vivido, creio eu que com os mais novos isso reflete melhor essa relação de gênero, a gente tem conseguido na prática cotidiana. A gente não tem acumulado nos debates, mas na prática cotidiana isso tem dado saltos importantes. No geral há um esforço muito grande em fazer esse debate, porém esse debate [...] que compreende todos nós [...] ainda tem ficado muito a cargo das mulheres, puxar isso. E a gente tem muita dificuldade de avançar. [...] Eu particularmente estou convencida de que se a gente não avança no debate [...] na compreensão de gênero, a gente tem muita dificuldade de fazer o processo de transformação que a gente sonha. [...] nós somos um percentual importante [...] se a libertação das mulheres não é vista como algo importante [...] dificilmente você vai construir uma sociedade diferente [...] Então esse debate de gênero [...] é tão necessário quanto qualquer outro dentro de qualquer organização [...] acredito que isso tem que fazer parte do nosso processo de formação da militância nova, isso é fundamental [...] (ISABEL, 2015b).

Outras lutas são pautadas no âmbito do movimento social que visa a transformação da sociedade e, portanto, não pode reduzir suas reivindicações à conquista e ao acesso à terra (SALVARO, 2004). No entanto, não é um processo simples, pois implica enfrentamento ao poder que corrompe as relações sociais.

É um processo que é lento, é mais uma cerca para ser quebrada, não é só à cerca do latifúndio, tem várias outras cercas que nos impedem de avançar e construir uma nova sociedade. (ANNE GABRIELA, 2015).

Ainda assim, pode-se dizer que esses assentamentos, pautados em ideais de coletivismo, em tese, não contemplam desigualdades e segregações entre os assentados, sejam eles homens ou mulheres, velhos, jovens, crianças, etc., (SALVARO, 2004). Thomaz Junior enfatiza que:

[...] as mudanças culturais, de hábitos, de noção de pertencimento, que o MST tem protagonizado e viabilizadas nacionalmente, estão fortemente fundados na capacidade que os Sem Terra desenvolvem, por meio das diferentes formas de expressão. Em vista disso redefinem uma imagem positiva deles mesmos, e de forma diferenciada, por meio de dispositivos específicos para a incorporação das mulheres nas instâncias de decisão e de ação política. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.452).

Outro fenômeno visível está no processo agroecológico que empodera as

mulheres pela sua capacidade de absorver o trabalho da mulher do campo em todos os sentidos. Segundo Sevilla (2011), a diversidade sociocultural de gênero condena a imposição histórica e atual em determinadas etnicidades — de uma superioridade do homem.

A experiência tem mostrado, no entanto, que a participação em processos de transição para agroecologia, ao introduzir elementos que potencialmente estabilizam a lógica patriarcal, pode abrir espaço para a mudança dos padrões de gênero, criando brechas para o reconhecimento de alternativas de vida às mulheres, para além dos papéis tradicionais. Mas para quebrar essa lógica é preciso que haja um processo de ‘empoderamento’ também político dessas mulheres; o que vai depender, basicamente, de que elas consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos ativos, nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade. Enfim, que elas sejam reconhecidas. (SILIPRANDI, 2009, p.125).

Enfim, a luta pela terra e por melhores condições no campo não dissociou da luta política por manutenção dos direitos já conquistados e a criação de políticas específicas para as mulheres, homens, jovens e crianças, como a previdência social, direitos à assistência maternidade, aposentadorias, reconhecimento da importância da mulher como titular nos documentos de posse da terra, lutas por saúde, educação, entre tantos outros. As mulheres protagonizaram lutas notáveis de enfrentamento ao agronegócio e às políticas que atingem negativamente o campo, que são interesses coletivos, demonstrando que a luta transcende à conquista da terra.

Fotografias 48, 49 e 50 — Jornada de luta das mulheres da Via Campesina



Créditos: Ana Saldanha (Março de 2014)

Não negamos que enfrentamos muitos desafios em relação a questão de igualdade de gênero, há ainda um comodismo instalado, que às vezes parece não avançar para além do que já se conquistou. No entanto, notamos que os homens

assumiram o trabalho doméstico e a paternidade, dando condições para suas companheiras atuarem nas lutas sociais, processo considerado normal, uma vez que as relações sociais vão se transformando gradativamente. Em uma organização onde o respeito às relações sociais são um princípio, podemos esperar maior compreensão e avanços mais rápidos na construção da sociedade com o novo homem e nova mulher. E comungando com o pensamento de Vêrges, afirmamos que, “[...] esse novo projeto também não pretende seguir o modelo patriarcal que outorga todos os direitos ao ‘chefe de família’, pelo contrário, a refundação agrária do novo milênio deve ter um rosto feminino.” (VERGÉS, 2011, p. 69).

5.11 Desafios e perspectivas do Grupo 14 de Agosto

Ao longo do presente trabalho apareceram vários desafios nas diferentes frentes que compõem o Grupo. Levaremos em consideração o processo da passagem definitiva para a agroecologia, mesmo que apareçam muitos sinais de avanços, temos consciência de que é necessário melhorar tanto nas práticas, como na compreensão política, por se tratar de um princípio e uma política do MST.

O fato de estarmos no Grupo, não altera o processo de compreensão da agroecologia mais que em um processo individual³⁵, temos exemplos de famílias vivendo no sistema tradicional de organização da propriedade, que estão muito envolvidas, o que ocorre é que com a terra coletiva, há uma maior concentração dos cultivos e se aparentam mais visíveis. Um fator de notabilidade é a capacidade de proteção de barreiras contra agrotóxicos, concentração das áreas de reservas, divisão de tarefas, revezamento de pessoas no processo de comercialização, participação na luta pela conquista de políticas públicas e alteração das relações sociais.

Atentos à fragilidade do solo, a produção de insumos se torna uma necessidade de primeira mão, por isso o Grupo tem buscado resolver esse problema com o aproveitamento do material orgânico existente na propriedade e dejetos

³⁵ **Melhoramos - mas não conseguimos chegar ainda a dizer que somos agroecológicos.** [...] Então é, a única preocupação minha é que nós temos dez anos já discutindo [...] e nós não conseguimos passar esse momento de transição para a agroecologia, mas nós estamos construindo. [...] Num grupo o processo de transição é mais lento do que fazer ele numa família. Porque na família convenceu, convenceu, tá feito o processo de transição. Agora num grupo são várias cabeças. Então, é isso que eu tô dizendo: **quanto tempo vamos levar para realmente fazer esse processo?** (LUCIOMAR *apud* NÓBREGA, 2013, p. 195,196, grifos da autora).

domésticos, tão necessários à produção agroecológica (HOWARD, 2007; MARX apud FOSTER, 2005). O lixo químico é um elemento que não condiz com a agroecologia e ainda é visto como um problema a ser resolvido. Questão que está intimamente ligada aos valores da sociedade de consumo, sendo que a degradação do ambiente, através da contaminação dos mananciais, assoreamento de rios, lagos e fontes representa o maior problema no campo e ainda que se constitui em uma cadeia de exploração humana³⁶.

De uma maneira geral não podemos deixar de expor nossos avanços em relação à essa e à outras questões ligadas à formação humana, basicamente produzimos nossas formas de sobrevivência evitando consumir, principalmente, alimentos que não sejam de uma propriedade camponesa. Porém, muitos dos desafios que enfrentamos, temos clareza, são hábitos incutidos ao longo da vida e que não deixam de existir por imposição. Por outro lado, temos que admitir que nosso método de convencimento e formação seja pouco eficiente, a formação não tem provocado mudanças substanciais nas formas de ser e de agir. São questões de cunho educativo e cultural que não se alteram com facilidade, depois de praticamente 24 anos, ainda se encontra grupos que estão no Movimento, mas não sentem o Movimento. O resquício da formação anterior ainda subsiste. Estas questões, ou seja, de pensar somente no indivíduo e deixar de lado o coletivo, consequentemente o patrimônio individual vem em primeiro lugar do que patrimônio coletivo, mesmo sabendo que nas horas de maior necessidade busca-se o coletivo.

Podemos concluir que ideologicamente há quase uma perfeição na proposta política do Grupo 14 de Agosto, o desafio está na efetivação dos rendimentos econômicos. O fato do Grupo ainda enfrentar esse desafio refere-se, em primeiro lugar, às condições adversas enfrentadas até aqui, em segundo lugar, à falta de mão obra em determinados momentos, porque se trata de um Grupo de militantes e estudantes³⁷ e, ainda, ao fato de que as pessoas vão se capacitando e muitas vezes não permanecem no trabalho do Grupo, saindo para outras atividades, como por exemplo, Luciomar que diante da necessidade, nesse momento atua em projetos

³⁶ O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las entre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. (MARX, 1996, p. 302).

³⁷ Agora por exemplo, nós temos quatro jovens que saem para cursos formais, uma para cursos da militância política do MST.

mais amplos de agroecologia no estado, e Genivaldo, que ao participar de um curso de capacitação técnica no Rio Grande do sul, casou-se e vive lá, são as questões de relações pessoais que perpassam pelas relações sociais e que de certa forma prejudicam o Grupo até que novas pessoas sejam capacitadas. E por último citamos o “receio” de que o Grupo se constitua em mais um exemplo de experiência com resultados economicistas calcados na produção capitalista, perdendo ao final a perspectiva socialista.

5.12 Experiência agroecológica da Associação Red Agroecológica Camponesa de Pradera-Colômbia

Também podemos adquirir forças para seguir no trabalho agroecológico através das experiências camponesas e de povos indígena existentes pela América do sul, que mantém tradições de cultivos ecológicos (SEVILLA GUZMÁN, 2011). Além disso, muitas iniciativas de um retorno à produção de base agroecológica tem evoluído teoricamente, segundo estudos camponeses, incluindo a ecologia como uma dimensão essencial na América Latina, revelando a contribuição de países como Peru, Bolívia e outros ao conservarem os sistemas de agriculturas tradicionais com viés agroecológico. Durante nossas pesquisas tivemos a oportunidade de conhecer uma destas experiências, a Associação Red Agroecológica Campesina em Subachoque, Departamento de Cundinamarca na região central da Colômbia, a 45 km da capital Bogotá, onde os povos do campo enfrentam uma adversidade de problemas relacionados à influência do capital agrário.

São 22 associados que resistem à ação do agronegócio através da concentração de terras, o uso de venenos e monoculturas que fazem com que os camponeses se encontrem sem o direito à terra, plantando em terras alugadas, ou que tenham propriedades muito pequenas, como por exemplo uma propriedade de 100m². E, ainda, os riscos dos agrotóxicos espalhados pelas lavouras. Segundo Valentina Montealegre (2015), há uma importância desta iniciativa, tão próxima à capital de um país sumamente centralizado e cujos espaços rurais, principalmente os que fazem divisa com Bogotá, são utilizados como despesas alimentares, de baixo custo, em um sistema químico de cultivos. E ainda que

A ARAC evidencia também o processo de microfundização das melhores terras do país, as que contam com maior acessibilidade, fertilidade natural e infraestrutura, concedendo elas para o mediano e grande capital e

forçando ao campesinato a se mudar para regiões mais isoladas. Na região central, só existe 1 (uma) experiência de Zona de Reserva Campesina no município de Cabrera. Esta é uma figura jurídica destinada a conceder terras inúteis e improdutivas aos camponeses sem terra. Isso evidencia também conflitos do uso do solo, onde a produção de alimentos compete em condições desiguais por solos destinados à pecuária e pastagens. (Montealegre, 2015).

As famílias de Don Roberto e Doña Inês e Andrés Alexandra e suas duas filhas (2 anos e 1 ano) ambas integrantes da associação agroecológica não possuem terra, que impossibilita criarem “raízes” na propriedade, eles não têm segurança de realizar seus plantios, pois vivem em terras arrendadas, quando já estão se organizando com dois ou três anos, o dono requer a terra, deixam tudo, lavouras, moradias e recomeçam em uma outra terra, o que tem se constituído (ao nosso ver) um dos maiores problemas da coletividade.

Na horta de Don Roberto encontramos mais de 30 espécies diferentes. O agricultor é um senhor de 75 anos, que arrenda uma quadra de terra (100m²) sozinho (porque sua esposa se encontra doente) produz uma variedade enorme de legumes e verduras, além de morangos, trabalha com horta em sistema Mandala e tem um criadouro de sapos para ajudar a combater os insetos. Sua residência não está no local da horta, ele arrenda a terra e aluga a casa, próxima à terra de trabalho e isso faz com que tenha mais despesas.

Fotografias 51, 52 e 53 — Horta de Don Roberto. Mandala preparada aguarda as chuvas para iniciar o plantio



Créditos: Valentina Montealegre (2015)

Don Roberto é um apaixonado pela natureza, estudou até a 5ª série do ensino fundamental, e leu “Vidas Secas” de Graciliano Ramos e “El Bosque que llora” de Vich Baum. Tem um slogan de vida: “El refugio consentido verde”, nos últimos dez anos organizou com sua companheira, um caderno de fotografias sobre sua produção

agroecológica, que tristemente é deixada para trás (por morarem em terras arrendadas) e carregam uma filosofia de vida : “Quanto mais gente conheço, mais supostas amizades tenho, mas palavras vou escutar, mas quero aos animais, às plantas e a natureza em que eles vivem, sem pedir, sem dizer... sem esperar nada” (Don Roberto e Inès, 2015).

O que Don Roberto reclama é da falta de justiça, mostrou-nos a plantação de batatas na propriedade do ministro da agricultura de Bogotá, a “maior” de Subachoque onde se encontra o metro quadrado mais caro da Colômbia, Professor Muñoz (2015) e a exploração da terra e dos trabalhadores, transformada em um deserto, — “não há pássaros” — reclama Don Roberto, e principalmente reclama da desvalorização dos produtos do campo.

Fotografia 54 — Plantação de batatas pertencente ao ministro da Agricultura de Bogotá



Créditos: Maria Estélia, 2015

O senhor Pedro, conhecido por Don Pedrito, tem 59 anos e contou-nos sobre as dificuldades que enfrentou no período da colonização na Colômbia. Está há seis anos no trabalho agroecológico e vive com sua esposa, duas filhas e um neto. Hoje tem sua própria terra, em torno de 100m², trabalha para si, não precisa pagar a renda. Em sua propriedade existem mais de 45 variedades de plantas, que pode utilizar na alimentação própria e para venda. Realiza o controle biológico de insetos e sistemas de recuperação de solo, que já é considerado naturalmente fértil por estar nos Andes. Iniciou o processo de produção agroecológica desde o ano de 2010 e hoje é promotor agroecológico, chamado a assessorar vários sitiantes da

região. Sua lavoura é um modelo sobre diversidade em um pequeno espaço.

Sua irmã, Dona Inesita montou o restaurante La Conejera, onde é consumido boa parte dos produtos, os consumidores visitam a lavoura, compram produtos diretamente no campo. (MONTEALEGRE, 2015).

Don Pedrito reclama da falta de água, pois em Bogotá, passam por períodos longos de seca. Quando estávamos lá (em outubro, 2015), já não chovia há cinco meses e eles não têm um sistema de reservatório de água. Diz que a ARAC é como um exemplo de vida para eles “produzirem e consumirem sem agrotóxicos”, fala sobre e mostra a quantidade de pássaros em sua propriedade e a importância da biodiversidade.

Andrés e sua companheira Alexandra, vivem com as duas filhas bem pequenas, passaram recentemente pela decepção de terem que deixar a propriedade onde estavam cultivando grãos orgânicos, agora tentam reorganizar a vida, produzindo laticínios com leite orgânico de uma família que cria o gado em sistema Pastoreio Racional Voisin. Andrés é uma liderança fundamental para a manutenção da ARAC, pois tem uma compreensão grande sobre a necessidade da produção agroecologia e da união dos trabalhadores. Mesmo não tendo a propriedade da terra, preferem viver no campo.

Eles enfrentam agora o problema da certificação de seus produtos pela via convencional que consiste em um mecanismo burocrático, de alto custo financeiro, inacessível aos camponeses que produzem para a subsistência, entendem que este é um caminho contrário para eles, pensam em organizar grupos de certificação participativa e sabem que o correto seria canalizar toda sua produção pela ARAC, que tem procurado a via da certificação participativa, em que os consumidores não só comprem, mas estão organizados de forma a contribuírem com o Grupo. A produção em geral é de verduras, frutas e legumes, que são ofertados em cestas e entregues aos consumidores semanalmente (Andrés, 2015).

Essa iniciativa chama-se “La Canastra”, que nasceu do Coletivo Puentes, dedicado a fazer interligações entre consumidores conscientes da cidade e organizações camponesas. Hoje, La Canastra é uma organização que cresce cada vez mais e integra várias organizações camponesas, oferecendo dezenas de diferentes produtos fabricados pelos camponeses (MONTEALEGRE, 2015).

Como produzem uma diversidade destes produtos, podem organizar uma cesta com até 30 produtos que são oferecidos semanalmente, o que garante a satisfação dos clientes. Uma das clientes, Marta Helena, diz que consome os produtos

porque são naturais, sem química e pode, assim, proteger sua saúde. Além das cestas que entregam semanalmente, montaram também uma feira que funciona aos sábados, eles se revezam para esse atendimento, uns ficam no barracão e outros abastecem durante o dia.

Fotografias 55 e 57 — Horta de Don Pedrito



Créditos: Maria Estélia (2015)

Fotografia 58 — Espaço de comercialização — ARAC



Créditos: Maria Estélia (2015)

Um dos problemas é que a associação não canaliza toda a produção ainda, de maneira que os associados, precisam procurar clientes para seus produtos que não são vendidos no conjunto. A ARAC recebe apoio da Universidade Minuto de Dios e o programa de Engenharia Agroecológica, também da Universidade Nacional

de Colômbia, sede Bogotá e do Coletivo Agrário Abya Yala, que fazem visitas, contribuem no trabalho prático e na divulgação do Grupo que se reúne uma vez por semana para encaminhamentos e estudos.

Enfim, a Associação Red agroecológica camponesa de Pradera, Cundinamarca, tem desafiado a produzir e alterar as relações comerciais, um contraponto direto com o agronegócio, mostrando que não estamos sozinhos nem quanto aos problemas, nem quanto às soluções e desafios para garantirmos a produção de alimentos saudáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de reconstituir esta trajetória de luta aliada ao processo de construção da agroecologia em um momento histórico em que a Reforma Agrária encontra-se como nunca em um completo descaso por parte do Estado e em um momento em que as lutas de classe encontram-se estagnadas, acreditamos que o fato de termos enfrentado o latifúndio no espaço reservado ao capital, possa explicitar a viabilidade da luta popular através da junção dos trabalhadores do campo e da cidade. Mostrando que nós camponeses e camponesas precisamos da terra, e que o papel da classe trabalhadora como um todo, está em apoiar a luta pela Reforma Agrária e em contrapartida temos o compromisso de produzir alimentos diversificados e livres de agrotóxicos para a sociedade.

A diversidade de temas tratados nesta pesquisa foi uma necessidade para mostrar a amplitude da agroecologia e da luta pela terra, os sinais de equidade social, ambiental e os graus de reciprocidade e solidariedade entre homens, mulheres, idosos, jovens e crianças se sobressaltam para além da sustentabilidade econômica constituindo-se em um sistema resiliente capaz de atravessar crises ao longo dos 23 anos e meio de luta pela terra e os 12 anos de coletividade, demonstrando até aqui, capacidade de reorganização diante dos problemas enfrentados.

A conquista do Assentamento 14 de Agosto é uma prova do envolvimento da sociedade organizada em movimentos populares, igrejas, sindicatos e sociedade em geral que se indignou com a força repressora do Estado e sensibilizou-se com a produção dos alimentos saudáveis, com a mística da resistência através de nós homens, mulheres, jovens e crianças. Aqui nós, trabalhadores, fizemos a Reforma Agrária! Esta vitória significou incentivo na condução e formação de vários outros acampamentos em busca da terra e trouxe perspectivas para muitas famílias camponesas continuarem no campo com dignidade.

O Grupo, em especial, é um marco referencial tanto da luta pela terra como na construção da proposta de reorganização do sistema de demarcação da terra, das moradias e da construção da agroecologia e compreendemos que temos a tarefa importante neste processo que é a execução prática da política de agroecologia, que segundo Chicão (2015) deve ser do interesse de toda a sociedade.

A partir do processo agroecológico o Grupo tem se mostrado bastante complexo, podemos observar uma organização para além dos processos produtivos.

Encontramos princípios de uma ética ambiental, novas relações de vivência, redistribuição e coletivização da terra, relações de comércio coerente com os princípios da soberania alimentar e o envolvimento no processo de formação e educação. O Grupo 14 de Agosto, apresenta resiliência produtiva, social e está em vias de consolidar-se como um território socialmente justo, ambientalmente correto, culturalmente inclusivo, economicamente viável e ideologicamente ousado.

Considerado um Grupo com uma referência relevante, vários pesquisadores de graduação, mestrado e doutorado já passaram pelo assentamento, deixando suas contribuições. Em 2015, fomos contemplados pela pesquisa de estudos de casos que estão sendo realizados pela ANA Nacional, que se constituirá uma ferramenta fundamental de comprovação da viabilidade da agroecologia no Brasil. Recebemos muitas visitas ilustres como coordenações nacionais do MPA, MST, CPT, Igrejas, simpatizantes, amigos e companheiros de luta de vários países, podendo citar, Alemanha, Bélgica, Colômbia, México, Suíça, Portugal; estudantes de universidades, Escola Família Agrícola, técnicos e produtores. Sediamos um curso de agroecologia em 2004, ministrado por Jacimar Luiz de Souza do Instituto INCAPER e sediamos um curso sobre solos, ministrado por Sebastião Reginaldo Pinheiro em 2008 e nos dias 15 e 16 de março de 2016, recebemos a I Caravana Agroecológica Cultural do Estado de Rondônia³⁸, onde estiveram presentes diversas organizações, inclusive governamentais, e representantes da ANA Amazônica e ANA nacional. Com a oportunidade desta pesquisa estamos editando um documentário sobre nossa trajetória, o que está sendo possível graças à sensibilidade da “Equipe Bodoque Cine Vídeo” pela luta pela terra e pela disponibilidade de sua arte em favor da Reforma Agrária.

Enfim, é um espaço considerado pelo estilo de vida coletivo adotado, os cuidados com o ambiente, a agricultura agroecológica, o movimento cultural e educativo existente e acima de tudo, a luta, a resistência, a conquista da terra e a luta pelo socialismo. O que na visão de Thomaz Júnior e Ribas (2009, p. 103) implica que “[...] do ponto de vista estratégico, o cooperativismo está inserido nessa discussão, na ideia da organização coletiva, como forma de consolidar um contra projeto político na esfera da organização do trabalho e da produção”. O que se torna fundamental diante do modelo concentrador do capital. “Assim como é hoje impensável a realização do

³⁸ <cartamaior.com.br > Meio Ambiente > Volta aos anos de chumbo em Rondônia.>

socialismo em um só país, a existência de um setor auto gestor em meio ao capitalismo cada vez mais globalizado significa de imediato o enfrentamento de inúmeros desafios” (SARDÁ, 2002, p.182).

Durante os dezessete anos em regime de acampamento, o Grupo procurou melhorar as estruturas das moradias, com apoio do Movimento dos Pequenos Agricultores para negociações de parte do recurso e buscou organizar a estrutura de trabalho, manter os estudantes, os militantes na luta, inclusive por duas vezes em missão de solidariedade ao povo Haitiano e intercâmbio com os povos mexicanos. Hoje o Grupo tem condições reais de se desenvolver nos aspectos econômicos, com garantia de que a consciência é pela sustentabilidade, pela justiça social e pela continuidade da luta e pela transformação da sociedade, para isso o “capital social” descrito por Thomaz Junior está garantido em nossa juventude, principalmente.

Ao realizarmos a pesquisa de campo, fizemos um contato com 100% das famílias que acompanharam o processo de luta pela terra, ao visitar as casas, lavouras e ao conversar com estas pessoas foi possível constatar *in loco*, o que temos mentalizado sobre conquista de territórios espaciais e imateriais (FERNANDES, 2008) concluímos que temos um território geográfico riquíssimo, com potencialidades econômicas, acesso às estruturas vicinais, escolas e centros comerciais. No entanto, como já analisamos, não foi possível atingir ideologicamente, principalmente as pessoas que vivem em sistemas tradicionais de moradia e produção, embora encontramos lá também, famílias que se desenvolveram, mas é no espaço onde foi possível seguir com a organicidade do MST, onde encontramos famílias e casas com melhores condições da habitabilidade, as pessoas menos solitárias e com perspectivas da continuidade de estudar e prosseguir na luta. Isso nos permite avaliar até onde foi possível avançar na organização e o que ficamos devendo para essas famílias que se envolveram menos no processo organizativo.

Seguem, no entanto, nossas inúmeras dificuldades, ao caminharmos na direção contrária à sociedade capitalista, onde “[...] a autogestão não é uma regra, mas sim uma exceção, uma utopia construída e vivida cotidianamente pelas diversas experiências” (SARDÁ, 2002, p.182), a questão a saber, tomando a provocação do autor, e isso a história ao longo dos anos seguintes nos dirá

[...] se, no processo contraditório da crise, as formas alternativas de produção da vida social constituirão em formas embrionárias de um modo de produção alternativo, ou se serão assimiladas, passando a reprodução do capitalismo a realizar-se em novas bases, estando a produção associada subordinada ao capital. De todo modo, recoloca-se como vital para a estratégia socialista

autogestionária a possibilidade de se pensar a autogestão da produção, a democratização das relações de trabalho, a desmercantilização da sociedade, o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e reprodução e a organização do processo de trabalho sobre as cooperativas. (SARDÁ, 2002, p.182).

Na dialética da luta de classes, contraditoriamente este latifúndio que foi a fazenda Shangrilá, cenário de exclusão, chacinas, (a começar com os indígenas), exploração humana e da natureza, se constitui hoje no espaço de surgimento de novas relações sociais, políticas e econômicas, promovidas, em especial, pela coletividade. Nossos desafios estão lançados, criamos base de superação da consciência individualista, destituímos-nos da propriedade privada e nos embalamos em uma perspectiva de equidade ambiental pautada na justiça social, como um “oásis no deserto capitalista” desafiamos a sociedade vigente reafirmando o projeto socialista pelo qual ousamos sonhar, ousamos lutar.

Problemas gerais relacionados à questão ambiental e limites do solo em Rondônia exigem rever as formas de produção não só por um pequeno Grupo como o do assentamento 14 de Agosto, mas de todos os movimentos organizados do campo. Rever os cultivos ideais para a região amazônica representa também um grande desafio, ponderando que os alimentos básicos consumidos pela população do estado não são produzidos aqui: arroz, feijão, derivados do milho, açúcar, incluindo legumes e frutas que chegam de outras partes do Brasil. Sendo assim, bastaria vontade política para canalizar esta produção de forma a obter melhores resultados econômicos e ambientais. Caberia a nós dos movimentos sociais do campo repensar os processos produtivos respeitando o agrossistema próprio da região amazônica? Seríamos nós a darmos exemplos de que temos conhecimentos dos limites deste solo e, ao invés de seguir o plano da colonização devastadora, construir uma política com viés agroecológico a partir do agroecossistema amazônico?

Teríamos em uma média de 20 anos uma representação simbólica de proteção do agroecossistema mediante à destruição do agronegócio, mas de grande importância ambiental, respeitando e protegendo o bioma amazônico e gerando condições econômicas para as famílias camponesas. Temos um desafio a mais nesta região, além de banir os agrotóxicos das comunidades camponesas e diversificar a cultura, temos que repensar os cultivos, reaprender com os povos indígenas e ribeirinhos que estão aqui por muitas gerações. Ou tomamos o futuro nas mãos ou assistiremos a barbárie da destruição, como fala José Paulo Netto (2011).

Enfim, aqui está parte do resultado de uma luta de praticamente 24 anos, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e conduzida com movimentos, organizações e pessoas da sociedade parceiras da luta pela terra; uma reflexão a respeito das terras amazônicas e das possibilidades de constituirmos um projeto de campo através da agroecologia e da cooperação agrícola. Esperamos que possa ser uma contribuição para outras lutas, como um exemplo de coragem, ousadia, e esperança, um norteamento para a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALAN. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estéla de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. In: VIMEO. Vídeo (ca. 08:55 min). Disponível em: https://vimeo.com/124478254?utm_source=email&utm_medium=cliptranscode_comp_letefinished20120100&utm_campaign=7701&email_id=Y2xpcF90cmFuc2NvZGVkfD_JmY2FhNmU3MDZiNjVjMGQ4YjA3YzdmODJhYzk5NmJlODR8OTc0NDI2OHwxNDI4NTU3Mjk5fDc3MDE%3D. Acesso em: 5 mai. 2015.

ALANTEJANO, Paulo. Trabalho no campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 755-759.

ALANTEJANO, Paulo; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta Essencial para os Geógrafos ou um instrumento banalizado? São Paulo, **Boletim Paulista de Geografia**, jul. 2006.

Disponível em:

<www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

ALENCAR, Jaqueline. MST é ordenado a deixar área: ordem para desocupação da propriedade foi expedida dando prazo de 15 dias para que acampados saiam do local. **Diário da Amazônia**. Rondônia, 12 nov. 2008, p. A-8. Impresso.

ALEXANDRE JÚNIOR. **Entrevista** [20 dez. 2014] Entrevistadora: Maria Estéla de Araújo. Ouro Preto d' Oeste, 2014. Word (2 p.).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Herno. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: do campestre e categorias estratégias de reprodução social**. São Paulo: Unesp, 2009, (História social do campesinato no Brasil, 2). p. 39-66.

ALTIERI, Miguel. et al. **Agroecologia Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Editorial Nordan comunidade, 1999.

Disponível em:<agroeco.org/doc/ecolrolebiodiv.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2015.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura Sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro AS-PTA, 2012.

ANDRÉS. **Entrevista** [24 out. 2015]. Entrevistadora: Maria Estéla de Araújo. Pradera, 2015. Word (1 p).

ANNE GABRIELA. **Entrevista** [13 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estéla de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 37: 54 mim).

ARANTES, Juliana Kleiman. Comentários em relação aos parágrafos dos sites relativos ao tema “Agrotóxicos” considerados interessantes e importantes. **Unesp Link Notícias**: o mapa paulista dos agrotóxicos, [2015?].

Disponível em:

<www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/julianaa.htm>. Acesso em: 12 mar. 2016

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA.

Avaliação Econômica — Ecológica de Agroecossistema — Parte II — procedimento metodológico. Rio de Janeiro, 2015.

Disponível em:

<Aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/.../Procedimentos-metodologicos-mai2015.pdf> Acesso em: 10 dez. 2015.

ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 6, p. 67-80, 2002.

AZAR, Zaira Sabry. A Centralidade da Cooperação Agrícola na Organização Produtiva do MST. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2005, não paginado.

Disponível em:

<www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/zaira_sabry196.pdf>.

Acesso em: 5 nov. 2015.

BARBOSA, Eliza et al. Fertilidade dos solos em Rondônia. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**. Goiânia, v. 7, n. 13, p. 586 – 594, 2011. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2011b/ciencias%20agrar/arias/fertilidade%20de%20solos.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BEATRIZ. **Entrevista** [22 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 02: 15 mim).

BELEI, Renata Aparecida et al. O uso de entrevistas, observações e vídeo gravação em pesquisas qualitativas. Pelotas: **Cadernos de Educação**. p. 187-199, 2008.

Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1770/164>>.

Acesso em: 12 abr. 2013.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Unesp, 2011.

BERTON, Cícero Teófilo; RICHTER, Evando Massulo. Referências Agroecológicas Pastoreio Racional Voisin. **Núcleo de Pastoreio Racional Voisin**. UFSC. 2011.

Disponível em: <www.cpra.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaPRV.pdf>. Acesso em: 13 Jun. 2015.

BIZZO, Maria Nilda da Silva. O Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do

Planaflores (Plano Agroflorestal de Rondônia): sua lógica e os conflitos sociais. In: IX Encontro Nacional da ANPUR. 2013. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, p. 1250-1264. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/63/1/anais-do-ix-encontro>.

BOFF, Leonardo. **A carta da terra: Uma Promessa**. Brasil. 2005. Disponível em: <http://agenda21vacaria.com/2013/03/19/a-carta-da-terra-leonardo-boff/>. Acesso em: 20 abr. 2014. Acesso em: 5 set. 2014.

BOGO, Ademar. A questão da Educação do Campo e as contradições da luta pelo direito. In: Antônio Dias Nascimento; Rosana Maria Rodrigues Chaves e Maria Dorath Bento Sodré. (Org.). **Educação do Campo e Contemporaneidade**. Salvador: EDUFBA, 2013.

_____. Vigor da Mística. **Caderno de Cultura**, n. 2. São Paulo: MST, 2002.

BOLOGNA, Gianfranco. **Amazônia adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, NERA, set. 2011-, ISSN 2177-4463. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 05 jul. 2014.

BORGES, Juliano Luís. **A transição do MST para a agroecologia**. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2007. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/2418>. Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. O MST e a Transição Agroecológica. **Revista Bras. de Agroecologia**. Porto Alegre, v. 4. n. 2. p. 2184-2187, dez. 2009.

Disponível em:

<http://www.abagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/852/0/6024>. Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. A Crise do produtivismo e a transição agroecológica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: **VIII Congresso Latino americano de Sociologia Rural**. Recife. Anais eletrônicos. Recife: UFRPE, 2010, p. 1-22. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267809134>. Acesso em: 2 mar. 2015.

BRANCO, Samuel Murgel. **O deserto amazônico**. São Paulo: Moderna, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: Carlos Rodrigues Brandão. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura Familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999.

_____. Movimento Agroecológico: Trajetória, contradições e Perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 6. p. 11-28. jul./dez. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de recomendações para uso de fluoretos no Brasil**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Ministério da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI Educação do Campo: Marcos normativos/ secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** — Brasília: SECADI, 2012.

_____. **Uma análise da situação da saúde e causas externas**. Brasília DF, 2014. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2014_analise_situacao.pdf>. Acesso em: 20 mar.2016.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, p. 60-81, Jan./Jun. 2003. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao-MII/3SF/A_ESCOLA_DO_CAMPO_EM_MOVIMENTO.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p. 35 - 64, mar./jun. 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDAS, Nádia Velleda. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Agricultura familiar) - Programa de Pós- Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas-RS, 2011. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/2418>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

CAMILO. **Depoimento**. [7 mar. 2015]. Durante reflexão coletiva sobre o Grupo 14 de Agosto Ariqueemes, 2015a.

_____. **Entrevista** [15 mar. 2015]. Entrevistadores: Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariqueemes, 2015b. Áudio digital (ca. 12: 32 mim).

CANUTO, Antônio et al. Conflitos no Campo Brasil 2015. **Caderno de Conflito Agrário**. CPT-Comissão Pastoral da Terra. CPT Nacional, Brasil, 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Sustentabilidade: Base Conceptual para uma nova Extensão Rural. **Emater**. Rio Grande do sul , 2001. Disponível em: <<https://ereasudeste2011.files.wordpress.com/2011/02/texto-erea-ii.pdf>>. Acesso em: 1 de mar. de 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2006.

Disponível em: <[www.agroecologiaemrede.org.br/ upload/.../P399_2005-11-10_133719_016.pdf](http://www.agroecologiaemrede.org.br/upload/.../P399_2005-11-10_133719_016.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.

Disponível em:

<www.emater.tche.br/site/.../Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf>.

Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. Agroecologia e Sustentabilidade: Base Conceptual para uma Nova Extensão Rural. Extensão Rural, **Emater**, Rio Grande do Sul, 2000, v. 1. n. 1, jan./mar. 2000. Disponível em: <[http:// coral. Ufsm. / desenvolvimento rural/ textos/ 13. Pdf](http://coral.ufsm.br/desenvolvimento_rural/textos/13.Pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. **Agroecologia**: Alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA, 2004.

Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf> Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. In: III **Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Anais eletrônicos. Florianópolis: CBA, 2005. Não paginado.

Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

CARDOSO, LEANDRO Braga; Ricardini, Victor. MUNICÍPIO de Ariquemes, Rondônia. CARDOSO. 2015a, 1 mapa, color, escala: 1:10. 000.000

_____. ASSENTAMENTO 14 de Agosto, em Ariquemes, Rondônia. 2015b, 1 mapa, color, escala: 1:500.000.

_____. PRODUTO Interno Bruto em 2011 por Municípios de Rondônia. 2015c, 1 mapa, color, escala:1: 30.000 000.

_____. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO do assentamento 14 de Agosto, Rondônia, 2015d, 1 mapa, color, escala: 1: 500 000

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org.). **DOSSIÊ ABRASCO**: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSN; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Horácio Martins. O Campesinato do Brasil no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato. In: OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de; MARQUES, Marta. I. M. (Org.). **O Campo no Século XXI**: território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo. Casa Amarela: Paz e Terra, 2004.

_____. **Desafios para o agroecologista**: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. Curitiba, 2007. Disponível em:

<www.fca.unesp.br/Home/>. Acesso em: 5 ago. 2015.

_____. **As Lutas Sociais no Campo**: Modelos de Produção em confronto. Curitiba, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/.../lutas-sociais-do-campesinato-na-contemporaneidade>>. Acesso em: 5 ago. 2015

_____. Uma Ressignificação para a Reforma Agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.) **A questão Agrária no Brasil**: Situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 127-140.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. 11. ed. Rio de Janeiro: Gliphus, 1992.

CASTRO, Paula. Pensar a natureza e o ambiente: alguns contributos a partir da teoria das representações sociais. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 263-271, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR. **Políticas Públicas e Transição Agroecológica no Brasil**: Reflexões a partir de estudos de caso. Fortaleza: CETRAS, 2014.

CERDÁ, Eduardo O. SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Claudia Cecilia. Un ejemplo de aplicación del enfoque agroecológico en sistemas extensivos de la provincia de Buenos Aires, Benito Juarez, Argentina. In: SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Claudia Cecilia (coord.). **Agroecología**: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014. p. 437-463.

CHAYANOV, Alexander. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nova Visión, 1974.

CHICÃO. Cooperação agrícola no MST [Mensagem de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <mariaestelia14deagosto@gmail> 10 nov. 2015.

CHICO CÉZAR. Reis do agronegócio. **Estado de Poesia**, 2015. CD. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0mtvwidXP_4 Acesso em: 20 mar. 2016.

CHIGUACHI, Diego Mauricio. Diagnóstico de maíces criollos de Colombia Región Andina: Cauca y Narino. **Campaña semillas de identidad grupo semillas**. Colombia: ARFO. [2008?] Disponível em: <https://dl.dropboxusercontent.com/u/78223003/cartilla-Cauca-y-Nari%C3%B1o-Maiz-Colombia.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CILAS. **Entrevista** [17 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 02:01 mim).

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: limites e possibilidades. 2000. 323 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Setor de Ciências Sociais

Aplicadas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000. Disponível em: <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/38610/1/MPRA_paper_38610.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2015.

_____. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: Édi Benini Fabrini et al. (Org.). **Gestão Pública e Trabalho Associado Fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2002.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. Uma Concepção de Desenvolvimento Rural. **Caderno de cooperação agrícola**. São Paulo: Concrab/MST, 1993.

_____. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola**, n. 4. São Paulo: Concrab/MST, 1995.

_____. Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola**, n. 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

_____. A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 1999). **Caderno De cooperação agrícola**, n. 8. São Paulo: Concrab/MST, 1999.

_____. Os Compromissos do Governo Federal com os Movimentos Sociais do Campo. **Caderno de cooperação agrícola**, n. 9. São Paulo: CONCRAB/MST, 2000.

_____. O que levar em conta para organização do assentamento. **Caderno de cooperação agrícola**, n. 10. São Paulo: CONCRAB/MST, 2001.

CORREIA, Luciana Oliveira. **Os filhos da luta pela terra**: as crianças do MST. Significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social. 2004, 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-66NNC6/disserta_o_luciana_oliveira_correia.pdf?sequence=1>

Acesso em: 15 ago. 2014.

COSTA, Francisco de Assis. Notas sobre Agroecologia em Rondônia: A Feira Livre dos Produtos Agroecológicos da Agricultura Camponesa de Mirante da Serra. **VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**. UNICAMP. Jun./ 2013. Não paginado.

Disponível em: <www.feagri.unicamp.br/portal/feagri>. Acesso em: 16 set. 2014.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre Agronegócio e Agroecologia no Contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 71-81.

DANIEL. **Entrevista** [29 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca.10: 42 mim).

DEGA. **Entrevista** [17 mar. 2015]. Entrevistadores: Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 5:28 mim).

D. MARIA. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes. Nós, o 14 de Agosto, In Vimeo. Vídeo (ca. 21.03 mim). Produção e direção Bodoque Cine Vídeo. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B3G5dDbMr18vRmZHYWxlSkhEQTQ> Acesso em: 15 mar. 2015.

DEMO, Pedro. Cuidado Metodológico: signo crucial de qualidade. **Sociedade e Estado [on line]**. Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000200007 Acesso em: 10 mar. 2014.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica: Expressão Popular, 2013.

DON PEDRITO. **Entrevista** [24 out. 2015]. Entrevistadora: Maria Estélio de Araújo. Pradera, 2015. Word (2.p.).

DON ROBERTO. **Entrevista** [24 out. 2015]. Entrevistadora: Maria Estélio de Araújo. Pradera, 2015. Word (2 p.).

_____. (Org.). Caderno de fotografias da produção agroecológica e pensamentos, 2015.

DUQUE, Bárbara. O Futuro da “Primavera Silenciosa”. Governador Valadares: **Rev. A3**. Rio de Janeiro, p. 6-7, jan./jun. 2016. Disponível em: www.ufjf.br/revistaa3/files/2016/05/a309_web.6.pdf.Primavera > Acesso em: 10 mar. 2016.

EDIVALDO. **Entrevista** [21 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 04: 05 mim).

ELMI. Entrevista [13 ago.2005]. Entrevistador: Coordenação assentamento 14 de Agosto. Ariquemes, 2005. (ca. 42: 50: mim).

_____. **Entrevista** [22 mar. 2015]. Entrevistadores: Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 1: 02: 40 mim).

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **III Carta Política**. Bahia, 16 -19 mai. 2014. Disponível em: enagroecologia.org.br/2014/05/27/carta-politica-do-iii-ena/. Acesso em: 20 mai.2015

ENCÍCLICA LAUDATO SI'. **Carta Encíclica** Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum. Brasília: CNBB, 2015.

ESTERCI, Neide. (Org.). **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FARIAS, Vital. A saga da Amazônia. **Cantoria**, 1984. CD.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=HnX4VFz4EOs>. Acesso em 20 mar. 2016.

FABRINI, João Edimilson. O Projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, jul./dez. 2002.

_____. Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane e FABRINI, João Edimilson. (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FENOCIN. Confederação Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y negras. **Soberanía Alimentaria, una propuesta integral desde el campo**. Quito, Ecuador: Ediciones La Tierra, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.) **Educação do Campo**: Políticas Públicas Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 39-66. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Por%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20n%C3%BAmero%207.pdf. Acesso em: 9 ago.2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Roberto e CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzales, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Vozes, 2004. p. 19-63.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, v. 93, n.2, p. 10-11, 1999.

_____. Disputas Territoriais entre movimentos sociais e agronegócio. In: AYERBE, Luiz Fernando. (Org.) **Territorialidades**: conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012. p. 203-227.

_____. Cuando la agricultura familiar es campesina In: HIDALGO, Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA, Pilar. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica, propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014, p. 19-34 Disponível em: http://www.clacso.org.ar/libreria_cm/archivos/pdf_312.pdf. Acesso em: 8 ago. 2014.

FERREIRA, Maria Madalena. Rondônia: principais fases do desenvolvimento In: SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças Silva e; COSTA, Ricardo Gilson da. (Org.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia**: Reflexões Geográficas. Porto Velho: SK. 2012. p. 31-57.

FERREIRA, Roberto Paulo; QUADROS, Marly; ANDRADE. **O homem que tentou domar o Amazonas**: biografia do cientista Felisberto Camargo, polêmico, ousado e futurista. Pará: Embrapa Amazônia Oriental, 2011.

FONSECA, Lucas Milhomens. Semear sonhos. In: MARQUES, Alberto, MATZZA, Antônio, FRANCUCCI, Antônio et al. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA: INCRA, 2006. p. 206-225.

FOSTER, Jonh Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRANCISCO DE ASSIS. **Entrevista** [27 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estéla de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 23: 15 mim).

FRED. **Depoimento**. [7 mar. 2015]. Durante reflexão coletiva sobre o Grupo 14 de Agosto Ariquemes, 2015.

FREIRE, Paulo. **A ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. (O Mundo, Hoje, 10).

_____. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 109-135.

GARCIA, Ana Saggioro. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: Instituto Rosa Luxemburgo. (Org.) **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 10-25.

GARCIA, Eduardo Garcia. Agrotóxicos: Todo o cuidado é pouco. **Le Mond, Diplomatic Brasil**. Abr. 2010.
Disponível em: <www.diplomatique.org.br/busca.php?palavra=agrotóxicos>.
Acesso em: 20 dez.2015.

GIL, Antônio. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GLEISSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos en agricultura sostenible**. Costa Rica: Catie, 2002.

_____. et al. Agroecologia: promoviendo una transición hacia la sustentabilidad. **Ecosistemas**, Espanha v.16, n.1, 2007. p.13-23.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GÖRGEN, Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro. (Org.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

_____. Agrocombustíveis. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 51-57.

_____. **Vivência coletiva do 14 de Agosto** [Mensagem de correio eletrônico]. Mensagem recebida por <mariaestelia14deagosto@gmail.com> em 10 nov. 2015

GRUPO DE CIÊNCIA INDEPENDENTE DO PARANÁ. **Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GUINDANI, Joel Felipe. Perspectivas e desafios entre a dupla ruptura epistemológica e pesquisa participante. **Visão Global**, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 79-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268294199_Perspectivas_e_desafios_entre_a_dupla_ruptura_epistemologica_e_pesquisa_participante>. Acesso em: 10 mai. 2014.

GUTIERREZ, Francisco. **Eco pedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004.

Disponível em:

<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014

HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: IAEN, 2014.

HEACOCK, P.; SOUDER, E.; CHASTAIN, J. Subjects, data and videotapes. **Nursing**, v. 45, n. 6, p. 336-338, 1996.

HOCSMAN, Luis Daniel. Horizonte para la Producción Campesina y Agricultura Familiar en el modelo agroalimentario hegemónico mundial. Visión desde el cono sur. In: Francisco Hidalgo F, HOUTART, François Houtart, Pilar LIZÁRAGA, A. **Agriculturas campesinas en Latino América, propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEM, 2014. p. 35-53.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar experiências**. Tradução de Maria

Viviana. V. Resende. 2. ed. Brasília: MDA, 2006.(Série Monitoramento e avaliação, 2).

HOWARD, Albert Sir. **Um Testamento Agrícola**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Retrato do Brasil agrário**. 2009.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1>. Acesso em: 15 out. 2015.

INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO. **Agricultura camponesa e as energias renováveis**: Um guia técnico. Porto Alegre: Padre Josimo, 2008.

ISABEL. **Depoimento** [7 mar. 2015]. Durante reflexão coletiva sobre o Grupo 14 de Agosto. Ariquemes, 2015a.

_____. **Entrevista** [15 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 2: 34: 20 mim).

ISAC. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo, Luciomar e Equipe Bodoque Cine Vídeo. In: VIMEO. Vídeo (ca. 08:55 min). Disponível em: https://vimeo.com/124478254?utm_source=email&utm_medium=cliptranscode_comp_letefinished20120100&utm_campaign=7701&email_id=Y2xpcF90cmFuc2NvZGVkfD JmY2FhNmU3MDZiNjVjMGQ4YjA3YzdmODJhYzk5NmJlODR8OTc0NDI2OHwxNDI4NTU3Mjk5fDc3MDE%3D. Acesso em: 5 mai. 2015.

JOÃO. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. (ca. 06: 30 mim). Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. In: VIMEO. Vídeo (ca. 08:55 min). Disponível em: https://vimeo.com/124478254?utm_source=email&utm_medium=cliptranscode_comp_letefinished20120100&utm_campaign=7701&email_id=Y2xpcF90cmFuc2NvZGVkfD JmY2FhNmU3MDZiNjVjMGQ4YjA3YzdmODJhYzk5NmJlODR8OTc0NDI2OHwxNDI4NTU3Mjk5fDc3MDE%3D. Acesso em: 5 mai. 2015.

JOAQUIM FERNANDES. Durante cerimônia de aniversário do assentamento 14 de Agosto [13 ago.2005]. Ariquemes, 2005. VHS ((ca. 2: 35: 05 mim).

JOSÉ APARECIDO. **Entrevista** [28 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 18: 15 mim).

JOSIANE. **Entrevista** [14 mar. 2015]. Entrevistadores: Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 1: 23: 40 mim).

JOSOÉ. **Depoimento**. [7 mar. 2015]. Durante reflexão coletiva sobre o Grupo 14 de

Agosto Ariqueemes, 2015a.

_____. **Entrevista** [27 mar. 2015]. Entrevistadores: Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariqueemes, 2015b. Áudio digital (ca. 17: 21 mim).

JUNIA, Raquel. Agrotóxicos: Um mercado bilionário é cada vez mais concentrado. **Instituto Humanitas Unisinos**. Abr. 2012. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/.../508812-agrotoxicos-um-mercado-bilionario-e-cada-vez-mais>. Acesso em: 20 dez. 2015.

JUSSARA. **Entrevista** [15 jun. 2007]. Entrevistadora: Maria Estélia de Araújo. Ariqueemes, 2007. Word (1 p.)

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 3 ed. 1980.

_____. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. La cuestión Agraria: Análisis de las Tendencias de la Agricultura Moderna y de la política Agraria de la Socialdemocracia In: MARX, Karl; KAUTSKY, Karl; LENIN, Vladimir Ilich. **Teorias do desenvolvimento Capitalista na agricultura**, out. 2010. (Coletânea de textos da ENFF, 3). p. 50-110.

KOLLING, Edgar Jorge; IR. NÉRY; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, 1999.

KRIEGER, Raoni; AZEVEDO, Edísio Oliveira; SILVA, Frederico Fonseca. Relação do Grupo Indígena MYBIÁ com o Meio Ambiente: Alicerces da Agroecologia. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.7, p. 211-226, jan./abr. 2014. Disponível em: <periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/download/2757/2177>. Acesso em: 10 out. 2015.

KROEMER, Gunter; BRAVARESCO, Valmir; MORET, Artur de Souza. A Amazônia e os povos indígenas em situação de isolamento, risco e desaparecimento. **Encarte PORANTIN**, n. 309, out. p. 3, 2008. Impresso.

LACERDA, Roseane. **Os povos indígenas e a Constituinte (1987-1988)**. Brasília: Cimi, 2008.

LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Rio Grande do Sul, v. 3, p. 36-51, jan./mar. 2002.

_____. **Racionalidade ambiental: A Reapropriação da natureza**. México: Editores Argentinos, 2004.

LÊNIN, Vladimir L. Obras Completas El desarrollo Del Capitalismo en Rusia. In: MARX, Karl; KAUTSKY, Karl; LENIN, Vladimir Ilich. **Teorias do desenvolvimento Capitalista na agricultura**. São Paulo, 2010. (Coletânea de textos da ENFF, 3). p. 112-237.

LENZI, Alexandre. Fundamentos do Pastoreio Racional Voisin. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 2012. Disponível em: <orgprints.org/22958/1/Lenzi_Fundamentos.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

LEÔNCIO. Nossa História. **Caderno de registros pessoais**. Ariquemes, 2009.

_____. **Depoimento**. [7 mar. 2015]. Durante reflexão coletiva sobre o Grupo 14 de Agosto. Ariquemes, 2015a.

_____. **Entrevista**. [14 mar. 2015]. Entrevistadores: Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015b. Áudio digital (ca. 2: 30: 53 mim).

LIMA, Valquimi Costa. Solos da Amazônia: Mitos e Equívocos. **Projeto Solo na Escola**. Disponível em: <[Http://www.escola.agrarias.ufpr.br/arquivospdf/solos_amazonia.pdf](http://www.escola.agrarias.ufpr.br/arquivospdf/solos_amazonia.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015

LOCATELI, Marília et al. Avanços da Agricultura Familiar em Latossolo Vermelho – Amarelo Distrófico no Estado de Rondônia, Amazônia Brasileira — Levantamento Preliminar. In: XVIII Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água: Novos Caminhos para Agricultura Conservacionista no Brasil. **Anais eletrônicos...** Teresina: Embrapa Meio-Norte. 2010. p. 1-4. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/25646/1/avancos.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

LUAN. **Entrevista** [20 nov. 2015]. Entrevistadora: Maria Estélio de Araújo. Ariquemes, 2015.

LUCIANO. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Nós, o 14 de Agosto. In: Vimeo. Vídeo (ca. 21.03 mim). Produção e direção Bodoque Cine Vídeo. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B3G5dDbMr18vRmZHYWxlSkhEQTQ>> Acesso em: 15 mar. 2015.

LUCIOMAR. **Entrevista** [15 dez. 2014]. Entrevistadora: Maria Estélio de Araújo, Ariquemes, 2014.

_____. **Entrevista** [20 abr.1993]. Entrevistador: Prefeitura Municipal de Jaru, Ariquemes, 1993. VHS (ca. 37: 20 mim).

_____. **Entrevista** [25 mar.2015] Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015a. Áudio digital (ca. 2: 16: 15 mim).

_____. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. In: VIMEO. Vídeo (ca. 08:55 min). Disponível em: https://vimeo.com/124478254?utm_source=email&utm_medium=cliptranscode_comp_letefinished20120100&utm_campaign=7701&email_id=Y2xpcF90cmFuc2NvZGVkfD

JmY2FhNmU3MDZiNjVjMGQ4YjA3YzdmODJhYzk5NmJlODR8OTc0NDI2OHwxNDI4NTU3Mjk5fDc3MDE%3D. Acesso em: 5 mai. 2015.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Makarenko, Anton**: Vida e obra a Pedagogia da Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LUIS CARLOS. **Entrevista** [26 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélia de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 03: 30 mim).

LUIZ ROBERTO. **Entrevista** [2 abr. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélia de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015a. Áudio digital (ca. 37: 12 mim).

_____. **Entrevista** [2 abr. 2015]. Entrevistadora: Maria Estélia de Araújo. Ouro Preto 'Oeste, 2015b. Word (2 p.).

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: Uma construção a partir dos diferentes atores sociais. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/files/311/10932837.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2014.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Pastoreio racional Voisin**: tecnologia para o terceiro milênio. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

_____. Curso de aprofundamento em agroecologia. **Produção do Leite Agroecológico**. Rondônia, 15 -19 abr. 2015.

MADRONA. **Entrevista** [13 ago. 2005]. Entrevistador: Coordenação do assentamento 14 de Agosto. Ariquemes, 2005. (ca. 1: 24: 32 mim).

MARASAS, Mariana et al. Transição agroecológica: Transición agroecológica de sistemas convencionales de producción a sistemas de base ecológica, características, critérios y estrategias. In: SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Claudia Cecilia (coord.). **Agroecología**: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014. p.411-436.

MARIA. **Entrevista** [29 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélia de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 07: 32 mim).

MARIA HELENA. **Entrevista** [24 out. 2015]. Entrevistadora: Maria Estélia de Araújo. Pradera, 2015. Word (½ p.).

MARIA JOSÉ. **Entrevista** [26 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélia de Araújo e

Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 05: 57 mim).

MARC, Jean. Tendências da Agricultura Mundial e Brasileira e Desafios para 2050. **AS-PTA**, 2014. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568>. Hm>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MARINÊS. **Entrevista** [28 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 48: 27 mim).

MARQUES, Bruno Pereira; FERNANDES, Ricardo, Correia. A deflorestação da Amazônia: “do Inferno verde” ao deserto vermelho? Genova. **Revista de Geografia e Planejamento Regional**. Lisboa, p. 73-91, [Entre 2005 e 2014]. Disponível em: <<http://fcs.unl.pt/geoinova/revistas/files/n9-5.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. São Paulo, v. 11, n. 12 p. 57 – 67, Jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

MARTELLI, Amália. Amazônia: nova dimensão do Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

MARTINELLO, André Souza. Usos sociais da terra segundo Carlos Rodrigues Brandão, Terra de trabalho, terra de negócio, terra de lazer e terra de proteção ambiental. In: XXVI Simpósio Nacional de História — ANPUH. **Anais eletrônicos**. São Paulo: USP, p. 1-15, 2011. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299520694_porAndreSMdoc.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MARX, Karl. Teorias da mais-valia. In: MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, v.4.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. L. 1, v. 2 e 3.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, livro 1, v. 1

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1996, tomo 1. (O processo de produção do capital,1).

_____. **O Capital**: Crítica da Economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, livro 1. (O processo de produção do capital, 2).

_____. **Manuscritos Econômicos- Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. El Capital. Tomo I In: MARX, Karl; KAUTSKY, Karl; LENIN, Vladimir Illich. **Teorias do desenvolvimento Capitalista na agricultura**, 2010. (Coletânea de textos da ENFF, 3). p. 5-48.

MELLO, Denyse et al. Descrição e análise do Agroecossistema Grupo Coletivo 14

de Agosto, Ariquemes Rondônia. **Documento interno** da Articulação Nacional de Agroecologia, 2015.

MENEZES, Sthefanie Freitas Maia. **Sistemas Agroflorestais e Fertilidade dos Solos**: uma Análise da Microrregião de Ariquemes, Rondônia. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/709606/1/sthefanie.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

MÉXICO faz campanha contra obesidade e aponta Coca - Cola como principal vilã. **Brasil de Fato**. 02 set. 2013. Disponível em: <brasildefato.com.br/node/25724>. Acesso em :10 out.2015

MONTEALEGRE. **Entrevista** [20 out. 2015]. Entrevistadora: Maria Estélia de Araújo. BOGOTÁ, 2015. Word (1 p).

MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Caderno de Formação**, n. 11. São Paulo: MST, 1986.

_____. **Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo**. São Paulo: Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. ed. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Principais Desafios do momento atual. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 237-261.

_____. Programa Agrário do MST VI Congresso Nacional do MST, fevereiro de 2014. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.173-225.

_____. **Dossiê MST e a escola**: documentos e estudos 1990 - 2001. Caderno Educação, n. 13. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MUNOZ, Flavio Bladimir Rodriguez. **Reunião durante intercâmbio**. Bogotá, out. 2015.

NASCIMENTO, Francisco José. Os plantadores de sonho. In: MARQUES, Alberto; MATZZA, Antônio; FRANCUTTI, Antônio et al. (Org.). **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA: INCRA, 2006. p. 132 -153.

NETO, João Augusto de Andrade. **Cooperação e organização em assentamentos rurais**: A proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”. 2013. 314 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2013. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2013/05/TESE-Jo%C3%A3o-Augusto-de-Andrade-Neto.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2015.

NETTO, José Paulo. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 333-340,

jul./out.2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/10.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

NEVES, Josélia Gomes. **Cultura escrita em contextos indígenas**. 2009. 369 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdades de ciências, Letras, Campus de Araraquara-SP. 2009. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/1951.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2013.

NEVES, Wilson. Certificação de orgânicos é debatida in: Blog interativo. Disponível em: <tonnyribbtop.blogspot.com/2013/11/certificacao-de-organicos-e-debatida.html> 7 de nov de 2013 - B1 - abre- certificação - ji-paraná - copy ...>. Acesso em: 12 fev.2016.

NÓBREGA, Juliana. **A Produção da vida como política no cotidiano**: A união de terra, trabalho e panelas no 'Grupo Coletivo 14 de Agosto', em Rondônia. 2013. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, 2013.

NONDAS. **Entrevista** [20 abr.1993]. Entrevistador: Prefeitura Municipal de Jarú, Ariquemes, 1993. VHS (ca. 18: 12 Min).

NORGAARD, Richard B. SIKOR Thomas O. Metodología y pratica de La agroecologia. In: ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: Bases científicas de uma agricultura sustentable - Comunidade. Montevideo, Editorial Nordan,1999. p. 31-183.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues. **Práxis geográfica e suas conjunções**. 150 f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014.

_____. Geografia e busca pelas articulações. **Geographia Meridionales**. Revista Eletrônica do Programa. de Pós Graduação em Geografia da Universidade de Pelotas. v.1, p. 3-29, Jun. 2015 Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index> ISSN 2446-9165.> Acesso em: 20 set. 2015.

OLGA. **Entrevista** [15 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estéla de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (a. 03: 15 mim).

OLIVEIRA, José de Magalhães et al. Pecuária e Desmatamento: Mudanças no solo em Rondônia. In: XLVI Congresso da Sociedade de Economia Administração e Sociologia Rural — SOBER, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Rio Branco: UFAC. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/427.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

OLIVEIRA, Maria Borba. **Certificação Participativa e Agroecologia**: Processos de Organização e Resistência Camponesa na Mata Paraibana. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <[Http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/mariana_borba.pdf](http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/mariana_borba.pdf)>. Acesso em: 20 Set. 2013.

OLIVEIRA, Oleides Francisca de. **Território e Cidadania em Rondônia: Estudo das Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável nos Territórios Central e Madeira Mamoré**. 2012. 210 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012. Disponível em: 10 mai. 2014.

<<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/492/1/OleidesOliveira.pdf>> Acesso em: 3 Jul. 2015.

OLIVEIRA SARMENTO, Selma Suely de. **A Representação Social de uma trajetória: Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste - RO**. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: NCT, 2008.

PADILHA, Maria Carmem Cuéller. **Hacia un sistema participativo de garantía para la producción ecológica en Andalucía**. 2008, 305 f. Tese (Doutorado em agroecologia, sociologia e desarrollo rural sustentable) - Universidade de Córdoba, Córdoba / Espanha, 2008. Disponível em:

<helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/2357/abre_fichero.pdf?...%201> Acesso em: 20 mai. 2014.

PAULILO, Maria Ignes. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**.

Florianópolis, 1987, n. 28. Não paginado. Disponível em:

<<http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2015.

PAZ, Ruan Valdéz. El campesinato en la revolución agraria cubana: 1959: 2013. In: HIDALGO, Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA, Pilar. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica, propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 229-251. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria_cm/archivos/pdf_312.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015

PEDRO MENDONÇA. **Entrevista** [20 abr.1993]. Entrevistador: Prefeitura Municipal de Jarú, Ariquemes, 1993. VHS (ca. 00: 20 Min).

PELAES, Victor. A Indústria de Agrotóxicos. Debate sobre os impactos dos agrotóxicos e o modelo produtivo agrícola brasileiro. **Anvisa**. Curitiba, mai. 2011. Disponível em:

<[Http://pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2011/06/A-Industria-dos-Agrotoxicos-victor-pela%C3%A9z.pdf](http://pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2011/06/A-Industria-dos-Agrotoxicos-victor-pela%C3%A9z.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2014

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, Políticas de terra e Reforma Agrária de Mercado na América Latina. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. (Org.). **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 13-47.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 685-689.

PERES, João. **Corumbiara**: caso enterrado. São Paulo: Elefante, 2015.

PETRONILA, MARIA. **Entrevista** [20 nov. 2015]. Entrevistadora: Maria Estélio de Araújo. Porto Velho, 2007. Word (1 p).

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia**: o silêncio das árvores. Uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras. Sinop: Fiorelo, 2004a.

_____. **Amazônia**: pegadas na floresta uma abordagem da superexploração no trabalho. Mato Grosso : Fiorelo, 2004b.

_____. **Amazônia e o capital**: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Mato Grosso: Fiorelo, 2005a.

_____. **Amazônia**: do mel ao sangue extremos da expansão capitalista. 2. ed. Mato Grosso: Fiorelo, 2005b.

_____. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PILLON, José Joaquim. **Amazônia**: último paraíso terrestre. Rio grande do Sul: Pallotti, 2002.

PINHEIRO, Sebastião. **Cartilha da Saúde do Solo**: Cromatografia de Pfeiffer. Juquirá Carandiru Satyagraha; Salles, 2011.

_____. Saúde do Solo Biopoder Camponês: Versus Agronegócio. In: **Saúde no solo**: Cromatografia de Pfeiffer. Rio grande do Sul: Sales, 2015.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**: São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA, Brasília: MDS; CIAPO, 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Rio grande do Sul: UFRGS, 2008.

POLICIAL. **Entrevista** [20 abr.1993]. Entrevistador: Prefeitura Municipal de Jarú, Ariquemes, 1993. VHS (ca. 12: 58 Min).

PORTO, Mauro João. **O veneno é minha enxada**: O uso de agrotóxicos na produção de alimentos. Trabalho de Conclusão de Curso.2012. 99 f. apresentado ao Curso de Serviço Social do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná-CEULJI, Ji-Paraná/RO, 2012.

PORTUGAL, Verônica Sousa. **A participação da mulher na agricultura camponesa na Agrovila Nova Floresta no Assentamento 14 de Agosto/RO**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso Técnico em Administração de Cooperativa, do Instituto de Educação Josué de Castro - IEJC, Rio

Grande do Sul, 2007.

PRATES. **Entrevista**. [13 ago. 2005]. Entrevistador: Coordenação assentamento 14 de Agosto. Ariquemes, 2005. (ca. 1: 45:30 mim).

_____. **Entrevista**. [17 jun. 2007]. Entrevistadora: Maria Estéla de Araújo. Ariquemes, 2007. Word (2 p.).

_____. **Entrevista** [25 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estéla de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 1: 25: 12 mim).

PRIMAVESI, Ana M. **Manejo Ecológico do Solo**. 9. ed. São Paulo: Nobel, 1980, 549 p.

_____. **O Solo a Base da Vida em nosso Globo**. Fazenda Ecológica Itaí, São Paulo, 1990. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Osolo-AnaPrimavesi.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Agroecologia e manejo do solo. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, n. 5.v. 3, p. 7-10, set. 2008. Impresso.

_____. **Cartilha do solo**: como reconhecer e sanar seus problemas. São Paulo: MST, 2009.

RAMALHO, Zé. Sem Terra. **Eu sou todos nós**, 1998. CD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7JadMTO23XM>. Acesso: 20 mar. 2016.

RIBEIRO, Aliso Fernando Alves; SILVA, Ricardo Gilson da Costa; CORRÊA, Silvia da Silva. Geografia da Soja em Rondônia: Monopolização do Território, Regionalização e Conflitos Territoriais. Campo -Território. **Revista de geografia**, v. 10, n. 20, p. 180-201, jul. 2015.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. A Pesquisa Participante e seus Desdobramentos: Experiências em Organizações Populares. In: II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos8.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

ROGÉRIO. **Entrevista** [29 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estéla de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 37: 42 mim).

RONDÔNIA. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. Brasília: Tecnossolo. 2002. Impresso.

RONNIE. **Entrevista** [17 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estéla de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 03: 45 mim).

RONYVON. **Entrevista** [10 dez. 2015]. Entrevistadora: Maria Estéla de Araújo.

Ariquemes, 2015. Word (1 p).

ROSSET, Peter. Reforma agrária, luta social e soberania alimentar. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. Mendes. (Org.). **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 315-341.

ROZIMEL. **Entrevista** [29 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariquemes, 2015. Áudio digital (ca. 06: 30 mim).

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de Trabalho de Mulheres e Homens em um assentamento do MST. Revista **Estudos Feministas**. Florianópolis. Femininos. p. 321-330, jan./abr. 2004.

Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21705.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.

SANTIAGO, João Pedro. Vida e obra da agrônoma Ana Primavesi. **Globo Rural**, 2012.

Disponível em:

<g1.globo.com/.../2012/.../globo-rural-conta-vida-e-obra-da-agronoma-ana-maria-pri>. Acesso em: 5 set. 2013.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SANTOS, Júlio César Borges dos. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as Relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento Rural no Estado do Rio de Janeiro**. 143 f. Dissertação de mestrado (em saúde pública) - FACULDADE 2011.

Disponível em:

<[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/santosjcbm%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/santosjcbm%20(1).pdf)>. Acesso em: 23 out. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por outra globalização: do pensamento único à consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARDÁ, Mauricio NOVAES, Henrique T. O Sentido da autogestão. In: BENINI, Édi et al. (Org.) **Gestão pública e trabalho associado fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2002.

SARAIVA Diolindo Paulino; XENOFONTE, Giovanna Henrique Sátiro. **Como Fazer Fogão Agroecológico**. Ouricuri – PE: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e

Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; Beatriz CARRIJO, Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti. (Org.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SCHLINDWEIN, Jairo André et al. Solos de Rondônia usos e perspectivas. Congresso sobre recursos naturais na Amazônia ocidental: Sustentabilidade ambiental. Congresso sobre recursos naturais na Amazônia Ocidental: Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia**. Rondônia, v. 1, n.1, p. 313-331, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. **Boletim Climatológico de Rondônia - 2009**. Porto Velho, 2012.

SEGHESE, Marcos Alberto. **Projeto Vida no Campo: a Vida em Harmonia com a Natureza**: Sistemas Agroflorestais, Sistema de Produção Agrossilvipastoril Diversificado, Integrado, Sustentável e Orgânico. São Paulo, 2006. Disponível em: <[www.projetovidanocampo.com.br/downloads/Projeto_Vida_no_Campo_\(Livro\).pdf](http://www.projetovidanocampo.com.br/downloads/Projeto_Vida_no_Campo_(Livro).pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2015.

SEGISMUNDO, Ernandes. **Discurso** durante cerimônia de aniversário do assentamento 14 de Agosto [13 ago. 2005]. Ariquemes, 2005. VHS (ca. 2: 35: 00min)

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo et al. La acción social colectiva em agroecología. Agricultura. In: Sociedad española de agricultura. **Agricultura ecológica e desarrollo rural**: Actas del .II Congreso de la Sociedad Española de Agricultura Ecológica SEAE.. Pamplona-Iruña: Sociedad española de agricultura, 1998.P. 41-49. Disponível em: < orgprints.org/29757/1/actas-pamplona-vd.pdf >. Acesso em: 12 jun. 2014.

_____. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Ecuador: Plural editores, 2011. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria_cm/archivos/pdf_551.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

_____. A perspectiva sociológica em Agroecologia. **Revista Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Rio Grande do Sul, v.3, p. 18-29, jan./ mar. 2002.

SHIVA, Vandana. A Comida no Cassino Global. **The Asian Age**. Tradução Caio Sarack de Mello, 2012. Disponível em: <cartamaior.com.br> Internacional > A comida no Cassino Global. Acesso em: 20 jan. 2014.

SILIPLANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2009. Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2009_EmmaCademartori_Siliprandi.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”**: relações de gênero e subjetividades no devir MST — 1979 - 2000. 2003. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85924/189869.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 set. 2015.

SILVA, Edson Batista da. **Disputas territoriais camponesas**: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO. 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), 2014.

Disponível em:

<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3590/5/Dissertal%C3%A7ao%20-%20Edson%20Batista%20da%20Silva%20-%202014.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

SILVA, Priscilla Gomes da. **A incorporação da Agroecologia pelo MST**: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2011_Priscilla_Gomes.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação sócio espacial de Rondônia (1970-1995). In: SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças Silva e; COSTA, Ricardo Gilson da. (Org.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia**: Reflexões Geográficas. Porto Velho: SK. 2012. p. 58-82.

_____. Agentes, Processos e Conflitos na Gestão Territorial em Rondônia. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014, São Paulo. **Anais eletrônico...** São Paulo, p. 1312-1336.

Disponível em:

<<http://6cieta.org/arquivosanais/eixo5/Ricardo%20Gilson%20da%20Costa%20Silva.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SIOLI, Harald. **Amazônia**: Fundamentos da Ecologia da Maior Região de Florestas Tropicais. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. 50 anos de pesquisa em limnologia na Amazônia. **Acta amazônica**, v. 36, n. 3, p. 287-298, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a01>. Acesso em: 17 abr. 2016.

SODRÉ, Maria Dorath Bento. **Educação do Campo e contemporaneidade**. Salvador: EDUFBA, 2013.

SOSA, Braulio Machín et all. **Revolução Agroecológica: O Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Jacimar Luiz; RESENDE, Patrícia. **Manual de Horticultura Orgânica**. Minas Gerais: Aprenda Fácil, 2003.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta territorialização e resistência camponesa no leste Rondoniense (1970-2010)**. 2011. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Impresso.

_____. A Estrada como Destino: a formação desenraizada do campesinato rondoniense. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo et al. (Org.). **Geografia Agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Minas Gerais: Assis, 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STÉDILE, João Pedro. Balanço do Fórum Mundial de Soberania Alimentar. In: **Via Campesina Brasil, Soberania Alimentar, os Agrocombustíveis e a Soberania Energética**, Brasília: Secretaria Operativa Via Campesina, 2007. p. 13-22.

_____. Globalizemos a luta a esperança e o conhecimento camponês. In: SOSA, Braulio Machín et all. **Revolução Agroecológica: O Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 12-14.

_____; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Nacional :uma necessidade dos povos. In: Horácio Martins et al. (Org.). **Questão Agrária Contemporânea e os Movimentos Camponeses da América Latina**. São Paulo, 2011.(Coletânea de textos da ENFF,10). p. 51-76.

_____; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar: Uma necessidade dos povos. **Eco Debate-Cidadania e meio ambiente**. mar. 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/.../soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-arti>>. Acesso em: 6 de setembro de 2015.

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luís Bolzan. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. Disponível em: <www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/5mojv6ev/v6nWaqOZ280L4zfn.pdf>. Acesso em: 8 set. 2015.

SUÁREZ, Naila SUÁREZ, Cabaleiro; SILVA, Francisco Ranieri Moreira da. **Projeto RECA**. Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado. Rondônia: Fundação Getúlio Vargas. [2012?].

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia.

GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em geografia da UFF, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7. 2002. Não paginado.

Disponível em:

<www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/78/76>. Acesso em: 10 abr. 2013.

TASSI, Maria E. V. Z. **Certificação Participativa e compra coletiva de alimentos ecológicos**: redes locais construindo mercados cooperativos-um estudo na região de Campinas-São Paulo. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, 2011.

Disponível em:

<http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4357>. Acesso em: 20 out. 2013.

TEIXEIRA, Alex Rodrigues; SILVA, Marluci Souza e. Cooperativismo: Uma análise comparativa entre a perspectiva de Marx e a proposta do MST In: Seminário Humanidades e Contextos: saberes e interpretações, 2014, Cuiabá: UFMT. **Anais eletrônico**. p. 53 - 63.

Disponível em:

<http://www.humanidadesemcontexto.com.br/resources/anais/3/1415664503_ARQUIVO_verseaocooperativismoMarxeMST.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

TERESINHA. **Entrevista** [16 mar. 2015]. Entrevistadores: Maria Estélio de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeos. Jarú, 2015. Áudio digital (ca. 5:23 mim).

TENENTE. **Entrevista** [20 abr.,1993]. Entrevistador: Prefeitura Municipal de Jarú, Ariquemes, 1993. VHS (ca.12: 17 Min).

THÉRY, Hervé. A região pioneira de Rondônia trinta anos depois. In: SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças Silva e; COSTA, Ricardo Gilson da. (Org.) **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia**: Reflexões Geográficas. Porto Velho: SK. PPGG/UNIR, 2012. p. 15 - 30.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMAZ, Antonio Junior. Gênero, classe e relações de poder no campo e na cidade. In: Antonio Thomaz Junior. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: Limites Explicativos, Auto Crítica e Desafios Teóricos. São Paulo, v. 1, 2009. p.443-456.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. 1 CD-ROM. Tese (livre- docente) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106709>>. Acesso em: 18 set. 2015

_____; RIBAS, Alexandre Domingues. O Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra – MST: Uma contribuição para a geografia do trabalho. In: Thomaz Junior, Antonio. **Dinâmica Geográfica do**

Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. 1 CD-ROM. Tese (livre-docente) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, v.3, p. 93-110, 2009.
Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106709>>. Acesso em: 18 set. 2015.

TIGEL, Alan. Em 2014 cada brasileiro consumiu 7, 3 litros de agrotóxicos. **Jornal Brasil de Fato**, 2015.
Disponível em:<antigo.brasildefato.com.br/node/31926>. Acesso em: 20 mar. 2016.

TURCATTO, Sergio Miguel. Trabalho coletivo no MST: entre a utopia e a revolução. In: **Trabalho Necessário**, v. 5, n. 5, p. 1-16, 2007.
Disponível em:
<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_05/TN5_TURCATTO.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

TURCHI, Lenita Maria. **A colonização Dirigida no Processo de Expansão e Ocupação da Fronteira Agrícola:** território Federal de Rondônia. Universidade de Brasília, 1980.
Disponível em:
< www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1980/T80V01A07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

UM “PAPO” sobre agroecologia. **Revista Agriculturas** Projeto Recuperação Ambiental na Reforma Agrária, v. 1, n. 1, p.16-17, out. 2012. Impresso.

VALDA. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estélia de Araújo, Luciomar e Equipe Bodoque Cine Vídeo. In: VIMEO. Vídeo (ca. 08:55 min). Disponível em: https://vimeo.com/124478254?utm_source=email&utm_medium=cliptranscode_comp_letefinished20120100&utm_campaign=7701&email_id=Y2xpcF90cmFuc2NvZGVkfD_JmY2FhNmU3MDZiNjVjMGO4YjA3YzdmODJhYzk5NmJlODR8OTc0NDI2OHwxNDI4NTU3Mjk5fDc3MDE%3D. Acesso em: 5 mai. 2015.

VALDICÉIA. **Entrevista** [17 jun. 2007]. Entrevistadora: Maria Estélia de Araújo. Ariquemes, 2007. Word (1 p).

VALE JÚNIOR, José Frutuoso et al. Solos da Amazônia: etnopedologia e desenvolvimento sustentável. **Revista Agro ambiente**, v. 5, n. 2, p. 158-165, mai./ago. 2011. Disponível em:
<Revista.ufrr.br/agroambiente/article/download/562/546>. Acesso em: 20 mar. 2015.

VENTURINI, Raquel Barg, UGON, Armand Fernando Queirós. **Agricultura Agroecológica orgânica el Uruguai principales conceptos, situación actual y desafios:** Rosgal S.A, 2007.

VÉRGES, Armando Bartras. **Os novos camponeses:** leituras a partir do México profundo. São Paulo: cultura acadêmica: Cátedra Unesco de Educação do Campo e desenvolvimento Rural, 2011.

VIA CAMPESINA BRASIL. **Soberania Alimentar, os Agrocombustíveis e a**

Soberania Energética, Brasília / DF, Secretaria Operativa Via Campesina, 2007.
VILMAR. **Entrevista** [23 mar. 2015]. Entrevistadores: Equipe Bodoque Cine Vídeo. Ariqueumes, 2015. Áudio digital (ca. 1: 28: 47 mim).

VIVAS, Esther. Devemos nos questionar sobre o que há por trás do que comemos. **Unisinos**, 2014. Disponível em:
<www.ihu.unisinos.br/.../529600-devemos-nos-questionar-sobre-o-que-ha-por-tras-do-....>. Acesso em: 15 mai. 2015.

VOISIN, André. **Produtividade do Pasto**. Tradução de Luiz Carlos Pinheiro Machado, São Paulo: Mestre Jou, 1981.

VOLKMANN, Pedro Armando Furtado. **Práticas organizacionais na produção agrícola biodinâmica**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31765/000784981.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ZÉ PINTO. **Entrevista**. [18 dez. 2014]. Entrevistadora: Maria Estélio de Araújo. Ouro Preto d' Oeste, 2014. Word (1 p).

_____. Assim já ninguém chora mais. **Arte em Movimento**. 2015. CD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5JpYxno5Rck>. Acesso em: 2 mar. 2016.

ZÉ RAMALHO. Eu sou todos nós, Sem Terra. 1998. CD.
Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=7JadMTO23XM> Acesso em: 2 mar. 2016.